

Outubro de 2012

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1 Mais colaboração das empresas	1
1.2 Porta para um emprego	1
1.3 Angola não consegue em 39 anos de Independência , Brasil retirou 2,8 milhões de crianças da pobreza extrema	2
1.4 Falsas promessas	2
1.5 Angola não atingiu os objectivos do Milénio,apesar de “Êxitos da última década	4
1.6 Por onde passa a nossa desgraça...	4
1.7 Aumento da riqueza não reflete a redução da pobreza	5
1.8 Alta de preços á vista	7
1.9 A redução da pobreza	8
1.10 Activista social defende criação de um instituto contra a pobreza	9
1.11 Angola pode alcançar os objetivo do milenio	9
1.12 Sociedade Civil quer acesso aos programas do Executivo de combate à pobreza	10
1.13 Angola com indicadores positivos no aumento da esperança de vida	11
1.14 Luta contra pobreza é tarefa da sociedade	12
1.15 Fome em Angola, a luta	12
1.16 Novo Executivo garante emprego para todos	13
1.17 Futuro passa pela redução das desigualdades	14
1.18 Revela banco mundial: Angola é das economia que mais progride quanto á facilidade em fazer negócios	16
1.19 Primeiros financiamentos concedidos no âmbito do angola Invest	17
1.20 A Universidade e a Pobreza	18
2. MICROFINANÇAS	20
2.1 Vários projectos são financiados	20
2.2 Conselho de Administração da ZEE traça plano estratégico 2012/2015	20
2.3 Microcrédito atrai milhares de habitantes do Cazenga	21
2.4 Condições para concessão de empréstimo explicadas aos empreendedores do Caxito	21
2.5 Camponesas beneficiaram de microcrédito	21
2.6 Empresários da região do Kwanza-Sul são informados sobre Angola Investe	22
3. MERCADO INFORMAL	23
3.1 Entre a Rua e a Escola	23
3.2 Consumidor e fiscalização	23
3.3 Mercados de rua no Kilamba-Kiaxi têm os dias contados	24
3.4 Vendedores no Cazenga retirados das ruas	25
3.5 Condições estão criadas	26
3.6 Novo mercado às Moscas	27
3.7 Zungueiras aprendem a ler e a escrever	27
3.8 Administração do Cazenga não dá tréguas às zungueiras	27
3.9 Mais de 300 Cidadãos detidos	29
3.10 “Somos muito comodistas”	29
3.11 Os Prós e Contras	29
3.12 Acabar com a zunga sem tirar pão às zungueiras	30
3.13 As profissões em riscos de extinção	31
3.14 Bento Bento promete tirar zungueiras das ruas	32

3.15	Ambulantes exigem mercados para trabalho	33
3.16	economia informal e o investimento	34
3.17	Governador de Luanda fez inspecção às obras de ampliação dos mercados	36
3.18	Cresce o número de motoqueiros que desconhecem Código de Estrada	36
3.19	Táxi de kupapatas é uma actividade ilegal	37
3.20	Apoiar os alunos não dá lucros	37
3.21	Kupapatas substituem transportes escolares	38
3.22	Que futuro para vendedores de rua	39
3.23	Efectivos da Polícia terminam formação	41
3.24	Vendedores de rua Aguardam pelos mercados	41
3.25	Governador visita obras dos mercados	42
3.26	BMF e kixi credito juntos disponibilizam 373,2 milhoes USD	43
3.27	Pensar no terreno	44
3.28	Governador quer mercados ampliados	44
3.29	Zungueiras e autoridades envolvem-se em confrontos	44
3.30	BUE redução do desemprego	45
3.31	Pequenos negócios para suprir o desemprego	45
3.32	Arrumação de Luanda	46
3.33	Actividade de moto-táxi está em pleno crescimento	48

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 49

4.1	Contas fiscais co saldo positivo no segundo trimestre	49
4.2	Debatido o regime fiscal	50

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 51

5.1	Angola rumo as Autarquias	51
5.2	Sociedade Civil debate autarquias locais	52
5.3	Catalogados bairros na Huíla	52
5.4	Mais autonomia para província de Cabinda na agenda da governadora Aldina da Lomba	52
5.5	Issac dos Anjos promete governação participativa	53
5.6	Actualização cartográfica	54
5.7	Na Huíla as autárquicas também estão na agenda	54
5.8	UNITA projecta acções para as autárquicas	54
5.9	Governo provincial faz consulta pública para a elaborar plano director de Cabinda	55
5.10	Bornito de Sousa esteve na abertura da reunião nacional	56
5.11	Autarquias locais em instalação	56
5.12	Bento Bento atira Tavares ao tapete	57
5.13	FNLA aposta nas eleições autárquicas	57
5.14	Primeiras eleições autárquicas adiadas param 2015	58
5.15	Autarquias adiadas para 2015	58
5.16	Quadros de administrações fazem troca de experiências	59
5.17	Bento Bento quer governar de proximidade	59

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 61

6.1	Moradores deixam para atrás tempos de grande sofrimento	61
6.2	Primeiras casas sociais entregues em Dezembro	62
6.3	Centralidade da Quilemba tem cidade Universitária	62
6.4	Mobiliário continua em alta na capital	63
6.5	Construções desordenadas no município de Ombadja	65
6.6	Nova centralidade nasce em Cabinda	65
6.7	Governo Provincial reabilita ruas	65
6.8	Nova cidade nasce na província de Cabinda	66

6.9	Estamos a prever uma acomodação na ordem dos dois milhões e quatrocentos mil habitantes no plano director	67
6.10	Aquilo (Kifika- Benfica) não foi alvo de um plano urbanístico, não foi alvo de um plano director	69
6.11	Nada será de borla, nem para o Estado, nem para o cidadão	70
6.12	A Cidade do kilamba com militantes do ‘‘M’’	70
6.13	O grande dilema dos habitantes	71
6.14	Projecto imobiliário concluído em Junho	72
6.15	Construção de casas nos municípios	73
6.16	Sector imobiliário em crescimento	73
6.17	Com a famosa lista para distribuição das casas do Kilamba, apresentam-se várias leituras	74
6.18	Delta Imobiliária	75
6.19	Governadora tranquiliza população sobre a necessidade de realojamento	75
6.20	Obras de requalificação estão a avançar	75
6.21	Falta kumbú ao sector imobiliário	76
6.22	Plano de requalificação do Cazenga elaborado com contribuição pública	76
6.23	Vila Celeste recebe primeiros moradores	77
6.24	Governo constrói milhares de habitações no Bié	78
6.25	Sambizanga e Cazenga mudam de imagem em breve	79
6.26	Sector imobiliário continua a crescer	80
6.27	Novas habitações começam a ser edificadas em 2013	81
6.28	Imagem real de uma situação cada vez mais caótica	82

7. TERRA

84

7.1	Moradores deixam para atrás tempos de grande	84
7.2	Não somos contra as demolições	85
7.3	Lavradores do município do Quilengues começaram a receber terra para cultivo	86
7.4	Famílias de camponeses aumentam área cultivada	87
7.5	Administrador municipal atento ao plano de ordenamento urbano	87
7.6	Funcionários administrativos em falcatura de terrenos	88
7.7	Namibianos ocupam terras	89
7.8	Duas administrações e as suas versões perante os factos	89
7.9	Invasores ocupam e espaçam proprietários de terrenos em Viana	91
7.10	Reservas Fundiárias do Estado	92
7.11	A vida no «Kilamba City» e suas (des)vantagens	93
7.12	Moradores assistem temerosos à degradação das moradias	95
7.13	Baixos-Bento Soito	96
7.14	BD e PP manifestam nas ruas de Benguela	96
7.15	Ministro esclarece o regime de acesso ao direito de exploração de minérios	96
7.16	Administração faz a distribuição de lotes no Dande	97
7.17	Construções anárquicas preocupam autoridades	97

8. SERVIÇOS BÁSICOS

98

8.1	Regras para a recolha do lixo	98
8.2	Lixo por Kwanzas	98
8.3	ACAPC forma canalizadores	99
8.4	Lixo invade casas no da Barra	99
8.5	Catumbela a fonte que abastece milhões de habitantes	99
8.6	Falta de manutenção das valas de drenagem	99
8.7	Municípios sem condições criadas	100
8.8	A fraude da paz, da democracia, das Eleições, da água e da luz	101
8.9	Ensino Nocturno sem aulas	103
8.10	População agitada por presumível contaminação da água	105
8.11	A solução atípica	105
8.12	Águas do rio Catumbela estão contaminadas	106

8.13	Angola a caminho do abismo	106
8.14	Governo incompetente não consegue fornecer energia e água ao povo	107
8.15	Os lamentos do Mwangolé	108
8.16	Luanda está sem água há vários dias	108
8.17	Aldeias do município de Calandula passam a ter acesso a água potável	109
8.18	Falta de energia e água em Luanda fica resolvida até ao final deste ano	109
8.19	Mais uma rede de distribuição fica concluída no próximo ano	110
8.20	Governo garante resolver problemas no abastecimento de água e energia	110
8.21	Projecto de água e saneamento apoiado por Portugal e Espanha	111
8.22	Quem nos acode?	112
8.23	Populares “choram” por falta de água em Luanda	113
8.24	CASA-CE indignada com a falta de água e energia na capital	114
8.25	EDEL “corta” água à EPAL	114
8.26	Não se vive de promessas	115
8.27	PR deverá esclarecer crise de água e energia	115
8.28	Mugimbos agitam políticos	116
8.29	EPAL vai dar água por fases	117
8.30	Bento Bento	117
8.31	Luanda «as escuras»	118
8.32	Lixeira transformada em parque	119
8.33	Falta de água e energia condiciona clima económico	119
8.34	Consumo de água subterrânea é alternativo	119
8.35	Comité de apoio avalia programas	120
8.36	Abastecimento de luz e água está a melhorar em Luanda	120
8.37	E repõe água aos soluços	121
8.38	Comuna com dificuldade em abastecer a população	121
8.39	EPAL “seca” moradores	121
8.40	Administração acusada de desviar água dos chafarizes	122
8.41	Milhares de habitantes com mais água potável	122
8.42	Mais aterros sanitários construídos no Cazengo	123
8.43	Fundo de Desenvolvimento concedeu verbas para água	123
8.44	Baixo nível de nascentes na Huíla condiciona fornecimento de água	124
8.45	Consumo de água potável reduz doenças em Chivaulo	124
8.46	O Descontentamento do Chimbicado	125
8.47	Gota no oceano	126
8.48	Pânico nos chafarizes	126
8.49	Distribuídos filtros de água na Terra Branca	126
8.50	Governador provincial do Zaire garante melhoria na distribuição	127
8.51	Aberto aterro sanitário	128

9. GÉNERO E VIOLENCIA

129

9.1	Diretora do Minfamu diz que o caso é preocupante	129
9.2	Assassinatos por encomenda nos pacotes partidocratas	129
9.3	Jovens apanhados com material bélico	130
9.4	Suspeitos de crimes detidos pela Polícia	130
9.5	Polícia vê “lorotas”	131
9.6	Mais de 300 cidadãos detidos	132
9.7	“Vou te matá!”	132
9.8	Corrente pró-vida	133
9.9	Jovens exigem mais justiça	134
9.10	A delinquência juvenil	134
9.11	Violência na manifestação	135
9.12	Violência provoca manifestação na capital	135
9.13	Sementes da violência	136
9.14	Registados novos casos de violência doméstica	137

9.15	Menores protagonizam violência urbana	137
9.16	Lançada semana juvenil para combate à violência	139
9.17	Espiral de crime violentos	139
9.18	Pânico nos chafarizes	140

10. AMBIENTE

141

10.1	Moradores deixam para atrás tempos de grande sofrimento	141
10.2	Êxito da campanha agrícola depende das chuvas	142
10.3	Municípios sem condições criadas	143
10.4	Fátima Jardim visita Huambo	144
10.5	Produção de carvão e lenha provoca abate indiscriminado de árvores	144
10.6	Chuvas desalojam famílias	145
10.7	Falta de chuvas & falta de energia	145
10.8	Fome ameaça populações na Huíla	147
10.9	Centro de protecção do ecossistema está em construção na cidade Huambo	148
10.10	Chevron aposta na protecção da biodiversidade marinha	148
10.11	Restrições no fornecimento de energia	149
10.12	António Gimbi apela a cautela para reduzir danos	150
10.13	Luanda e os transtornos da chuva	151
10.14	Chuvas e vento destroem casas	152
10.15	Moradores das ravinas solicitam apoio rápido ao governo central	152
10.16	Chuva pode duplicar os estragos	153
10.17	Executivo vai travar abate de árvores no município da Caála	154
10.18	Camponeses da Funda apostam no aumento da produção agrícola	156
10.19	Baixo nível de nascentes na Huíla condiciona fornecimento de água	156
10.20	Chuvas fortes destroem casas no município da Ganda	157
10.21	Chuvas fortes destroem casas e infra-estruturas na zona de Dondo	157

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Mais colaboração das empresas

Nova Gazeta

04 de Outubro de 2012

O director do centro de emprego e formação profissional do Cazenga, Venâncio Neto, considera que o baixo grau de satisfação só será minimizado se as empresas cultivarem o hábito" de recrutar a partir dos centros de emprego.

Qual é faixa etária que mais solicita emprego?

São jovens dos 17 a 30 anos que procuram o primeiro emprego, mas também temos recebido casos de pessoas com 40 anos que já tiveram emprego e que se desvincularam ou procuram um melhor. Importa salientar que a percentagem é de jovens com ensino médio, seguido do ensino de base e apenas cerca de três por cento são universitários.

Os jovens queixam-se da falta de capacidade de resposta. Concorda? Admitimos que a capacidade de resposta é insignificante. Basta ver que no Cazenga das 776 pessoas que recebemos apenas 61 foram encaminhadas. A razão é objectiva, há muita gente à procura de emprego e pouca oferta.

Quais são os mecanismos que estão a ser estudados para elevar a fasquia?

Há pouco interesse das empresas em relacionarem-se com os centros, apesar de os técnicos de emprego irem ao encontro das empresas para informá-las sobre a mão-de-obra existente. Estas procuram fazer recrutamentos directos. O que podemos fazer é pedir mais colaboração das entidades empregadoras. Não passarem aqui apenas para visarem os seus contratos já feitos, mas para virem buscar mão-de-obra.

Que outras actividades são desenvolvidas pelos centros além do encaminhamento da mão-de-obra?

Os centros também formam técnicos nos vários sectores. O Cazenga, por exemplo, de 2011 a esta parte formou mais de cinco mil pessoas, incluindo em empreendedorismo.

I.2 Porta para um emprego

Nova Gazeta

04 de Outubro de 2012

Angola tem 40 centros de empregos em 65 municípios. No entanto, a capacidade de resposta tem sido fraca: as empresas preferem fazer recrutamentos directos. Os centros não desarmam e, muitas vezes, são eles que vão atrás do emprego.

Boa parte dos jovens sabe da existência dos centros de empregos tutelados pelo Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS). João Martins é um deles que tem a noção que poderia encontrar emprego num dos centros. Mas prefere manter-se como vendedor ambulante, porque lhe oferece melhor rendimento. Ainda não sentiu necessidade de recorrer a um centro, embora tenha amigos que tentaram e conseguiram empregos.

Emiliana Inês conseguiu o seu. Actual empresa, graças à intermediação do centro da Samba. "Foi apenas uma tentativa, encorajada por algumas amigas, e depois fui seleccionada por uma empresa onde trabalho neste momento", conta.

Por sua vez, Francisco Valeriano entende que alguns desempregados não procuram os centros porque estes "não desempenham o seu papel como deviam". Para sustentar a sua afirmação, conta que depositou o seu currículo no centro de emprego de Viana já há cinco anos, mas, até hoje, "infelizmente não consigo emprego e estou a me virar".

Jussara Vilarinho, que depositou no mês passado os seus documentos, aguarda ansiosa por uma vaga.

Insignificante

Luanda é a província com maior número de centros de empregos: são no total nove, distribuídos por Viana, Cazenga, Sapú, Zango, Kilamba Kiaxi, Icolo e Bengo, Ingombota, Samba e Sambizanga. Segundo os responsáveis dos centros de Cazenga, Sambizanga e Ingombota, diariamente, muitos jovens da faixa etária entre 17 e os 28 anos procuram emprego.

No entanto, a capacidade de resposta é "insignificante", como reconhece o responsável do Cazenga, Venâncio Neto. Aqui, um dos que mais tem recebido pedidos de emprego, de 2011 até agora, registou 776 candidatos.

No mesmo período recebeu apenas 61 ofertas de trabalho. Na Ingombota, havia, esta semana, 13 vagas

disponíveis para profissionais da área de eletrotécnia, chefe de cozinha, técnico de 'offshore', entre outras.

No Sambizanga, estavam disponíveis 12 vagas para estafetas.

Para um candidato se inscrever, basta entregar uma cópia do Bilhete Identidade e currículo. Depois, é encaminhado em função das vagas oferecidas pelas empresas que procuram mão-de-obra através dos centros de emprego. Das vagas, nem todas são ocupadas porque, nalguns casos, os candidatos recusam devido ao baixo salário oferecido pelos potenciais empregadores.

Quase 600 mil

Dados fornecidos pelo Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS) indicam Que foram Criados 596.176 empregos no sector privado, entre 2009 a 2011, sendo 385.255 em 2009, 100.850 em 2010 e 110.071 em 2011. Ainda não há dados de 2012.

1.3 Angola não consegue em 39 anos de Independência , Brasil retirou 2,8 milhões de crianças da pobreza extrema

Folha 8

06 de Outubro de 2012

O Governo de Angola, em cerca de 39 anos de independência, não consegue retirar da pobreza extrema cerca de 2 milhões de autóctones quando somos um país com pouca população e com muitos recursos. Tudo isso por falta de um verdadeiro projecto-país e de políticas coerentes de aplicação eficiente e cidadã dos recursos do Estado.

Os milhões de dólares, na maioria das vezes, vão alimentar os bolsos de uma elite saloia e corrupta, mais preocupada com os seus apetites e vaidades do que satisfazer uma maioria carente de simples atenção de quem os governa.

Em contraste, no outro lado do Atlântico, no Brasil, o Governo de Dilma Rousseff anunciou, no dia 03, ao mundo ter retirado, em quatro meses, da pobreza extrema cerca de 2,8 milhões de crianças. O facto deveu-se à implantação do programa, denominado "Brasil Carinhoso" que paga um complemento mensal a famílias com dependentes até aos seis anos.

Os dados, apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estimam que o novo benefício, pago desde Julho, tenha tirado 8,7 milhões de pessoas da extrema pobreza, considerando os pais e irmãos das crianças beneficiadas. O número significa uma redução de 40

por cento na miséria no país. O programa, lançado em Maio pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, aumenta os benefícios sociais das famílias com as crianças menores de seis anos passando o rendimento mínimo "per capita" para 70 reais (USD 30,00 trinta dólar). Hoje, o programa tornou-se lei, por decisão da Presidente.

1.4 Falsas promessas

Folha 8

06 de Outubro de 2012

O ano legislativo começou, mal, mas não tem como, começou mesmo com tanta gente embasbagada sem saber se aplaude, se reivindica, se manifesta ou se fica em casa a aguardar pelo dia do milagre de Deus. Hospitais, escolas no Luena, com o então Vice-presidente da República, actual Presidente da assembleia, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó": Até hoje, milhares de crianças estudam ao relento e outros milhares nem escolas têm; os hospitais ou não têm condições de acolhimento ou estão vazios de medicamentos ou não dispõem de técnicos capazes de atendimento eficaz, "menção honrosa" para o interior. Os estabelecimentos do Ensino Superior, foram concebidos, sem contudo se ter em conta o estudo de viabilidade ambiental e sociológico. Os jovens a se formarem, continuarão limitados de conhecimentos, não só por falta da prática, como o contacto com o meio ambiente social progressista.

Projecto Água para Todos

Projecto água para todos, lançado em Agosto de 2007, relançado em Cabinda, onde a Secretária de Estado de Energia e Águas, por via do seu responsável Luís Filipe da Silva, deixou no mês de Julho de 2011, a promessa de cobrir e suprir as dificuldades em água corrente e potável, todo o município de Cabinda, as populações de Cacongô, Tando Zinze, Lucula Zenze, Belize, Buço-Zau, N'to, até hoje o balanço é quase nulo, as 300 mil localidades previstas para serem abrangidas e os 80% da população que disso beneficiariam até 2012, apenas viram fumo. Nem no Uíge, Benguela e Bengo que serviram de protótipos para o Projecto, podem refutar esta nossa avaliação. Não temos dados quanto aos investimentos em meios, mas os resultados, estão muito aquém do esperado. Nos chafarizes a água não jorra, nos poucos onde jorra, vem a conta gotas e as torneiras só não enferrujam por serem de cobre. Em Luanda por exemplo, as populações foram enganadas, os chafarizes foram construídos a pressão, até antes das eleições, logo depois, a água se evaporou; falamos da água, o mesmo serve para a questão da energia eléctrica.

As províncias mais carenciadas como Cunene, Huíla, Namibe e Benguela, se é verdade que a maior responsabilidade é dos governos locais, a outra verdade é que os subsídios do governo central, não permitiram avançar com o programa, mais um finalmente inserido no contexto eleitoral. As populações, o gado, a agricultura, penam e algumas, se não mesmo, muitas mortes se deplora e para além de se apontar como prioridade, na prática nada se vê de concreto, quando rios de dinheiros saem dos cofres do Estado. Não há razões de queixas e é um absurdo evocar a baixa dos caudais dos rios, por fraca precipitação pluviométrica desde o ano passado.

Digam a verdade, não há infra-estruturas capazes, há desvio de fundos, há incapacidade de gestão tanto técnica, como político-administrativa e o povo generoso de mais, continua a sofrer, ou senão, a morrer.

A famosa Cesta Básica

Desde 1999 que se discute as balizas e as políticas para a Cesta-básica. Como se sabe, a famosa Cesta-básica é o Cabaz mínimo mensal alimentar (óleo vegetal, arroz, açúcar, feijão, fuba, leite em pó) que permite o pobre sobreviver. Este cabaz não é gratuito; custa dinheirinho. E como o povo cerca de 80% não tem a capacidade nem para adquirir tal Cesta-básica, tem-se discutido e rebatido ao longo dos anos, os caminhos e políticas que levam os angolanos a Roma adquirindo com maior facilidade o essencial para fazer viver uma família de seis pessoas, e evitando assim, brigas, adultérios, divórcios, prostituição, bandidagem por fome; tem-se dito repetidas vezes, a estabilidade de uma sociedade começa em cada um dos seus cidadãos. Quanto mais beneficiarmos do bem-estar, mais estável é a nossa terra. Em Julho de 2011, este assunto foi mais uma vez motivo de debate na Assembleia Nacional, depois da anuência do memorando afim, apreciado em finais de Junho do mesmo ano pelo Conselho de Ministros. O objectivo é o de fazer baixar os preços dos produtos constantes, a partir da política de isenção de taxas aduaneiras e encargos portuários desses produtos importados. Mas, este esforço todo que redundará estéril, leva-nos, tanto as preocupações suscitadas por Amândio Vaz Velho, que por outras palavras enaltece a falta de moral na governação, como a ausência de uma ciência de governação, apontados e enumerados no seu quadro estruturas denominado 9 Mudanças Chave, a saber: 1 Construção do Estado Democrático de Direito; 2 Reforma da Administração do Estado; 3 Competitividade da Economia e das Empresas; 4 Cultura do Trabalho e da Formação; 5 Combate à Pobreza; 6 Reforma da Demografia e do Ordenamento do Território; 7 Construção da Rede Nacional de Infra-Estruturas

Públicas; 8 Preservação da Paz e Garantia da Segurança Pública; 9 Moralização do Estado e da Sociedade, ou ainda naquilo que costumam chamar a falta de uma Cultura de Responsabilidades ou Responsabilização, para uma Cultura de Resultados. Não é ao acaso que apelidados Angola uma autêntica Republica das Bananas. Este governo e os dirigentes que fingem nos governar, são_ mais uma vez as nossas desculpas, uma cambada de parasitários. Insistem em promover a importação ao invés de apoiarem e estimularem a produção nacional; insistem em combater os preços dos produtos quando não dão as condições condignas para o trabalhador poder produzir e não se consegue reajustar os salários para que este ou outros cidadãos desempregados, a maioria da população activa, sejam capazes de lutar contra a pobreza e salvaguardar no mínimo a dignidade como cidadãos de pleno direito. Recorda-se, o salário mínimo ronda a volta dos 11 mil a 16 mil Kwanzas. A Cesta-básica mensal, ronda os 30 mil kwanzas.

Já aos 01 de Janeiro de 2012, o Serviço Nacional das Alfândegas garantia a prossecução das medidas aduaneiras. Contudo, até aqui, os preços continuam os mesmos de há 3 anos, pior

ainda, não cessam de aumentar, sobretudo com esta confusão da transferência dos mercados, medida impopular que custou a deserção da base militante do MPLA com destaque para Luanda. Durante o 3º Fórum de Concertação que decorreu em Agosto de 2011, soube-se que 90% das mercadorias abandonadas nos terminais portuários são pertença do Estado e na sua maioria, as instituições que as importam desconhecem sempre da existência destas cargas (desvios). Por isso, nesse mesmo fórum, sugeriu-se a revogação do documento que isenta de leilão toda a mercadoria importada pelas instituições do Estado. Outro problema é a adulteração das facturas pró-forma dos terminais de cargas, por parte de alguns importadores. Prova disso, funcionários da Empresa SOGESTER, detectaram no ano de 2010 um montante de Burla que se elevava acima dos 6 milhões de USD.

A misteriosa Comunicação Social

O Machado de Guerra, mas também o Tendão d'Aquiles. Outra cortina de fumo erguida aos olhos dos angolanos, é o falso debate sobre a Comunicação Social. O Ministério ao longo dos anos, com primazia para o ano de 2011 e deste que esta a terminar, promoveu uma série de encontros, acalorados debates entre dirigentes, profissionais e sociedade civil, para se responder as questões já velhas no tempo. Chegou-se mesmo a solicitar contribuições de idéias,

sabemos inúteis, pois o essencial é a Vontade Política, por hora inexistentes, para se chegar a um fim airoso.

Podem crer que o mesmo Pacote Legislativo, volta a este mandato legislativo, tal como havia entrado nos debates legislativos precedentes. Nem água vai, nem água vem e os angolanos generosos vão se entretendo com as novelas e outros requintados fúteis que em nada contribuem para o bem-estar social, essencial para a maioria. Está tudo em Standbay é escusado aqui voltar a mencionar os projectos de leis em discussão e submetidos para aprovação, a problemática das rádios comunitárias, das rádios comerciais, das televisões privadas e da "não Censura" nos meios ditos estatais. Isto sem mencionar a questão da ética, da deontologia, dos estatutos do jornalista, da carteira Profissional e outros quejandos. Contudo, estamos crentes de que os deputados que integram este Grupo, no seu conjunto, estão suficientemente maduros para não mais se deixarem levar ao sâbor de um vento soprado pela Boca de quem manda.

1.5 Angola não atingiu os objectivos do Milénio, apesar de "Êxitos da última década

Folha 8

06 de Outubro de 2012

Angola não teve "possibilidade de atingir" os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, apesar dos "êxitos da última década" ao nível social e económico, disse no 01.10 o embaixador angolano na ONU.

Intervindo no último dia do debate anual da Assembleia Geral da ONU, Ismael Martins, que substituiu o ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, lembrou as recentes eleições "num clima de civismo e de paz"; demonstração de "maturidade política do povo" angolano, a par da "reconstrução e desenvolvimento" do país.

A "estabilidade política e reforço da capacidade institucional"; referiu, permitiram que a economia angolana crescesse em média 9,2 por cento ao ano nos últimos cinco anos.

"O combate à fome e a luta pela redução e erradicação da pobreza, pelo seu impacto na vida da população, constituem dois dos maiores desafios que se colocam ao Estado angolano"; sublinhou o diplomata.

Para que as altas taxas de crescimento se reflitam em maior bem-estar para o povo angolano, "resta ainda muito por fazer" ao nível da "melhor distribuição do rendimento nacional, aumento dos níveis de em-

prego, em particular dos jovens, e maiores e melhores investimentos na assistência social"; adiantou.

"Apesar dos êxitos alcançados na última década, não foi possível atingir, como era nosso objetivo, as Metas de Desenvolvimento do Milénio"; disse o diplomata. Ainda assim, frisou, a evolução dos indicadores sociais tem vindo a ser salientada pelo Comité Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas.

O embaixador angolano na ONU referiu-se ainda ao impacto da atual crise económica e financeira internacional sobre os países menos desenvolvidos, categoria em que se incluem quase todos os africanos.

A situação disse, exige uma reforma das instituições reguladoras, no sentido de uma maior "fluidez e transparência na afetação de capitais para os países menos desenvolvidos"; com disponibilização de mais recursos para o desenvolvimento sustentável.

No plano internacional o embaixador apelou à "real inclusão de todos os atores" da Guiné-Bissau na procura de uma solução para a crise no país, palco de um golpe militar em abril.

"Temos a certeza que um engajamento da nação guineense, que torne possível a real inclusão de todos os atores nacionais, na busca de uma solução para a crise, resultará na normalização da ordem constitucional"; disse Martins. Isto, referiu, tendo em conta as resoluções do Conselho de Segurança, União Africana, CPLP e CEDEAO sobre o assunto. Angola, disse, defende uma "solução inclusiva e duradoura" para a Guiné-Bissau.

1.6 Por onde passa a nossa desgraça...

Angolense

12 de Outubro de 2012

Estamos recordados que o volume das promessas pareciam belas mas, afinal, estão mesmo adormecidas quando ainda não dobramos a primeira esquina depois de sabermos como terá sido complexo obter os resultados divulgados... pois é, no fundo, e continuamente estamos colocados diante do dilema; por Nós quem terá pena?

É bem feito porque tornou-se vulgar dizer-se que "cada povo recebe a dose de desprezo que merece" ... O que venho sentindo obriga-me ao recorrido nos tempos das "vacas gordas" quando o colono explorador - opressor e repressor fazia o que há cerca de 37 anos estamos a desconseguir. Para os pobres meus vizinhos e outros tantos milhões de

compatriotas que se cruzam na chamada "Ponte Partida" os tempos que correm são de Comovente nostalgia.

Para não padecer como solitário, faço questão de partilhar o meu sentimento de dor com os que vivem a realidade que nos envergonha ... Repressivo, o colono construiu a ponte que deve ter existido várias décadas favorecendo a livre circulação de pessoas e bens.

Não tendo sido consequência da maldita guerra que serve para justificar todas espécies de esfarrapadas desculpas... por falta de manutenção e na base do bem mal enraizado "deixe andar", a preciosa ponte reclamava pelo devido restauro. De lá para cá, o próprio tempo ofuscou a minha memória; não me lembro há quanto tempo foi cumprida discriminatória decisão ...

Edificada com "pedras do tempo do colono", a citada ponte suportou camiões superlotados de carga contentorizada cujo destino era o aterro sanitário - central de tratamento de lixo; a ponte suportou a negralhada que da miséria não se safa ... Aquela ponte deixe de ser bem do pobre.

Lamentos públicos e generalizadas reclamações implicaram a intervenção de vários "gestores" da Nossa coisa pública que (como outros coitados) forjaram promessas, anunciaram datas de início da obra mas tudo foi mera boca...

Em suma, o angolano que sofra correndo riscos e perigos evitáveis desde que a verticalidade da Boa Governação não precise da falácia do discurso confuso.

Para que o meu palavreado favoreça a melhor ilustração dos factos; eis imagem que nos confirma por onde passa a Nossa volumosa desgraça. Nesta pequerrucha placa pisam milhões de Compatriotas - Eleitores que sofrem... Será que, ainda, existe a mulher que adora a pancada para se sentir amada? ... Então, em tal "camarada" está a causa da Nossa desgraça.

Na chamada "Ponte Partida" foi colocada uma pequenina placa que é autêntica armadilha para que o Eleitor Angolano perca a vida...

Estamos à mais, viva a Paz Para bom entendedor basta.

I.7 Aumento da riqueza não reflete a redução da pobreza

Agora

13 de Outubro de 2012

Não obstante a desaceleração mundial, as economias africanas registam um crescimento sólido. Contudo, o Banco Mundial volta a alertar os países que têm o petróleo, o gás e minérios como principais fontes de rendimento, para a utilização mais sensata das receitas arrecadadas. Num relatório divulgado recentemente em Washington, o Banco Mundial prevê que o crescimento da África Subsariana em 2012 seja de 4,8 por cento, mantendo-se, em termos gerais, inalterado em relação à taxa de crescimento de 4,9 registada em 2011 e em larga medida a par dos objectivos, apesar da instabilidade na economia mundial.

De acordo com o novo Africa's Pulse do Banco Mundial, que faz uma análise bianual das questões que influenciam as perspectivas económicas em África, excluindo a África do Sul, a maior economia do continente, a previsão de crescimento na África Subsariana deverá ascender a 6 por cento. As exportações africanas recuperaram de maneira notável no primeiro trimestre de 2012, registando um crescimento a um ritmo de 32 por cento, um aumento comparativamente aos 11 por cento registados no primeiro trimestre de 2011.

O relatório refere entretanto que os países africanos não têm sido imunes às recentes condições de volatilidade do mercado resultantes da crise da Área do Euro, assim como ao abrandamento do crescimento de algumas das maiores economias em desenvolvimento, em particular a China, país que continua a ser um mercado importante para os exportadores de recursos minerais africanos.

No entanto, os preços sistematicamente elevados das matérias-primas e o forte crescimento em exportações nos países que fizeram descobertas minerais nos últimos anos, fomentaram a actividade económica e prevê-se que escorem o crescimento económico em África para o resto de 2012.

O informe dá conta que, "um terço dos países africanos terão um crescimento igual ou superior

a 6 por cento, sendo alguns dos que registam um crescimento mais rápido estimulados por novas exportações de recursos minerais, tais como minério de os ferro na Serra Leoa, urânio e petróleo no Níger, e por fatores como a consolidação da paz na Costa do Marfim, bem como países com um forte crescimento, como a Etiópia". Segundo o vice-

presidente do Banco Mundial para África, Makhtar Diop "o forte e continuado interesse dos investidores em África é um indicador importante dos avanços

neste continente, com USD 31 mil milhões em fluxos de investimento directo estrangeiro previstos para o ano corrente, não obstante as difíceis condições mundiais".

Com a economia mundial ainda numa situação de fragilidade, o Africa's Pulse adverte que as elevadas taxas de crescimento em África podem ainda ser vulneráveis à deterioração das condições do mercado na zona Euro. Ademais, as recentes altas nos preços de alimentos e grãos são causa de preocupação.

O Verão inaudito, quente e seco, nos Estados Unidos, Rússia e Europa de Leste, teve como consequência produções reduzidas de milho e trigo em todo o mundo. A região africana do Sahel está já a sofrer com os preços mais elevados dos alimentos, as elevadas taxas de sub-nutrição e com a recorrência da crise e insegurança.

Além disso, os enxames de gafanhotos do deserto e o actual conflito no Sahel contribuem também para a insegurança alimentar na região. Países como o Mali e o Níger estão já a sofrer as consequências das infestações de gafanhotos, sendo possível que o enxame se desloque para os países vizinhos como a Mauritânia e o Chade. A acontecer, reduzirá a capacidade das famílias de encontrar alimentos suficientes numa região que já é assolada pelos efeitos de secas e conflitos.

O Africa's Pulse destaca do mesmo modo que, as novas descobertas de petróleo e de gás, e de outros recursos minerais, em países africanos, irão gerar uma vaga de riqueza significativa em recursos minerais na região, e a relevância económica de recursos naturais deverá continuar a médio prazo em diversos produtores estabelecidos de petróleo e minerais, graças ao stock substancial de riqueza de recursos naturais e às perspectivas da continuação da alta dos preços das matérias-primas.

Os produtores petrolíferos estabelecidos da região representam menos de 10 por cento das reservas mundiais, bem como da produção anual. A Nigéria, o maior produtor regional, pode continuar a fornecer a níveis equivalentes aos de 2011 por mais 41 anos, enquanto a Angola, o segundo maior produtor na região, resta-lhe cerca de 21 anos aos níveis actuais de produção até se esgotarem as suas reservas conhecidas.

Dado o volume destas reservas, é provável que a dependência de recursos petrolíferos nestes países deva prosseguir a curto e médio prazo. A produção em países com novos recursos minerais, como o Gana, Moçambique, Serra Leoa e Uganda, tem também capacidade para durar por um número significativo de anos.

A quota-parte das reservas de países africanos nas reservas mundiais e na produção anual de alguns recursos minerais é significativa. Em 2010, a Guiné, por si só, foi responsável por mais de 8 por cento da produção mundial total de bauxite; a Zâmbia e a República Democrática do Congo contam com uma parcela conjunta de 6,7 por cento da produção total mundial de cobre e o Gana e o Mali, em conjunto, constituem 5,8 por cento da produção total mundial de ouro.

Para Shantayanan Devarajan, economista Chefe do Banco Mundial para África, "os países africanos ricos em recursos têm de tomar a decisão consciente de investir em melhor saúde, educação e na criação de emprego, assim como na redução da pobreza dos seus povos, já que isto não acontece automaticamente quando os países enriquecem". O Gabão, por exemplo, disse, com um rendimento médio per capita de US 10.000, tem uma das taxas mais baixas de imunização infantil de África.

Continente de "rendimento médio"?

Na sua análise ampla de novos desenvolvimentos em África, o novo relatório observa que após dez anos de crescimento elevado, um número crescente de países está a passar para o estatuto de "rendimento médio", definido pelo Banco Mundial como os países que alcançam um rendimento superior a US\$ 1.000 per capita.

Dos 48 países africanos, 22 destes, com uma população combinada de 400 milhões de habitantes, alcançaram oficialmente o estatuto de rendimento médio, enquanto outros 10 países, que somam 200 milhões de habitantes, poderão alcançar o estatuto de rendimento médio em 2025, se as tendências actuais de crescimento se mantiverem ou se houver algum crescimento moderado e estabilização em países como as Comoros e o Zimbábue.

Outros sete países, que acolhem 70 milhões de pessoas, poderão alcançar este marco se gerarem um crescimento económico de sete por cento nos próximos anos. Por exemplo, a Serra Leoa poderá crescer a esta taxa em consequência da sua recente expansão na exploração mineira. Dez países africanos, considerados estados "frágeis" e afetados

por conflitos, e com uma população combinada de 230 milhões de habitantes, não têm praticamente qualquer possibilidade de alcançar o estatuto de rendimento médio até 2025.

A África está cada vez mais urbanizada

O Africa's Pulse observa também que a África, com um rápido crescimento populacional, regista um acelerado desenvolvimento da urbanização, o que tem implicações profundas para as oportunidades socioeconómicas no continente. Nenhum país alcançou no entanto o estatuto de rendimento elevado com um baixo nível de urbanização. Actualmente, 41 por cento dos africanos vivem em cidades, com um aumento de um por cento a cada dois anos. Em 2033, a África - tal como o resto do mundo - será um continente primordialmente urbano. A urbanização e o desenvolvimento andam a par.

As taxas de pobreza no continente têm vindo a decair mais do que um ponto percentual por ano e, pela primeira vez, entre 2005 e 2008, o número absoluto de pessoas a viver com USO 1,25 por dia baixou. A taxa de mortalidade infantil está também a diminuir .

1.8 Alta de preços á vista

A Capital

13 de Outubro de 2012

Mercado pode ser surpreendido com subidas de preços por conta da falta de energia eléctrica que começa a encarecer o custo de produção dos bens e serviços made in Angola

Homens de negócio da praça local ponderam, a qualquer instante, protagonizar aumentos nos preços dos bens e serviços assegurados pelas empresas a si associadas.

Admitem tal hipótese como forma de compensar o aumento de custos que o universo de unidades de produção começa a consentir, na sequência da falta gritante de energia eléctrica e de água da rede pública, obrigando-os a recorrer a alternativas muito mais onerosas.

Empresários contactados por este jornal disseram que o aumento de preços será mesmo um imperativo em caso de-persistir a crise decorrente do défice no fornecimento desses dois itens essenciais para o processo de produção nacional.

Mas, se para uns, a subida de preços dos bens e serviços produzidos localmente é ainda uma necessidade a ponderar, para pessoas como o gerente da Lavandaria Business tal opção é já uma realidade

naquela empresa. Ou seja, a lavandaria sob gestão de Pedro Neves viu-se, perante a situação em causa, obrigada a fazer pequenos ajustes no preço estabelecido para os serviços prestados.

"Tivemos que dar um jeito de reaver'

que investimos", explicou, apresentando tal argumento como justificativo que sustenta o aumento dos preços cobrados pelo tratamento dado às peças de vestuário que os clientes confiam àquela casa. Mas a alteração não foi a uma proporção tão elevada. "Só um pouco", complementou o gestor, numa referência ao ajustamento efetuado.

Na base de tudo está, como referido acima, a necessidade da empresa se ver compensada do peso que a nova estrutura de custos representa em todo o processo que, para o caso da Lavandaria Business, culmina com o serviço prestado aos 'respectivos clientes.

Peso, entretanto, ditado pelo recurso a energia eléctrica e água obtidas de fontes alternativas, por imperativo do défice de electricidade da rede pública.

Apesar de a privação desses dois bens essenciais afetarem todo o sector produtivo, algumas unidades, sobretudo aquelas ligadas ao sector de panificação, ainda assim, não mexeram no preço do pão. Pelo menos naquelas por nós visitadas.

Na padaria Flor, o pão cassete continua a ser comercializado ao valor de 25 kwanzas cada. E isso tem uma explicação, obtida do empresário Carlos Ferreira, que também possui interesse no negócio de panificação por via da padaria Lima, "É um produto muito sensível que o preço não pode alterar de qualquer forma", justificou, numa alusão ao facto do pão ser um alimento de primeira necessidade, sendo este um elemento sempre presente na mesa de famílias residentes' em meios urbanos. O que ocorre, entretanto, é dos produtos com margens de lucro muito reduzidos para quem o produz.

Este é, aliás, um dos fatores que associados à falta de água e energia eléctrica fazem com que o negócio "vai de mal ao pior", como qualificou Edmundo Carlos, gerente da padaria Flor.

Reportando-se a experiência da unidade de que ele é responsável, Edmundo fala em gastos acrescidos para a referida panificadora, pelo facto de nas últimas semanas sustentar a sua produção com suporte de geradores.

"São cerca de seis mil kwanzas que se gasta só com combustível", revelou, sublinhando não ter outra

saída, na medida em que, segundo ele, "as máquinas da panificadora não podem parar".

1.9 A redução da pobreza

Jornal de Angola

18 de Outubro de 2012

Ficámos a saber por via de uma organização especializada da ONU, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) que Angola está na lista dos dez países africanos que mais progressos fizeram na redução da pobreza e má nutrição.

O facto de Angola ter sido reconhecida como um país que tem trabalhado muito no sentido da erradicação da pobreza só prova que os programas do Executivo de combate à pobreza têm tido um impacto positivo na vida das populações. Dados de um relatório produzido pela FAO, pelo PAM (Programa Alimentar Mundial) e pelo IFAD (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola) indicam que Angola é um dos países que reduziu as taxas de fome e subnutrição entre 1990 e 2012.

O combate à pobreza é uma prioridade do Executivo angolano e são visíveis os esforços que as autoridades fazem para que as populações de zonas rurais e urbanas tenham uma melhor qualidade de vida. Há diversos programas executados e em execução para se combater a pobreza em todo o país. Os programas de combate à pobreza são extensivos a todo o território nacional, estando o Ministério da Agricultura a desempenhar um papel importante na realização de projectos que possam revitalizar a actividade produtiva no campo, para gerar empregos. É bom que se saiba que aquele Ministério elaborou um programa nacional de desenvolvimento agrícola, cujo foco é o incremento da agricultura familiar no seio das comunidades.

Temos hoje em várias províncias agricultores com negócios que têm permitido fazer funcionar unidades produtivas, que têm absorvido mão-de-obra, fazendo com que muitas famílias possam ter uma fonte permanente de rendimento.

Neste grande esforço de luta contra a pobreza, é de realçar o papel do Estado que tem criado mecanismos de financiamento da actividade de muitos produtores em condições que incentivam a criação de micro e pequenas empresas no campo e nas cidades.

Angola foi assolada por uma prolongada guerra, tendo o seu tecido empresarial sido devastado. Terminada a guerra, e não tendo o nosso empre-

sariado nacional capacidade financeira para levar a cabo uma actividade produtiva capaz de ajudar a combater o desemprego e de criar riqueza, teve o Estado de criar mecanismos que pudessem fazer emergir em todo o país micro, pequenas e médias empresas.

As empresas são indispensáveis em qualquer economia. As empresas em funcionamento permitem que muitos milhares de desempregados possam entrar no mercado de trabalho. E entrando milhares de pessoas no mercado de trabalho, isso beneficia a muitas famílias.

O combate à pobreza passa pela criação de um número cada vez maior de empresas de diferentes dimensões, e não foi por acaso que o Estado criou uma estrutura especializada para tratar especificamente de incentivos de várias ordens a dar àqueles cidadãos angolanos interessados em abraçarem a actividade empresarial. O Estado angolano prossegue permanentemente o bem comum, estando os seus órgãos a trabalhar continuamente para que todos os angolanos possam viver dignamente. O Estado existe para assegurar o bem-estar de todos e, em Angola, as autoridades tudo têm feito, com políticas públicas, para que os cidadãos vivam bem.

Há vários angolanos que têm vocação para os negócios e são capazes de constituir empresas com capacidade para produzir bens e serviços e se manterem operacionais por longos anos. As autoridades, atentas aos sinais de que há angolanos dispostos a enveredar pela actividade empresarial e que podem ser úteis ao país, por via da actividade produtiva, não hesitaram em estabelecer políticas de fomento da produção e do emprego, contando com os nossos compatriotas empreendedores que ousam fazer alguma coisa pelo país, participando no processo de construção de uma sociedade de progresso.

Foi acertada a opção do Estado pelo apoio aos nossos empreendedores, cujas empresas (micro, pequenas ou médias) vão contribuir imenso para o crescimento da nossa economia e, consequentemente, para a redução da pobreza no país.

É relevante o facto de o apoio do Estado ao empresariado nacional ser abrangente, beneficiando angolanos de todas as regiões do país, o que pode fazer com que se reduzam substancialmente assimetrias regionais, por virtude de um aumento da actividade produtiva que se vai realizar, não só nas cidades, mas também nas zonas rurais.

Os progressos alcançados no combate à pobreza, sendo animadores, vão certamente levar as nossas autoridades a redobrar os seus esforços no sentido de melhorar cada vez mais as condições de vida das populações, executando com zelo e muita dedicação os programas orientados para proporcionar a todos os angolanos uma vida feliz.

I.10 Activista social defende criação de um instituto contra a pobreza

Jornal de Angola

17 de Outubro de 2012

A Acção para a Luta contra a Pobreza em Angola (ALCOPA) defendeu, ontem, em Luanda, a criação de um instituto nacional, para melhorar a monitorização e o acompanhamento do fenómeno em Angola.

O vice-presidente da Acção para a Luta contra a Pobreza em Angola, Alberto Lunama, que falava numa conferência de imprensa, realizada por ocasião do Dia Internacional da Luta contra a Pobreza que hoje se assinala, considerou que é um flagelo terrível.

"A pobreza é a base de muitas desgraças, como as doenças, o ódio, a vingança, o tribalismo, o banditismo, a imoralidade, a divisão e as guerras", disse o activista social, para quem a pessoa pobre é uma pessoa infeliz, miserável, dominada e dependente dos outros.

A pobreza não é apenas a falta de recursos financeiros e materiais, mas também moral, cívica, cultural e intelectual.

O presidente da Acção para a Luta contra a Pobreza em Angola, Nimi Zinua Moio, disse que, para combater a fome e a pobreza, é necessário maior envolvimento dos dirigentes de todos os países do mundo.

Nimi Zinua Moio declarou que os resultados atingidos em Angola são convincentes, como revelam as estatísticas nacionais e internacionais. "Reconhecemos que há ainda muito por fazer para conseguirmos erradicar este flagelo, sobretudo nas populações das localidades mais afastadas dos centros administrativos do país", sublinhou Nimi Zinua Moio.

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou, há 25 anos, o dia 17 de Outubro como o Dia Internacional da Luta contra a Pobreza. A efeméride reflecte o dia em que milhares de pessoas se reuniram em Paris para homenagear as vítimas da pobreza extrema, da violação dos direitos humanos e da fome.

A ONU declarou a luta contra a pobreza como um desafio que se enquadra nas metas do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

I.11 Angola pode alcançar os objetivos do milénio

Jornal de Angola

17 de Outubro de 2012

Angola está na lista dos dez países africanos que mais progressos fizeram na redução da pobreza e mal nutrição e Já se antevê que venha a alcançar, em 2015, os objectivos de desenvolvimento do milénio, que prevêem baixar para metade o número de pessoas com fome, garantiu o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em Angola, Mamaoudou Olallo.

Em declarações à imprensa, disse que os progressos que actualmente estão a ser feitos continuam a gerar resultados "muito animadores". "O Governo, através do Ministério da Agricultura e demais sectores, desenvolveu uma série de programas de combate à pobreza e à má nutrição, do qual resultou, em dez anos, uma redução de 57,1 por cento", admitiu.

Para o representante da FAO em Angola, são indicadores positivos que permitem à sua organização continuar a credibilizar "todas as acções do Governo angolano nesta vertente". Acrescentou que, para o reforço destas acções, o Ministério da Agricultura elaborou um programa nacional de desenvolvimento agrícola, cujo foco será o incremento da agricultura familiar no seio das comunidades. "Nós participamos na preparação deste projecto e podemos afirmar que pode trazer resultados suficientes, quando entrar em fase de implementação".

Além disso, dados do relatório produzido pela FAO, Programa Alimentar Mundial (PAM) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) indicam que Angola, Brasil e Moçambique diminuíram as taxas de fome e subnutrição, entre 1990 e 2012.

Segundo o relatório "o estado da insegurança alimentar no mundo", que abrange o período 2010-2012, dos três países, Angola regista a melhoria mais significativa. Dos 63,9 por cento de subnutridos identificados no relatório de 1990-1992, persistem agora 27,4 por cento, o que representa uma diminuição de 57,1 por cento, mas continua a corresponder a cinco milhões de pessoas. O director-geral da F A O, José Graziano da Silva, reconheceu ontem, por ocasião do Dia Mundial da Alimentação, que se alcançaram importantes avanços nesta área, já

que se conseguiu reduzir em 132 milhões o número de pessoas com fome desde 1990 em todo o mundo.

Nos países em desenvolvimento, a população com fome passou de 23,2 por cento para 14,9 por cento. O director-geral admitiu em comunicado que existem cerca de 870 milhões de pessoas que passam fome, um número que aumentou, principalmente, em África e no Médio Oriente. "O progresso na redução da fome parou desde 2007", advertiu, depois da sessão inaugural da reunião da Segurança Alimentar Mundial (SAM).

O responsável da FAO definiu Comité de Segurança Alimentar Mundial como a "pedra angular da nova administração global, que estamos a construir juntos" e instou os elementos da SAM a trabalharem juntos pelo desenvolvimento do investimento agrícola responsável.

I.12 Sociedade Civil quer acesso aos programas do Executivo de combate à pobreza

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

O impacto da participação comunitária no combate à pobreza e às desigualdades sociais foi o lema de uma mesa redonda, que juntou esta semana, em Luanda, vários agentes de desenvolvimento comunitário, para reflectir as políticas do executivo face ao combate à pobreza. A sociedade civil considera existir ainda "muita pobreza" em Angola.

O evento promovido pela Rede Contra a Pobreza Urbana de Luanda, em parceria com a Development Workshop, visou saudar o 17 de Outubro, dia internacionalmente consagrado à erradicação da pobreza e das desigualdades sociais.

Os agentes comunitários entendem que as estratégias do governo angolano "têm tido pouca participação das comunidades", pelo que recomendam ao executivo que facilite o acesso dos seus programas para, de acordo com os agentes sociais, permitir "uma ampla discussão e melhoria na implementação das políticas públicas, face ao combate à pobreza nas comunidades".

"As políticas públicas têm sido desenhadas de cima para baixo, sem a participação dos membros da sociedade civil", observaram os agentes que, por outro lado, recomendam a descentralização dos recursos financeiros do programa a nível das administrações.

O assédio sexual nos locais de trabalho é, no entender dos agentes comunitários, outro dos males que devem ser combatidos na sociedade angolana, por forma a garantir uma melhor exequibilidade do programa de erradicação da "fome no país".

Aquela rede recomenda ainda a defesa e a promoção da igualdade no género, bem como o acesso ao emprego. "Os programas estruturais do governo devem ser bem implementados. O crédito agrícola, os programas da juventude, e tudo resto, devem ser desenhados e implementados a nível local, com participação das comunidades.

Estratégias falharam

O encontro foi animado pelo sociólogo e jornalista João Paulo N'ganga que criticou duramente as políticas do Executivo, face ao combate à pobreza. Para o orador, as estratégias do Executivo angolano traçadas em 2003 "falharam".

"O primeiro grande objectivo do milénio definido pela ONU é a erradicação da pobreza e da fome. O nosso Governo não faz deste programa uma prioridade nacional. Aluta contra a pobreza e a inclusão social é um aspecto marginalizado na governação do país. Temos uma

população maioritariamente pobre", atirou o orador, que discorda da verba atribuída para o aludido programa, referente ao biénio 2010-2012.

"A verba alocada para este programa foi de 30 milhões de dólares. Isto representa um por cento dos lucros da Sonangol em 2010. Quer dizer que apenas um por cento dos três biliões de dólares de lucros da Sonangol é que foi atribuído ao programa. Não estamos a falar de todo dinheiro do país", observou ceticamente o orador.

"Portanto - continuou - quem coloca este valor está a mostrar que o combate à pobreza não é uma prioridade do Executivo", atestou o sociólogo, para quem "o Governo deveria respeitar as oito prioridades definidas pela ONU, face ao combate à pobreza. "Estamos a falar em erradicar a pobreza, atingir um ensino básico universal, promover a igualdade do género, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV, malária e outras endemias, bem como garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento", lembrou João Paulo Ganga.

Para o sociólogo e conhecido crítico das políticas do Governo, a questão social deveria ser a primeira das prioridades no combate à pobreza, tal como orienta a Organização das Nações Unidas.

Boas políticas, má implementação

Por sua vez, o gestor de programa da Development Workshop, Willy Piassa, sublinhou igualmente a pobreza como um assunto "candente e preocupante no seio da sociedade angolana".

O gestor considerou haver boas políticas de combate à pobreza criadas pelo Executivo de José Eduardo dos Santos, mas que pecam na sua implementação. "Há muitas políticas desenhadas em prol do combate à pobreza. O grande problema não é a falta de iniciativa, mas, sim, a sua implementação", afirmou o interlocutor ao Novo Jornal, defendendo, por outro lado, que o programa do Governo deve, primeiramente, ter em conta o factor homem.

"O homem é que deve receber a atenção primária para que ele possa trabalhar com o governo para a resolução desse problema. Há muita coisa a ser feita. O governo deve avaliar os seus programas, não só a nível das suas estruturas como também, a nível das comunidades. É necessário que as comunidades de base sejam o alvo das políticas do Governo, para que elas participem no processo de monitoria e avaliação de políticas públicas", frisou Willy Piassa, salientando que a questão do combate à pobreza não pode ser adiada.

A Rede Urbana de Luta Contra a Pobreza (RULCP) é uma plataforma de organizações que tem ramificações nas províncias do Uíge, Zaire, Kwanza-Norte, Bengo, Malange e Luanda, é de natureza autónoma e está a criar as condições para articular a rede, a nível de Angola.

A rede tem agendado para o próximo dia 21 de Novembro a realização de uma conferência da sociedade civil.

Refira-se que dados de um relatório recente produzido pela FAO, Programa Alimentar Mundial (PAM) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD), indicam que Angola, Brasil e Moçambique diminuíram as taxas de fome e subnutrição, entre 1990 e 2012, sendo Angola o que mais melhorias teve.

1.13 Angola com indicadores positivos no aumento da esperança de vida

Jornal de Angola
19 de Outubro de 2012

O ministro, que discursava na sessão do Comité Regional da OMS para África, acrescentou que as acções de controlo das principais endemias apresentaram avanços, nomeadamente a estabilização

da incidência, a prevalência e mortalidade por algumas patologias, especialmente HIV /Sida, malária e outras doenças.

José Van- Dúnem apontou a municipalização dos serviços de saúde como outro aspecto que facilita a obtenção de resultados positivos, pois facilita o acesso aos cuidados primários de saúde.

Apesar de reconhecer que há muito ainda por fazer, o titular da pasta da Saúde garantiu que "está em curso no país o plano de desenvolvimento da saúde até 2025". O ministro informou que não foi registado nenhum novo caso de pólio desde 2011.

Oportunidade ímpar

Para o ministro José Van-Dúnem, a sessão do Comité Regional da OMS/ África, a ter lugar em Angola no mês de Novembro, é uma oportunidade para o país dar mais um passo marcante no domínio da saúde no país.

Reunião regional

Angola recebe entre os dias 19 a 23 de Novembro a sessão do Comité Regional da OMS/ ÁFRICA, anunciou ontem em Luanda o director regional da organização, Luís Gomes Sambo, que disse ser uma honra Angola receber este importante acontecimento, "pelo que agradeço ao Executivo o apoio".

Luís Gomes Sambo informou que este ano o Comité Regional da OMS apresenta vários temas ligados às estratégias que os países africanos devem adoptar para melhorar a saúde e a qualidade de vida das populações.

Este ano, frisou, a OMS África vai fazer uma análise profunda da capacidade de resposta dos países em situações de calamidades de saúde pública e naturais e do relatório do director regional de 2010-2011.

Sobre o fundo criado em 2011 para ajudar países que venham a viver situações de calamidade, Luís Gomes Sambo disse que os Estados membros aplaudiram a iniciativa e muitos, tal como Angola, já estão a dar as suas contribuições.

Os participantes vão fazer uma análise às doenças crónicas e tomar medidas de cobertura em termos de medicamentos e recursos humanos, analisar e propor estratégias para a saúde em África como forma de prevenção e protecção contra as doenças. Luís Gomes Sambo frisou que durante a reunião de Luanda é ainda analisada a problemática do VIH/Sida, revista a estratégia actual, à luz de novas investigações em termos de fármacos.

A saúde e os direitos humanos, o regulamento sanitário internacional, por colocar problemas em termos de capacidade em certas regiões, são também temas prioritários.

Gomes Sambo disse que os países africanos também devem dar uma atenção especial às reformas que decorrem na organização.

I.14 Luta contra pobreza é tarefa da sociedade

Jornal de Angola
19 de Outubro de 2012

A sociedade angolana está cada vez mais empenhada na erradicação da pobreza e das desigualdades sociais. Ontem, no auditório da Mediateca de Luanda, realizou-se uma mesa redonda para refletir sobre o impacto da pobreza e da desigualdade em Angola.

Promovido pela Rede Contra Pobreza Urbana de Luanda em parceria com a Development Workshop, o encontro juntou agentes de desenvolvimento comunitário, académicos, estudantes e membros de organizações da sociedade civil que trabalham no âmbito do combate à pobreza e as suas consequências.

O debate teve por objectivo despertar, incutir e fazer interagir a sociedade civil para a importância da luta contra a pobreza e criar mecanismos capazes de combater a pobreza de forma eficiente. João Nganga foi o animador do debate e afirmou que "a luta contra a pobreza deve ser de todos os angolanos e não apenas do Executivo. É, verdade, que as políticas económicas, financeiras e sociais devem partir de quem está a governar. Nós como parceiros sociais temos a função de exigir e colaborar para que os gestores públicos façam mais e concretizem de forma prática os Objectivos do Milénio", disse.

João Nganga alertou também para as consequências da pobreza e das desigualdades sociais, como a delinquência, juvenil e adolescentes, o aumento da criminalidade, o fenómeno da gasosa, o assédio sexual nos locais de trabalho e a violência na família que cada dia está a ser evidente em todos os estratos do tecido social.

I.15 Fome em Angola, a luta

O País
19 de Outubro de 2012

O relatório de três agências das acções Unidas sobre a alimentação (FAO; PAM e FIDA), divulgado na

semana passada, provocou naturalmente reacções positivas em Angola. Todos quantos têm dado o seu esforço para o combate à fome sentiram, em grande medida, recompensado tal esforço pelo facto de haver hoje menos fome em Angola, numa redução de cerca de 57% em relação aos níveis do início da década de 90. Evidentemente que as estatísticas em Angola devem ser encaradas sempre com reservas, mas é indiscutível que a situação melhorou consideravelmente, pois os indicadores e evidências são suficientemente abundantes. O relatório faz referência à existência de cerca de 64% de angolanos subnutridos em 1992. Sabemos que a guerra foi a principal causadora dessa catástrofe, mas não podemos esquecer que para isso também contribuíram medidas de política que não permitiram que a produção de alimentos alcançasse os níveis desejados. nós, na altura, a ajuda internacional. Tenho criticado os chamados países doadores pelo modo como se têm comportado relativamente à ajuda aos países carentes para redução

da pobreza e para o combate à pobreza. Em 1996, quando de uma cimeira das Nações Unidas para a alimentação, decidiu -se fazer um esforço para reduzir de 840 para 400 milhões O número de pessoas que passavam fome no mundo até 2015, o que corresponderia a cerca de 22 milhões por ano. Em 2002 a FAO estimava serem necessários 24 mil milhões de dólares para atingir aquela cifra em 2015. Mas os países ricos responderam de forma obovra, o que motivou fortes críticas por parte do senegalês Jacques Diouf, então Director Geral da FAO. A crise global que emergiu em 2008 fez aumentar o nível de famintos no mundo para próximo dos mil milhões. O objectivo de 2015 não será alcançado.

Apesar disso, repito, foi valiosa a ajuda internacional, principalmente por parte dos EUA e da União Europeia, e não devemos esquecer isso. Do mesmo modo, é importante não esquecer o papel das agências das Nações Unidas e de muitas O Gs, nacionais e estrangeiras.

Hoje, infelizmente, é com tristeza que vejo o pouco ou nenhum reconhecimento sobre o esforço gigantesco então desenvolvido por tais actores. Uma dessas O Gs que mais se destacou, a ADRA, tem vindo a solicitar o seu reconhecimento como organização de utilidade pública, mas depara-se com uma confrangedora indiferença por parte das instituições competentes perante a falta de solução de problemas elementares, como a ausência de serviços nas áreas rurais, sobretudo do comércio, que permitiriam mitigar de modo significativo o problema da fome. Custa-me acreditar como não se entende

que, com pouco esforço financeiro' a agricultura familiar poderia aumentar consideravelmente a criação de emprego, a geração de rendimentos e a disponibilidade de alimentos. E reduzir um dos factores de crise social que nos atinge e promete persistir.

Com muito menos do que os mais de mil milhões de dólares gastos nos últimos dois anos com empresas públicas que tardam a mostrar correspondente nível de criação de empregos (apenas 30% dos trabalhadores da nova Fazenda Pedras negras, em Malanje, são angolanos) e de produção, seda possível, segundo os meus cálculos, multiplicar por cinco a produção actual com duas simples acções estruturantes: garantir sementes de mais qualidade e fertilizantes e correctivos, e impulsionar o serviço de comércio rural, com base no programa aprovado pelo Executivo desde 2009, mas quase paralisado sem que seja dada uma explicação. Com isso, estaríamos também a contribuir para reduzir o êxodo rural, um dos maiores cancro actuais da nossa sociedade.

Para enfrentarmos o desafio da eliminação da fome, Angola disporá de uma Estratégia de Segurança Alimentar. Ela foi aprovada em 2009 após um amplo processo de audição e debate, mas nunca foi implementado.

Não sei se essa Estratégia se mantém actual ou se serão feitos ajustamentos, ou ainda se será elaborada uma nova estratégia. Seja como for, o importante será que sejam mobilizados os necessários recursos para a sua implementação, não apenas financeiros, mas também os humanos e institucionais, conferindo-se uma verdadeira prioridade a um assunto, que, em minha opinião, não tem merecido, por parte dos órgãos competentes. Uma prioridade que deveria constituir a preocupação número um de todos os angolanos, pois estão em causa vidas humanas, principalmente numa altura em que novas ameaças pairam sobre a produção de alimentos em Angola e no mundo.

1.16 Novo Executivo garante emprego para todos

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

Baseando-se no Programa de Governação que o MPLA propôs aos eleitores nas eleições gerais de 31 de Agosto último, sustentou que a continuidade dos investimentos existentes e a sua potenciação permitirão gerar novos postos de trabalho.

O responsável falava à margem da cerimónia solene de abertura da 1ª sessão da III legislatura, presenciada pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos.

"Desta forma, poderemos reduzir, consideravelmente, o desemprego no País, no próximo quinquénio", sublinhou o secretário de Estado.

Sobre os desafios do sector que dirige, Sebastião Lukinda assegurou a continuidade das acções que vinha desenvolvendo: procurar corrigir os erros e aprimorar aspectos.

Já o diplomata Nelson Cosme aventou que o presente ano legislativo será promissor, no sentido de manter Angola no patamar que já atingiu e assumir-se como um país emergente.

A secretária de Estado para as Relações Exteriores, Ângela Bragança, afirmou esperar dos deputados acção fiscalizadora dos actos do Executivo melhor em relação à legislatura anterior.

"Esta missão está muito mais clara hoje nos diplomas legais que regem o funcionamento da As-

sembleia, e a função do parlamento terá um peso maior nesta legislatura", referiu.

"É preciso não esquecer que há um programa muito ambicioso para este mandato", sublinhou a responsável que diz esperar que os fundamentos da cooperação sejam aprofundados, prometendo trazer para a casa das leis uma visão daquilo que será uma maior volatilidade da política externa", aconselhou.

"A melhoria das condições sociais da população afigura-se uma das prioridades contidas no programa do MPLA para os próximos cinco anos", afirmou o secretário para a Política Económica e Social do partido, Manuel Nunes Júnior.

"Agora, o partido tem a responsabilidade de implementar as linhas de forças contidas no documento, com realce para os principais problemas sociais que afligem a população", frisou Manuel Júnior.

Sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, o político referiu que ainda está em elaboração e será a expressão financeira das grandes opções das políticas económicas contidas no Programa de Governação do MPLA.

O Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, declarou esperar que o relacionamento seja no respeito pelos princípios democráticos consagrados na Constituição.

Afirmou que o povo angolano, ao eleger José Eduardo dos Santos Presidente da República, fê-lo na certeza de que pode confiar serena e decididamente.

Enalteceu a trajectória histórica do Presidente da República na busca da liberdade, alcançada em 1975, e reforçada com a paz conseguida a 4 de Abril de 2002.

Considerou ser também o momento de dar resposta à realização do bem comum e da justiça social que caracteriza a República de Angola, para o qual o Presidente é chamado enquanto líder do processo que iniciou com a luta pela libertação nacional e se consolidou com a conquista da paz.

I.17 Futuro passa pela redução das desigualdades

Jornal de Angola
24 de Outubro de 2012

Jornal de Angola - A Organização das Nações Unidas (ONU) celebra hoje o 67º aniversário da sua criação. Que balanço faz quanto ao trabalho desenvolvido até aos dias de hoje?

Maria Valle Ribeiro - Um balanço positivo. A Organização das Nações Unidas, composta actualmente por 193 Estados-membros, foi fundada no fim da Segunda Guerra Mundial com o objectivo de garantir a paz, segurança e progresso no mundo, e trabalhar no sentido de evitar o surgimento de conflitos com proporções iguais às da Segunda Guerra Mundial. Claro está, que continuamos com muitos conflitos, muitos problemas, mas podemos dizer que os princípios que estão na base da Carta das Nações Unidas, os quais os Estados-Membros se comprometem a respeitar, não mudaram e são os da paz, segurança, direitos humanos, desenvolvimento e uma vida digna.

JA - Perante os conflitos existentes actualmente no mundo, não lhe parece que esses objectivos ainda estão longe de serem alcançados?

MVR - O secretário-geral das Nações Unidas tem dado uma atenção especial a esse assunto, com uma diplomacia de prevenção, ou seja, não podemos esperar que os conflitos aconteçam para podermos resolvê-los. Está certo que, como vimos no Afeganistão e noutras partes do mundo, continuamos a ter dificuldade em dar respostas adequadas a situações de conflito, mas cabe aos Estados-membros das Nações Unidas trabalharem juntos no sentido de encontrar uma forma adequada de abordar essas questões.

JA - Como se justifica que muitos países-membros registem tantos casos de violação dos direitos humanos?

MVR - Um dos aspectos mais importantes da reforma da Organização das Nações Unidas é o reforço do mandato dos direitos humanos. Temos a Declaração dos Direitos Humanos, o Tratado dos Direitos da Criança, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, que Angola ratificou há pouco tempo, mas também sabemos que os Estados-membros ainda não atingiram a realização plena desses direitos todos. É preciso desenvolver as capacidades, a consciência dos direitos que as pessoas têm, criar estruturas que possam permitir discutir e analisar os progressos e as violações dos direitos humanos.

JA - Que mecanismo as Nações Unidas pensam adoptar no sentido de garantir o respeito pelos Direitos Humanos?

MVR - No quadro da Reforma das Nações Unidas foi criado o Conselho dos Direitos Humanos, que não existia antes e do qual Angola faz parte, que tem a responsabilidade, não de supervisionar, mas de fazer um acompanhamento da aplicação das várias convenções e tratados sobre a matéria. Por isso, todos os países passam por um processo de revisão geral sobre os direitos humanos no seu território. Isso permite ter, a nível do Conselho dos Direitos Humanos, uma discussão franca de como os países podem garantir os direitos humanos. Quanto às violações desses direitos, é preciso que haja mecanismos que permitam às vítimas exprimir-se e dar respostas adequadas a esses problemas.

JA-Que mecanismos são esses?

MVR - O Conselho e o Alto Comissariado dos Direitos Humanos são os instrumentos de que as Nações Unidas dispõem para acompanhar a realização dos direitos humanos no mundo. Agora, cada país tem que assumir as suas responsabilidades com as leis que tem e ter a certeza que as leis não estão em contradição com os tratados. Cabe aos Estados-membros investir e tomar as medidas necessárias para a realização desses direitos. Quando dizemos que as crianças têm direito à educação temos de trabalhar para que existam escolas. Muitas vezes pensamos que direitos humanos são só coisas repressivas, mas eles também passam pelo desenvolvimento sustentável.

JA - Em 2001, foram estabelecidos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e estamos a pouco mais de dois anos para 2015. Parece-lhe que muitos países vão conseguir atingir essas metas?

MVR - Um relatório de várias agências das Nações Unidas sobre a situação da segurança alimentar e da má nutrição no mundo aponta que tem havido realmente progressos em relação a isso e que muitos países estão em condições de atingir as metas que há dez anos eram inatingíveis. Na redução da pobreza, temos registado progressos significativos no acesso ao emprego, à comida, à segurança alimentar, no aspecto económico, social e nutricional.

JA - Qual é a real situação de Angola?

MVR - Angola conseguiu, desde 1992, reduzir em mais de metade o número de pessoas, da população em geral, que sofre de falta de comida. Esse é um dos indicadores que é utilizado para medir a redução da pobreza. É verdade que, em metade desse período que foi avaliado, Angola estava em guerra, portanto havia muitas pessoas em situação precária de nutrição, mas, desde 2002 que o país está em paz e tem havido um progresso bastante grande. Outros países da Ásia, mas sobretudo da África subsariana, como o Malawi, Mali, Nigéria, Ruanda e vários outros vão conseguir atingir essa meta em relação à nutrição.

JA- Quais são os outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que no mundo e em Angola, em particular, têm registado progressos?

MVR - O acesso à educação básica é uma das metas que Angola também poderia atingir facilmente, assim como a igualdade de género, através da contabilização de meninas que estão na escola primária. A nível global é uma das metas que vai ser atingida em 2015. Também têm havido vários progressos a nível da redução da mortalidade das crianças com menos de cinco anos e da mortalidade materna. Outras metas que registam progressos no mundo são o acesso à água potável e os esforços feitos para diminuir o impacto das grandes endemias como a malária, tuberculose e o VIH/SIDA.

JA - Usou o termo "poderia" quando se referiu ao acesso à educação de base em Angola. Pensa que o nosso país ainda está longe dessa meta?

MVR - Não, não está nada longe. Em relação ao acesso universal ao ensino de base, não estou a falar do ensino secundário, Angola está por volta dos 80 por cento, sendo que nas áreas urbanas 85 por cento da população tem acesso ao ensino, nas áreas rurais está com 65 por cento. Isto quer dizer que Angola pode atingir os 100 por cento ou 95 por cento dessa meta do acesso ao ensino primário em 2015. Em relação, por exemplo, à igualdade de género, Angola já atingiu os números estabelecidos.

JA - A preservação do meio ambiente continua a ser um problema para as Nações Unidas?

MVR - Em relação ao meio ambiente tem sido mais difícil assegurar essas metas, porque dependem de um compromisso maior dos Estados-membros, o saneamento também é uma das metas que está difícil atingir. A questão é que 2015 chega daqui a três anos. O importante para as Nações Unidas é acelerar, no sentido de se atingirem essas metas, criar os mecanismos para consolidar os resultados, porque esses não são só para serem atingidos até 2015 e depois esquecer. Temos de continuar a trabalhar para aqueles que ainda não conseguimos atingir, por isso devemos acelerar e investir mais, para os que já conseguimos, consolidar e ter a certeza que os países vão continuar a garantir essas metas e começar a pensar na agenda para depois de 2015. Os desafios de desenvolvimento continuam, não vão parar em 2015.

JA - Qual vai ser a agenda das Nações Unidas para depois?

MVR - O secretário-geral das Nações Unidas criou um painel de alto nível para orientar e liderar esse processo de definição da agenda pós 2015. Angola foi escolhida como um dos 50 Estados-membros que vão participar num processo de consulta nacional da agenda pós 2015. Há vários aspectos nessa agenda: o primeiro é a consolidação daquilo que se conseguiu com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, porque realmente temos de conseguir erradicar a fome, continuar a reduzir a pobreza, eliminar as causas de mortalidade infantil, garantir o acesso à água, a participação das mulheres na sociedade. O segundo é definir as questões que

não foram tidas em conta nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e que precisam ser consideradas na agenda pós 2015, para garantir uma sustentabilidade e também para ter uma abordagem mais integrada em relação ao progresso.

JA-O que significa isso?

MVR - Quando se fala nisso, fala-se da distribuição dos benefícios do desenvolvimento económico. O desenvolvimento económico é bom e importante, mas não é só o crescimento económico que faz o país evoluir, por isso tem de haver mecanismos de redistribuição e redução das desigualdades existentes. Por exemplo, o Inquérito sobre o Bem-estar da População (IBEP) em Angola mostrou que havia certas desigualdades entre determinadas faixas etárias da população, o meio urbano e o rural, e esse tipo de desigualdades tem de ser uma das prioridades da agenda pós 2015, no sentido de ser um desenvolvimento cada vez mais inclusivo.

JA - Qual é o terceiro aspecto?

MVR - O terceiro aspecto importante que é preciso ter em conta na agenda pós 2015 é a questão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, que é, de um lado, a questão da sustentabilidade ambiental, e por outro a sustentabilidade dos investimentos, das acções que são tomadas em relação ao desenvolvimento. Por exemplo, para conseguir o acesso universal ao ensino primário temos de ter escolas primárias, mas isso não quer dizer que vamos construir uma escola primária em cada aldeia ou lugar, porque sabemos que isso não é sustentável, mas vamos estudar qual é a maneira mais sustentável de conseguirmos esse sistema.

JA - De uma forma global, pode dizer-se que todos os países vão atingir essas metas?

MVR - O que se pode notar é que tem havido progressos em quase todos os países em relação a todas as metas, mas nem todos vão conseguir atingir essas metas por completo. O último relatório, de 2012, aponta que os países da África subsaariana podem atingir as metas da igualdade no ensino e do combate às grandes endemias. Em relação as outras metas, todos os países dessa região estão em amarelo, ou seja, estão no bom caminho para as atingir.

I.18 Revela banco mundial: Angola é das economias que mais progride quanto á facilidade em fazer negócios

O País

26 de Outubro de 2012

Angola tornou-se, nos últimos anos, um país mais 'amigável' para quem quer realizar negócios. É uma das 50 economias que mais progrediram, desde 2005, no plano das práticas regulatórias dos negócios, ou seja das normas e práticas que podem ou não aliciar empresários e investidores interessados em realizar negócios, podem ou não contribuir para que o espírito empreendedor consiga singrar. É o que revela a edição deste ano do relatório do Banco Mundial sobre a matéria, o conhecido 'Doing Business', divulgado esta semana.

Refira-se que o 'Doing Business' analisa regulamentações aplicáveis às empresas nacionais durante o seu ciclo de vida, incluindo a sua constituição e operações, comércio exterior, pagamento de impostos, e a proteção de investidores. A classificação agregada é baseada em 10 indicadores e cobre 185 economias. Ressalve-se que o 'Doing Business' não mede todos os aspetos do ambiente de

negócios que são importantes para empresas e investidores.

Por exemplo, o relatório não mede questões relativas à gestão fiscal, estabilidade macroeconómica, nível de qualificação, ou solidez do sistema financeiro.

Nesta edição de 2013, a décima edição da série global de relatórios 'Doing Business', o documento do Banco Mundial analisa o que cada economia já percorreu desde 2005 até ao que chama a 'fronteira' a alcançar. Esta fronteira mais não é que o melhor desempenho registado por uma das dezenas de países listados e analisados no estudo. Na fronteira' fixada pela 'Doing Business' funciona assim como uma espécie de 'benchmark' para os diferentes países e para os vários aspetos regulatórios considerados no relatório.

Entre os 50 países que mais progrediram

Angola é um dos países que mais evoluíram, tendo em conta os dez indicadores utilizados para aferir se uma determinada economia oferece um quadro regulatório favorável à realização de negócios. Encontra-se na 24ª posição na lista de países que mais avanços têm registado, tendo conquistado, desde 2005, 11 pontos percentuais em direção à fronteira que assinala o melhor desempenho. Refira-se que entre dos dez países que lideram a tabela que reúne as economias que, desde 2005, mais se aproximaram dos desempenhos mais elevados em a matéria desburocratização, simplificação e transparência dos procedimentos, regulamentos e condições que condicionam a realização de negócios figuram dois da África de Subsariana: o Ruanda (na segunda posição com um progresso de 26,5 nos pontos percentuais) e o Mali (na sétima posição com 15,8 pontos percentuais) .

Angola registou mesmo avanços muito significativos relativamente a alguns dos indicadores considerados. No que respeita, por exemplo, à facilidade em dar início a um negócio, indicador em que avançou, desde 2005, 53 pontos percentuais (numa escala em que 100 coincide com a 'fronteira', o horizonte a alcançar). Encontra-se também entre os países que mais se aproximaram das economias que apresentam, desde 2010, os melhores desempenhos em matéria de subscrição de uma conta de eletricidade galgou 10 pontos percentuais, faltando-lhe agora percorrer 35 pontos percentuais para atingir a 'fronteira' .

A meio caminho no registo de propriedade

O nosso país encurtou ainda, desde 2005, a distância que levava das melhores economias no que toca ao registo de propriedade. Avançou, neste capítulo, 27 pontos percentuais, aparecendo agora

como tendo percorrido já 54 % do caminho que conduz à 'fronteira'. Angola foi dos países no mundo que mais reduziu os custos inerentes à transferência de propriedade graças à redução da sisa e do imposto de selo. Aliás, nota o relatório, foi na África Subariana que ocorreram, nos últimos oito anos, o maior número de reformas relacionadas com o registo de propriedade. Mas, se os custos se reduziram o tempo que é necessário despende para a efetivação de um registo de propriedade não encolheu - ainda absorve uns penosos 184 dias.

Em Portugal, por exemplo, registar uma propriedade toma um único dia.

O desempenho do país em relação a outros indicadores considerados pelo Banco Mundial ainda se revela muito insuficiente. É o caso do número de documentos exigidos para efetuar uma exportação (11, contra os 2 exigidos em França, o país/'fronteira' na matéria). É também o caso dos procedimentos, tempo gasto e custos implicados na resolução, pelos tribunais, de diferendos comerciais e disputa sobre contratos. Se houver desentendimento num negócio, os envolvidos devem preparar-se para esperar um bom tempo e passar por um conjunto de procedimentos, que não são baratos, até obter o veredicto da justiça. Neste domínio, Angola é remetida para uma modesta 184ª posição. Também a resolução de insolvências apresenta no nosso país, segundo o relatório, um desempenho medíocre. Um processo de falência só encontra o seu desfecho ao cabo de 6,2 anos, ao passo que nos países que apresentam os melhores desempenhos neste indicador o problema resolve-se em menos de um ano.

Globalmente, e apesar dos progressos verificados, Angola ocupa a 172ª posição no ranking do Banco Mundial relativo ao clima de negócios. No que refere às classificações parciais do país em função dos 10 indicadores considerados pela 'Doing Business', Angola apresenta o seu melhor desempenho ao nível da 'protecção dos investidores' (70º lugar). O indicador em que o país registou um maior avanço foi o relativo à obtenção de electricidade (113º lugar). Seguem-se posições relativamente modestas no que respeita aos restantes indicadores: autorização para construir (124º lugar), obtenção de crédito (129º), registo de propriedades (131º), pagamento de taxas e impostos (154º), resolução de insolvências (162º), facilidade de comércio com o exterior (164º), arranque de um negócio (171º), resolução de disputas contratuais (183º).

Milhares de reformas numa única década

Durante a última década, os relatórios 'Doing Business' registaram cerca de 2.000 reformas regulatórias implementadas em 180 economias. Desde 2005, o tempo médio para abrir uma empresa caiu de 50 para 30 dias e, nas economias de baixo ou médio rendimento foi reduzido pela metade. Nos últimos oito anos, o tempo médio para transferir uma propriedade diminuiu 35 dias, caindo de 90 para 55 dias, e o custo médio diminuiu 1,2 pontos percentuais, caindo de 7,1 % do valor do imóvel para 5,9%. Nos últimos oito anos, melhorias reduziram em 54 horas, em média, o tempo anual necessário para pagar os três principais impostos medidos pelo relatório (que tributam o lucro, trabalho e consumo). No ano passado, segundo o estudo, 108 economias implementaram 201 reformas regulatórias que aumentaram a facilidade em fazer negócios. A maioria das reformas ocorreu na Europa de Leste & Ásia Central 88 % das economias nesta região tiveram reformas em pelo menos uma das áreas medidas pelo 'Doing Business'.

Singapura liderou a classificação global relativa à facilidade para fazer negócios pelo sétimo ano consecutivo. Também na lista das 10 economias com as melhores regulações para fazer negócios destacam-se Hong Kong RAE, China; a Nova Zelândia; os Estados Unidos; a Dinamarca; a Noruega; o Reino Unido; a República da Coreia; a Geórgia; e a Austrália.

Portugal é o único país de língua portuguesa a figurar entre os 100 Estados onde é mais fácil fazer negócios, sendo Cabo Verde a segunda economia lusófona melhor colocada, e a Guiné-Bissau a pior. O Brasil ocupa a 130ª posição.

I.19 Primeiros financiamentos concedidos no âmbito do angola Invest

O País

26 de outubro de 2012

O BCI é o primeiro banco a implementar o Angola Invest.

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) concedeu formalmente, no âmbito do Programa Angola Invest, os primeiros financiamentos a três empresas angolanas, avaliados em Kz 434 milhões.

O banco concedeu Kz 367 milhões a uma média empresa, situada na província do Kwanza Sul, para financiar uma indústria de Transformação alimentar que se dedicará à produção de sumos e de polpa de frutas, e Kz 35 milhões a uma pequena empresa

vocacionada para a confecção de alimentos, sediada em Luanda. A terceira empresa recebeu Kz 32 milhões para empreender um negócio ligado à produção, purificação e comercialização de água mineral na região do Kwanza Norte. O BCI assinou, no âmbito do Programa Angola Invest, um contrato com o Governo angolano para a recepção de Kz 2.000 milhões. Deste valor, Kz 1.000 milhões serão destinados à concessão de créditos bonificados e outros mil milhões a financiamentos assegurados pelo Fundo de Garantia criado pelo Executivo.

As linhas de crédito bonificado permitem aos empresários a possibilidade de terem um crédito com uma taxa de juro anual máxima de 5%, dado que o Estado apoia com o pagamento parcial dos juros inerentes ao financiamento. Por outro lado, através do Fundo de Garantia de Crédito, o Estado poderá dar garantias parciais que facilitem a concessão de crédito. Estas garantias públicas de crédito podem ser e I no âmbito do crédito bonificado ou de outro tipo de crédito a ser analisado. Existirá uma comissão anual de garantias de 2% sobre o valor dos saldos vivos garantidos e em dívida em cada momento.

Dos 20 bancos envolvidos no Programa governamental Angola Invest, o BCI é o primeiro a concretizar os financiamentos com benefícios destinados a micro, pequenas e médias empresas (MPME's).

De acordo com o regulamento do programa, as microempresas podem receber um financiamento de até Kz 20 milhões, as pequenas até Kz 50 milhões, enquanto as médias até Kz 100 milhões.

Projetos apoiados

À margem do acto de subscrição, o presidente do conselho de administração do BCI, Filomeno Ceitas, disse à imprensa-que a sua instituição aderiu ao programa Angola Invest de forma segura, isto é, com projectos de MPME's. 'Entrámos nesse projecto de forma segura e a prova é que somos os primeiros, dos 20 bancos concorrentes, em condições de implementar o Angola Invest', disse o gestor.

Por sua vez, Luis Serrote, signatário do crédito pela empresa, fazenda A 27, do Kwanza Sul, agradeceu a iniciativa do Governo e prometeu honrar o compromisso e dignificar a classe empresarial do país. Recebeu Kz 367 milhões para investir numa unidade fabril de polpa e sumo de frutas com capacidade de processar 20 toneladas / dia e que será implementada numa área de 50 mil metros quadrados. Prevê-se que

a unidade vá criar 80 postos de trabalho directos e 100 indirectos.

Já a empresária da Salgadinhos, Lídia Monteiro, uma das beneficiárias, disse que o programa é de grande importância porque vem apoiar a classe empresarial nacional.

Aderimos ao financiamento do BCI porque estamos com novos projectos de optimização da empresa e vamos cumprir com o estipulado no acordo', disse a empresária' salientando que pretende estender o negócio a outras províncias de Angola.

Angola Invest é um programa do Executivo angolano que visa criar e fortalecer as MPME's nacionais, contemplando linhas de crédito bonificadas e um mecanismo de garantias públicas.

O programa elege como sectores prioritários a agricultura, pecuária, pescas materiais de construção, serviços de apoio ao sector produtivo, indústria transformadora e geologia e minas.

Apelo ao rigor

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, exortou, por seu turno, os utilizadores dos financiamentos públicos, no âmbito do Programa Angola Invest, a primarem pelo rigor na implementação dos seus projectos empresariais.

O governante considerou que os empresários devem ser rigorosos na aplicação dos valores recebidos porque 'só desta forma sairão vitoriosos o Executivo e os empresários'. Abraão Gourgel apelou ainda aos empresários nacionais para a necessidade do recurso aos estudos de viabilidade dos seus projectos económicos, condição para que os objectivos traçados tenham sucesso.

I.20 A Universidade e a Pobreza

Jornal de Angola
30 de Outubro de 2012

A pobreza é hoje um assunto que está no centro das nossas preocupações. Tanto é assim que várias instituições, além do Estado, que tem executado, por via dos seus órgãos, programas de combate à pobreza, têm se batido de forma recorrente pelas melhores formas de tirar milhares de pessoas de situações de carência.

É inegável o contributo que muitas instituições, públicas e privadas, dão à procura das melhores soluções para superarmos a pobreza no nosso país. O problema da pobreza exige soluções que passam

por actuações multidisciplinares. Combater a pobreza é um processo que exige investimentos em diferentes áreas. O combate à pobreza não pode estar dissociado do processo da construção do desenvolvimento, que garante boa qualidade de vida aos cidadãos.

Trabalha-se intensamente no país para que os angolanos possam ter uma vida digna, e são notáveis os esforços que os governantes fazem no sentido de proporcionar às populações o que elas necessitam.

O combate à pobreza é transversal, e, sendo transversal, ele exige um esforço de vários sectores da nossa sociedade. A luta contra o analfabetismo é, por exemplo, uma forma de combate à pobreza, na medida em que pode dar competências a muitos milhares de cidadãos para realizarem actividades produtivas, resultando daí rendimentos capazes de dar sustento às suas famílias e até de gerarem grandes negócios, que podem ser úteis à economia. A multiplicação de negócios diversos no país, que sejam prósperos, é garantia, de mais empregos e de mais riqueza. A pobreza combate-se, não apenas por via de investimentos públicos, com uma intervenção do Estado na Economia, necessária neste estágio do nosso desenvolvimento, mas também com a iniciativa privada empreendedora.

É facto assente que o Estado não deve intervir em todas as actividades económicas como agente económico, uma vez que há necessidade, para bem da economia, de dar espaço à iniciativa privada.

A nossa Constituição dispõe, a propósito, que "a organização e a regulação das actividades económicas assentam na garantia geral dos direitos e liberdades económicas ... " A livre iniciativa empresarial é um motor da actividade económica do país e não é por acaso que o Estado tem promovido incentivos para que haja um sector empresarial nacional forte. Os incentivos à criação de pequenas e médias empresas constituem um importante passo no sentido da eliminação da pobreza em Angola.

A existência no país de um instituto público que cuida especificamente das micro, pequenas e médias empresas é revelador do interesse do Estado em manter a economia aquecida para gerar oportunidades de emprego a muitos milhares de angolanos, particularmente jovens. É digno de registo o facto de o combate à pobreza estar a ser motivo de debate por instituições de ensino superior, na perspectiva de professores e estudantes universitários poderem dar contributos à procura de soluções para um problema que afecta muitos angolanos.

Tomámos boa nota do debate promovido por uma universidade pública angolana à volta do problema da pobreza, tendo-se discutido temas pertinentes como "crescimento, desigualdade e pobreza", "empreendedorismo como factor do desenvolvimento e combate à pobreza" e "contribuição dos bancos para a erradicação da pobreza".

Os referidos temas, discutidos nas III Jornadas Científicas da Faculdade de Economia da Universidade 11 de Novembro (UON), constituem um sinal de que as instituições de ensino superior começam a interessar-se pela resolução dos problemas da sociedade. Já escrevemos neste espaço que as instituições de ensino superior devem estar atentas aos grandes problemas da sociedade e procurar, por via do saber técnico e científico, soluções que ajudem os poderes públicos a optar pelos caminhos que nos levem a ter uma vida melhor.

É importante que as instituições de ensino superior estejam empenhadas em ajudar a encontrar soluções para problemas da pobreza. Era bom até que houvesse colaboração estreita entre as universidades e aqueles que têm de gizir políticas públicas de combate à pobreza.

A investigação científica que as universidades podem desenvolver é de sem dúvida de grande utilidade para dar solução a muitos problemas sociais. O vice-governador de Cabinda para o Sector Económico, Romão Macário Lembe, admitiu que a chave para o combate à pobreza reside das também na investigação científica, com o concurso do corpo docente e discente das universidades. Que o combate à pobreza suscite um debate generalizado em várias universidades públicas e privadas que temos no país, no sentido de podermos o mais depressa possível erradicar definitivamente um mal que afecta muitos lares angolanos. Que o problema da pobreza do país não seja apenas uma preocupação do Executivo, mas também de instituições que, pela sua natureza, podem dar valiosos contributos à criação de condições de bem-estar para todos os angolanos.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Vários projectos são financiados

Jornal de Angola
3 de Outubro de 2012

Pelo menos 30 jovens, no município do Cazenga, em Luanda, vão receber financiamento do Balcão Único do Empreendedor (BUE), no âmbito da melhoria das condições de vida da população e combate à pobreza, revelou ontem o responsável da Unidade Técnica do BUE/Cazenga, Manuel Viana.

Entre os projectos a serem financiados, destacou a abertura de estações de serviço, serralharias, marcenarias, carpintarias e salão de cabeleireiro.

Manuel Viana disse que a instituição está a identificar cidadãos com espírito de empreendedorismo para que possam beneficiar de financiamento para os seus projectos.

O trabalho está a ser desenvolvido por técnicos especializados junto das comunidades, para identificar cidadãos e profissionais como serralheiros, que não têm disponibilidade ou conhecimento da existência do Balcão Único do Empreendedor, para legalizarem seu negócio.

No programa, segundo Manuel Viana, o cidadão contemplado tem direito a financiamento e outros pacotes que o BUE oferece, para a criação de microempresa.

O responsável revelou que, desde a abertura do BUE, 1.232 cidadãos beneficiaram de micro crédito e 120 legalizaram os seus negócios.

A abertura dos balcões em todo país se enquadra na estratégia do Executivo contra a pobreza.

2.2 Conselho de Administração da ZEE traça plano estratégico 2012/2015

O Independente
20 de Outubro de 2012

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) concedeu formalmente na pretérita quinta-feira (18), no âmbito do Programa Angola Invest, os primeiros financiamentos a três empresas angolanas, avaliados em 434 milhões kwanzas. O banco concedeu 367 milhões de kwanzas a uma média empresa, situada na província do Kwanza-Sul, para financiar uma indús-

tria de transformação alimentar, que se dedicará à produção de sumos e de polpa de frutas.

O segundo financiamento, no valor de 35 milhões de Kwanzas foi direccionado para uma pequena empresa vocacionada à confecção de alimentos, sediada em Luanda. A terceira empresa recebeu 32 milhões de kwanzas para empreender um negócio ligado à produção, purificação e comercialização de água mineral na região do Kwanza-Norte.

No âmbito do Programa Angola Invest, o BCI assinou um contrato com o Governo angolano para a recepção de dois mil milhões de Kwanzas. Deste valor, AKZ 1000 milhões serão destinados à concessão de créditos bonificados e outros mil milhões Kwanzas para financiamentos através do Fundo de Garantia criado pelo Executivo.

As linhas de crédito bonificado permitem aos empresários a possibilidade de terem um crédito com uma taxa de juro anual máxima de cinco por cento, dado que o Estado apoia com o pagamento parcial dos juros inerentes ao financiamento.

O Estado, através do Fundo de Garantia de Crédito, poderá dar garantias parciais que facilitem a concessão de crédito. Estas garantias Públicas de Crédito podem ser no âmbito do crédito bonificado ou de outro tipo de crédito a ser analisado. Para acesso ao Fundo de Garantia de crédito, existirá uma comissão anual de garantias que terá de ser paga, de dois por cento sobre o valor dos saldos vivos garantidos e em dívida em cada momento.

Dos 20 bancos envolvidos no Programa governamental Angola Invest, o BCI é o primeiro a concretizar os financiamentos com benefícios destinados a Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's). De acordo com o regulamento do programa Angola Invest, as micro-empresas podem receber um financiamento de até 20 milhões de Kwanzas, as pequenas, 150 milhões Kwanzas, enquanto as médias até AKz 500 milhões.

A margem do acto de subscrição, o presidente do Conselho de Administração do BCI Filomeno Ceitas, disse à imprensa que a sua instituição aderiu ao programa Angola Invest de forma segura, isto é, com projectos de MPME's. "Entramos nesse projecto de forma segura e a prova é que somos os primeiros, dos 20 bancos concorrentes, em condições de implementar o Angola Invest", disse o gestor.

Constituem sectores prioritários para aceder ao crédito do programa Angola Invest a agricultura, pecuária, pescas materiais de construção, serviços de

apoio ao sector produtivo, indústria transformadora e geologia e minas.

2.3 Microcrédito atrai milhares de habitantes do Cazenga

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

No município do Cazenga, milhares de pessoas continuam a procura do microcrédito para dar outra dinâmica ao seu negócio, deu a conhecer quinta-feira, 18, em Luanda, o coordenador do Balcão Único do Empreendedor (BUE), Almeida Canga.

Em contrapartida, cerca de 12 mil cidadãos já entregaram os seus processos no BUE, neste município de Luanda, desde a sua abertura em Maio do ano em curso, para a obtenção do microcrédito, assim como a constituição e legalização dos seus negócios.

O responsável explicou que a cedência de microcrédito a pequenos empreendedores é uma das formas de se potenciar a economia angolana.

Para o responsável, esta medida consiste na disponibilização do microcrédito, no qual os valores disponibilizados, para ser considerado um micro empreendedor, não podem ser superior a 25 milhões de Kwanzas.

"O microcrédito não é um valor alto, mas, circunstancialmente, aceitável para que as pessoas possam dar início ao seu micro negócio", disse.

Adiantou serem requisitos necessários, para que os cidadãos interessados tenham acesso ao microcrédito disponibilizado pelo Executivo, ser munícipe da área onde está implantado o BUE, ser angolano, apresentar um atestado de residência, declaração de morador, uma fotografia, uma fotocópia do B.I. e uma factura proforma.

Disse ser necessário direccionar os meios a solicitar para o negócio que pretende, para engrandecer o negócio e contribuir para o desenvolvimento.

2.4 Condições para concessão de empréstimo explicadas aos empreendedores do Caxito

Jornal de Angola

22 de Outubro de 2012

O Banco BIC tem disponíveis eis mil milhões de kwanzas para em atribuído no âmbito do Programa Angola Investe, revelou na emana passada no Caxito,

o director ara a área de particulares e negócios da instituição bancária, Francisco Lourenço.

Em declarações à imprensa, no final de um encontro de esclarecimento com empresários da província do Bengo, o responsável referiu que o montante está disponível e a instituição aguarda pelos projecto dos operadores para análise e aprovação.

Segundo ele, as áreas prioritárias são as definidas no programa Angola Investe. "Os montante e tão disponíveis. Não temos definido se vão para esta ou aquela província. De acordo com as solicitações, vamos analisar e depois aprovamos os pedidos", explicou o bancário. Francisco Lourenço disse ainda que o encontro de esclarecimento com os empresários foi o primeiro passo, augurando que, a partir da próxima semana, comecem a dar entrada os projectos para financiamento. "Até ao momento não temo pedidos de financiamentos da província do Bengo".

Angola Investe é um programa do Executivo Angolano destinado a criar e fortalecer as micro, pequenas e médias empresas (MPME) nacionais, através de linhas de crédito bonificadas e de um mecanismo de garantias públicas.

O programa dispõe de cerca de 25 mil milhões de kwanzas para apoiar os empresários angolanos.

Constituem sectores prioritários para aceder ao crédito do programa Angola Invest a agricultura, pecuária, pescas, materiais de construção, serviços de apoio ao sector produtivo, indústria transformadora e geologia e minas.

O programa está a ser operacionalizado por 20 bancos.

2.5 Camponesas beneficiaram de microcrédito

Jornal de Angola

24 de Outubro de 2012

Um universo de 1.604 mulheres rurais dos municípios do Dande, Nambuangongo e Ambriz, na província do Bengo, beneficiaram de microcrédito entre 2008 e 2010, informou ontem, no Caxito, a directora provincial da Família e Promoção da Mulher.

Joana Pinto disse que, para este ano, já estão incluídas 110 mulheres. Estas candidatas aguardam a recepção dos referidos créditos, desde que haja autorização das agências bancárias.

A responsável defendeu a cedência de crédito a mais mulheres rurais da província do Bengo, situação que pode facilitar o incremento de projectos socioeconómicos nas comunidades.

A par disso, a directora da Família e Promoção da Mulher do Bengo disse que a instituição que dirige formou, ao longo deste ano, 560 parteiras tradicionais.

Nos próximos dias, está prevista a realização de mais uma acção formativa de parteiras tradicionais, em que vão participar cerca de 30 mulheres da localidade de Quinjanda, no muniípio do Dande.

2.6 Empresários da região do Kwanza-Sul são informados sobre Angola Investe

Jornal Angola
29 de Outubro de 2012

O responsável da empresa Goiabacontas, Luís Alberto Cristóvão, promotor do seminário, esclareceu que o programa visa igualmente a criação de condições para o combate à pobreza, bem como fomentar o emprego e auto-emprego.

Luís Alberto Cristóvão disse que, com este programa, o Executivo põe à disposição dos empresários um instrumento para desenvolver um programa de capacitação das empresas, promover a produção nacional e diversificar a economia.

Luís Alberto disse que para a aplicação do programa, o Executivo tem disponível uma linha de crédito avaliada em três mil milhões de dólares até 2015, com garantias públicas de até 70 por cento do crédito concedido.

Sectores a apoiar

De acordo com o empresário, o programa Angola Investe dá prioridade aos sectores agrícola, pecuário, pescas, materiais de construção, indústria transformadora, geologia e minas e serviços de apoio ao sector produtivo .

Segundo o prelector, para aceder ao crédito Angola Investe, as empresas necessitam de estar bem organizadas com a respectiva contabilidade e registadas e certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

O responsável da empresa Goiabacontas deu a conhecer que todos os bancos comerciais nacionais têm disponíveis verbas para apoiar os empresários interessados em aderir ao programa, que tem um

fundo global de garantias públicas até mil milhões de dólares.

O limite de financiamento para uma micro empresa vai até 200 mil dólares, para as pequenas 1,5 milhões, ao passo que para as médias empresas está estipulado o montante de cinco milhões de dólares", esclareceu.

Benefícios fiscais

O responsável informou que os empresários com acesso ao financiamento bonificado vão beneficiar da redução de taxas previstas no código de impostos industriais, isenção do imposto de consumo sobre as matérias-primas, do imposto de selo para as micro-empresas, entre outros benefícios. Luís Alberto Cristóvão, depois de responder a algumas questões que lhe foram colocadas, apelou aos empresários a aproveitarem todas as iniciativas do Executivo, "não deixando o comboio passar para futuramente não terem problemas quanto ao funcionamento das respectivas empresas".

Luís Alberto agradeceu a presença dos empresários locais e anunciou que actividades do género vão abranger todos os municípios da província, para esclarecer a classe empresarial do propósito do lançamento pelo Executivo do programa Angola Investe.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Entre a Rua e a Escola

Nova Gazeta
4 de Outubro de 2012

A falta de emprego é apontada por muitos jovens ambulantes como a principal razão por optarem vender nas ruas. Daniel Silva, de 22 anos, morador do Sambízanga, vende há mais de dois anos. Tem mulher e dois filhos e, nem por isso, encontra obstáculos que o privem das suas atividades, nem motivos para não frequentar a escola. Com um ar desolado, jovem desabafa que não era este o emprego que um dia almejou para si e que, durante algum tempo, "procurei emprego, mas estava difícil, por não ter qualquer formação profissional". Cuidadoso, explica que "não podia passar o dia em casa, preferi vender para não seguir outros caminhos".

Daniel Silva frequenta a 7ª classe, garante não se envergonhar do que faz e promete, apesar do pouco tempo que tem para revisar os cadernos, fazer "todos os esforços para transitar de classe".

Para estudar e trabalhar, diz o jovem ambulante, é preciso "muita força de vontade" e o "grande desejo de querer mudar de vida". Por isso, não poupou esforços em juntar dinheiro, com os lucros das vendas, que lhe suportam os estudos.

Daniel Silva tem, no entanto, outros planos para os filhos, pois deseja que os mesmos tenham uma sorte diferente. "A venda- ambulante é uma alternativa e não uma opção de vida".

É esta convicção que lhe dá forças para, todos os dias e a "pensar no futuro dos meus filhos", depois do negócio, ir para o "cubico" preparar-me e, em seguida, ir à escola". Os jovens dizem-se agastados com "a falta de interesse das autoridades, que estão mais preocupadas em expulsá-los das ruas do que com o que acontecerá depois disso".

Caso bem diferente é o de Victor de Oliveira, de 24 anos, sete dos quais dedicados à venda ambulante. Assume preferir a rua porque algumas empresas "pagam salários miseráveis".

No entanto, garante que "quer muito voltar às aulas e concluir os estudos, desde que as condições estejam criadas".

Victor Oliveira também tem dois filhos e mulher e sente que não tem condições de estudar: não tem dinheiro para pagar uma escola privada e não consegue juntar dinheiro para entrar numa escola pública. "Cobra-se muito dinheiro", desabafa. Adilson Victor, de 23 anos, e Fernando Chiteculo, de 21, ambos ambulantes há quatro anos, lamentam "a falta de incentivos que aliciem os jovens zungueiros a outras práticas, de forma a garantir um melhor enquadramento social". "Estamos na rua não porque somos analfabetos ou delinquentes, mas temos necessidades como qualquer outra pessoa. Queremos fazer cursos para podermos ter empregos mais dignos e estarmos em condições de custear os nossos próprios estudos", asseguram.

3.2 Consumidor e fiscalização

Jornal de Angola
05 de Outubro de 2012

Os consumidores angolanos têm direitos plasmados não apenas na Constituição, mas nas leis ordinárias.

Em Angola existe um Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) que tem contribuído para a salvaguarda da qualidade de bens e de serviços solicitados pelos cidadãos no mercado.

É cada vez mais activa a intervenção do INADEC na protecção dos consumidores, havendo inúmeros casos de irregularidades cometidas por comerciantes e detectadas por aquele organismo, cuja função é velar pela qualidade do que está à venda nos estabelecimentos comerciais.

O INADEC tem trabalhado intensamente para os consumidores serem protegidos de comerciantes egoístas que, na mira do lucro fácil, põem em risco a saúde pública, sem o mínimo respeito pelas leis do país que impõem a observância de procedimentos destinados a não criar problemas aos que adquirem bens e serviços de natureza diversa.

Temos também conhecimento que já se regista maior colaboração entre os diversos organismos que concorrem para a defesa do consumidor, deixando pouco espaço aos que procuram enganar os clientes, vendendo bens impróprios para consumo.

A fiscalização é sempre uma boa medida preventiva para se evitarem graves problemas, sobretudo quando se trata de impedir que comerciantes ponham em perigo vidas humanas. Quando se fiscaliza com regularidade e com bons recursos humanos e técnicos obtemos sempre resultados satisfatórios no interesse da comunidade.

O interesse público tem de estar sempre no centro das preocupações das instituições do Estado, que deve prosseguir permanentemente a criação das condições para os cidadãos terem boa qualidade de vida.

Os órgãos públicos devem adoptar medidas de prevenção quando se trata de evitar que aconteçam situações que lesem direitos e interesse legítimos dos cidadãos.

A experiência ensina-nos que a prevenção evita custos de natureza diversa pelo que é importante que o Estado aposte na criação de condições que levem os cidadãos a viverem com maior segurança e bem-estar. Temos de ter no país instituições atentas às violações das leis. Ninguém está acima das leis, que têm ser respeitadas por todos.

A defesa do consumidor está prevista na Constituição, o que demonstra que ao atribuir-se dignidade constitucional àqueles que adquirem bens e solicitam serviços se pretendeu proteger os que, por via da relação de consumo, podem ver os direitos lesados.

O artigo 78º, nº 1, da Constituição dispõe que "o consumidor tem direito à qualidade dos bens e serviços, à informação e conhecimento, à garantia dos seus produtos e à protecção na relação do consumo".

Estabelece o artigo 78º, nº2, que o consumidor tem direito a ser protegido no fabrico e fornecimento de bens e serviços nocivos à saúde e à vida, devendo ser ressarcido pelos danos que lhes sejam causados".

E bom que todos conheçam estas disposições constitucionais e outras leis ordinárias que protegem os seus direitos como consumidores.

E importante que os consumidores angolanos tenham a cultura da reclamação quando os seus direitos são violados.

A ausência de cultura de reclamação leva os comerciantes a cometerem cada vez mais irregularidades. Se forem muitos a exigir que sejam bem servidos pelos comerciantes, passamos a dispor de mais bens e serviços com qualidade.

Temos toda a consciência dos perigos para a saúde que podem decorrer da comercialização de bens impróprios para consumo, pelo que as acções do INADEC para protecção do consumidor devem ser mais sofisticadas e abrangerem um número cada vez maior de áreas, de forma a aumentar a quantidade das pessoas protegidas das condutas ilegais de comerciantes que dolosa e irresponsavelmente põem

no mercado produtos que podem causar graves problemas à saúde pública.

Há no país muitos atropelos aos direitos do consumidor. É necessário que o INADEC se muna de estruturas e recursos humanos que lhe permitam actuar com maior eficiência e detectar as irregularidades, que não são poucas, que se registam no dia-a-dia no mercado.

Se o INADEC for cada vez mais activo na sua missão preventiva de defesa do consumidor, temos a certeza de que os transgressores das leis relativas ao consumo têm poucas possibilidades de cometerem ilegalidades.

E dado adquirido que há um grande trabalho a fazer a nível da defesa do consumidor, mas temos a certeza que o INADEC, pela experiência adquirida ao longo de vários anos, pode contribuir grandemente para todos nós não sermos vítimas de práticas que põem em causa a nossa saúde e os nossos interesses.

3.3 Mercados de rua no Kilamba-Kiaxi têm os dias contados

O Independente

06 de Outubro de 2012

Até que enfim. As autoridades entenderam dar um "basta" à anarquia reinante nas ruas da cidade, tomadas por vendedores de toda a sorte de mercadorias, incluindo frescos, medicamentos e peças de automóveis.

As ruas de alguns bairros periféricos, transformadas em bazares, são um verdadeiro labirinto para os transeuntes e um cenário perigoso para a circulação rodoviária. A saúde pública corre sérios riscos, face aos amontoados de lixo que servem de fonte de alimentação para os cães vadios, muitos dos quais portadores do vírus da raiva.

O Kilamba-Kiaxi há muito virou um enorme mercado a céu aberto. Na zona do Avô Kumby, no Golfe 1, entre o mercado dos Correios, o Hospital Municipal e a Feira do Divórcio a circulação tanto de carro como a pé é um "Deus que nos acuda".

Uma fonte dos serviços de fiscalização do distrito do Kilamba-Kiaxi disse à Angop que na próxima segunda-feira vai ser desencadeada uma operação para "desencorajar" as vendas nas ruas do distrito do Kilamba Kiaxi. A operação contará com o apoio das secções de fiscalização da Ingombota e da Maianga e das Polícias da Ordem Pública e de Trânsito.

Serão visados os largos 17 de Setembro (ex-Avô Kumbi), no Golfe I, da Cimex, no bairro Neves Bendinha, e do Sanatório ao Palanca e arredores.

"Muitos desses locais confundem-se com mercados de rua, onde quem quiser comercializa os seus produtos ou monta a sua barraca no chão e vende sem oposição alguma, uma prática que contribui negativamente para a imagem da circunscção", frisou a fonte.

Acrescentou que a existência desses mercados contribui para o congestionamento de viaturas nas vias, altera a estética dos locais em referência e contraria a ordem pública, colocando em risco a integridade física dos vendedores, compradores, bem como dos automobilistas.

Não sendo a primeira vez que se levam a cabo operações desse tipo, é grande a expectativa relativa a até que ponto sobrar coragem política para ir até às últimas consequências. Por outro lado, não sendo, certamente, uma situação isolada, porque enquadrada num contexto social e económico mais amplo, não seria de bom-tom que se encomendasse antes a instituições académicas estudos aturados sobre as causas do fenómeno e as soluções mais adequadas e fundamentadas? A ver vamos.

3.4 Vendedores no Cazenga retirados das ruas

Jornal de Angola

11 de Outubro de 2012

Quem sai do mercado de São Paulo em direcção à Cuca, nota que o trânsito é mais fácil porque os vendedores estão a ser retirados das ruas e colocados nos mercados oficiais.

A iniciativa é da administração do Cazenga, com o apoio do Governo Provincial e visa pôr fim ao comércio de rua, um dos principais focos de lixo e de desordem no trânsito automóvel e de peões.

O programa começou a 10 de Setembro com a sensibilização e registo dos vendedores que começaram a ser transferidos para os mercados oficiais. A primeira acção dos fiscais foi feita na rotunda da Cuca, com a retirada dos vendedores ambulantes, muitos dos quais já foram colocados em mercados oficiais.

O administrador do município, Nataniel Narciso, disse ao *Jornal de Angola* que 200 vendedores já se encontram no mercado Asa Branca e outros 180 nos Cajueiros.

"Temos o mercado Africampos, que foi inaugurado em Agosto e tem capacidade para seis mil vendedores, com todas as condições de comodidade", afirmou. Nataniel Narciso acrescentou que outros mercados estão a ser construídos no município do Cazenga, com destaque para o Sucupira, com capacidade para 500 vendedores, que aguarda a data de inauguração, e o mercado da Luz, em conclusão.

O processo de retirada dos vendedores das ruas para os mercados oficiais tem encontrado muitas dificuldades, como afirma o administrador municipal do Cazenga. Muitas vendedoras prometeram abandonar a rua e não estão a cumprir. "Elas argumentam que há falta de lugares, mesmo quando as condições estão criadas". Os distritos do Rangel e Sambizanga adoptaram igual iniciativa. Os vendedores da estrada de Catete, em frente à escola Che Guevara e no lado oposto, também estão a ser retirados.

Até há pouco tempo, era difícil circular naquelas zonas, com carros; pessoas, produtos, água estagnada e muito lixo. Com a actuação das autoridades, ruas, passeios e passagens de peões tomam-se transitáveis, libertos dos mercados informais.

Passagem de peões

A ponte pedonal junto ao mercado dos Congolenses está, por fim, a cumprir a função para que foi construída, com as pessoas a circularem por ela porque foram retirados os vendedores e mercadorias da passagem aérea. "Estas acções das forças da ordem são de aplaudir, porque até os delinquentes tinham o seu espaço de actuação nessas áreas. Agora, já não preciso de dar uma grande volta para chegar à minha casa, que fica nas imediações dos Congolenses", disse Manuel João, um morador da zona.

No largo de São Paulo, as "zungueiras" estão a ser sensibilizadas para abandonar o local, pois a sua presença impede a execução das obras de reabilitação da rua. A venda é feita, sobretudo, no passeio, atrapalhando a circulação dos peões. Para fugir aos agentes da fiscalização, as vendedoras simulam circular, colocando os produtos em bacias, que colocam sobre a cabeça quando avistam os fiscais.

Em breve; vão ter de retomar o velho hábito da venda porta a porta nos bairros ou instalarem-se nos mercados oficiais. "Os mercados têm lugar, os vendedores devem ir para lá. É melhor", afirmou Pedro Chagas, 36 anos, que em tempos foi taxista, até se desentender com o patrão e abandonar a actividade, para se dedicar à zunga. Mas os tempos mudaram e, agora, pondera regressar à antiga actividade.

Como Chagas, outros vendedores ambulantes tomaram-se verdadeiros andarilhos. Não conseguem ficar mais de 15 minutos no mesmo sítio. Domingos Catengo, 22 anos, corre de um lado para o outro na tentativa de vender carregadores de telemóvel. Começa no Largo da Independência, ao início da tarde, e termina no Bairro Popular, quatro horas depois. Anda com os colegas.

"Mesmo com esta turbulência, consigo vender entre cinco a seis carregadores por dia. Mas nem todos os dias são santos. Há alguns em que não conseguimos vender nenhum", lamentou.

Urbanismo

Do ponto de vista urbanístico, a retirada dos ambulantes é positiva. A melhoria no uso do espaço público é notória, o que permite às pessoas desfrutarem a cidade, como diz Fábio Gonçalves, frequentador da Rua das Pedrinhas: "desde que as acções policiais não sejam truculentas e que os vendedores não fiquem desamparados, vejo esse projecto como positivo", referiu. Sem os vendedores a deambular pelas ruas, a cidade fica mais "organizada e civilizada", disse Kátia Mendes: "Os vendedores devem regularizar a sua situação, ocupando um espaço nos mercados oficiais. Não podem invadir o espaço público e causar embaraços aos outros", afirmou que os vendedores devem acatar as determinações do Governo Provincial de Luanda: "espero que a expulsão dos vendedores das vias públicas seja definitiva e não apenas de momento. O que está em causa, e todos nós devemos perceber isso, é a imagem da capital do país", Geovani Costa reconheceu que a quantidade de vendedores nas ruas da cidade está a diminuir: "é bom saber que até mesmo a acção de criminosos durante o dia reduziu em função disso, é bom que essas medidas continuem e que atinjam o seu objectivo, que é mudar a imagem da cidade de Luanda e dar comodidade à população, com a criação de mais mercados",

Os lojistas das redondezas e os comerciantes do mercado dos Congolezes são os mais beneficiados com a retirada das ruas dos vendedores ambulantes, que os ultrapassavam nos negócios, com concorrência desleal. "Os clientes não conseguiam nem ver o que estava exposto aqui dentro, porque lá fora encontravam tudo", disse Ricardina Sampaio, 42 anos, dona de uma banca de venda de peixe no mercado dos Congolezes.

Os vendedores do mercado de São Paulo e os proprietários dos annazéns 'da Cuca e da rua que liga o bairro Hoji- ya-Henda ao Kicoló também mostraram satisfação pela iniciativa e acreditam que a

situação fica regularizada para não serem prejudicados, "Nós pagamos impostos e eles não pagam e ainda vendem a preços baixos, fazendo com que os clientes nem cheguem às lojas", disse um comerciante.

Novo mercado às moscas e a rua cheia de zungeiras

As vendedoras informais que foram retiradas da rua na zona da Cuca fogem dos mercados oficiais. O mercado Africampo, no Cazenga, está às moscas e tem 600 bancas, menos de 100 estão ocupadas, a maioria prefere o grande mercado da rua. "Todas viemos da rua. Acertamos com a Administração Municipal do Cazenga que caso nos dessem lugar deixávamos de vender na zunga. Mas outras colegas continuam teimosas e vendem nas ruas, o que é um desrespeito pela autoridade a que, humildemente, compreendeu a nossa situação e construiu uma praça. Depois das eleições só venderam aqui, uma semana e voltaram para rua. É triste!", disse à reportagem do Jornal de Angola Mariana António.

Mariana António pede à Administração Municipal do Cazenga para sensibilizar as colegas a abandonarem as pracinhas que ainda existem nas imediações da Avenida Hoje-ya-Henda: "quero ainda dizer que os fiscais devem atuar sem arrogância e convencer quem quer que seja que nas ruas ou em locais públicos não podemos fazer comércio. Não quero ofender ninguém, mas quero dizer que da mesma forma com que acatamos com civismo o dever de votar, devemos, também, acatar as orientações das autoridades".

Carlota Ngueve, outra vendedora que vende no mercado Africampo, diz que "somos nós que reclamamos do lixo nas ruas, mas também somos nós que fizemos esse lixo. Vamos ajudar a nossa Administração a mudar o município, nos deram lugar neste mercado, vamos honrar o nosso compromisso, porque prometemos sair das ruas depois das eleições. Vamos dar uma outra imagem à nossa cidade".

Outro mercado que, brevemente, vai ser inaugurado e está preparado para receber 200 vendedores é o Supupira, também no Cazenga. O Jornal de Angola constatou no local que existem todas as condições de comodidade para os vendedores. Mas a rua continua a ser o local preferido das zungeiras e vendedores.

3.5 Condições estão criadas

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

O Director do projecto do mercado da Africampas, Ezequiel João, garante que as condições estão criadas

para receber as seis mil e 500 vendedoras que o espaço acomoda .

De acordo com aquele responsável, o mercado tem capacidade para albergar mais vendedoras, mas não entende por que razão as pessoas preferem as ruas, ao invés dos mercados formais.

"Há listas com nomes que a administração municipal enviou para o mercado a fim de lhes serem atribuídos os lugares, sobretudo àquelas que vendem na Cuca, no Arreio, entre outras", esclareceu.

De acordo também ,com o director do projecto, numa primeira fase, as vendedoras não pagam nada. "Nem para adquirir os lugares, podem vender à vontade", garantiu. Segundo o que o Novo Jornal apurou no local, o mercado da Africampos está bem apetrechado. O estabelecimento comporta um gerador, de 18 WC, um restaurante, uma dependência do Banco BAI, um tanque de água eletrobomba, água canalizada, câmara frigorífica, cozinha industrial, armazéns para o armazenamento dos produtos, entre outros serviços.

A estrada que dá acesso ao mercado está em reparação, embora no dia em que o NJ se deslocou ao local não viu máquinas a trabalhar. A via ainda não tem tapete asfáltico e está um pouco esburacada.

3.6 Novo mercado às Moscas

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

O Novo Jornal deslocou-se até ao novo mercado da Africampos e constatou que as moscas tomam conta do estabelecimento. As bancadas feitas pela própria direcção do mercado estão todas sinalizadas com os nomes das referidas donas, mas, infelizmente, muitas preferem continuar na rua.

As poucas vendedoras que se encontram no mercado não conseguem vender diariamente, pelo menos, 1000 kwanzas, porque as suas colegas que estão a vender na rua fazem uma concorrência desleal e acabam por levar a melhor.

"Os clientes já não entram aqui, porque todas elas estão na rua", reclamaram as senhoras quando se aperceberam que havia jornalistas no local.

Luísa Pedro, secundada por outras vendedoras, disse que o seu negócio está na bancada há dois meses. A falta de clientes e a venda ambulante está na origem do fracasso na saída dos seus produtos.

3.7 Zungueiras aprendem a ler e a escrever

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

A formação das mulheres zungueiras é outra preocupação da Liga das Mulheres de Negócios de Viana. O grupo, para além de ensinar as vendedoras a administrar os seus negócios, pretende, nos próximos tempos, arrancar com um ciclo de alfabetização para que as suas associadas saibam ler e escrever.

A coordenadora do projecto da LIMNEV, Victorina Lourenço, disse que associação pretende que as mulheres aprendam as bases para realizar negócio" e sejam bem sucedidas nele. "Muitas delas começam um negócio e acabam falindo porque não sabem planificar e, pior, porque não sabem ler. Então, para além da alfabetização, vamos dar um curso de empreendedorismo para que elas estejam mais capacitadas", explicou a coordenadora de negócios, para quem a falta de um espaço tem sido o maior handicap da organização". "Já temos administrado cursos de empreendedorismo para as feirantes. Agora pretendemos ensinar também as vendedoras ambulantes. Primeiramente, elas irão aprender a ler e a escrever. Mas, o nosso maior problema agora é a falta de um espaço maior. Tão logo consigamos, começaremos com as aulas de alfabetização", sublinhou Victorina Lourenço.

3.8 Administração do Cazenga não dá tréguas às zungueiras

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

Já não se vêem mulheres à beira da estrada a vender e o trânsito flui melhor na Avenida Ngola Kiluange. A administração do Cazenga resolveu pôr ordem nas ruas. Há quem aplauda a iniciativa, mas há também quem tenha pena das zungueiras.

A administração do município do Cazenga está a levar a cabo uma campanha de sensibilização para acabar com os mercados à beira da estrada ao longo da Avenida Ngola Kiluange e no bairro da Cuca. Iniciativa aplaudida por muitos moradores da zona, que alegam que o referido mercado ofuscava a beleza do bairro e criava muitos constrangimentos aos automobilistas que ficavam horas a fio no engarrafamento.

Carnes e frango expostos ao sol e à poeira, legumes vendidos em condições precárias, produtos expirados, táxis mal parados e engarrafamento que

duravam horas a fio. Este era o ambiente vivido na zona da Cuca até há bem pouco tempo. Hoje, graças aos esforços da Administração Municipal do Cazenga, o cenário é completamente diferente. A iniciativa, que está a ser aplaudida por muitos, não é consensual. Também há quem a conteste, com o argumento de que as zungueiras irão morrer à fome se acabarem definitivamente com os mercados informais.

A campanha, que já dura há alguns dias, tem também recebido muitas críticas pela forma como os homens da fiscalização têm invadido as casas das senhoras e alguns processos (quintais; onde os vendedores armazenam as mercadorias).

De acordo com algumas pessoas que falaram ao Novo Jornal, os fiscais entram nas casas e tiram toda a mercadoria. Uns chegam mesmo a vasculhar nos quartos dos proprietários, o que atenta contra os direitos das pessoas.

"No tempo do partido único já havia fiscais, mas nunca vi nenhum deles a invadir, até os quartos", recordou Maria Sebastião indignada.

A mais velha, que aparenta ter 70 e poucos anos, não escondeu o seu descontentamento quanto à actuação dos inspectores, qualificando a atitude dos homens da lei como "crime".

"Nos mercados não há espaços para nós"

Muitas vendedoras foram unânimes em dizer que, nos mercados indicados pela administração como alternativa à venda nas ruas, não há espaços livres. Para além disso, as zungueiras queixam-se da criminalidade na zona onde está situada a praça e de serem obrigadas a pagar uma quantia de 30 mil kwanzas para terem lugar no estabelecimento.

"Minha irmã, não temos dinheiro para pagar. Esses 30 mil exigidos é muito. Outra coisa mais, aí tem muita criminalidade. Os bandidos te esperam mesmo na porta do mercado", ilustrou uma das vendedoras.

Em entrevista ao Novo Jornal, o vice-administrador para a área técnica do Cazenga, José Oliveira Bastos, desmentiu as informações prestadas pelas zungueiras.

Este é um trabalho que a Administração do Cazenga tem levado a cabo e começou, de um tempo a esta parte, com a construção de mercados. "Nós temos já construído e inaugurado um mercado, que é o do Africampos, fica logo ali na avenida Ngola Kiluange, a uns escassos quilómetros do local onde elas anteriormente vendiam", disse, acrescentando que neste espaço de venda cabem cerca de seis mil e 500 vendedoras. Também está em fase de inauguração,

segundo aquele responsável, mercado do Sucupira, e está em construção o mercado da Nova Luz.

"Todas as senhoras que vendiam na rotunda da Cuca e que vendiam ao longo da Avenida Ngola Kiluange e dos Comandos foram cadastradas, portanto, hoje não se põe, tanto, a questão dos lugares para vender. Para além de elas serem cadastradas nesses mercados, ainda há lugares nos mercados antigos que estão às moscas", ilustrou José Oliveira Bastos, acrescentando que "é um vício" das pessoas quererem vender na rua. "Todos nós sabemos o que é que traz depois o facto de comprarmos os alimentos na rua e os transtornos que provoca no trânsito", evidencia o número dois do Cazenga.

Menos tempo na estrada

"Antigamente, só para circular na rotunda da Cuca, as pessoas demoravam horas e horas. Hoje, o trânsito está bastante fluído. Antes, para vir até ao Cazenga, eu preferia ir pela Avenida Deolinda Rodrigues e dava uma volta enorme. Agora não.

Eu, do são Paulo, passando pela Cuca, para chegar até à administração levo 10 minutos", notou o vice-administrador para a área técnica do Cazenga.

Quanto à falta de segurança no mercado da Africampos e aos preços cobrados pela administração do referido estabelecimento, José Oliveira Bastos voltou a desmentir as zungueiras, alegando que aquele é um mercado público-privado e não tem cobrado nada. "Aquilo é um mercado público-privado. É verdade que o senhor que construiu o mercado tinha ideia de cobrar um certo valor mensal por pessoa, mas, a partir do momento em que entra a parceria com o governo, apesar de ser privado, é o governo quem dita as regras", revelou, acrescentando que os vendedores não pagam absolutamente nada para terem lugar no mercado e que a história dos 30 000 "não passa de um boato".

"O boato, quando é praticado com certa frequência e de uma forma reiterada, torna-se verdade. Ou seja, o boato tem mais força do que a verdade. Este é o problema", explicou, argumentando que já levaram até ao mercado muitas senhoras que, insistentemente, diziam que tinham de pagar 30 mil e elas constataram que era mentira. "Já cheguei a levar senhoras no meu carro até ao mercado e arranjar bancadas para elas. Encontrei-as novamente na rua a vender", acusou.

Os fiscais estão legais

Questionado sobre a invasão dos fiscais nos quintais de processo, o vice-administrador para a área técnica do Cazenga, José Oliveira Bastos, respondeu que

existem armazéns legais e armazéns comerciais autorizados para a deposição dos produtos.

"Todos nós sabemos que a venda nas ruas é alimentada pelos famosos quintais de processo. Você não consegue combater a venda da rua sem combater os quintais de processo. Os quintais de processo são ilegais, portanto, nós temos que combater a origem do problema, porque se nós formos só combater a causa, nunca vamos resolver o problema", explicou.

Ainda de acordo com José Oliveira Bastos, antes de começarem a atacar os quintais de processo, a administração fez um trabalho de sensibilização, indo às casas das pessoas pedir para não se dedicarem a este tipo de negócios, porque era ilegal. "Nos quintais de processo, nós estamos a actuar com a Polícia Económica e com a Inspeção Geral do Comércio, por isso, eu não vejo nada de ilegalidade dentro disso", rematou.

3.9 Mais de 300 Cidadãos detidos

O País

12 de Outubro de 2012

Trezentos e 46 cidadãos foram detidos, de Janeiro a Setembro deste ano, no país, por exercício ilegal da actividade médica e de enfermagem, soube quarta-feira a Angop de fonte policial.

Segundo o inspector da Polícia Económica, Cristiano Francisco, pelos crimes, estes cidadãos incorrerem na pena de um a dois anos de prisão, previsto no Artigo 236º do código penal, que penaliza o exercício ilegal de função pública ou profissão titulada.

"Grande parte destes indivíduos faziam -se passar por falsos médicos ou enfermeiros, pondo em risco vidas humanas", a exemplo de um cidadão que efectuava cirurgias num posto de saúde, no município do Sambizanga, em Luanda.

Acrescentou que a Polícia Económica apreendeu, no mesmo período, 16 mil 630 quilogramas de medicamentos diversos avaliados em perto de nove biliões de kwanzas.

A maior quantidade de medicamentos foi apreendida nos mercados informais e em posse de vendedores ambulantes.

Dos lotes também constavam medicamentos deteriorados postos à venda em algumas instituições.

Cristiano Francisco fez saber que a Polícia continua a fiscalizar se os utentes de farmácias estão a respeitar o comunicado da Inspeção-geral da saúde, que proíbe

a venda da Vitamina C do lote 0008 por decomposição.

Entretanto, a Polícia alerta a população no sentido de denunciar possíveis falsos médicos ou enfermeiros a partir dos terminais telefónicos 914041033/041049 ou ainda através do endereço electrónico www.policiaeconomica.gv.ao

3.10 “Somos muito comodistas”

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

José Oliveira Bastos considera que os angolanos não têm a cultura de descer do carro para fazer as compras. "Somos muitos comodistas, queremos fazer compras no carro. Não queremos descer do carro para ir às compras, se as compras poderem nos encontrar no carro, ou em casa, para nós melhor", notou, acrescentando que o problema é depois não ver os contra.

"Só queremos comprar, não vemos se a comida está bem confeccionada, se tem qualidade. Nós compramos na rua com poeira, com o lixo e, depois, estamos a transportar as doenças para nossa casa. Por isso, é que hoje em dia há uma série de doenças que naquele tempo não se ouvia falar. Por vezes, são das comidas que nós comemos", advertiu.

3.11 Os Prós e Contras

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

Com a retirada das zungueiras da beira da estrada da Cuca, já se perde menos tempo no trânsito. O facto tem deixado automobilistas e taxistas, conhecidos também como prevaricadores e causadores dos constantes engarrafamentos, felizes. Ambos reconhecem o trabalho da administração, mas os taxistas estão agastados com os polícias, uma vez que estes continuam em cima deles e não os deixam trabalhar à vontade.

"Gostei de ver a estrada Livre sem as vendedoras, mas o que nos tem tirado o sono são os polícias de trânsito, que não nos deixam trabalhar à vontade. Nós não temos paragem fixa, se conseguirmos um bom sítio para parar, eles vêm atrás de nós: Às vezes, saímos das paragens com o carro vazio, porque a polícia nunca indica o sítio certo para carregar os passageiros", reclamou o taxista, Adão Sebastião.

3.12 Acabar com a zunga sem tirar pão às zungueiras

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

A MEDIDA é para levar a sério. O Governo da Província de Luanda quer varrer o comércio de rua e já começou a construir' novos mercados para acomodar os vendedores ambulantes que fazem da via pública o seu ganha-pão, garantiu o reconduzido governador, Joaquim Bento Bento. O governante, que falava à imprensa no Palácio Presidencial, na Cidade Alta, após a cerimónia de tomada de posse dos novos governadores, afirmou que "existem pessoas que têm estado a sair dos bairros para estender o comércio às ruas de Luanda" ...

"Sem tirar o pão das pessoas", o governador de Luanda prometeu dialogar com os zungueiros e zungueiras, "no sentido de estes continuarem a fazer o seu trabalho, mas sem obstrução das ruas e estradas" ..

Bento Bento reconheceu também existirem situações que têm estado a contemplar "silenciosamente" a venda ambulante, por intermédio de algumas administrações e pela própria fiscalização, prometendo, no entanto, disciplinar os seus colaboradores, nos próximos tempos. "Serão tempos de muito trabalho, uma vez que serão reorganizadas as administrações municipais e comunais, bem como será cuidado o perfil dos quadros que vão ser colocados à frente destas estruturas, para fazer corresponder o seu trabalho às expectativas das populações, prestando, assim, melhor serviço e de maior proximidade aos cidadãos", sublinhou o governador de Luanda. O governador provincial garantiu que Luanda será, nos próximos tempos, "uma cidade mais aprazível", aproveitando a oportunidade para pedir a colaboração dos cidadãos na resolução dos inúmeros problemas que ainda afectam a capital angolana.

"Queríamos pedir a colaboração de todos os cidadãos, facilitando o trabalho das autoridades. Hoje temos inúmeros problemas que, nos próximos tempos, serão corrigidos, nomeadamente, aqueles que estão ligados aos mercados de chão, ao nível do casco urbano da cidade, a ocupação anárquica de terrenos, obstrução de condutas de água para o garimpo, entre outros, que devem ser corrigidos paulatinamente", apelou Joaquim Bento Bento. Enquanto os mercados vão sendo erguidos, as corridas dos agentes da fiscalização e da polícia contra as zungueiras voltaram às ruas de Luanda, depois de se observar um interregno na véspera das eleições, tal como

presenciou a nossa reportagem na zona dos Congolezes, São Paulo, Cuca e Viana ..

Antes das eleições, as corridas dos fiscais e polícias cessaram. Há mesmo quem acredite ter existido um pacto de não-agressão entre as autoridades e a comunidade de zungueiras. Uma estratégia que, de acordo com populpres, visava transmitir a ideia de que o partido no poder MPLA, "estava interessado no voto das zungueiras" .

No entanto, um mês depois das eleições, a coabitação "harmoniosa" entre os três agentes sociais - polícias, fiscais e zungueiras, que eram até então vistos a partilhar o mesmo espaço geográfico - voltou a -desaparecer. Agora, o que se assiste é somente a corrida atrás de corrida. Os polícias e os agentes da fiscalização não dão tréguas às zungueiras, que vêm os seus negócios apreendidos, diariamente, pelas autoridades.

Cansadas da rua e dos Fiscais

A falta de mais mercados para o desempenho da actividade comercial é a razão apontada por muitos dos nossos interlocutores, como estando na base da insistência na venda ambulante. Mas há quem admita que estar na rua facilita as vendas, o que justifica o facto de muitos mercados permanecerem com as bancas vazias.

Há mais de cinco anos que Gú vende maçãs na Avenida Deolinda Rodrigues, junto aos Congolezes. A jovem, de 28 anos, disse estar cansada de vender na rua devido ao risco de atropelamento que enfrenta diariamente, para além dos maus-tratos a que diz ser submetida por fiscais e polícias.

"Aqui, corremos sempre o risco de ser atropeladas. Algumas vezes, o azar bate-nos à porta. Uma amiga minha quase morreu atropelada. Felizmente, a pancada não foi forte .

É preciso muita atenção. A polícia e os fiscais também estão sempre atrás de nós. Batem-nos e levam as nossas coisas", denunciou a cidadã. Apesar do perigo, aquela jovem afirma que é na rua onde consegue obter mais lucros "devido à venda fácil. "Vendemos nas ruas, porque o cliente ao descer do táxi já compra os nossos produtos". Mas - continuou - "os fiscais aqui nos dão muita corrida. "Quinta-feira levaram muitas coisas nossas. Para reaver os nossos produtos, temos que dar uma gasosa. Papá, vai sair mesmo da rua. Queremos só que haja mais praça", apelou a jovem vendedora.

Rosa é outra vendedora ambulante. A jovem afirmou ter já procurado obter lugar nalguns dos mercados de Viana, mas sem sucesso. "Na praça não estão a

aceitar dar-nos lugar. Já tentei duas vezes e não aceitaram. Os responsáveis dos mercados dizem que está muito cheio. Então, somos obrigadas a recorrer à rua ", justificou-se a interlocutora, que há mais de seis anos comercializa chinelas na zona do São Paulo.

Apesar das constantes corridas dos fiscais e dos agentes da polícia, Rosa, afirmou que não irá "arredar pé" da rua, enquanto encarar aquele espaço como o único local disponível para venda. "Estão sempre a receber os nossos produtos. Não faz mal, vou comprar outro. A rua é o meu local de sustento e o dos meus quatro filhos. Os mercados estão cheios", reclamou, uma vez mais, a cidadã. Enquanto umas alegam falta de espaço nos mercados, outras vendedoras apontam a distância que separa os mercados das suas residências, bem como a taxa diária cobrada nos mercados formais como razões para preferirem a rua.

Domingas Fernandes, vendedora de sabonetes junto à ponta da vila de Viana, disse à nossa reportagem que os custos dos transportes retiram os lucros do negócio, motivo que a levou a escolher aquela paragem como o local predilecto para a comercialização dos seus produtos ..

"Vendemos nas ruas, porque há poucas praças. E muitas delas estão distantes das nossas casas. Os taxistas, a toda a hora, fazem subir os preços. Eu poderia muito bem ir ao mercado dos 30, mas não vou porque este pequeno negócio que faço não rende muito. O dinheiro do táxi é o meu lucro. Penso que o governo deveria construir mais praças e próximas das nossas casas", apelou. Esmeralda Joana é outra cidadã que prefere a rua aos mercados. Há dois anos que vende calçado nos arredores do Grafanil. A zungueira diz que prefere vender na rua pelo facto de estar isenta de taxa. Comentando as corridas dos fiscais, a vendedora notou que já fazem parte da sua rotina diária. Quanto ao produto apreendido, a resposta também surgiu pronta: "O marido repõe o dinheiro do negócio".

"No mercado, às vezes, nem vendemos. E somos obrigados a pagar uma taxa de 100 a 200 kwanzas, dependendo do negócio. Aqui na rua não há cobranças, mas temos que suportar os fiscais", rematou Esmeralda.

3.13 As profissões em riscos de extinção

Agora

13 de Outubro de 2012

Salvador Nascimento de 39 anos de idade, que aceitou falar ao AGORA recauchuta pneus há cerca de 12, altura em que chegou a Luanda ido do Kwanza-Norte com o fim de procurar de melhores condições de vida.

Começou como aprendiz de recauchutador e hoje já trabalha por conta própria. Apesar das dificuldades que enfrenta no domínio da escassez do material, garante estar satisfeito com a profissão que exerce.

"Conseguí adquirir uma casa própria e uma viatura, dou de comer aos meus filhos e consigo proporcionar estudo aos meus filhos", disse o mestre acrescentando que por vezes tem sido ignorado pelos próprios clientes, "mas nem por isso pensei em desistir", aferiu.

Indagado sobre a aderência dos jovens que queiram aprender o ofício, o actual patrão que tem seis trabalhadores sob sua tutela, disse peremptório: "Os rapazes fogem e muitos preferem ficar nas ruas a "zungar" e outros a roubar".

Salvador confidenciou ainda que para fazer face às despesas que exijam grandes somas monetárias usa a chamada 'Quixiquila' que, na sua opinião, tem valido estar-se de uma espécie de crédito.

Na sua oficina, situada nas imediações do mercado dos Kwanzas, tem recebido mais clientela em épocas chuvosas. "Nesta época conseguimos faturar mais do que na estação seca", acrescentando ainda que não tem sido solicitado pelos jovens que queiram aprender a profissão por entenderem ser ridícula.

"Eles hostilizam as pessoas que trabalham como alfaiates, pedreiros, mecânicos, jardineiros, dizendo que estas profissões são para pessoas não espertas, mas em contrapartida caem na delinquência com o pretexto de que o emprego não aparece. Se os jovens quiserem trabalhar podem o fazer sem necessidade de requisitos como os da experiência de trabalho e das habilitações literárias", argumentou.

Por seu turno, Joaquim Korinco, 18 anos, engraxador, diz ser órfão de pai e encontra no exercício da sua ocupação o sustento e ajuda a tia com quem reside a manter a casa, bem como pagar as suas propinas das suas primas. Estuda a 8ª classe no período noturno numa escola privada. "Não me sinto reduzido, antes pelo contrário tenho orgulho daquilo

que faço porque graças a isso sou íntegro e estou a me formar na certeza de que um dia já não serei apenas um engraxador".

Revelou que sempre que há debates na sua escola, é obrigado a afastar-se dos colegas que tendem a desmotivá-lo por seu apenas um engraxador.

Entretanto Korinco afirmou mesmo que os insultos dos seus colegas não o desmotivam. "Enquanto engraxador consigo pagar a mensalidade no colégio onde estudo, e essas 'chocotas' dos meus colegas não me afetam porque o meu objetivo é formar-me e um dia poder ajudar aos jovens com história de vida igual a minha se ainda existirem".

Todos os dias, o jovem consegue amealhar 1500 a 2000 kwanzas com os quais ajuda a família.

Entende que o preconceito da parte de certas pessoas em relação às profissões está também na origem do elevado nível de desemprego e conseqüentemente da delinquência, uma vez que as empresas hoje são muitos mais exigentes e por vezes pedem requisitos que os jovens não têm.

"Acho que se não houvesse estes preconceitos cada jovem teria alguma coisa a fazer e com certeza teríamos uma sociedade mais sadia".

Por seu turno, Aduleino Infeliz, é pedreiro desde 1997. Tentou formar-se em enfermagem, mas o custo de vida o obrigou a desistir e optar por uma outra profissão".

"Deixei de sonhar ser um médico ou pelo menos enfermeiro e meti-me como aprendiz de pedreiro, profissão que hoje exerço", conta.

Quando começou não rendia nada, o dinheiro que lhe pagavam no final de cada obra não era suficiente para suprir as necessidades de casa e dos filhos. Por vezes passava dificuldades em concluir várias obras porque os jovens que contratava como ajudantes não iam até ao fim das obras, devido à demora dos valores.

"Eles querem dinheiro imediato e por isso não aguentavam, largando a obra ao meio e isso era muito complicado pois aos olhos do proprietário da obra eu tinha de concluí-la com os sem ajudantes por decorrer sempre de um contrato".

O AGORA procurou ainda falar com um alfaiate. Encontrámo-lo nas cercanias do Piaget, ao bairro Capalanga. Alegre e bastante prestativo, Ângelo Nunda, aceitou debita alguma prosa com o repórter sem o menor esforço.

"Para além de alfaiate, faço também serviço de guarda noturno, o que é muito pesado para um ser humano, mas, as necessidades por vezes são maiores do que a moral e a ética", começou por considerar o interlocutor, afirmando que a profissão que exerce tem muito prestígio, mas entende que a importação de roupas já feitas contribui para o desaparecimento das alfaiatarias nas zonas suburbanas.

Avançou também que trabalha sozinho e por vezes é obrigado a encerrar a alfaiataria por falta de ajudante. "Os jovens não querem aprender e por isso tenho sido forçado a fechar quando tenho outra tarefa urgente", constata.

Já o jardineiro Isaquiel Paulino diz sentir-se feliz embora por vezes tem de aguentar humilhações de outros jovens que acham que este não devia ser o seu lugar.

Aos 26 anos, trabalha nesta profissão há seis. "Por vezes quando estou a regar o jardim os jovens que passam por perto fazem perguntas se eu estou ou não a preparar a terra para plantação de mandioca. Alguns dizem que esta actividade é dos mais atrasados", lamentou.

3.14 Bento Bento promete tirar zungueiras das ruas

Agora

13 de Outubro de 2012

A garantia foi dada pelo governador provincial, Bento Bento, que disse estar a cumprir orientações dadas pelo Presidente da República.

Ao falar durante o acto de apresentação aos funcionários do governo provincial, autoridades tradicionais e religiosas, para o seu novo mandato de cinco anos, Bento Bento afirmou que o governo acabará a venda anárquica e procederá o registo de todos os vendedores ambulantes, visando atribuir-lhes identificação correspondente, para depois serem distribuídos para os novos mercados que estão a ser construídos em Luanda.

O governador prometeu melhorar a gestão de ocupação dos solos e acabar com o venda anárquica de terrenos, melhorar a gestão dos centros urbanos, acelerar a conclusão da construção de novos mercados municipais para peixeiras e outros para populares, em obediência às orientações do PR.

Consta igualmente dos objectivos do executivo provincial desenvolver um amplo diálogo com a sociedade, prestar maior atenção no reforço dos sectores técnicos, comunitários e sociais do governo

da província, das administrações municipais, comunais, distritais e de cidades.

Pretende-se igualmente prosseguir com o cumprimento das orientações do Executivo, prestando atenção especial às políticas sociais dirigidas às pessoas singulares e famílias que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade.

Venda de lixo. Bento Bento quer expandir a comercialização de lixo em todos os municípios, visando combater a pobreza e o desemprego.

Quanto ao modo de vida, o governador de Luanda entende que a habitação social para os munícipes da maior urbe do país é uma questão de urgência "Deve-se dinamizar com urgência o programa de habitação social tendo em vista as inúmeras famílias que ainda vivem em tendas", disse acrescentando que o seu pelouro trabalhará com o a Polícia no sentido de serem encontrados mecanismos eficazes para o fenómeno da delinquência que cresce todos dias.

O edil de Luanda prometeu ainda apoiar as acções do Executivo para melhorar gradualmente o abastecimento de água e energia eléctrica à população, melhorando a gestão dos hospitais municipais, postos médicos e os centros escolares.

O governador anunciou um novo modelo de contrato com as empresas operadoras de limpeza, baseado num sistema de área limpa e uma rigorosa fiscalização.

3.15 Ambulantes exigem mercados para trabalho

Semanário Factual

De 13 de Outubro de 2012

Vendedoras-ambulantes espalhadas pela província de Luanda exigem mercados para trabalho, dentro do projecto "Mercados Populares", do Executivo, a fim de diminuir as desigualdades sociais que provocam consequências desastrosas atualmente.

Cidadãos sequiosos de um espaço condigno para a sobrevivência dos seus familiares, através da venda, manifestaram ao Factual a vontade de colaborar com a actual posição do Executivo de Luanda: abandonar as ruas para se alojar em espaços que garantam condições higiénicas e integridade física. Em contrapartida, exigem o cumprimento das mesmas políticas, caso contrário, não arregaçarão as mangas destes espaços.

Marta Lapes é vendedeira-ambulante há sete anos. Para ela, as promessas não deixarão de existir.

"Não é a primeira pessoa a falar disso, e sempre que é executada metade destes projetos, o Executivo sempre dificulta as coisas. Quando exige a aquisição dos espaços, há muita burocracia e muitos necessitados ficam sem espaços, isso é brincadeira", considerou Marta Lapes.

O programa "Mercados Populares" contemplará os mercados municipais, os mercados de bairro, os de peixe e uma rede de 100 quiosques. Serão instalados dois novos mercados populares municipais de mais de mil metros quadrados ou reconvertidos mercados existentes

em cada município de Luanda, e seis novos mercados (ou reconvertidos mercados já existentes) no município de Luanda.

O novo projecto engloba, igualmente, 18 novos mercados mistos organizados, com terreno pavimentado, cobertura em estrutura metálica e depósito de água, bem como com um escritório, gerador, Balcão Único do Empreendedor, balneários públicos, cozinhas comunitárias, fossa séptica e poço roto. Em cada mercado municipal, será implantado um ponto de recolha "Luanda Limpa".

Nos bairros de Luanda, serão instalados 80 mercados populares, com 200 a 300 metros quadrados.

Requalificação dos armazéns do Hoji-ya-Henda é oportunidade Vendedeiras-ambulantes da comuna do Hoji-ya-Henda, no município do Cazenga, solicitam ao Executivo Provincial de Luanda o alargamento, a qualificação e a sua integração comercial nos armazéns dentro deste projecto, por estarem habituadas ao espaço, devido à Concorrência nas vendas.

Segundo senhoras ouvidas pelo Factual, a necessidade em solicitar uma qualificação gradual dos armazéns do Hoji-ya-Henda para o centro comercial periférico prende-se com a mobilidade social constatada nas inúmeras jovens que hoje funcionam naqueles armazéns e conseguem alimentar restantes membros das suas famílias em Luanda.

De acordo com a Administração Comunal do Hoji-ya-Henda, mais de 200 lojas estão legalizadas e, nelas, funcionam cerca de três mil famílias, à excepção das mulheres e dos homens que fazem do corredor e partes exteriores dos armazéns locais de venda, mas que, dentro em breve, estarão reassentados condignamente.

Felícia Natalícia, de 30 anos, opinou ser importante que "as autoridades administrativas de Luanda continuassem a pensar, mas é necessário mostrar trabalho, pois nós, vendedeiras-ambulantes, somos

discriminadas como se não tivéssemos família. Estamos na rua porque necessitamos de alimentação e não de discursos. Espero que, rapidamente, venham a recompensar o que fizemos nas passadas eleições", frisou.

Vale recordar as palavras de Sebastião Francisco Teão, director provincial da Fiscalização de Luanda: "Algumas práticas verificadas para corrigir os vendedeiras-ambulantes não são as mais coerentes, nomeadamente a perseguição através dos fiscais, a privação dos seus produtos, entre outras.

"Precisamos é de convencer estes jovens e sensibilizá-los, no sentido de perceberem que esta prática não é a mais correcta. Não estão a contribuir para a dignificação de uma Luanda que queremos e aí temos de fazer vários esforços, porque não queremos utilizar a força", afirmou Sebastião Francisco Teão, em entrevista à Rádio Luanda.

3.16 economia informal e o investimento

Economia & Finanças
16 de Outubro de 2012

A literatura, da economia informal dá ênfase à relação entre economia informal e o desenvolvimento económico. Esta ligação indica que os constrangimentos daí decorrentes penalizam não só o Estado, como os agentes económicos, trabalhadores e consumidores.

Jackson e Terence argumentam que a economia informal tem crescido na Africa Sub-sahariana e que ainda existem debates sobre esta temática, de forma a que as nações ganhem consciência do fraco poder de todos os que trabalham na economia informal.

Os mesmos autores apontam a perspectiva transcultural como um dos factores da economia informal. Por isso, segundo eles, é necessário compreender o contexto geopolítico das organizações informais, as relações de poder envolvidas, bem como as contribuições e o futuro do desenvolvimento das qualificações, do, emprego e organização dentro das economias informais. É necessário mais desenvolvimento destas matérias para melhor entendimento deste fenómeno, uma vez que são temas relevantes na esfera económica e empresarial que têm sido negligenciados, acrescentam.

A economia informal ou economia paralela é aquela decorrente de actividades ilegais, renda não declarada da produção jurídica de bens e serviços, quer a partir

de transacções monetárias quer de permuta. Assim, a economia de informal compreende todas as actividades económicas que geralmente não são tributáveis. Um ambiente económico propenso à informalidade faz com que as estatísticas oficiais sobre desemprego, força de trabalho, renda, consumo, etc. sejam enquadrados com base nas estatísticas não confiáveis.

Uma das consequências da economia informal é que esta deprime o crescimento do PIB, pode desencadear um ciclo destrutivo à economia real e fuga ao fisco, reduzindo as receitas do Estado.

Por outro lado, a sua contracção faz aumentar as receitas fiscais, estimulando um aumento no gasto público, especialmente em infra-estruturas e serviços que oferecem suporte à expansão de produção, levando a um aumento da taxa de crescimento económico global. Uma mudança do índice da economia informal pode reflectir-se numa alteração de indicadores monetários, porque as transacções neste mercado são em cash, daí que fiá um aumento crescente da procura de moeda.

Existem outras correntes que contrariam esta afirmação, declarando que dois terços dos rendimentos da economia informal são gastos na economia oficial, resultando um efeito positivo, eficiente e mais competitivo do que o sector formal e, portanto, que um aumento da economia informal estimulará o crescimento económico global.

O rápido crescimento dos agregados urbanos provoca urna expansão acelerada das actividades económicas não oficiais. Segundo fontes públicas, a economia informal no nosso país representa mais de 35 por cento da subsistência das famílias, com impacto negativo sobre a actividade empresarial.

Estes mesmos dados referem que a informalidade da economia representa nos meios rurais uma utilização de 93 por cento da população activa, enquanto nos centros urbanos alcança médias de empregabilidade superiores de 50 por cento da população activa.

Nos próximos cinco anos, o grande desafio para as economias que apresentam estes fenómenos da informalidade prender-se-á com a capacidade dos Estados no reforço da supervisão. do mercado, combate à violação das leis da concorrência e protecção do consumidor.

Estamos em condições de identificar duas forças actuantes do sistema informal que é por essência de cariz retalhista; por um lado, o sistema retalhista de distribuição fixo que emprega cerca de dois milhões

de pessoas; por outro, o sistema retalhista ambulante que alberga 876 mil pessoas em Angola. Estes dois sistemas totalizam 2.920.000 pessoas, na sua maioria mulheres, jovens desempregados, menores e deslocados de guerra, que praticam a actividade económica de forma irregular. Para reverter o actual quadro, devemos propor soluções que permitam a integração desta grande força laboral, tendo em conta a salvaguarda dos seus direitos fundamentais, pois o direito a ter emprego é um direito consagrado constitucionalmente.

Ser a um esforço enorme que caberá à sociedade empreender, se, por um lado, o Estado pagar os subsídios, mas, em contrapartida, teremos um mercado desenvolvido e a possibilidade de maior exploração comercial à dos recursos, com rendimentos de escala maiores, que serão devidamente tributados.

Estas forças devem ser analisadas e estudadas, na medida em que empregam um número cada vez maior de pessoas e constituem o sustento de muitas famílias. Para um verdadeiro desenvolvimento económico, devemos orientar esta força laboral para áreas produtivas e reduzir os índices de informalidade, pois a dimensão do comércio informal é de tal maneira enorme que põe em risco o aparecimento de outras actividades económicas úteis.

O ponto de partida será reforçar as estratégias de combate ao desemprego. Estas deverão ter por base a integração da formação profissional nas mais variadas áreas.

Neste âmbito, será importante que os Estados garantam subsídios de formação capazes de atrair e reter essas crianças, jovens e mulheres que se ocupam do comércio informal. Os Estados teriam o cuidado de formar esta mão-de-obra em áreas em que a mesma seja necessária. Daí, a importância de uma maior integração com as políticas de fomento de criação de empresas, pois são estas últimas que absorverão estes trabalhadores.

Edificar políticas de fomento de criação de empregos e formação profissional que devem ser pautadas por um rigor na atribuição de benefícios/contrapartidas, quer sejam isenções tributária a conceder a empresários, que sejam subsídios a conceder as pessoas que realmente prefiguram o quadro de requisitos exigidos.

O sucesso destas está acoplado ao desempenho do sector empresarial e à capacidade de este utilizar/absorver a mão-de-obra formada. Na actual conjuntura, é muito difícil uma PME implantar-se no mercado pelos motivos atrás referidos.

A prioridade máxima prende-se com o diagnóstico de sectores, com vista o apuramento dos constrangimentos sentidos e oportunidades de negócios. A falta de informação económica aumenta as incertezas e inibe a criação de empresas. A constatação desta necessidade permite-nos concluir que é necessário o reforço de organismos com uma filosofia virada para o estudo e análise de oportunidades de negócio. Estes terão a vocação de produzir informação, propor soluções comerciais, recomendar e aconselhar o empresariado sobre as necessidades de adopção de práticas de gestão com vista à optimização da produtividade e aumento dos lucros.

Esta será uma forma de fomentar a actividade empresarial e o agente económico terá acesso a um conjunto de informações úteis, que influenciarão acertadamente as suas decisões de investimento.

Porque que a economia informal cresce

Os impostos e as contribuições sociais tendem a adicionar os custos da economia oficial e, portanto, são agentes que impulsionam o crescimento da economia informal. Quanto maior for a diferença entre o total de custo de trabalho na economia oficial e o lucro após imposto de trabalho, maior o incentivo para empregadores e trabalhadores participarem da economia informal.

Outro factor são os regulamentos do Estado que podem aumentar substancialmente o custo de mão-de-obra para as empresas que operam no mercado oficial. Estes regulamentos incluem requisitos de licença, regulamentação do mercado de trabalho, barreiras ao comércio e restrições de trabalho para estrangeiros, etc. Daí que muitas empresas tendem a deslocar os custos adicionais dos seus trabalhadores para a economia informal.

Verifica-se que os países com baixas taxas de impostos, menos leis e regulamentos e regras de direito bem estabelecidas, tendem a ter menores escalas de economia informal.

O mercado de trabalho também tem sido afectado pela economia paralela. Neste mercado, incluem-se todos os casos onde os empregados ou empregadores mantêm uma posição da economia formal e informal, ou seja alguns trabalhadores da economia informal aceitam empregos durante o seu horário regular no mercado de trabalho oficial. Outros mantêm actividade somente na economia informal porque acham que é mais rentável para o fazer. Uma vez que o número de pessoas que trabalham no sector oculto é elevado, as taxas de participação de trabalho na economia oficial tendem a baixar. Portanto, as

transacções informais contribuem para o aumento do índice da economia informal e tornam-se susceptíveis a redução das receitas do Estado e a capacidade de fornecer bens e serviços de qualidade aos cidadãos.

3.17 Governador de Luanda fez inspecção às obras de ampliação dos mercados

Jornal de Angola

18 de Outubro de 2012

Bento Bento recebeu explicações sobre as obras em curso nos mercados de Luanda e manifestou o seu descontentamento pelo facto dos mercados em construção serem pequenos para albergar o grande número de vendedores espalhados por Luanda: "vi muitas mulheres a vender nas ruas do Kilamba Kiaxi. Temos de criar condições para tirá-las de lá. É importante ampliar os mercados para que comportem mais gente".

Bento Bento visitou o mercado de São Paulo que tem 28 bancadas para 62 vendedores, num espaço de 500 metros quadrados.

Outros mercados em construção no Rocha Pinto, Morro Bento, Palanca, Sapu e Rangel foram visitados pelo governador.

No bairro da Sapu, algumas dezenas de crianças gritavam ao governador de Luanda: queremos escola, queremos escola! Bento Bento prometeu resolver o problema.

O Vice-governador de Luanda, para área de serviços comunitários, Adriano Mendes de Carvalho, disse que "está a haver diálogo com as vendedoras da rua. Temos um processo de registo para colocá-las no mercado formal e brevemente vamos conseguir dar comodidade a estas mulheres".

Adriano Mendes de Carvalho informou que muitos mercados estão a ser ampliados para que Luanda possa deixar de ter pessoas na rua a vender e vamos abrir em todos os municípios três ou quatro mercados. Muitas mulheres que vendem no mercado de São Paulo estão satisfeitas com a iniciativa do Governo Provincial de Luanda.

A vendedora Esperança Domingos, de 54 anos, vendedora no mercado São Paulo aplaudiu a construção da segunda fase do mercado, porque permite receber todas as pessoas que vendem na rua sem protecção dos alimentos e nenhuma segurança. "Nesta fase de reconstrução do mercado, a minha sobrinha e a minha filha foram registar-se para terem

uma bancada na praça e deixarem de vender na rua. Estou feliz por elas e espero que outras vendedoras de rua façam a mesma coisa para obterem um lugar fixo na praça", disse Esperança Domingos.

3.18 Cresce o número de motoqueiros que desconhecem Código de Estrada

O País

19 de Outubro de 2012

O presidente da Associação de Motoqueiros Transportadores de Angola (AMOTRA G), Bento Rafael, está preocupado com o crescimento assustador do número de motoqueiros que desconhecem o código de estrada.

Para solucionar esta situação, segundo Bento Rafael, a agremiação tem optado pela transmissão de conhecimento através de uma escola que possui em Luanda.

Receberam formação, até ao momento, 1600 motoqueiros na capital do país e espera-se que outro adiram ao projecto, cuja finalidade é ajudar a baixar os níveis de sinistralidade.

Bento Rafael considera que a maioria dos acidentes é originada pelo desconhecimento do Código de Estrada, sobretudo os sinais de trânsito.

"A associação pretende que motoqueiros exerçam a actividade com profissionalismo. Em parceria com a Direcção Nacional da Viação e Trânsito está-se a trabalhar no sentido de facilitar a saída de exames de forma que os indivíduos que dedicam-se a esta função e fizeram os exames recebam as cartas de condução", explicou o responsável.

A AMOTRAG vai tentar incentivar os 'moto-taxistas' a aderirem a formação através da realização de palestras em Luanda e noutras províncias. Muitas das vezes tem sido a própria associação a custear o tratamento dos seus filiados e passageiros, assim como contribuir para as despesas fúnebres em casos mais graves.

"Estamos a trabalhar com um banco para importar mais motos para retirar as motos impróprias, sobretudo as utilizadas na transportação de pessoas", assegurou.

A AMOTRANG possui uma escola de condução no município de Cacuaco, um dos municípios da capital onde esta actividade é muito intensa. Aguardam igualmente pelo aval das administrações municipal de

Viana e a distrital do Kilamba - Kiaxi para a implementação de outras nestas localidades.

Apenas os que passam nas escolas da associação é que são tidos como taxistas legais, mas estes representam um número insignificante no leque dos jovens e adultos que realizam este serviço.

" Nós, a associação, orientamos a não usar muito as vias asfaltada porque são vias muito rápidas e com muitos movimentos. Pode ser perigoso para o nosso motoqueiro. O conselho é para funcionar no interior do bairro", explicou o presidente. Rafael Bento esclarece que bairros da Vidrul, Kikolo, Cerâmica 500 casas, Kifangundo, Pescador e Nova urbanização são os permitidos no município do Cacuaco. Em Viana constam o Kapalanga, Caope, Estalagem e Robaldina, enquanto que Calemba 2, Golfe 1 e 2 fazer parte do itinerário traçado para Kilamba Kiaxi.

A Associação dos Motoqueiro Transportadores de Angola funciona desde 2005, mas poucos conhecer a sua existência. Controla 232.741 membros em todo o território nacional.

3.19 Táxi de kupapatas é uma actividade ilegal

O País

19 de Outubro de 2012

O porta-voz da Brigada Especial de Trânsito, João Pereira, garantiu, em entrevista a este jornal, que a actividade de táxi com veículo de duas rodas é uma actividade ilegal porque não é legislada.

O oficial da Polícia Nacional acredita que esta actividade surgiu em função da situação que se vive no país, consubstanciada na carência de transportes naquelas localidades onde o veículo automóvel não tem acesso e os cidadãos pegam as motorizadas para transportarem outras pessoas.

João Pereira explica que o Código de Estrada estipula que os condutores e os seus acompanhantes devem usar um dispositivo de prevenção, que é o capacete.

Segundo ele, os polícias não autuam os motoqueiros. Eles são alvo de sessões de aconselhamento para cumprirem com o que está estipulado no Código de Estrada, principalmente o uso do capacete.

A Polícia não autua no sentido de solicitar a documentação, mas actuamos para cobrar o dispositivo que é o capacete de protecção quer no interior como em Luanda", garantiu o responsável da Brigada Especial de Trânsito.

A Polícia Nacional efectua apenas controlo, como o registo no acto em que se trata a documentação da moto, para que cada uma tenha uma matrícula. Mas o responsável do trabalho efectuado pelos jovens que asseguram serviço de táxi com motorizadas é a Associação dos Motoqueiros Transportadores de Angola (AMOTRANG).

"A Polícia existe para servir a população e defender os direitos fundamentais do cidadão. A associação é parte da sociedade, logo tem a protecção da Polícia, desde que estejam dentro dos parâmetros que a lei estabelece", rematou.

3.20 Apoiar os alunos não dá lucros

O País

19 de Outubro de 2012

Beleza Wandalika é um dos motoqueiros que habitualmente transporta alguns alunos até aos seus colégios. Este jovem natural do Huambo é de opinião que apoiar as crianças nos colégios ou escolas não dá lucros.

A fase em que as crianças, sejam elas homens ou mulheres, estão a ser preparadas para irem à escola faz com que estes profissionais da motorizada tenham de esperar por eles. De acordo com Beleza Wandalika, para os motoqueiros um atraso de trinta minutos é muito.

"Os pais deveriam pagar mais devido ao tempo que nós perdemos ao esperar os filhos deles", desabafou o motoqueiro.

Os 'taxistas' que têm contratos com os encarregados de educação ou alunos recebem os pagamentos nos finais de semana ou no fim de cada mês. E o valor é estipulado consoante o preço mínimo de uma viagem: 100 kwanzas. Wandalika, que tinha paragem fixa na zona da Robaldina, diz que recebe semanalmente 600 kwanzas. Considera-se um conhecedor do código de estrada e um condutor moderado.

O jovem e muitos dos seus companheiros consideram que não tem sido fácil exercer o trabalho. Deparam-se com clientes que não colaboram' alguns dos quais recusam -se a -efectuar o respectivo pagamento depois da viagem.

"Uns até chegam a levar os nossos meios de transporte", lamentou.

A Polícia Nacional tem aconselhado tratem toda a documentação para o exercício da actividade, entre os quais o bilhete de identidade e a carta de

condução. Mas eles alegam que o fraco rendimento financeiro não lhes permite dar um grande passo no processo de legalização.

"Diariamente levamos para as residências entre 3000 a 3500 kwanzas, contou Beleza Wandalika. E acrescentou: "o dinheiro que ganhamos com as motos não é muito ao ponto de tratarmos os documentos que os polícias pedem. Eles têm que dar um tempo elevado para juntarmos o dinheiro, porque também temos famílias e pagamos casa de renda. Mas já vou tratar".

O mercado da Estalagem é um dos locais mais frequentados pelos "moto-taxistas" que operam em Viana por causa da existência de muitos armazéns de venda de produtos alimentares e electrodomésticos.

Sarcástico, o nosso interlocutor defende que o asfalto é para os taxistas, ao passo que o interior dos bairros pertence-lhes, mesmo existindo estradas de terra batida e com muitas lombas. "Já se tornou hábito para os que circulam naquelas áreas", justificou.

3.21 Kupapatas substituem transportes escolares

O País

19 de Outubro de 2012

Florença Vitorino é estudante da 10^a classe do colégio Eliada, situado na Sanzala, no município de Viana. Apesar de ter feito ti sempre o trajecto entre a referida instituição e casa a bordo de um transporte do colégio, a rapariga acredita que as 'kupapatas' (motorizadas que efectuam serviço de táxi) são os meios mais rápidos para os alunos.

A estudante aconselha mesmo os seus colegas a seguirem o seu caninho caso estejam interessados em honrar o 'timing' de entrada acorda- o do com o colégio.

Mas, o optimismo da estudante contrasta com os perigos que ela própria reconhece que podem advir desta aventura. A maioria dos motoqueiros e os seus clientes não usam capacetes, conduzem em alta velocidade e o próprio fumo expelido da motorizada acaba por ser inalado pelo passageiro.

É este o cenário que se assiste sobretudo na periferia de Luanda, onde muitos colégios abdicaram do serviço de transporte, alguns forçados pela entrada em vigor do decreto que proíbe a importação de viaturas usadas e não têm meios para adquirir novos meios.

A opção de muitos encarregados de educação e dos próprios estudantes foi solicitar os préstimos dos jovens e adultos que efectuam o transporte de pessoas em motorizadas. Alguns consideram como sendo uma forma mais rápida e ao mesmo tempo pouco onerosa.

"O colégio Eliada tem transporte escolar mas alguns alunos preferem pagar 100 kwanzas aos motoqueiros por ser mais rápido e barato em relação ao valor estabelecido pela instituição", salientou Florença Vitorino.

A concorrência terá mesmo motivado a direcção do colégio a anular o sistema de transporte que havia implementado. Os seus responsáveis preferem assim do que transportar regularmente um número reduzido de alunos cujas receitas não suportam as despesas efectuadas para o efeito, como por exemplo o combustível e a manutenção dos veículos.

Muitos destes carros nem sequer cobrem as áreas mais longínquas, como por exemplo o Rangel onde vive o estudante Mário Gourgel que se desloca a Viana todos os dias para estudar. Também optou pelas motorizadas. Diz que é para evitar o congestionamento que se assiste nas avenidas que dão acesso ao município satélite.

Da vila de Viana para o seu colégio, onde frequenta a 12^a classe, nas imediações da regedoria, Mário também faz o mesmo percurso numa moto onde tem de pagar apenas 100 kwanzas.

Gasta todos os meses menos que os 7500 kwanzas exigidos aos que tinham estabelecido um contrato com a instituição de ensino, apesar de os veículos não cobrirem muitas zonas da cidade de Luanda - como o distrito de Rangel onde mora Mário Gourgel- e a própria periferia de Viana.

"Viajar de kupapata é mais fácil e mais rápido", corrobora o jovem. Aponta como uma das vantagens o facto de os motoqueiros tirarem os estudantes da porta das suas residências para o local de destino, embora reconheça que existem alguns contra-tempos.

"As quedas e os capacetes que a maioria dos motoqueiros não usam podem trazer várias consequências", comentou o estudante do colégio Eliada.

O excesso de velocidade e a condição das próprias estradas onde circulam fazem com que muitos motoqueiros tenham acidentes ou caiam com os passageiros que transportam. Nestes casos muitos deles acabam por assumir as responsabilidades pelo que tenha acontecido aos seus clientes, sendo que até acabam mesmo por não cobrar a própria corrida.

Na segunda-feira, por exemplo, Mário Gourgel contou que esteve envolvido num acidente de viação, mas a experiência do condutor contribuiu para que os dois saíssem ilesos.

"Alguns motoqueiros conduzem com o pneu de frente levantado, algo que pode provocar um acidente grave", comentou o estudante, morador do Rangel.

Contratos

Há até casos de alunos cujos progenitores celebraram contratos verbais para transportarem os seus filhos. Mas muitos motoqueiros recusam este expediente para não terem o trabalho condicionado, segundo contaram os próprios.

Com oito anos de idade, a pequena Isabel António só é transportada numa kupapata quando o carro da mãe está avariado.

Uniformizada com uma bata branca como é da praxe, a aluna da segunda classe de uma instituição do primeiro ciclo em Viana contou que a sua escola não tem um meio de transporte, à semelhança das demais existentes no país.

"A minha mãe pede ao motoqueiro para me colocar o capacete e orienta-me a agarrar na cintura do condutor", contou a pequena Isabel António. A viagem de ida e volta da menina custa em média 200 kwanzas.

3.22 Que futuro para vendedores de rua

A Capital

20 de Outubro de 2012

A Guerra que assolou o nosso país por mais de 30 anos, trouxe consigo enormes prejuízos em todos os capítulos, obrigando hoje o Governo a um esforço titânico para a reconstrução nacional e consequentemente a criação de condições de vida dignas para os angolanos. No quadro desses esforços, o Executivo tem vindo a recuperar infra-estruturas importantes como pontes, estradas, hospitais, escolas e outras, além de investir fortemente na formação de recursos humanos. Todo esse investimento era praticamente impossível no período anterior a 2002 durante o qual substanciais recursos financeiros eram desviados para o esforço de guerra.

Os prejuízos materiais e as nefastas consequências resultantes dessa situação estão, obviamente, ainda presentes na sociedade angolana. Em boa verdade, não se diluirão tão cedo. Por razões objectivas, o

tecido humano angolano foi grande mente sacrificado, especialmente a juventude; esta mesma que jogou papel preponderante da defesa da soberania e do solo pátrio.

Em consequência dos terríveis efeitos da guerra, Luanda, a capital de Angola sofreu uma escalada de migração sem precedentes, urna verdadeira "invasão" de cidadãos vindos de outros pontos do país em busca de segurança e do mínimo de condições de vida.

Muitos desses jovens e crianças fugidas da guerra e instalados em Luanda tiveram que encontrar formas várias de sobrevivência. Enquanto uns, marginalizados pela sociedade e incapazes de lutar entregaram-se à delinquência, outros (felizmente a maioria) dedicaram-se ao comércio de rua a fim de garantirem a inteireza das suas próprias vidas e das pessoas que de si dependem.

Os que, felizmente para a sociedade, optaram pelo comércio ambulante têm como suporte comerciantes estrangeiros (libaneses, eritreus, malianos, senegaleses, guineenses, etc.) que os utilizam para a venda de diversos produtos, o que acaba, de certo modo, por configurar uma clara concorrência desleal àqueles que pagam as suas contribuições ao Estado e cumprem com as obrigações legais que a actividade comercial exige.

Assim surgiu o numeroso "exército" de vendedores de rua, vulgo ambulantes, que proliferam pela cidade de Luanda, sobretudo em zonas onde os engarrafamentos são uma constante e em relação aos quais não se vislumbra uma solução no curto ou médio prazos. A actividade próspera com o "suporte" dos automobilistas, principais consumidores vendidos na rua. Já imaginou um motorista preso no engarrafamento num automóvel sem ar condicionado, morto de sede e suando em bicas? Aquela água gelada, geralmente em pedra, do vendedor de rua vem mesmo a calhar! Claro que a "pintura" oferecida pelo espectáculo do "exército" de vendedores não é nada agradável porque além de a sua circulação entre as viaturas causar sérios transtornos aos automobilistas e representar riscos para os próprios vendedores, há ainda o inconveniente de criarem pequenos "quitandas" nos quais se vendem todo o tipo de produtos geralmente vendidos à consignação pelos comerciantes estrangeiros. Com isso, cria-se um cenário de anarquia em cima de e a ausência da autoridade do Estado, no caso concreto do Governo da Província de Luanda, mais concretamente do seu órgão afim, a Direcção de Fiscalização e Inspeção (DFI).

A situação arrasta-se há já algum tempo e apesar das várias tácticas ensaiadas antes mesmo da chegada de

Bento Bento ao GPL não houve melhorias. Em face disso, nos últimos tempos a DFI optou pela aproximação aos vendedores, com acções de carácter pedagógico, deixando de lado a velha e caricata prática de perseguição, agressões gratuitas e extorsões aos vendedores, num espectáculo deprimente e revelador do despreparo das autoridades para lidar com este tipo de situações.

A vergonhosa prática da perseguição aos vendedores de rua não surtiu e dificilmente surtirá o desejado efeito porque para além de ser permanente, verifica-se uma gritante ausência da intervenção da Polícia, que em estreita colaboração com os serviços de fiscalização deveriam encontrar as melhores soluções para minimizar o quadro de "quitanda" em que se transformou Luanda. Ao apartamento da Polícia junta-se outro elemento perturbador: a existência de uma "outra" fiscalização, esta institucionalizada pela Comissão Administrativa de Luanda que parece não dever obediência à Fiscalização Provincial, tal é o tamanho do protagonismo que procura com acções muitas vezes ridículas.

Curiosamente e apesar do espectáculos que os seus fiscais vão fazendo, é fácil notar que o maior índice de pequenas quitandas e cozinhas nos passeios, assim como de vendedores de rua regista-se exactamente no território que configura o Município de Luanda, sob a gestão da Comissão Administrativa de Luanda (CAL), cujos fiscais elegeram como prioridade a extorsão de dinheiro a motoristas que estacionam mal ou lavam os seus automóveis em locais considerados inapropriados pela Lei. A isso juntam a notificação de obras menores, enquanto as grandes, também irregulares (sem a competente licença ou com a mesma caducada), continuam a subir, desafiando os céus da capital. Assim, "distraídos" com "obrigações maiores", os fiscais da CAL "esquecem-se" de arranjar solução para afastar os vendedores ambulantes das ruas.

Fica, pois, claro que se não houver um verdadeira coordenação de esforços entre a Polícia Nacional, Fiscalização do Distrito Urbano de Luanda e o órgão provincial afim, a situação manter-se-á estacionária ou, na pior das hipóteses, vai degradar-se ainda mais, tornando-se incontrolável e insustentável. E a Fiscalização Provincial de Luanda será sempre o bode expiatório porque todos os dias surgem mais vendedores de rua, praças e cozinhas improvisadas nos passeios da cidade.

Em face disso, faz-se necessário mudar o quadro e definir quem é quem, especialmente se há necessidade de haver "duas" Fiscalizações, uma vez que ambas têm o mesmo fim. Porque que se o

quadro continuar como está, será extremamente difícil minimizar a situação. Dizemos minimizar porque enquanto este fenómeno não for encarado e tratado com a acuidade e a seriedade que demanda, ou seja, como um problema multisectorial, o seu estaque é pouco mais do que idílico. Pois trata-se de um problema nacional e de carácter político e social marcante cuja resolução implica muito cuidado, sob pena de a juventude castigar fortemente a governação no próximo pleito eleitoral.

É consabido que tanto Bento Bento (governador de Luanda) quanto José Tavares (presidente da CAL) não estão munidos de excepcionais competências técnicas, sendo acima de tudo políticos. Mas ninguém precisa de um diploma universitário para perceber que a solução não está na construção de mais mercados.

Afinal, na rua, onde metade dos luandenses está durante grande parte do dia (e da noite também), vende-se muito mais rápido. Logo, o instinto de sobrevivência do vendedor "aconselha-o" a permanecer onde vende mais. Esta é, aliás, uma lei básica do mercado. A solução passa pela criação de incentivos de diversa ordem para os vendedores de rua, começando pelo esbatimento das assimetrias regionais, algo a que o Governo já se propôs fazer. Enquanto sociólogos, cientistas sociais, psicólogos e outras pessoas qualificadas para em conjunto dar solução ao problema trabalhassem no caso, o GPL deveria emitir um acho indicando claramente o que dizem as posturas camarárias já existentes sobre o assunto.

A eliminação da venda ambulante ou do comércio de rua está exclusivamente acometida aos Governos Provinciais. Sendo, entretanto, um problema resultante da guerra e essencialmente sociopolítico, uma questão se coloca: que políticas têm sido empreendidas pelos ministérios da Juventude e Desportos, da Reinserção Social, da família e Promoção da Mulher, do Comércio, da Agricultura, das Pescas, do Trabalho, das Obras Públicas e da Indústria para se dar solução a este problema que transforma Luanda num "Matongué"? sem protagonismos e vaidades balofas, essas instituições deveriam coordenar esforços de modo a acabar com esse flagelo social que tanto envergonha a governação da cidade e, por extensão, do país.

Está claro que escorraçar os vendedores das ruas não resulta e que a mesma só enriquece fiscais desonestos, julgar pelo facto de que pouco depois da expulsão voltam à procedência. Em razão disso, urge, pois, mudar a perspectiva dos vendedor de rua com programas bem combios, ir ao encontro dos anseios dos jovens (esses são o garante do futuro esses salvaguarda do país) para se evitar surgimento de um

"exército" de descentes e frustrados que podem desviar-se para a criminalidade e colocar nitidamente em risco a paz social que o Governo vem tentando construir arduamente. .

3.23 Efectivos da Polícia terminam formação

Jornal de Angola
21 de Outubro de 2012

A comandante nacional da Polícia Fiscal, Maria Gamboa, pediu, ontem, em Luanda, aos agentes das especialidades a primarem pela ética profissional durante as suas actividades, para não violarem as regras da corporação.

Maria Gamboa falava durante o encerramento de um curso de superação aos oficiais que trabalham nas fronteiras, portos e aeroportos, realizado na Escola Nacional de Polícia da Ordem Pública.

A formação teve como objectivo elevar os níveis profissionais dos agentes, para prestarem os seus serviços com mais eficácia e rigor.

O curso foi frequentado por 141 efectivos da Polícia nacional. Teve a duração de seis meses e contou com a participação de professores cubanos e angolanos.

Na entrega dos certificados, a agente Catarina Papagaio leu uma mensagem em representação dos finalistas, onde sublinhou que o espírito patriótico vai contribuir para melhorar a técnica e profissionalismo nas futuras missões.

3.24 Vendedores de rua Aguardam pelos mercados

Jornal de Angola
21 de Outubro de 2012

Retirar das ruas de Luanda vendedores de alimentos, produtos perecíveis, roupas e outras mercadorias é uma aposta do Governo Provincial de Luanda.

O governador Bento Bento visitou as obras de ampliação e construção de vários mercados. Ao mesmo tempo está a ser feito um trabalho de sensibilização junto das zungueiras para abandonarem as ruas e irem, vender para os mercados da cidade. Multas estão a ser registadas e aguardam pela chamada. "Temos que dar outra imagem à nossa linda cidade de Luanda", dizem as zungueiras.

"Olha laranja, olha laranja", "é peixe, é peixe" são os refrãos que ainda hoje se ouvem em Luanda, desde as seis da manhã até ao fim da tarde. Os vendedores que circulam pelas ruas por vezes atrapalham o trânsito, Mas pior é quando vendem nos passeios e "fecham ruas" para fazer mercados. Os agentes da fiscalização, como constatou a reportagem do Jornal de Angola, sensibilizam as "zungueiras" que no passado eram apenas quitandeiras para irem vender nos mercados, onde há higiene e apoios.

Com a sensibilização que se está a ser feita, muitas zungueiras aceitam fazer a "sua vida" nos novos mercados. "Já estou registada. Espero que me chamem. É sofrimento vender nas ruas. Os fiscais estão a dar corrida e o sol é muito. Não dá. Nós é que estamos à procura deste sofrimento", reconheceu a zungueira Ângela Geraldo, 38 anos. Ela vendia no Roque, mas desde que foi encerrado vende na rua. Não foi para o Panguila porque não tem dinheiro para pagar transporte todos os dias, mas quer um lugar fixo num dos mercados.

Letícia Inês é outra zungueira. Está cansada de vender nas ruas e de fugir aos fiscais. "Já ouvimos que estão a construir mercados, vamos aguardar, enquanto isso, peço que não nos tirem da rua, porque não temos para onde ir. Temos filhos para cuidar e em casa não podemos ficar. Vamos sair da rua, mas também têm que nos entender. Enquanto não houver mercado, vamos continuar na rua", afirma Letícia. Feliz com a construção do mercado está Fátima Francisco Diogo. Vende em frente ao mercado em construção, no bairro Sapu. Acredita que vai inaugurar o mercado quando as obras terminarem: "estou contente, nunca pensei que Bento Bento viesse à nossa rua para ver como vão as obras do mercado. Assim como o governador esteve cá, as obras vão acelerar.

Agora está bom porque temos a certeza de que o nosso lugar é dentro do mercado e está garantido. Os nossos produtos ficam melhor conservados e os clientes não vão fugir da poeira ou do lixo".

Lojas ambulantes

Nos Combatentes, uma jovem zungueira oferece meias e blusas. As mãos e os braços são os "expositores" da mercadoria. As costas têm uma trouxa com mais produtos. Bem apumada diz: "não admito que me tirem fotos nem digo o meu nome". Ao Jornal de Angola, ela conta que vende na rua desde o ano passado, mas está disposta a ir rapidamente para o comércio formal: "estou cansada de fugir aos fiscais. Já me tinham dito que estão abertas as inscrições, mas não acreditei, porque a

administração falha muito. Como vi o governador de Luanda aqui, agora sei que é mesmo verdade. Vou ficar atenta para me registar e vender no mercado como as outras, num ambiente de paz".

Na Avenida Cónego Manuel das Neves são oferecidas as mais diversas mercadorias. Bem encostado à parede do Cine São Paulo fica Tandala Job, conhecido como "desenhador de unhas". O "técnico", como os outros, tem "lábia". E provou isso, quando disse que faz os melhores desenhos da cidade. Na fila estavam cinco raparigas.

Tandala Job também quer um lugar na parte ampliada do Mercado de São Paulo. "O meu negócio está a crescer. Se me derem um espaço consigo trabalhar melhor", disse. No Kilamba Kiaxi estão a ser construídos dois mercados com 100 lugares.

"Pensamos que com a continuação deste processo vamos ver minimizado o problema da venda ambulante no distrito. O registo já começou e a nossa capacidade é reduzida", disse o administrador Zeca Moreno.

Sambizanga e Kilamba Kiaxi

O administrador garante que com processo de construção de mercados populares a venda ambulante nas ruas de Luanda vai diminuir: "na primeira quinzena de Novembro as obras dos dois mercados ficam prontas. No próximo mês de Novembro estamos em condições de receber mais pessoas que vendem nas ruas.

O Sambizanga não fica de fora já que o projecto é realizado no âmbito das obras de impacto social que o Executivo pretende implantar nos distritos urbanos. O Sambizanga está a ser contemplado com alguns mercados também.

O ponto de partida começou com a ampliação do mercado de São Paulo e mais dois que vão ser construídos na comuna do Ngola Kiluange. A administradora do Sambizanga, Mara Baptista, está com uma batata quente nas mãos, porque na zona de São Paulo existe um número elevado de vendedores de rua, principalmente na Avenida Cónego Manuel das Neves. Com paciência, a administração tem sensibilizado os vendedores de rua a fazerem o seu registo.

"Elas estão aceitar. Tivemos alguma resistência no princípio, mas estão a entender as vantagens e a tomar a negociação mais acessível. Estamos a colher bons frutos", garantiu.

Mara Baptista pede aos clientes para que não comprem produtos na rua. Muitos comerciantes já

foram para o Panguila, para o 30, Catintom e outros mercados: "é lá que devemos fazer as compras e não na rua. Precisamos de colaborar e melhorar a imagem da nossa cidade".

A administradora do Sambizanga esclareceu que vão ser retiradas da rua "aquelas pessoas que montam bancadas nos passeios, nas bermas e nas faixas de rodagem, mas aqueles que deambulam pela cidade com água ou gasosa podem continuar. Assim evitamos lixo e acidentes".

Ruas sem vendedores

As autoridades estão a fazer tudo para que no mais curto de espaço de tempo, Luanda deixa de ter vendedores na rua. Os mercados que estavam projectados para um piso vão passar a ter dois, de forma a receber mais gente, disse o vice-governador de Luanda para área Comunitária, Adriano Mendes de Carvalho.

O vice-governador diz que estão a ser criadas condições para tirar as vendedoras da rua. "O nosso objectivo não é simplesmente tirá-las das ruas. Com os mercados que estão a ser construídos na província de Luanda, vamos conseguir trazê-las para o mercado formal", garantiu. "Em Luanda estão a ser construídos muitos mercados.

Cada município vai ter quatro a cinco. Este é o objectivo do Governo Provincial. Por isso dizemos à população que o lugar para vender é nos mercados e não nas ruas" aconselhou o vice-governador.

3.25 Governador visita obras dos mercados

Jornal de Angola
24 de Outubro de 2012

O governador provincial de Luanda, Bento Bento, ficou preocupado com o andamento das obras nos mercados Sábado, Funda, Kinfangondo, Peixe Mundial, Bairro dos Pecadores, Artesanal Salinas e do Bairro Hotanganga.

Bento Bento disse à imprensa que os empreiteiros "não estão a seguir o plano elaborado pelo Executivo que determina a existência de mercados com dois mil lugares cada um e não 75 como estão a ser efectuados".

A administradora municipal de Cacuaco, Rosa Dias dos Santos, informou que a planificação dos espaços foi feita para 75 lugares. Bento Bento pediu uma fiscalização eficaz "porque o Executivo disponibilizou verbas suficientes para dois mil lugares".

Bento Bento salientou que o Executivo não quer os vendedores a comercializarem fora dos futuros mercados.

Acompanhado dos vice-governadores, administradores municipais, membros da comissão de registo e normalização da venda ambulante, Bento Bento visitou também o mercado do Panguila, onde falou com o administrador Vitorino Kitokolo que explicou: "o preço elevado dos táxis tem forçado muitas vendedoras a comercializarem os seus produtos nas ruas em vez de se deslocarem para aqui".

Bento Bento garantiu que vai trabalhar para criar conolções no sentido do mercado albergar maior número de vendedores.

Quanto às previsões para o fim das obras nos novos mercados, o governador provincial de Luanda disse que há todas as condições para ficarem concluídas até final do próximo mês de Novembro.

3.26 BMF e kixi credito juntos disponibilizam 373,2 milhoes USD

Expansão

26 de outubro de 2012

Em pouco mais de oito anos de actividade, o BMF disponibilizou, até ao momento, um total de 223, 2 milhões USD em apoio ao desenvolvimento da economia a diversos empreendedores. Terão beneficiado deste valor aproximadamente 15 mil Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). O sector do comércio se destaca entre os principais beneficiários, com 79% do total, seguido da Educação, com 8%, igual percentagem que consumiu o grupo de outras atividades, a indústria com 3%, enquanto a agricultura e a pecuária foram os que menos beneficiaram, com apenas 1% cada.

Alguns economistas abordados sobre a matéria, consideram que, embora ainda de forma tímida, o sector de micro-finanças está já a servir de mola impulsadora para o desenvolvimento das MPME, dotando-as da chamada independência financeira e a contribuir para a diminuição da taxa de desemprego no Pars.

A taxa de incumprimento (mora) no BMF não está para além da que é aceite internacionalmente para as instituições de micro-finanças, afirmou José Eduardo, para quem a margem de lucros dos empréstimos concedido têm sido suficientes para suportar os custos da instituição, mante-la e enfrentar novos

desafios.

Actualmente com 18 sucursais e duas representações em todo o Pars, o BMF conta com 70 mil clientes, 1.500 dos quais com crédito vigente. Entre os grandes objectivo da instituição para os próximos tempos figura a ambição de terem o maior número de correspondentes bancários, com o propósito único de atingir de forma mais abrangente o grupo alvo.

Por seu turno, a operar há mais de uma década, a Kixi Crédito emprestou a pequenos empreendedores um valor acumulado superior ao equivalente em Kwanzas a 150 milhões USD, beneficiando 15 mil clientes activos, concentrados nos sectores de prestação de serviços, comércio e produção. A taxa média de reembolso a esta instituição de microcrédito de direito angolano, a única até ao momento que se sujeitou a uma avaliação de risco, tendo obtido a classificação B+, da agência de notação de risco italiana MicroFinanza, segundo o seu director-geral, Joaquim Catinda, anda a volta dos 98%.

Para o gestor da instituição, que conta atualmente com 14 agências espalhadas em dez das 18 províncias do Pars, o sector de micro-finanças em Angola está em franco crescimento, com a entrada de novos actores no mercado e a consolidação dos antigos.

Há também, disse, um esforço multisectorial para a consolidação legislativa do ramo."Com isto, pensamos expandir os nossos serviços para todo o território nacional nos próximos dois anos", indicou Catinda.

Características do micro-crédito

Trata-se de um crédito financeiro de pequena dimensão;

- O seu público-alvo são as pessoas que vivem na pobreza e na exclusão social ou nas suas margens;
- Pessoas que têm capacidade de iniciativa e de empreendedorismo e que, desta forma, têm hipótese de criar o seu próprio posto de trabalho;
- Pretende-se apoiar projetos de negócios que se possam desenvolver em bases sustentáveis;
- Abre-se a possibilidade de conceder crédito a pessoas que não podem oferecer garantias reais, como contra partida do pequeno crédito de que necessitam;
- Exige-se por parte daqueles que querem promover o microcrédito, a capacidade de acreditar que os destinatários que seleciona irão ser capazes de

promover adequadamente o projecto de vida a que se propõem.

3.27 Pensar no terreno

Diário Global

26 de Outubro de 2012

O governador de Luanda, Bento Bento, desde que reassumiu o cargo pelos vistos ainda não teve tempo para uma boa sesta.

Os problemas de Luanda parecem que, nas últimas semanas, triplicaram. Já não adianta falar da água e luz. O tempo é que dará resposta a estes problemas.

As maiores dores-de-cabeça do actual "novo-antigo" inquilino do GPL são os mercados de passeios e estradas que cercam a cidade da Kianda. Inverter o quadro é o desafio. Não é por menos que tem andado de mercado em mercado para ver se "encontra" a fórmula. Mas, na verdade, será só preciso pôr os neurónios a funcionar. Soluções para mudar o "assalto" dos passeios e estradas existem. Não estão escondidas. Estão à vista. Pense, pense, Bento, esquecendo o lado partidário.

3.28 Governador quer mercados ampliados

Novo Jornal

26 de Outubro de 2012

Para tirá-las de 'lá. É importante ampliar os mercados para que comportem mais gente", justificou Bento Bento.

O governador esteve também no Panguila, onde se reuniu com o governador do Bengo, João de Miranda, a fim de encontrar uma solução o para a valorização daquele mercado, que foi inicialmente construído para albergar os vendedores do Roque Santeiro, descativados em 2010.

Bento Bento lamentou a atitude 'dos vendedores transferidos do Roque Santeiro que abandonaram os seus espaços e ocuparam as ruas do bairro São Paulo, Sambizanga aos mercados tem dominado, nos últimos tempos, a agenda de trabalho do Governador de Luanda, Bento Bento, que quer ver ampliado as praças em construção, para permitir o acolhimento de maior número possível de vendedores.

Depois ter visitado alguns mercados em construção na zona do Rocha Pinto, Morro Bento, Palanca, Sapu, Rangel e Sambizanga, o governador de Luanda visitou esta semana novos espaços comerciais que

estão a ser erguidos e orientou a ampliação de alguns deles.

"Vi muitas mulheres a vender nas ruas. Temos de criar condições zanga e várias outras áreas do casco urbano, criando transtornos na circulação rodoviária, excesso de lixo e desordem na cidade.

No Panguila, vários armazéns e lojas encontram-se desocupados, por isso, segundo o governador, aventa-se a hipótese de se transferir os grossistas e retalhistas que praticam o comércio na cidade.

De acordo com Bento Bento não se trata de correr com quem quer que seja, pois os zungueiros continuarão a circular à vontade pela cidade. "Deve-se sim 'organizar a venda, proibindo a criação de pequenos mercados nas ruas, estradas e em passeios", acrescentou.

3.29 Zungueiras e autoridades envolvem-se em confrontos

Novo Jornal

26 de Outubro de 2012

As autoridades de Luanda estão implacáveis para que, no mais curto espaço de tempo, Luanda deixe de ter vendedores nas ruas. As zungueiras, porém, resistem em deixar a venda na via pública. A situação está a desembocar em confrontos diretos entre polícias, fiscais e vendedoras.

A falta de espaços, de clientes e de transportes nos novos mercados são 'algumas das razões apresentadas pelas vendedores ambulantes para justificar a sua resistência em deixar a rua.

Esta semana. as zungueiras confrontaram-se novamente com as autoridades policiais e agentes da fiscalização destacados para a zona do S. Paulo, em Luanda.

As zungueiras estão ser retiradas daquela zona e alojadas temporariamente, na parte externa do mercado, onde deverão realizar o seu negócio, até ao período festivo de Natal e ano novo.

Trata-se de uma orientação do governador provincial, Bento Bento, que quer ver banido o comércio ambulante, de acordo com uma fonte do mercado do São Paulo. "Portanto, elas vão vender aqui no parque de estacionamento, durante os dois últimos meses, e depois serão transferidas para os novos mercados. Assim, pensamos acabar com os transtornos que assistimos todos os dias", explicou a fonte, que preferiu o anonimato.

A resistência, de acordo com a fonte, reside no facto das vendedoras encararem a rua como o local predileto para a venda fácil dos seus produtos. "Elas estão acostumadas a vender sem regras. A polícia está a tirá-las da rua e elas resistem. Está a haver alguns excessos, mas, tudo está a ficar controlado porque a maioria delas já começaram a procurar-nos para ocuparem o seu espaço aqui", rematou a fonte.

Apesar da resistência, a medida foi bem acolhida por muitas das zungueiras que já conseguiram obter um

lugar no recinto adjacente ao mel do São Paulo. Dona Maria foi uma das felizes contempladas. A cidadã disse não ter encontrado dificuldades para conseguir a ficha de acessos "Deram-me o espaço de um me para vender aqui no chão, Eles é (sabem. Também já estou cansada vender na rua. Falaram que vamos ficar aqui dois meses, depois vão arranjar outro lugar", explicou a vendedora de roupa.

Para outras negociantes a sorte foi madrastra. Alegam que o procede entrega de ficha está a ser feita à base de influências. "Aqui, estão a olhar na cara. Urnas recebem e outras não. Corno é que vamos deixar a rua assim?", Questionaram-se algumas vendedoras, reclamando os maus tratos dos agentes da polícia da fiscalização.

"Quando vamos tentar vender estão a nos bater. Agora, também já não estamos a permitir. Quando empurram uma de nós, também lhes empurramos. E isto está a dar confusão. O governo tem que fazer bem as coisas. "Primeiro devem construir mercados depois é que nos tiram das ruas", apelaram as vendedoras. Apesar das queixas e reclamações das zungueiras, alguns cidadãos louvaram a iniciativa do governo que visa melhorar a imagem da capital do país. No entanto, pedem mais paciência e profissionalismo das autoridades para evitar agressões desnecessárias e reconhecem que a empreitada está a surtir efeitos, tendo em conta a melhoria que se regista na zona dos Congolenses, no São Paulo.

3.30 BUE redução do desemprego

Semanário Angolense

27 de Outubro de 2012

A abertura dos Balcões Únicos do Empreendedor (BUE) em todo país, e particularmente no Bié, está a contribuir significativamente na redução do desemprego. Mil 326 projectos diversos orçados em 651 milhões, 184 mil e 783 Kwanzas foram financiados na província do Bié, desde o início do projecto, em Julho deste ano. O valor máximo individual cedido para cada projecto vai até 679 mil

Kwanzas .. Nesse momento existem nove mil projectos que deverão ser encaminhados ao BPC para o devido financiamento. Diariamente 60 cidadãos procuram os balcões do BUE com planos de empreender em salões de beleza, cantinas, serralharias, moageiras, geladarias e projectos de agricultura.

3.31 Pequenos negócios para suprir o desemprego

Jornal Agora

27 de Outubro de 2012

Uns justificam a carência por falta de habilitações literárias e profissionais, mas outros, apesar de as terem não conseguem encontrar o primeiro emprego, associando a isso a experiência profissional que varia entre os três aos cinco anos.

O AGORA procurou falar com alguns jovens 'vulgos' 'roboteiros' (expressão de origem russa que significa trabalhador), que se ocupam da estiva nos armazéns e depósitos nos mercados de Luanda, bem como lavadores de carros, que avançaram o seu dia a dia como uma verdadeira 'batalha' pela sobrevivência.

Denis Sericki, 'roboteiro' de 24 anos, mostrou-se disponível em falar à nossa reportagem, numa altura em que encontrava-se a descansar no seu carro de mão, moldado com madeira e um pneu de veículo ligeiro na parte dianteira. É oriundo de Lubango e encontra-se na capital em busca de melhor qualidade de vida.

Apesar das peripécias que passa, disse estar feliz com o ofício embora por vezes tem de enfrentar a 'chocota' de quem passa ou até mesmo das pessoas do sexo oposto. "Gosto da ocupação que desempenho porque dela consigo sobreviver, compro o meu vestuário, bem como alimentação" .

O jovem frequenta diariamente os estabelecimentos comerciais para prestar serviços de transportação de mercadorias, a partir das oito horas da manhã e, termina por volta das 14 h.

"Trabalho de segunda à sexta-feira, no sábado vou ao culto e no dia seguinte aproveito para me divertir e distrair com os amigos", revelou, com um sorriso nos lábios.

Lucros. Quanto aos lucros, o nosso interlocutor confidenciou haver maior "movimento financeiro" em finais de cada mês, principalmente durante a quadra festiva, "devido o fluxo de pessoas nos estabelecimentos comerciais que compram diversos produtos e necessitam de aluguer de carro de mão

para transportar as mercadorias para as casas ou para as paragens dos táxis".

Na mesma ocasião abordamos Augusto José, 18 anos, igualmente do Lubango, que disse preferir ser 'roboteiro' do que enveredar por práticas condenáveis como roubo.

"Prefiro fazer este serviço, sabendo que é bastante esforçado do que roubar. Acho isso mais digno do que roubar", desabafou.

'Roboteiro' já há cerca de oito meses, com o dinheiro do aluguer de um carro de mão, comprou um colchão para os pais e algumas roupas para as irmãs. "Estou feliz pois, com o esforço, consigo obter qualquer coisa para mim e também poder ajudar os meus pais a suprir algumas necessidades da família".

Augusto não escondeu a vontade de avançar com os estudos mas, ainda está longe de lograr o sonho.

"Este ano não consegui ingressar na escola por alegada falta de dinheiro para matrícula mas, tudo farei para no próximo ano não perder o ano lectivo", notou.

Por seu turno, Jamba Paulino, trabalha como estivador em Viana, há cerca de um ano. Como Paulino, esse homem indicou que apesar da remuneração não ser compatível com esforço já dá para não deixar o fogão apagado.

"Hoje em dia há poucas pessoas aceitam fazer este serviço por isso nos armazéns há sempre vagas", finalizou.

Já Moisés Vaz observou que apesar da saúde precária que atravessa, não tem outra escolha de momento.

"Por vezes sinto dores no corpo, devido às cargas, mas não tenho outra opção a não ser levantar-me cedo e caminhar em busca do que comer, porque para além de mim, tenho sob minha responsabilidade uma irmã de menor e pagar as rendas de casa".

Por seu turno, Eduardo Cadete, 28 anos, é lavador de carros a seis anos num largo há escassos metros da Praça da Independência. Sai de manhã em direcção ao local para aproveitar as primeiras viaturas que se fizerem nas imediações. Não se sente satisfeito com o que faz, mas confessa não ter outra escolha, enquanto não encontrar um emprego condigno.

"Ninguém se sente feliz nesta ocupação, mas as circunstâncias obrigam que façamos alguma coisa para suportar as nossas necessidades".

Avançou ainda que lavando carros, fez várias amizades com diversos clientes que vivem na maior cidade do país.

3.32 Arrumação de Luanda

Jornal Agora

27 de Outubro de 2012

Como prometeu a quando da sua investidura no cargo, o governador da província de Luanda, Bento Bento, iniciou o seu novo consulado tratando de um dos grandes constrangimentos de Luanda: o comércio paralelo e a venda ambulante em tudo o que é canto da cidade.

Por mais dura que seja a decisão para muita gente, porque essa actividade mesmo feita em condições precárias tem influência no sustento de inúmeras famílias, temos que reconhecer que é necessário mudar hábitos e costumes que se instalaram entre nós, para impedir a contínua degradação da cidade de Luanda, transformada em praça global com a venda de quase tudo em qualquer esquina, muro ou passeio. Como disse o radialista Paulo Miranda, da Rádio Luanda, só falta mesmo um dia vermos elefantes serem vendidos nas nossas ruas. E é preciso estancar isso.

Aliais, já foi longe demais. Somos africanos sim, com grande orgulho, *modus vivendi* próprio mas, isso não significa dizer que somos porcos, matumbos, que não temos capacidade para dirigir os nossos próprios destinos. Não é só sair à rua sempre bem grifados, cheirando bem mas, no cubículo ou no bairro, uma desgraça. Não é isso. Temos que mudar sim, e com um pouco mais de engajamento, conciliando interesses, podemos fazê-lo. Temos, todos, a responsabilidade, ou melhor, a obrigatoriedade de contribuir para que Luanda tenha uma imagem digna de capital, representativa de uma nação em franco progresso, e não de uma selva onde cada animal faz o que bem lhe apetece. Não é assim, porque até no inferno, o diabo dita regras.

Mas, infelizmente, essa é imagens que estamos a passar ao mundo, misturando o que é decente com a imoralidade. Queremos e ficamos todos maravilhados, porque ao fim de mais de trinta anos de jejum, conseguiu-se que um navio cruzeiro com turistas de várias nacionalidades escalasse Luanda. Só que, esse esforço fica manchado, porque o belo da marginal e de outras grandes obras que contam com o investimento público e privado, contrastam com a sujeira das nossas ruas cheias de bancadas ou de artigos pendurados em muros ou espalhados nos passeios, robóticos andrajosos, lojas rudimentares cuja construção foi autorizada não se sabe por quem;

passeios cheios de tudo, desde pinchos a serem assados, carnes e outras espécies de frescos que, quase já não vê, tal a quantidade de moscas por cima dela, comercializada ao lado de montanhas de lixo ou de dejectos humanos que, jorram da fosse rebentada por falta de manutenção, e o dono da residência está nem aí, como se tudo isso fosse normal; taxistas e motociclistas que não respeitam regras; bandidos que entram nos táxis, apalpam até os seios das senhoras para roubar e, como se não fosse pouco, deleitam-se a meter a sua boca suja naquelas que acharem mais "apetitosas". Ao que chegamos...

Como é evidente, toda essa balbúrdia não deve continuar pelo que, esse pontapé de saída do governo provincial deve ser apoiado. Nada de politiquices populistas, só para conquistar os descontentes.

Novos mercados, cerca de dezoito, estão concluídos ou em construção, doptados de meios, condições' de serviço e acima de tudo, higiene. Contudo, apesar dos benefícios e até da isenção ou redução do valor das taxas de ocupação dos espaços, persiste alguma relutância de um bom milhar de vendedor (a)es, que continuam a preferir a venda em locais impróprios ou não autorizados. Só que, por mais impopular que seja a decisão, essa dinâmica do governo provincial não pode mais desacelerar, sob pena de, por arrasto, o circo pegar fogo.

Essa decisão é incontornável! Temos que mudar tudo isso, porque o problema da pobreza, da falta de emprego e do sustento das famílias também não se resolve com essa anarquia, o desenrasca, a falta de autoridade e de responsabilização que se instalou em Luanda, e por arrasto, um pouco por todo o país. São necessárias políticas de inclusão, de protecção, de organização e esse é um dos pontos de partida identificados que, congregados à outros, podem a curto, médio e longo prazo, resolver essas questões.

Por isso mesmo, a decisão do governo de Luanda deve encontrar o respaldo de toda a sociedade, porque os resultados beneficiarão todos nós, tendo em conta inclusive, que essa prática representa, na generalidade, um atentado à vida e à segurança dos consumidores. E a contribuição individual para o êxito dessa empreitada, pode começar no simples gesto de mudança da nossa própria atitude, no dia-a-dia, fazendo os possíveis de, gradualmente, comprarmos o menos possível na rua. É possível sim, com algum rigor na nossa programação, porque o comércio, em pequenas e grandes superfícies, hoje até já se faz muito para além do horário normal de trabalho, a preços mais baixos. Esse tipo de comércio só sobrevive, porque nós compramos. Devemos fazê-lo sim, mas nos locais apropriados, como acontece em todos os países e cidades organizadas,

porque é também passando por essa via, que estaremos a melhorar a nossa qualidade de vida, de forma colectiva ou individual.

Embora se fale também na construção de mercados de pequena dimensão espalhados pelo interior das cidades, para haver mais proximidade pelo menos para aquelas questões correntes, em vez de tantas boutiques, lanchonetes e lojecas de produtos traficados e geridos na sua totalidade por expatriado incluindo para tirar uma simples fotocópia (mas ninguém vê isso?) que proliferam por aí, para complementar, o governo provincial deve também facilitar, incentivar e apoiar (incluindo o acesso ao crédito quando necessário) a abertura ou reconversão de lojas para venda exclusiva de frescos e de hortícolas. É que, o funcionamento regular dessa rede de comércio à retalho, obrigará ao alargamento da capacidade dos importadores e distribuidores grossistas e, concomitantemente, absorverá muitos dos que agora se dedicam ao comércio ambulante, por falta de emprego. Porque não essa medida, se no meio dessa anarquia toda, até se permitiu que varandas fossem transformadas em lojas?

Mas todo esse processo de mudança só surtirá efeito, como deu conta o próprio governador, com o prolongamento na reorganização das administrações municipais e comunais, bem como, com o cuidado na selecção e formação dos quadros que serão colocados nessas estruturas.

Indo um pouco mais além, é necessário também maior rigor e fiscalidade na acção de alguns efectivos da nossa polícia de ordem pública e reguladora de trânsito. Há dentro dela muita gente que, compactua com essa engrenagem e não pôde. Como aceitar, por exemplo que, alguém esteja a fazer uma lixeira mesmo ao lado da esquadra da Polícia do Benfica (à saída de Luanda), e o seu comandante não vê ou assiste impávido e sereno? E estamos a falar de uma infraestrutura erguida recentemente numa área nobre. Mesmo ao lado, é só ver a desordem provocada pelos taxistas. Assim também não...

3.33 Actividade de moto-táxi está em pleno crescimento

Jornal de Angola
28 de Outubro de 2012

A cidade de Ndalatando tem registado um aumento vertiginoso de motas dedicadas ao serviço de táxi, que têm constituído alternativa para muitos cidadãos que pretendem deslocar-se para diversos pontos da circunscrição.

A actividade tem estado a contribuir para o aumento de transtornos no trânsito e conseqüentemente de acidentes, pelo facto de a maioria dos condutores desconhecer as normas de trânsito e não dispor de habilitações para o exercício de tal actividade.

Apesar dos constrangimentos, a actividade de moto-táxi, vulgo "kupapatas", está a constituir a principal fonte de rendimento e subsistência de muitos cidadãos, na sua maioria jovens.

O negócio é relativamente novo na cidade, mas nos últimos dias está a ganhar corpo pelo facto dos cidadãos não disporem de muitas opções para circularem pela cidade, associado ao facto das motas permitirem chegar com rapidez.

O jovem Paulo João Leite, dedicado ao serviço de moto-táxi, em Ndalatando, disse que os preços praticados variam entre 100 kwanzas para as motas de duas rodas e 500 a 700 kwanzas para as de três rodas, que se destinam ao transporte de mercadorias. O moto-taxista Lauriano José Rufino disse que pode transportar em média 15 a 20 passageiros/dia e no final arrecadar um valor que oscila entre os três e quatro mil kwanzas.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Contas fiscais com saldo positivo no segundo trimestre

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

Saldos correntes e global das contas do Tesouro fecharam o segundo semestre com superavit, tanto que os fluxos de recursos do exercício do Tesouro atingiram 1.428.632,92 milhões de Kwanzas.

As receitas petrolíferas corresponderam a 77,79 por cento e 22 por cento às receitas não petrolíferas, enquanto as despesas com o serviço da dívida cresceram 32,05 por cento, o que corresponde ao maior crescimento do fluxo de saídas.

De acordo com o relatório de inflação do Banco Nacional de Angola (BNA), que realça o balanço de Execução Financeira do Tesouro do segundo trimestre de 2012, os fluxos de entradas foram superiores aos fluxos de saídas, o que permitiu um superavit dos saldos Corrente e Global, na óptica de caixa.

"O desempenho das contas fiscais no segundo trimestre de 2012 revelou uma melhoria, face ao período homólogo de 2011 e ficou abaixo dos resultados do primeiro trimestre de 2012, ao apurar um superavit do saldo do exercício e do saldo global (Caixa) na ordem de 199.071,84 milhões de Kwanzas e 255.753,56 milhões de Kwanzas, respectivamente".

Revela que a programação financeira do segundo trimestre de 2012 foi executada, tendo em conta a taxa de câmbio média, fixada em 95,34 Kwanzas, um pouco acima do programado. As exportações de petróleo bruto situaram-se em 158,63 milhões de barris, 1,50 por cento abaixo do programado, e o preço médio do petróleo atingiu 117,87 barril dólares, o que representa 2,50 por cento acima do programado.

Por seu turno, os fluxos de recursos do exercício do Tesouro atingiram 1.428.632,92 milhões de Kwanzas, dos quais 19,07 por cento referentes a Receitas de exercícios anteriores, quatro por cento a saldos livres acumulados de exercícios anteriores, 6,41 por cento a desembolsos de financiamentos 74,52 por cento a receitas do exercício.

Assim, as receitas do exercício que atingiram 1.064.557,51 milhões de Kwanzas correspondem a um aumento de 41,12 por cento, face ao período homólogo de 2011, que situou em 754.346,30 milhões de Kwanzas.

As receitas de exercícios anteriores foram compostas, maioritariamente, por pagamento da dívida fiscal petrolífera e saldos livres acumulados.

Os desembolsos de financiamentos consubs-tanciaram-se em desembolsos externos por via de linhas de crédito e desembolsos internos, correspondente à emissão de Obrigações do Tesouro.

Receitas correntes representam 100 por cento das totais

"As receitas correntes do exercício representaram 100 por cento das receitas totais, sendo que 77,79 por cento de execução correspondeu às petrolíferas e 22,21 às não-petrolíferas.

Em relação ao período homólogo de 2011, as receitas petrolíferas cresceram cerca de 45,95 por cento e as receitas não petrolíferas cerca de 26,47 por cento, enquanto, em relação ao primeiro trimestre de 2012, as petrolíferas cresceram cerca de 69,99 por cento e as não-petrolíferas decresceram cerca de 17,99 por cento".

O grau de execução alcançado pelas receitas não-petrolíferas, de 15,55 por cento acima do Programado, resultou, essencialmente, de uma maior eficiência na arrecadação de Impostos sobre o rendimento.

No que toca às despesas, os fluxos de saídas do exercício alcançaram 985.195,83 milhões de Kwanzas, sendo que 7,65 por cento a despesas do período anterior e 92,35 por cento a despesas do exercício.

"As despesas do exercício foram executadas em 65,56 por cento em relação ao programado, contra 63,17 por cento no período homólogo de 2011. Foi registado crescimento das despesas do exercício de 28 por cento em relação ao período homólogo de 2011. Em relação ao primeiro trimestre de 2012, as despesas do exercício registaram um crescimento de 1,54 por cento".

As despesas com o serviço da dívida foram as que registaram maior crescimento (32,05 por cento), com realce para as rubricas de juro da dívida externa (95,69 por cento) e amortização da dívida interna, com 37,71 por cento.

As despesas correntes e despesas de capital cresceram, praticamente, ao mesmo nível, cerca de 26,48

por cento e 26,82 por cento, respectivamente, tendo os subsídios registado crescimento (452,18 por cento), fruto do pagamento da subvenção ao preço dos combustíveis.

4.2 Debatido o regime fiscal

Jornal de Angola

22 de Outubro de 2012-11-06

Uma palestra sobre o regime fiscal aplicável aos sectores da agricultura, comércio e indústria foi realizada na quinta-feira, no Huambo com objectivo de dar a conhecer as normas dos diversos códigos de pagamento de impostos.

Promovida pelo Projecto Executivo para a reforma tributária (PERT), em parceria com a associação Epungu (Grémio de Milho), a palestra teve a participação forma do sistema tributário, disse de agricultores, contribuintes e responsáveis dos sectores da indústria, comércio, e do Grémio de Milho na província do Huambo. O jurista Ngouabi Neto, que dirigiu a palestra disse que o regime fiscal aplicáveis consiste numa series de medidas correctivas a introduzir na administração fiscal, no sentido de tornar cada vez mais eficiente e assegurar uma relação justa entre a administração fiscal e os contribuintes.

Temos um conjunto de melhorias que visam melhorar o nosso sistema fiscal mais eficiente sobre o código de pagamento de imposto, disse.

O especialista no domínio da reforma tributária, disse o PERT enquanto órgão oficializado para implementar a estratégia de reforma tributária, criou um conjunto de medidas deste projecto em curso, para o fomento da reforma fiscal em Angola.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Angola rumo as Autarquias

Inforsambila

Nº 54, Outubro de 2012

O país prepara-se para realização das autarquias, porém muita gente ainda desconhece o assunto. Nas linhas que se seguem fique por dentro do processo que pode aproximar mais o governante do governado, numa explicação de João Domingos, estudante de direito e coordenador do PARCIL-Programa de Apoio e Reforço de Capacidades e Iniciativas Locais.

INFOR: O que são Eleições autárquicas?

João Domingos (J.D):

Falar de eleições autárquicas estamos a falar de eleições que decorrem numa área geográfica definida em que as pessoas localmente têm a oportunidade de elegerem os seus representantes que vão fazer a gestão local. Estamos a dizer que as autarquias são pessoa colectiva territorial que representam os interesses das comunidades locais, por tanto, não são pessoas colectiva que depende do Estado, são pessoas colectiva

autónomas que as comunidades vão eleger e que vão representar os seus interesses.

INFOR: Como são feitas ou como se processam?

J.D: É um pouco difícil dizer, para nós aqui, por exemplo, dizer como é que elas vão se processar. Nós temos a nível da constituição já plasmada a questão das autarquias isto aqui até é algo que vem desde a lei constitucional de 1992 que já previa a existência das autarquias locais, já na constituição de 2010 novamente nós podemos constatar a existência das autarquias locais numa forma mais desenvolvida em relação lei constitucional de 1992, incluindo as atribuições do futuro autarca, mas não temos ainda uma legislação específica sobre as autarquias, por isso, é difícil prever qual é o modelo que nós vamos adoptar para as autarquias, mas do conhecimento que tenho, normalmente organiza-se a nível todos os municípios. Mas não sabemos, se aqui vai se realizar em todos municípios ou em apenas alguns, apesar de que já o governo estar a fazer alguns ensaios em algumas localidades a criação das autarquias, a minha

expectativa e posso vaticinar em dois figurino possível: o primeiro é que os candidatos a autarquias devem ser pessoas que vive na comunidade e devem ser candidatos independentes sem partido político e que inspiram confiança por parte dos cidadãos. O segundo figurino é dos candidatos indicados pelos partidos político, como podem ser os administradores a serem eleitos como autarca.

INFOR: Quem deve ser candidato a deputado as autárquicas?

J.D: Em princípio um candidato a deputado as autarquias deve ser alguém que reside na mesma Comunidade e que conhece os problemas da comunidade. É importante fazer menção se os candidatos as autarquias não forem membros de um partido político isto vai dar oportunidade de apareçam nova lideranças que não estejam ligados com formações políticas.

INFOR: Até que ponto esse tipo de eleições podem ser positivo para a vida da comunidade?

J.D: As autarquias são bastantes positivas para comunidade porque elas trazem varias vantagens entre elas podemos destacar a descentralização dos serviços trazendo-os mais próximo das comunidades, bem como traz também o autarca para juntamente das comunidades para discutirem suas prioridades, necessidades e definirem em conjunto um plano que vai orientar a vida da comunidade. Por outro, esta aproximação não deve ser apenas em termos geográfico, deve ser psicológico e presença

humana, porque hoje nota-se pouca presença dos lideres junto das comunidades também evita a situação da burocratização e toma mais célere os serviços, a outra componente importante no processo da descentralização é a questão do aumento da participação do cidadão no processo de governação local.

INFOR: Pode nos falar das experiências de países onde as autarquias já são uma realidade?

J.D: Na verdade existem vários País onde este modelo de governação é uma realidade mas antes de mencioná-los quero aqui dizer que cada país tem as suas deficiências e os seus problemas, para mim não existe um modelo que podemos dizer que este é perfeito ou não todos eles tem problemas mas podemos mencionar alguns países com experiências como o Brasil que já tem longos anos neste processo, em África o Moçambique e na Europa o Portugal e tantos outros.

INFOR: A constituição Angolana prevê a realização das eleições autárquicas?

J.D: As autarquias já estão plasmadas na constituição do nosso país desde 1992 e nesta de 2010 o maior problema é a sua materialização por isso esperamos que depois desta legislatura de 2012 que este assunto seja uma realidade, para não ficarmos por meras palavras, isto depende muito da vontade política para que haja estas eleições em Angola nos próximos anos.

5.2 Sociedade Civil debate autarquias locais

Inforsambila

Nº 54, outubro de 2012

A sociedade civil do Sambizanga realizou a sua IVª conferência, sob lema: Estratégia para o Distrito do Sambizanga que dará lugar a institucionalização da autarquia no distrito, processo, desafios e passos a seguir, em função dos ensaios das autarquias em 2014.

O evento foi coordenado pela Rede Urbana de Luta contra pobreza urbana, aconteceu no bairro Uíge, comuna do Ngola Kiluanji. De acordo com Teresa Fernando, membro da organização da conferência, o objetivo foi promover a participação do cidadão e das organizações da sociedade cível na vida pública e teve como objetivo específico, assegurar mecanismo de representatividade e de legitimidade, bem como Providenciar uma estrutura, dinâmica, flexível e célere de debates. Segundo disse, as igrejas também têm participado quando são realizadas eventos do género porque existe uma estreita relação com as associações.

5.3 Catalogados bairros na Huíla

Jornal de Angola

4 de Outubro de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (INE) procedeu nos últimos quatro dias, na província da Huíla, ao registo cartográfico de 80 bairros afectos ao município de Cacula, 95 quilómetros a norte do Lubango, no âmbito da preparação do censo populacional, que arranca em 2013.

O responsável do Instituto, Sobral Katrapila, disse à Angop que está concluído o processo no município de Cacula.

Sobral Katrapila acrescentou que o processo decorreu sem sobressaltos, sublinhando que foram registados os bairros das comunas de Viti Vivali, Tchiquaqueia e Sede. "Para esta empreitada, o INE na Huíla conta com a colaboração da Polícia nacional e das

administrações municipais, que contribuirão com um número de efectivos e técnicos", sublinhou.

Neste momento os técnicos do INE estão a trabalhar no município de Caluquerribe, 193 quilómetros a norte da cidade do Lubango, onde já se concluiu o processo na comuna da Negola, disse.

Sobral Katrapila referiu que o processo vai ter início no município de Caconda, seguindo-se Quipungo, Matala, Jamba, Kuvango e Chipindo. Afirmou, que até Dezembro do corrente ano, os 14 municípios da província da Huíla estão cadastrados na totalidade, aguardando-se apenas o início do censo populacional.

5.4 Mais autonomia para província de Cabinda na agenda da governadora Aldina da Lomba

Jornal de Angola

8 de Outubro de 2012

A nova governadora da província de Cabinda, Aldina da Lomba, foi apresentada, sábado, nesta cidade, às entidades e personalidades provinciais, pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa. A cerimónia, no salão nobre do Palácio do Governo, estiveram presentes responsáveis governamentais da província, magistral dos do Ministério Público, entidades eclesiásticas e tradicionais, responsáveis dos órgãos de defesa e r, segurança e empresários.

O Ministro Bornito de Sousa afirmou, na ocasião, que a atenção da governadora no período 2012/2017 vai estar centrada na melhoria das s condições de vida das populações.

O titular da pasta da Administração do Território considerou ser imprescindível a cooperação entre a governadora e o Executivo na aplicação "do novo modelo de gestão do governo provincial" que prevê um aumento do nível de autonomia de Cabinda em relação ao que vem sendo praticado até ao momento.

"A governadora designada para a província de Cabinda tem a responsabilidade de cooperar com o Executivo central na realização e materialização de um conjunto de infraestruturas destinadas à província, algumas das quais já em andamento e outras cujo lançamento da primeira pedra foi feito pelo Chefe do Estado, como é o caso do projecto do Porto de Águas Profundas", disse Bornito de Sousa, para quem a governadora Aldina da Lomba representa também o género feminino na governação em Angola.

Ao usar da palavra, depois de lhe ter sido entregue a chave da cidade de Cabinda, pelo ministro da Administração do território, a governadora prometeu tudo fazer para que as metas do programa de governação para 2013/2017 sejam concretizados. "É um desafio e a nossa acção vai reger-se pelos princípios da descentralização administrativa, da constitucionalidade e legitimidade, transparência de recursos, transitoriedade, participação e colegialidade, probidade administrativa, simplificação administrativa e aproximação de serviços às populações", disse Aldina da Lomba.

A governadora tem a consciência que tem "pela frente há um trabalho bastante espinhoso, mas não impossível de vencer os desafios", uma vez que, disse, "não trabalharei sozinha, mas com o envolvimento de todos, de forma individual ou organizada, na formação das decisões que traduzam o desenvolvimento da província", porque "assim tudo será muito mais fácil", acrescentou.

Um culto ecuménico em saudação à investida do Presidente José Eduardo dos Santos e de bênção tradicional a Aldina da Lomba, em ritual protagonizado pelos Bakama, em homenagem a figuras notáveis da sociedade de Cabinda, marcaram o ponto mais alto da apresentação da nova governadora.

5.5 Issac dos Anjos promete governação participativa

Angolense

12 de outubro de 2012

A cerimónia de apresentação do novo governador a população teve lugar no passado Sábado, 6 de Outubro, num acto presidido pelo Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua. O referido acto teve lugar no salão nobre da administração municipal do Namibe, diante da sociedade civil, representantes de partidos políticos, autoridades tradicionais e membros do Executivo local.

Na oportunidade, João Baptista Kussumua, disse que as populações esperam pela concretização das promessas feitas durante a campanha Eleitoral. "Hoje e aqui no Namibe estamos para apresentar e dar as boas-vindas ao Senhor Eng.º Isaac dos Anjos, como novo Governador Provincial do Namibe. Queremos dizer que ele mereceu a confiança do Chefe do Executivo para continuar o trabalho realizado, para que esta Província alcance o seu pleno potencial económico, avance com a sua agenda social e de solidariedade comunitária, promova a realização

académica profissional e política dos Jovens", disse acrescentando que, 'contribuindo assim para um país onde seja cada vez melhor viver'".

O Ministro da Assistência e Reinserção Social, referiu ainda que Isaac Maria dos Anjos, é um quadro experiente, um governante moldado com o tempo em função dos desafios enfrentados em outras funções e no cumprimento de diversas responsabilidades em prol da defesa da Nação Angolana.

João Baptista Kussumua, apelou por outro lado, ao apoio de todos para o sucesso da sua missão. "Gostariamos de apelar para o apoio, a participação implementar e aberta. A atitude solidária e honesta de todos de cada um de nós".

inda para Kussumua, o momento exige esforços renovados de unidade e de trabalho uma equipa e de responsabilidade nacional, para se poder aplicar de forma pragmática, integral e parcimoniosa, o programa e acção e agenda do Estado.

Ministro referiu ainda que é necessária a conjugação de esforços para se vencer a pobreza, acrescentando que às franjas mais vulneráveis da população devem ser apoiadas: "defender as crianças, os velhos e reforçar o ambiente nacional de solidariedade e fraternidade", asseverou.

Kussumua, parafraseou o Presidente da República e do MPLA, José Eduardo dos Santos: "Precisamos de acreditar e apostar mais nos Angolanos. Eles constituem o pilar fundamental da Nação e do seu futuro".

O Ministro, dirigindo-se particularmente para o novo governador, recordou-o da responsabilidade que pesa sobre si, dirigir a Província do Namibe.

Por sua vez, Isaac dos Anjos, disse que veio ao Namibe para dar continuidade do que já foi feito e fazer acontecer novos Projetos, tendo acrescentado que talvez tenha sido pela sua atitude proactiva que foi indicado para o cargo.

" Os resultados alcançados nas eleições de Agosto último, impõe-nos desafios de aceleração do crescimento económico e social, para que as metas e objectivos do programa sufragado nas urnas, possam ser alcançados" .

O governante, referiu-se ainda sobre o que chamou de rotação, que se assiste e tal como disse, são um imperativo que o Presidente da República entendeu efectuar, pelo que dos Anjos prometeu dar o melhor de si com espírito patriótico e dever de missão, para que sejam alcançados os objectivos do Governo

Central, salientou. "Muitas são as expectativas que se geram a volta de nós, porém, o segredo está entre nós. Juntos com trabalho árduo, com certeza iremos vencer".

O novo governador do Namibe, apelou na ocasião, a juventude da Província, tanto a que reside, bem como a que se encontra fora, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da Província.

Dos Anjos disse ainda que o desafio é grande, de fazer com que o potencial da província desabroche em benefício dos namibenses.

Para ele, o trabalho de equipa é fundamental para se conseguir alargar as fronteiras da satisfação social dos Angolanos.

"Têm-me como vosso servidor, acordo cedo, deito-me tarde e estou sempre disponível para uma conversa, um papo e muito trabalho".

5.6 Actualização cartográfica

Jornal de Angola

15 de Outubro de 2012

A recolha de dados para a actualização cartográfica no município do Kwanhama para a realização do Censo Populacional e Habitacional, que se realiza no próximo ano decorre satisfatoriamente, disse o coordenador técnico da subcomissão de cartografia na região.

Doriano Artur afirmou que os trabalhos estão centrados na comuna do Evale e que já foi actualizado o mapa cartográfico nas áreas rurais e urbanas das comunas de Ondjiva, Mongua e de Santa Clara, município de Namacunde.

O Instituto Nacional de Estatística, referiu o responsável, tem cinco equipas, cada uma com cinco elementos.

O Recenseamento Geral da População e Habitação é uma operação estatística complexa, cujo objectivo é fornecer informações de referência sobre as características da população - demográficas, económicas e sociais - e das famílias, essenciais para o planeamento, pesquisas e tomada de decisões administrativas e políticas eficazes.

Angola não realiza o recenseamento geral da população e habitação desde 1970.

A realização do censo geral da população vai permitir saber quantos somos, onde estamos e como estamos distribuídos geograficamente.

O Instituto Nacional de Estatísticas apela a todos os cidadãos para colaborarem nesta importante tarefa.

5.7 Na Huíla as autárquicas também estão na agenda

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

Depois da fracassada participação nas eleições de 2012, a UNITA na Huíla vai apostar forte nas eleições autárquicas previstas para 2014. Assim decidiu a primeira reunião do partido, após o pleito eleitoral de 31 de Agosto.

Durante a reunião, que juntou o núcleo duro do partido, debateram-se as estratégias de actuação do galo negro para os próximos desafios, que, segundo a secretária provincial dos maninhos, Amélia Judite, passará também pela definição dos objectivos da UNITA nas eleições autárquicas.

"Devemos potenciar os quadros para este desafio", afirmou, na abertura do encontro, reconhecendo, por outro lado, a necessidade de adequação das estruturas do partido para fazer face às novas realidades, que, para ela, devem passar pela expansão do partido nas comunas onde a presença da UNITA é frágil.

O encontro serviu ainda para avaliar os resultados da UNITA nas eleições de 31 de Agosto, onde obteve 48.300 votos, cerca de 9,5 por cento do total, longe dos objectivos preconizados pelo galo negro, já que as cifras não permitiram a eleição de um deputado sequer, mas superiores aos alcançados nas eleições de 2008.

A responsável da UNITA justificou o mau desempenho do partido, que levou 5-0 do seu adversário político, MPLA, com o facto de milhares de eleitores em zonas alegadamente da sua influência terem ficado sem exercer o seu direito de voto.

5.8 UNITA projecta acções para as autárquicas

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em Malanje está a montar uma estratégia para preparar as primeiras eleições autárquicas, que deverão ocorrer no país até 2017, confirmou recentemente naquela capital, o secretário provincial, António Pedro Magalhães.

O responsável do galo negro afirmou que a formação que representa vai concorrer em pé de igualdade com as demais forças políticas nos 14 municípios que conformam a região de Malanje, para obter "resultados positivos".

António Pedro Magalhães espera que o novo governador provincial, Norberto Fernando dos Santos "Kwata Kanawa", crie uma maior abertura para a oposição", contribuindo para a "reconciliação nacional" e que tenha um "papel mais interventivo, converse com os partidos, com a sociedade civil, com os malanjinjos". Aspectos de interesse colectivo "que o anterior governador, Boaventura Cardoso, não fez". Questionado sobre o exercício da terceira legislatura, onde a UNITA ocupa 32 cadeiras, o número um "dos maninhos" reafirmou que, apesar de estar na terra da palanca negra (que detém maioria parlamentar do MPLA), serão solicitadas propostas concretas para o desenvolvimento regional, repercutindo-se no futuro Orçamento Geral do Estado (OGE).

"Nós notamos que existem grandes assimetrias na alocação das receitas para as províncias", notou, admitindo que não é um problema exclusivo de Malanje, porque há outras províncias "com grandes dificuldades", a quem também têm sido atribuídas fatias "muito irrisórias". Lamento partilhado pelo ex-governador Boaventura Cardoso, na hora da despedida.

O secretário da UNITA, ao convidar os angolanos e os malanjinjos, em particular, a acreditarem nas autoridades e nos dirigentes, reiterou que, a par da "redução da pobreza", uma das prioridades de Norberto Fernando dos Santos, se deve acrescentar a reabilitação das infraestruturas.

"Temos vindo a bater-nos pelo isolamento em que se encontram ainda algumas comunas dos municípios de Luquembo, do município do Kunda-Dya-Base, concretamente, no Milando, os Kapundas, os Kimbangos. Essas comunas ainda estão isoladas do resto do município do Luquembo e da província no seu todo", frisou.

Em termos de visibilidade, Malanje carece de muito trabalho e de boa vontade do novo executivo, evidenciou António Pedro Magalhães, recordando que o que existe hoje "no casco urbano são as infraestruturas deixadas pelo colono".

A localização estratégica da região, na opinião do político, é privilegiada, com saídas para o sul e leste de Angola. "Nós não temos assim grandes dificuldades em desenvolvermos esta província", considerou.

A UNITA promete contribuir, dentro do Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACs), com ideias para o desenvolvimento da circunscrição, garantiu o representante de Isaiás Samakuva.

5.9 Governo provincial faz consulta pública para a elaborar plano director de Cabinda

Jornal de Angola
21 de Outubro de 2012

O Governo da Província iniciou ontem o processo de auscultação da sociedade civil, administrações municipais e Instituições públicas para recolher contribuições sobre o Plano de Desenvolvimento da Cidade de Cabinda.

A consulta pública, cujo objecto é informar e conseguir consensos no seio da sociedade civil, inclui o Plano Director da Cidade de Cabinda. Os dois projectos reflectem um modelo da estrutura arquitectónica da futura cidade de Cabinda e seus projectos estruturantes. A elaboração dos planos, a cargo de uma empresa de renome, vai ser executado num prazo de 90 dias.

A empresa que vai elaborar o projecto apresentou, na ocasião, vários modelos urbanísticos e de infra-estruturas integradas, já em execução em 12 províncias do país, incluindo Luanda, para elucidar a sociedade civil local. Foram apresentados modelos habitacionais semelhantes ao Zango, Camama, Sambizanga e Cazenga (em Luanda), para a sociedade avaliar e sugerir possíveis alterações adaptadas à realidade da província.

O arquitecto Ricardo Henriques, durante a apresentação em vídeo dos modelos urbanísticos, esclareceu que a primeira fase das obras para as infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda, compreende a construção de valas de drenagem de águas pluviais.

O arquitecto garantiu que os modelos urbanísticos e de infra-estruturas integradas apresentados são bons e melhoram as condições de vidas das populações.

A maioria dos presentes congratulou-se pela iniciativa do governo da província em promover o processo de auscultação para recolher dos cidadãos contribuições para o enriquecimento dos planos de desenvolvimento da cidade.

O secretário provincial dos Transportes Correios e Telecomunicações, Otíniel da Silva, defendeu a prioridade aos bairros periféricos da cidade, por

serem habitados por cidadãos de baixo rendimento e com nível de pobreza acentuada.

Raúl Mavandó, economista de profissão, considerou deplorável o estado que apresenta a cidade de Cabinda e os bairros periféricos e apelou às autoridades para inverterem o quadro, dando uma imagem adequada ao seu potencial económico. O comandante provincial da Polícia Nacional, Eusébio da Costa e Silva, sugeriu a integração das estruturas policiais nas futuras centralidades, de modo a garantir a segurança da população.

O actual modelo de construção de muros de vedações à volta das centralidades foi questionado pelo comandante, porque isso inviabiliza as medidas de segurança e de intervenção em caso de sinistralidade. Satisfação da governadora A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, manifestou a sua satisfação pela contribuição da sociedade civil aos projectos. "Só com a participação de todos teremos um plano de desenvolvimento da província que integre infra-estruturas, habitação e equipamentos essenciais para a população e com segurança", disse.

Para Aldina da Lomba, o Plano de Desenvolvimento da Província de Cabinda deve ser integrado porque as infra-estruturas básicas e as redes viárias são elementos que ligam a cidade, os municípios, os bairros e as aldeias.

"A requalificação que se pretende para a cidade de Cabinda não deve ser entendida como um acto de destruição total do actual casco urbano", disse, acrescentando que a orientação que existe é de requalificar e modernizar a actual cidade e projectar a construção de uma nova cidade de Cabinda.

5.10 Bornito de Sousa esteve na abertura da reunião nacional

Jornal de Angola
25 de Outubro de 2012

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, procedeu ontem, no município do Bailundo, no Huambo, à abertura do Encontro Nacional das Comunidades, organizado pela ADRA e tem como objectivo reforçar a cooperação e articulação entre as comunidades e a sua participação na monitorização das políticas de promoção do desenvolvimento local.

Durante dois dias, os participantes estão a abordar temas ligados às boas práticas de desenvolvimento local sustentável, fortalecimento da produção e

promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades. Após a sua chegada ao Huambo, o ministro da Administração do Território foi recebido pelo governador da província do Huambo, Faustino Muteka, seguindo-se uma visita ao Centro de Formação dos Funcionários da Função Pública e à Base de Logística Regional do Casseque.

A regionalização dos cursos de curta duração do IFAL foi uma das questões em agenda, prevendo-se que a partir de Janeiro de 2012 as formações para as províncias do Bié e Kuando Kubango.

5.11 Autarquias locais em instalação

Jornal de Angola
26 de Outubro de 2012

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, anunciou na vila do Bailundo, a instalação das autarquias locais em 2015, face a um estudo realizado pelo departamento ministerial que dirige.

Em declarações à imprensa no final das actividades desenvolvidas no município do Bailundo, Bornito de Sousa assegurou que está em curso a preparação do processo das autarquias locais.

Lembrou que inicialmente o arranque apontava para o ano 2014 mas estudos mais profundos do Ministério da Administração do Território apontam para o ano 2015 como sendo o ideal. "Decorrem estudos que devem ser ainda completados, seguidos de consultas a serem feitas a nível nacional", disse.

Bornito de Sousa ficou satisfeito com o grau de execução das obras de remodelação das infra-estruturas da Ombala Mbalundo, que já foram executadas na ordem dos 50 por cento, um processo extensivo a outras autoridades tradicionais.

Durante a sua estada na província do Huambo, o ministro da Administração do Território acompanhou, no município do Bailundo, os trabalhos do Encontro Nacional das Comunidades, uma iniciativa da ADRA, que juntou mais de 170 delegados vindos das províncias do Huambo, Benguela, Malange, Huíla e Luanda. Durante dois dias, os participantes abordaram temas ligados às boas práticas de desenvolvimento local sustentável, fortalecimento da produção e promoção da segurança alimentar e nutricional das comunidades. O encontro das comunidades decorre anualmente, numa iniciativa da ADRA, que leva os participantes a reflectir sobre os problemas do associativismo, cooperativismo, da terra e da participação cívica dos cidadãos no programa de governo.

Bornito de Sousa considerou positiva a visita efectuada ao Huambo, pois, disse, foram cumpridos os objectivos que o levaram ao planalto central.

5.12 Bento Bento atira Tavares ao tapete

Semanário Continente
26 de Outubro de 2012

O governador de Luanda, Bento Bento, deverá "livrar-se" nos próximos dias de José Tavares, isto, tão logo aconteçam as remodelações que deverão ocorrer no Palácio da Mutamba.

O assunto foi já discutido numa das reuniões do Secretariado do Comité Provincial do MPLA de Luanda, tal como confirmou fonte próxima a José Tavares, tendo sido avançado o nome de Eduardo Costa Gabriel para o substituir.

O desentendimento entre Bento Bento e José Tavares vem de longe, alegadamente resultante da insubordinação por parte do segundo.

Outra razão tem a ver com o facto de Bento Bento ter um estilo muito diferente de trabalhar em relação ao de José Tavares. O primeiro, segundo fontes de jornal gosta da prática, enquanto o outro é mais relaxado e boémio, não obedece a escala hierárquica, passando mais tempo, nos últimos dias, no Brasil que em Luanda.

Comenta-se, igualmente, à boca pequena, que não seria bom manter Tavares no lugar, sobretudo nesta altura em que o MPLA está a preparar-se para as eleições autárquicas previstas para 2015. Fala-se mesmo que durante a última campanha eleitoral José Tavares criou uma série de embaraços ao partido, ao mandar encerrar chafarizes históricos, postos de transformação de energia eléctrica e escolas, no Sambizanga. De recordar que a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), tem sob jurisdição os distritos urbanos da Ingombota, Maianga, Kilamba Kiaxi, Rangel, Samba e Sambizanga.

5.13 FNLA aposta nas eleições autárquicas

Diário Global
26 de Outubro de 2012

O partido está, até hoje, desunido. Mas o presidente, da outra ala, da FNLA, Ngola Kabangu, afirmou, em Luanda, que já começou a trabalhar para as próximas

eleições autárquicas e gerais previstas para 2014 e 2017, respectivamente.

Em declaração exclusiva ao Diário Global, a propósito do futuro da FNLA, disse que os militantes já começaram a trabalhar, antes do tempo, para ter êxito dos próximos compromissos políticos.

Ngola Kabangu realçou que está a multiplicar os esforços e dedicação, em conjunto com os militantes a nível nacional e internacional, para levantar o partido da actual situação delicada.

À lista de Ngola Kabangu, nas últimas eleições de 31 de Agosto, foi rejeitada pelo Tribunal Constitucional, que, na sua opinião, tratou-se de uma decisão "injusto", considerando-a de "antidemocrática" e "anticonstitucional" pois reuniam 23 mil assinaturas para concorrer no pleito.

O histórico da FNLA disse que a sua ala tinha tudo preparado para um óptimo desempenho nas eleições, mas como não concorreu, a prova está no fraco resultado alcançado pela ala de Lucas Ngonda, que elegeu dois deputados.

"Os dois supostos deputados que estão na Assembleia Nacional não estão a representar a FNLA e nem estão em nome deste partido. Eles só estão aí por gentileza dos conspiradores, que querem ver o fim da FNLA".

A direcção liderada por Lucas Ngonda, conforme disse, entrou em campanha "sem organização, nem objectivos capazes de convencer o eleitorado a votar no partido, daí o desastroso resultado" precisou.

De acordo com Ngola Kabangu constituiu surpresa, para muitos cidadãos, o fraco desempenho da FNLA na última campanha eleitoral. Os resultados espelham bem isso, sendo, certo, que seria diferente caso concorressem, porque "a maioria dos militantes deste partido apoiam a nossa direcção", sublinhou.

Guerrilheiros desprezados

Nas declarações que prestou ao "Diário Global", Ngola Kabangu, antigo guerrilheiro da UPA-FNLA, disse que muitos dos seus antigos companheiros, na sua maioria com mais de 70 anos, continuam desprezados pelas autoridades e com os processos de reforma militar bloqueados.

Na óptica do político, essa posição, por parte das entidades competentes, se enquadra "numa vasta conspiração" para ignorar aqueles que levaram a cabo uma guerra "muito digna e de grande valor", porque é preciso fazer "uma política global, assistindo a todos".

"Há pessoas que não pertenciam nem ao MPLA nem à FNLA mas eram patriotas," casos dos antigos presos políticos do regime colonial. "Quem libertou este país? Foram os antigos combatentes pelo que deveriam ter.

5.14 Primeiras eleições autárquicas adiadas para 2015

Novo Jornal

26 de outubro de 2012

As primeiras eleições autárquicas em Angola, inicialmente previstas para 2014, deverão realizar-se somente em 2015, anunciou quarta-feira, 24, o ministro da Administração do Território, durante uma deslocação ao Bailundo, província do Huambo.

Bornito de Sousa, citado pela Angop, justificou a decisão com um estudo elaborado pelo seu ministério, tendo em declarações à imprensa no final das atividades desenvolvidas no município do Bailundo, assegurado que está em curso a preparação do processo das autarquias locais. Em 2011, numa reunião do Conselho de República foi fixado 2014 como ano da realização das primeiras eleições autárquicas em Angola. Bornito de Sousa anunciou que "estudos que estão a ser aprofundados ao nível do ministério apontam mais para 2015", mas acrescentou que decorrem mais estudos a que se seguirão consultas a nível nacional. Referindo-se à reunião do Conselho da República, o ministro angolano acrescentou que estão a ser considerados dois cenários.

"Uma ideia é de que deveríamos escolher um conjunto de municípios e cidades, começar por aí e avançar progressivamente. Outra ideia diz que uma vez que temos dois anos pela frente, porque não prepararmos tudo e fazermos tudo de uma única vez?", disse.

Bornito de Sousa afirmou que estas questões vão voltar a ser analisadas, mas, frisou, "a própria Constituição aponta para um sentido de alguma prudência, o que não exclui naturalmente a realização de experiência piloto em 2014 ou eventualmente antes".

5.15 Autarquias adiadas para 2015

Jornal Agora

27 de Outubro de 2012

Quando em Janeiro deste ano, o ministro-adjunto dos Assuntos Parlamentares de Portugal, Miguel Relvas, efectuou uma visita de três dias ao nosso país,

Bornito de Sousa afirmou que as eleições autárquicas iriam ser realizadas em 2014.

Após as eleições de 31 de Agosto, "as formações políticas que constituem a oposição, nomeadamente a Coligação Ampla de Salvação de Angola - CASA-CE, a UNITA e o PRS, centraram as suas atenções na realização das eleições autárquicas, inicialmente agenda para 2014, em função das declarações quer do Presidente da República quer do ministro da Administração do Território.

Não se sabe bem por que razão, mas o mesmo governante anunciou, nesta terça-feira, que as autárquicas estavam adiadas para 2015.

Bornito de Sousa justificou a decisão como sendo resultado de um estudo elaborado pelo seu pelouro, e pela consulta que fez ao PR.

Ainda não há reacções oficiais da oposição, mas advinha-se o surgimento de um novo elemento fático na política doméstica, a julgar pelas expectativas criadas em torno das eleições autárquicas quer pela oposição quer por parte da sociedade civil, que tem nas como tábuas de salvação para a resolução dos problemas básicos da população e a aproximação do poder administrativo aos cidadãos.

Apesar de que o Conselho da República (órgão de consulta do Presidente) não toma decisões vinculativas ao PR, ficou decidido, numa reunião deste órgão realizada em 2011, que as eleições autárquicas decorreriam em 2014.

O governante disse na altura que estudos que estão a ser aprofundados ao nível do Ministério apontam mais para 2015, acrescentando ainda que depois desta fase seguir-se-iam as consultas a nível nacional.

"A Constituição estabelece o princípio do gradualismo na implantação das autarquias", referiu Bornito de Sousa. O titular do MAT traçou dois cenários, que segundo disse, estão a ser considerados para a realização das autárquicas:

"Uma ideia é de que deveríamos escolher um conjunto de municípios e cidades, começar por aí e avançar progressivamente. Outra ideia diz que uma vez que temos dois anos pela frente, porque não prepararmos tudo e fazermos tudo de uma única vez", disse.

Bornito de Sousa afirmou que estas questões voltarão a ser analisadas, mas, frisou, "a própria Constituição aponta para um sentido de alguma prudência, o que não exclui naturalmente a realização de experiências piloto em 2014 ou eventualmente antes".

5.16 Quadros de administrações fazem troca de experiências

Jornal de Angola
28 de Outubro de 2012

Quadros das administrações do município do Ambriz, na província do Bengo, e do Andulo, na província do Bié, vão cooperar nos domínios de gestão administrativa, de projectos e de programas.

A pretensão foi expressa pelo administrador adjunto do município do Andulo, Fonseca Satula, à margem de um encontro entre delegações do Ambriz e do Andulo.

"A visita da minha delegação ao Andulo teve como objectivo a troca de experiências sobre gestão administrativa, gestão de projectos e programas e também conhecer as potencialidades turísticas desta região do centro do país", argumentou o administrador do Ambriz.

A localização geográfica fez do município do Andulo, durante o período de guerra, palco de vários confrontos armados, situação que naquela época levou à paralisação de vários projectos.

Com o alcance da paz definitiva em Angola, a 4 de Abril de 2002, o Executivo, segundo o administrador, gizou alguns projectos para a cidade do Andulo, a fim de resgatar o seu potencial agro-pecuário, no âmbito regional e nacional.

De acordo com o administrador municipal adjunto, são visíveis os níveis de desenvolvimento nos mais variados sectores. A comitiva do Ambriz inteirou-se do funcionamento do instituto médio agrário do Andulo, uma instituição que se transformou numa referência em termos de formação de técnicos de Mecanização Agrícola, Produção Animal e Vegetal. A instituição, criada 2008, já formou 150 jovens.

A caravana visitou igualmente municípios do Golungo-Alto (Kwanza-Norte), Cacusó, Caculama e Landula, província de Malange. Andulo é um dos nove municípios da província do Bié, que dista 130 km da cidade do Cuito. Ocupa uma área de 10.700 quilómetros quadrados, com uma população estimada 312 mil habitantes.

O município está dividido em quatro comunas, incluindo a sede. Andulo faz fronteira a norte com a província de Malange, a sul com o município do Kunhinga, a oeste Kwanza-Sul e Malange e a este

o município de Nharea. Possui um aeroporto terraplenado, com 3.200 metros de comprimento

5.17 Bento Bento quer governar de proximidade

Jornal de Angola
30 de Outubro de 2012

O governador da província de Luanda, Bento Bento, defendeu ontem, em Luanda, uma administração de proximidade entre o Governo Provincial e a população.

Bento Bento, que falava durante a abertura de uma reunião do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação, referiu que a relação entre governante e governado deve assentar na apresentação e apreciação do principal instrumento de governação para o próximo ano, inserido no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

O programa enquadra as acções de carácter estratégico e de normalização a curto prazo de alguns constrangimentos que as cidades, vilas e bairros da província enfrentam.

"O Governo Provincial pretende ainda alargar para novos horizontes e espaços, experiências no domínio da desconcentração e do relacionamento entre as administrações e os utentes dos serviços", explicou. Esse exercício, acrescentou, vai permitir concluir as medidas de políticas públicas, correspondendo às legítimas aspirações e expectativas dos cidadãos de Luanda.

Bento Bento garantiu estarem agendados para 2013 vários projectos, como a construção e reabilitação de mais de 38 escolas em todos os municípios de Luanda. Neste momento, estão já em construção 25 do primeiro e segundo ciclos, que entram em funcionamento no próximo ano lectivo. Para o sector da saúde estão previstas a construção, reabilitação e ampliação de 34 unidades sanitárias.

Para o sector comunitário o Governo Provincial tem em agenda a extensão de redes de distribuição de água e a execução de 20 furos nos bairros e comunidades rurais, além da instalação de Postos de Transformação de energia eléctrica. Para as áreas de infra-estruturas, administrativa, ordem pública e segurança rodoviária está prevista a construção e reabilitação de mais passagens hidráulicas, aéreas, paragens para transportes públicos e parques de estacionamento.

Participaram da reunião do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, membros do GPL,

presidentes das comissões administrativas de Luanda, do Kilamba e Talatona, administradores municipais, representantes da sociedade civil, autoridades tradicionais e eclesiásticas, organizações não governamentais, agências bancárias, sindicatos, órgãos de defesa, segurança e ordem pública.

Inês Filipe, de 23 anos, estudante do primeiro ano de direito, foi eleita no fim-de-semana Miss Cunene 2013, sucedendo no cargo a Marcetina Vaikeny, actual Miss Angola.

O concurso teve a participação de 11 candidatas, das 12 concorrentes inicialmente previstas, tendo ainda sido eleita Raime Belarmina para primeira-dama de honor e Miss Fotogénica, enquanto Dianil Monis se sagrou segunda dama e Miss Simpatia.

A gala foi animada pelo músico português Gil Rosa e pelos cantores locais Jady, Loide e Patrulha Secreta. Em declarações à Comunicação Social após a sua eleição, Inês Filipe disse que durante o seu mandato vai apostar no trabalho com a juventude, promoção do turismo e de outros projectos de apoio às pessoas vulneráveis.

A nova Miss Cunene pretende ainda contribuir para o desenvolvimento da província e trabalhar para fazer uma representação condigna no Miss Angola, em Dezembro deste ano.

Inês Filipe encorajou as concorrentes e outras jovens a não desistirem dos seus sonhos.

As concorrentes foram apuradas depois do casting que envolveu 16 candidatas, com idades compreendidas entre os 18 e 25 anos e com nível académico a partir da 9ª classe, segundo os requisitos exigidos.

A Miss Cunene vai receber 300 mil kwanzas de prémio, enquanto a primeira e a segunda dama de honor recebem cem mil cada.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Moradores deixam para atrás tempos de grande sofrimento

Jornal de Angola
04 de Outubro de 2012

As pessoas que residiam junto à vala do Suroca, também conhecido por "Rio Mabuba", foram realojadas no Zango III e reconhecem que ali o perigo estava à espreita. "O que queremos é mais infra-estruturas sociais, como postos médicos, escolas e esquadra policial", afirmaram.

Beto França é um dos que viu a sua casa na Vala do Suroca ser demolida. Em contrapartida, recebeu uma residência com melhores condições de habitabilidade no Zango III. "Estou satisfeito, apesar da distância que separa o Zango III ao centro da cidade. Mas aqui está-se melhor e conseguimos dormir à vontade", disse ao Jornal de Angola.

Quem também está contente por ter agora uma casa no Zango é Alfredo Mateus. Os elementos da Coordenação Técnica de realojamento, referiu, estão a compensar os donos de casas na Vala do Suroca.

A título de exemplo, explicou que a sua anterior casa estava bem acabada e, por esta razão recebeu três habitações do tipo T-3.

Sandra da Silva estava sentada junto ao portão da sua nova casa a apreciar a rua. "Quando tomei contacto com as novas habitações, nem estava a acreditar que são minha propriedade. Estou sem palavras e só quero agradecer por nos terem tirado dali e nos meterem neste sítio seguro", salientou, acrescentando que, devido ao tamanho da sua anterior casa, foi contemplada com duas habitações com água corrente e energia eléctrica.

Melhores condições

Todas as pessoas interpeladas pelo Jornal de Angola foram unânimes em afirmar que, no Zango III, embora falem ainda algumas infra-estruturas sociais, como posto médico e escolas, as condições de habitabilidade são boas porque há saneamento básico.

"Aqui não há águas paradas, como na Vala do Suroca, que faziam surgir mosquitos. Algumas fossas, só num mês, enchem duas ou três vezes. Aqui

estamos melhor", garantiram. "Alguns moradores estão a receber duas a três casas, de acordo com as dimensões das que tinham", explicou Beto José, para acrescentar que as condições de que actualmente dispõem são boas "e não se comparam com aquelas a que estávamos submetidos na Vala do Suroca".

Um passado difícil

Os novos inquilinos do Zango III reconheceram que corriam risco de vida, principalmente no período chuvoso, em que água corria pela Vala e chegava, muitas vezes, a transbordar para as casas.

Para eles, os tempos de angústia ficaram para trás. "Quando vivia na Vala do Suroca e começava a chover tinha de correr para casa, por causa dos miúdos, por um lado, e para arranjar um lugar mais seguro para proteger a mobília", realçou Levi Guimarães.

Com alguma tristeza, recordou que, durante a época das chuvas de há dois anos, houve uma criança que, por descuido, caiu na Vala e a água da chuva arrastou-a.

Lá, viu muitas mobílias a serem arrastadas pela correnteza da água e muitas casas a desabarem. "Tenho a certeza que aqui estou bem. A chuva já não volta a ser uma preocupação para nós. Só quero pedir à equipa técnica para desalojar os nossos irmãos que ainda estão a morar em zonas de perigo, como são aquelas que ficam junto às valas", acrescenta Levi Guimarães.

Os novos moradores elogiaram a qualidade do fornecimento da água potável e de energia eléctrica no Zango III, que é abastecido 24 sobre 24 horas, como garantiram ao Jornal de Angola.

"Aqui no Zango III damos-nos ao luxo de tomar banho de chuveiro, coisa que não acontecia na Vala do Suroca, nem mesmo nalguns bairros suburbanos de Luanda."

População disposta a sair

Domingos Gonçalves é coordenador do quarteirão três do bairro Óscar Ribas, no Cazenga. Alguns moradores que têm as suas casas junto à Vala do Suroca e que ainda não foram realojados, mostram-se dispostos a abandonar a zona. "É verdade que aqui as condições não são boas e há muitos que estão dispostos a sair desta zona para o Zango", afirmou Domingos Gonçalves, que aconselhou os moradores a aproveitarem esta oportunidade que a Coordenação Técnica para o realojamento está a dar.

Polícia louva os moradores

A Polícia Nacional tem desempenhado um papel relevante na sensibilização, mobilização e acompanhamento dos moradores a serem realojados.

O Comando da 13a Esquadra da Polícia Nacional, afecto à terceira Divisão, Cazenga, louva o comportamento cívico dos moradores da Vala do Suroca durante as demolições e a transferência para o Zango.

O intendente João António Pascoal, comandante da 13a Esquadra, explicou que durante as demolições e transferência, a população se comportou de forma cívica e não se registaram quaisquer casos de vandalismo. Os moradores são notificados a abandonarem as casas e de seguida são transportados para o Zango", referiu.

O comandante espera que este tipo de comportamento seja seguido pelos demais moradores que, no futuro, também vão ser realojados no Zango.

6.2 Primeiras casas sociais entregues em Dezembro

Jornal de Angola
07 de Outubro de 2012

O programa de construção habitacional com vista à melhoria das condições sociais da população do Chinguar, na província do Bié, conta já com 58 residências do tipo T3 das 100 previstas para este ano no município, informou o director das Obras Públicas e Urbanismo do Bié.

José Chatuvela disse ser notória a celeridade na conclusão das obras, reafirmando também que as primeiras casas sociais são entregues à população em Dezembro deste ano.

O director das Obras Públicas do Bié informou ainda que a execução da empreitada, cujas obras arrancaram em Abril último, decorre sem problemas. A construção das casas sociais, frisou, está a ser feita numa área de 25 hectares, devidamente urbanizada e dentro dos padrões arquitectónicos recomendados.

O lançamento do programa em curso descreve a execução de 200 fogos habitacionais em sete dos nove municípios da província, perfazendo um total 1.400 casas.

O projecto, disse José Chatuvela, conta com um investimento do Executivo de 987,5 milhões de kwanzas.

Novos serviços básicos estão a ser implementados também no município do Cuemba, que dista há 168 quilómetros da cidade do Cuito, província do Bie. Várias infraestruturas administrativas, económicas e sociais estão erguidas para oferecer os serviços públicos à população com maior proximidade.

6.3 Centralidade da Quilemba tem cidade Universitária

Jornal de Angola
8 de Outubro de 2012

O novo governador provincial da Huíla, Marcelino Tyipinge, tem pela frente a execução das obras de 11 mil casas na zona urbanística da Quilemba. O processo de construção de habitações abrange todos os municípios. As empreitadas para erguer 200 casas já arrancaram na Matala, Chipindo, Cacula, Chibia e Humpata.

Os projectos enquadram-se no Programa de Fomento Habitacional lançado pelo Executivo na anterior legislatura.

Altina da Costa, licenciada em psicologia, considera o novo governador "bom mobilizador de massas" e acredita que os resultados positivos das várias universidades existentes na Huíla garantem um leque de pessoal formado e competente para ajudar na materialização de várias tarefas forjadas para desenvolver a província.

O professor da escola primária da Quilemba, João Francisco, afirmou que todos os cidadãos "devem apoiar verdadeiramente as iniciativas e programas do Executivo por favorecerem e desenvolverem Angola".

João Francisco vive na comuna da Quilemba, arredores da cidade do Lubango. Por enquanto vive numa casa de aluguer. Está a espera que a construtora CITIC conclua as obras das 11 mil casas para Concorrer a uma.

A empreitada pertence ao projecto "RedAngola" da SONIP e é executado num período de dois anos. Para dar uma ideia do formato das moradias e da capacidade técnica, está no local a primeira casa modelo do tipo T3.

O Jornal de Angola apurou que os trabalhos de construção da nova centralidade do Lubango envolvem dez mil trabalhadores, incluindo técnicos. Ao detalhar o formato e tipo de infra-estruturas do projecto habitacional, Duan Dong ming, da CITIC, informou que são construídos dois a cinco andares com casas do tipo T2, T3 e T4. O

projecto está implantado numa área superior a mil hectares e tem edifícios para prestação de serviços, rede de energia eléctrica e distribuição de água, saúde, escolas, creches, espaços de lazer e recreio, avenidas com duas faixas de rodagem e outros armamentos.

As obras na zona da Quilemba, localizada a norte da cidade do Lubango, vão dar uma nova centralidade e abrange também Eywa e Mutundo.

Novas centralidades

Lubango é uma das cidades do país que absorveu muitas famílias fugidas da guerra, nas décadas de 80, 90 e princípios de 2000. Os deslocados criaram novos bairros no casco urbano e a ausência de um acompanhamento embaraçou as normas de urbanização e serviços auxiliares.

O Governo Provincial lançou há três anos as bases para a delimitação das reservas fundiárias nos 14 Municípios da Huíla, o que permite a execução de vários projectos habitacionais. As autoridades tencionam criar nas reservas fundiárias novas centralidades para aumentar a capacidade de acolher condigna. mente mais famílias. O Lubango possui actualmente um milhão e meio de habitantes e as novas centralidades estão projectadas para alojar igual número de pessoas.

Nos cinco mil hectares da Quilemba estão a nascer casas para alojar mais de 700 mil pessoas.

Uma grande avenida liga a Quilemba a Eywa num percurso de 36 quilómetros.

O projecto prevê a construção de uma linha férrea interurbana ao lado das avenidas estruturantes, a instalação da rede de energia eléctrica, da condução de água que parte da barragem da Tundavala e abastece as novas centralidades.

Nos arredores da central idade da Quilemba, estão a funcionar escolas e o mercado informal do Mutundo.

Novidades da Eywa

Estão em execução no ordenamento da Eywa projectos que visam a construção de uma escola com 20 salas, uma maternidade, psiquiatria e pediatria. Está igualmente previsto o Campus Universitário do Lubango que vai ocupar um espaço de 300 hectares e tem capacidade para 20 mil estudantes.

O Governo Provincial leva a cabo na Eywa a construção do novo Hospital Pediátrico com a primeira fase da empreitada já concluída. A obra está implantada numa área equivalente a 68.287 metros

quadrados e a área física de construção é superior a 10.953 metros quadrados.

O Hospital Pediátrico da centralidade da Eywa tem 252 camas e visa descongestionar o fluxo de pacientes que ocorre à única unidade existente no centro da cidade do Lubango e alargar os serviços de assistência médica e medicamentosa a outros pontos da urbe.

A unidade vai prestar serviços de cirurgia, cuidados intensivos e intermédios, neonatologia, gastroenterologia, pneumologia, recuperação nutricional, infecto-contagiosos e consultas externas. Possui áreas administrativas e parque de estacionamento para 221 viaturas.

Plano do Lubango

O Plano Urbanístico da Cidade do Lubango que além de outras infra-estruturas contempla o Campus Universitário, mereceu o reconhecimento dos docentes e alunos das universidades públicas e privadas.

José Luís, vice-reitor da Universidade Mandume ya Demufayo, afirmou que a concessão arquitectónica do projecto da futura Cidade Universitária do Lubango se enquadra nos parâmetros modernos, por contemplar as infra-estruturas necessários para o bem-estar da população académica.

José Luís considerou importante a atribuição de 300 hectares para projectos da Universidade Mandume na zona da Eywa: "o espaço incluído na nova central idade da cidade vai dignificar ainda mais a sexta região académica que engloba a Huíla, Namibe, Cunene e Kuando- Kubango".

6.4 Mobiliário continua em alta na capital

O País

12 de Outubro de 2012

O mercado imobiliário de Luanda continua a apresentar sinais francamente prometedores, tanto no segmento de escritórios como no segmento residencial, e tanto no que respeita à aquisição como no que toca ao arrendamento. Assim, refere a consultora Zenki Real Estate na sua última análise do mercado ('MarketView'), datada deste mês, a oferta de escritórios mantém-se 'incipiente', o que explica que a taxa de ocupação de edifícios recentemente construídos seja superior a 90%, 'situação que tem sustentado os elevados valores de arrendamento que se praticam em imóveis recentes'. O facto de o investimento para aquisição de um espaço de

escritório num edifício novo ser bastante elevado leva a que a procura prefira o arrendamento à compra. Por outro lado, a maior parte desta procura é assegurada por empresas ligadas ao sector de Oil&Gas e financeiro. Também existe uma procura crescente por parte de pequenas e médias empresas mas os preços elevados levam estas últimas a optar por instalar-se em escritórios de menor qualidade.

Já no mercado residencial se a compra de apartamentos novos e de qualidade por parte da classe alta tem vindo a abrandar devido à reduzida dimensão deste segmento, a procura 'corporate', ou seja, aquela que é assumida pelas empresas para alojar os seus funcionários, principalmente no mercado de arrendamento médio-alto, continua bastante activa, o que tem justificado uma boa dinâmica no mercado de investimento residencial, dominado essencialmente por investidores privados.

No que respeita ao comércio, a consultora nota que as lojas com frente de rua localizadas nos pisos térreos dos edifícios têm apresentado boa procura, sendo ocupadas maioritariamente por instituições bancárias, agências de seguros e telecomunicações, sendo ainda reduzida a procura por parte de operadores internacionais. No entanto, com a abertura de novos centros comerciais (prevê-se, para breve, que além do Belas Shopping, situado em Talatona, venham a funcionar o Luanda Shopping, localizado no empreendimento Gika, em Alvalade, e o Kinaxixi Shopping, inserido no empreendimento Torres do Kinanxixi) é de admitir que a chegada de retalhistas internacionais venha dinamizar o mercado.

Investimento

Ainda que o mercado de investimento se mantenha numa fase embrionária, em resultado de falhas na regulamentação do mercado de arrendamento e na titularidade dos imóveis ainda não resolvidas, e apesar das transacções efectuadas no mercado de arrendamento serem predominantemente de fracções independentes, as 'yields' apresentam-se bastante atractivas, situando-se no mercado de escritórios e comércio na ordem dos 16% a 19% e no mercado residencial entre 12% e 17%. Devido à crescente procura de grandes empresas ligadas ao sector de Oil&Gas, o mercado residencial tem vindo a ganhar uma posição forte, tornando-se muito atractivo para os investidores nacionais e fundos privados. Estes investidores dão garantias, que acabam por compensar as falhas da regulamentação do mercado.

Preços de venda

No que concerne ao mercado de escritórios, na Baixa da cidade os preços de venda de área bruta (AB) de escritórios são em média de USD 8.500/m², ao passo que na Zona Alta da cidade os valores de venda situam-se em média nos USD 7.500/m² (AB). A Zenki Real Estate considera quatro zonas distintas da cidade no mercado de escritórios. A primeira (compreende o Distrito das Ingombotas (Zona 1), considerado o Central Business District (CBD), o qual concentra a maioria dos edifícios 'prime', ocupados pelas grandes empresas a actuarem no país. Nesta zona encontram-se também edifícios de escritórios antigos ocupados por empresas estrangeiras e nacionais de média dimensão tanto nacionais como estrangeiras. Grande parte das empresas governamentais e instituições financeiras estão localizadas nesta zona da cidade.

A segunda é a designada Zona Alta (Zona 2), com uma oferta dirigida essencialmente a pequenas e médias empresas. Na sua maioria os espaços de escritórios disponíveis e acessíveis a este segmento estão integrados em edifícios mistos de habitação e serviços ou em edifícios residenciais transformados em escritórios. É nestas duas zonas que se localizam os edifícios novos projectados. A mais recente zona empresarial de Luanda, a Praia do Bispo, corresponde à Zona 3. Surge da centralização de alguns serviços administrativos do Estado e do desenvolvimento edifícios de escritórios ocupados maioritariamente por empresas ligadas ao sector financeiro e petrolífero. Finalmente, ao Sul de Luanda, Talatona (Zona 4), uma zona de escritórios recente, que apesar da distância ao centro da cidade apresenta-se como alternativa ao CBD por apresentar preços mais acessíveis.

No mercado residencial, na Baixa da cidade os preços de venda são em média de 9.000 USD/m² (AB) enquanto na Zona Alta, os preços de venda da reduzem para uma média de 7.000 USD/m². A consultora distingue três zonas residenciais distintas: as Zonas residenciais de construção precária e clandestina (Samizanga, Kalembe, Marçal, Bairro Popular, Cassequel, Mártires, Terra Nova, Cassenda, Prenda e Chicalá), as zonas residenciais do tempo colonial, entretanto recuperadas e nas quais actualmente habitam as classes com maior poder de compra e as representações diplomáticas, nomeadamente Miramar, Alvalade e Bairro Azul e, por último, as zonas residenciais destinadas a classe média como o Maculusso, Coqueiros, Vila Alice, Sagrada Família, Maianga, Kinaxixi, Cruzeiro e Combatentes, compostas essencialmente por edifícios e moradias que foram ocupados após a independência e que não sofreram obras de reabilitação.

No que respeita ao comércio os valores de venda em edifícios novos situam-se entre os USD 6.000/m² e os USD 9.000/m².

Rendas

Na Baixa da cidade os valores de arrendamento de escritórios situam-se entre os USD 120 e os USD 180 m² mês. Na Zona Alta da cidade os valores de arrendamento situam-se, em média, entre os USD 100 e os USD 120 m²/mês. Para se ter uma ideia do valor a pagar por uma renda adiante-se que, por exemplo, na Zona 1, um TI novo custa USD 9.000 mês, ao passo que um usado ficará por USD 2.000 mês. O mesmo TI na Zona 4 paga um preço substancialmente mais barato:

USD 3.500 se for novo e USD 2.500 se for usado. No caso de um T2 novo, representará uma renda mensal de USD 12.500 na Zona 1, baixando para USD 3.500 se for usado. Na Zona 4 o preço desce para USD 6.000 se for novo e USD 3.500 no caso de um apartamento usado. Já um T3 novo custará USD 15.000 na Zona 1 e USD 8.000 na Zona 4. Se for usado o preço baixará para USD 6.500 na Zona 1 e USD 5.500 na Zona 4.

No segmento residencial, na Baixa da cidade os valores de arrendamento situam-se entre os USD 85 e os USD 110 m²/mês. Já na Zona Alta, os valores de arrendamento passam para um intervalo entre os USD 70 e os USD 85 m²/mês.

No que respeita ao comércio as rendas de lojas de rua variam entre USD 50 e USD 80 m²/mês para espaços remodelados e entre USD 100 e USD 130 m² mês para espaços situados em edifícios novos.

6.5 Construções desordenadas no município de Ombadja

Jornal de Angola
12 de Outubro de 2012

O administrador municipal de Ombadja, província do Cunene, Januel Taby, mostrou-se preocupado com a situação urbanística nos arredores da vila do Xangongo, fruto do aumento desordenado das construções anárquicas, erguidas sem a autorização prévia das autoridades locais.

Manuel Taby disse à Angop que seu pelouro realizou um levantamento dos imóveis em edificação sob auto construção, na maioria dos casos sem autorização e em áreas não urbanizadas.

Nos nove bairros que constituem a vila do Xangongo, sede municipal de Ombadja, existem

cerca 1.330 imóveis em construção auto dirigida, sendo 933 construídos ilegalmente. Um dos fenómenos que propicia esta prática é a venda ilegal de terrenos por parte de algumas pessoas, que dizem ser funcionários da administração local.

O administrador revelou que o município dispõe já de uma Comissão Técnica do Urbanismo que está a levar a cabo trabalho de ordenamento e reorganização urbanística da vila de Xangongo.

Com uma extensão territorial de 12.264 quilómetros quadrados, o município de Ombadja tem cinco comunas e 56 aldeias, com uma população calculada em 183.209 habitantes, segundo o administrador Manuel Taby.

6.6 Nova centralidade nasce em Cabinda

Jornal de Angola
17 de Outubro de 2012

A governadora de Cabinda, Aldina da Lomba, apontou sexta-feira a requalificação e modernização da capital e a construção de uma nova cidade como principais pontos que vão nortear o desenvolvimento da província.

Aldina da Lomba fez o pronunciamento durante o primeiro conselho da província de Cabinda, desde que tomou posse como governadora provincial, depois de nomeada pelo Presidente da República.

"A elaboração e concretização d programa de desenvolvimento da província de Cabinda estão igualmente entre os desafios que visam essencialmente a melhoria da qualidade de vida da população", disse.

Depois de Luanda (Kilamba) Lunda-Sul (Dundo), várias centralidades estão a ser concluídas em várias localidades do país, no quadro da parceria com a China. O objectivo é melhorar a oferta da habitação condigna no país.

6.7 Governo Provincial reabilita ruas

Jornal de Angola
17 de Outubro de 2012

O governo da província de Cabinda leva a cabo, há cerca de dois meses, profundas obras de melhoria de das ruas de muitos bairros da capital provincial.

As obras incidem na limpeza e cobertura das valas de drenagem das águas pluviais no bairro a Luta Continua e 4 de Fevereiro, desembocando na praia de

Luvassa, antes construídas a céu aberto e transformadas pelas populações em autênticos depósitos de lixo, que causavam imundices e doenças no tempo chuvoso, e na terraplanagem e compactação de vias intransitáveis há décadas.

A governadora da província, Aldina da Lomba, visitou no sábado os bairros onde decorrem as obras, para avaliar a sua evolução, acompanhada pelo administrador municipal de Cabinda, Francisco Tando, do secretário provincial da construção, Juliano Capita, e de outros responsáveis sectoriais.

No final, afirmou estar satisfeita pela qualidade das obras já efectuadas de cobertura da vala de drenagem no centro do bairro a Luta Continua, com placas de betão armado, projecto que Aldina da Lomba idealiza transformar numa estrada depois da conclusão dos trabalhos.

O novo bairro social que está a ser edificado na localidade de Zongolo com 20 casas geminadas, perfazendo um total de 40 moradias do tipo T2, destinado a albergar moradores desalojados das zonas abrangidas pela requalificação urbanística, também foi visitado pela governadora Aldina da Lomba.

O secretário provincial da Construção, Juliano Capita, afirmou que as estruturas em construção vão "disciplinar o curso das águas e garantir a segurança das populações que se encontram instaladas nas imediações das valas de drenagem".

O responsável garantiu que os trabalhos decorrem a ritmo satisfatório, apesar das dificuldades que o empreiteiro está a encontrar no terreno, com a concentração de muito lixo em sítios densamente habitados e a obstrução das valas.

"Estamos a encontrar, no bairro a Luta Continua, um conjunto de dificuldades, devido à concentração de muito lixo e às valas em muitos casos obstruídas, no entanto, estamos a trabalhar no sentido de fazer com que elas continuem a funcionar e tenhamos um sistema de valas que garanta a drenagem regular das águas" disse Juliano Capita, para quem, só com projectos estruturantes deste género, a província de Cabinda pode crescer e resolver em definitivo os problemas de saneamento básico.

6.8 Nova cidade nasce na província de Cabinda

Jornal de Angola
18 de Outubro de 2012

Aldina da Lomba, que falava na primeira reunião do conselho da província depois da sua nomeação, afir-

mou que estes projectos se inserem no Programa de Desenvolvimento da província de Cabinda e visam, essencialmente, a melhoria da qualidade de vida da população local.

Os dois projectos vão ser executados até 2017, embora o seu início esteja dependente de estudos de viabilidade técnica e económica, a serem feitos dentro de 45 dias pela empresa contratada para o efeito pelo Governo Provincial.

Na reunião do conselho da província, da qual fizeram parte membros da governação local, incluindo os administradores municipais, magistrados do Ministério Público e responsáveis de órgãos de defesa e segurança, a governadora indicou, além disso, as linhas de força do programa de acção do Governo para o quinquénio 2012/2017, prevendo no sector da educação a ampliação da rede escolar em toda extensão da província e a formação de quadros que possam garantir "um ensino e aprendizagem à altura dos desafios internacionais".

No domínio da saúde a aposta assenta na ampliação da rede sanitária, para que não falte, em qualquer localidade, um posto médico. Além disso, reserva especial atenção à formação de quadros multidisciplinar, para garantir à população uma vida melhor e mais saudável.

Aos quadros do sector das águas, para o qual o Governo Provincial vai canalizar enormes recursos financeiros para permitir o abastecimento de água potável às populações em todas as aldeias, bualas e zonas mais recônditas da província, Aldina da Lomba pediu maior empenho e dedicação para tornar exequíveis esses projectos e nos prazos previstos.

No sector de energia, a par das duas turbinas a gás com capacidade de 35 mega watts cada, inauguradas recentemente pelo Presidenta da República na central térmica de Malembo, vai ser montada, em breve, uma terceira turbina a gás, para reforçar os níveis de produção e garantir o abastecimento regular do produto a Cabinda e ao município de Cacongo.

No município mais a norte da província, Belize, vai ser instalada uma turbina a gás que vai igualmente fornecer energia eléctrica o município de Buco-Zau.

Melhor habitabilidade

O Programa de Desenvolvimento da Província para o quinquénio prevê, no domínio de infra-estruturas viárias, a continuidade das obras de reabilitação das estradas secundárias e terciárias, iniciadas há pouco menos de dois meses, para permitir o acesso fácil no interior dos bairros e conferir maior dignidade a essas zonas e casas onde habitam milhares de cidadãos.

A governadora entende que a falta de saneamento básico em muitos bairros da província tem sido uma das principais fontes de contágio de várias doenças da população, devido "ao acumular de lixo". Assim, fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Província tarefas de conservação ambiental a serem desenvolvidas pelo sector de Urbanismo e Habitação.

"Vamos zelar pela melhoria da habitação social da nossa população. O sector de Urbanismo e Ambiente deve apresentar e primar pelo saneamento básico da província, evitando o acumular de lixo que traz mal-estar à nossa população", afirmou.

O sector da indústria é a outra aposta do Governo Provincial, para o qual a governadora sugere como imprescindível o relançamento do projecto do Pólo industrial de Futila. "É um projecto que deve ser incrementado o mais rápido possível, para que as populações possam beneficiar daquilo que são os objectivos que conduziram à sua elaboração", defendeu, acrescentando que só com a industrialização da província e com empresas fortes se pode garantir emprego para a juventude e combater a pobreza.

A agricultura industrializada, através de equipamentos de mecanização agrícola, até às unidades fabris de transformação de excedentários e apoio aos camponeses, para que a actividade rural seja realmente fonte de sustento familiar e de desenvolvimento da província, é uma aposta da governadora.

O Governo Provincial vai potenciar o sector agrícola, para que os resultados sejam satisfatórios e para que os camponeses possam abastecer o mercado nacional e o das duas grandes cidades africanas próximas de Cabinda. "A província está perto de duas grandes cidades africanas - Kinshasa e Brazzaville - com um número elevado de habitantes e se trabalharmos bem, os nossos produtos podem chegar aos países vizinhos" considerou. No sector da Família e Promoção da Mulher, deixou entender que a sua atenção vai incidir no cumprimento da Lei contra a violência doméstica, para que haja harmonia, paz e muita solidariedade entre as famílias angolanas.

O programa de desenvolvimento da província de Cabinda vai reservar um tratamento especial à promoção da mulher, para que a sua inserção no trabalho socialmente útil seja uma realidade.

Ainda na vertente da solidariedade, apelou ao sector de Assistência e Reinserção Social no sentido de elaborar um "bom programa", capaz de beneficiar as famílias mais vulneráveis, com o objectivo de combater as assimetrias entre a cidade e o campo. "É preciso identificarmos as famílias vulneráveis e

levarmos a assistência que garante, não só a sua sobrevivência, mas também o desenvolvimento", especificou.

Combate à imigração

A imigração ilegal é outro cavalo de batalha da governadora, que pediu aos órgãos de Defesa e Segurança para não darem tréguas aos violadores de fronteira, ao mesmo tempo que os encorajou a continuarem a trabalhar para garantir a paz, harmonia e a livre circulação de pessoas e bens.

A delinquência, a droga e outros males de que enferma a sociedade são actos que a governadora considerou como comportamentos que devem, energeticamente, continuar a ser combatidos pela Polícia Nacional. "A droga, a imigração ilegal e a delinquência vão continuar a ser uma aposta dos órgãos de Segurança e Ordem Pública, para que realmente todos nós sintamos vontade de trabalhar e viver com tranquilidade em Cabinda", frisou. O Programa de Desenvolvimento da província de Cabinda contempla projectos para todos os sectores públicos incluindo os municípios.

6.9 Estamos a prever uma acomodação na ordem dos dois milhões e quatrocentos mil habitantes no plano director

O país

19 de Outubro de 2012

E há quem diga que estes planos acabam por dirigir as áreas mais nobres para a promoção imobiliária privada, de luxo Isso não. A grande maioria do território do Cazenga, Sambizanga e Rangel está destinada à habitação social. Repare que nestes locais, hoje, devem estar a albergar cerca de três milhões de habitantes a prever uma acomodação na ordem dos dois milhões e quatrocentos mil habitantes no Plano Director. Porque o processo de expansão e o processo de realojamento da população e de desenvolvimento daquele território não deve restringir -se a ele mesmo. Devemos entender que em determinado momento as áreas adjacentes, e que garantirão o crescimento e desenvolvimento da Cacucaco, Kilamba Kiaksi e Viana, deverão também absorver parte dessa população. Nós definimos para o Cazenga, Sambizanga e Rangel um território em que também temos uma área verde significativa, aliás, é a área verde que marca a estratégia e até a vivência que se pretende dar ao território, porque nós entender uma transformação de modos a que este ponto crítico se tornasse numa mais - valia para o

território e o ponto crítico que nós definimos foi a macro drenagem que é o grande problema que aquele território tem, que é a drenagem, e entendemos que o melhor seria implantar uma vasta área verde, principalmente nas áreas das lagoas, de S. Pedra e tudo o mais, que pudesse acomodar as águas das lagoas nos períodos mais críticos e garantir que aquilo tudo se constituísse num espaço verde de lazer, com equipamentos desportivos, sociais, lúdicos, culturais e institucionais e serviços, espaços comerciais, para garantir que a vivência do espaço pudesse também alavancar e garantir a sustentabilidade económica do território. Portanto, por lado a incidência sobre as lagoas e, por outro lado, a incidência do espaço verde sobre as linhas de água. Essas linhas de água que atravessam os territórios do Sambizanga, Rangel e Cazenga, uma vez contornadas pelo espaço verde que se vai ramificando e penetrando pelo território dos municípios garante a oxigenação do espaço, a humanização do território e a distribuição de equipamentos sociais, desportivos e económicos que podem conferir à população uma outra qualidade de vida.

Então tem solução técnica para o problema das lagoas que garantem qualidade de vida?

E sustentam economicamente o território...

E o outro grande problema que é o da comunicação, como é que as pessoas se movem?

Esta malha verde acomoda também uma rede de vias de comunicação principalmente pedonais, ciclo vias, etc, que permite que a população pode circular pelo território sem ser vítima da insolação que é uma das características da cidade de Luanda. Os próprios edifícios e avenidas estão preparados para que haja a todo o momento áreas de sombreamento que garantam a possibilidade de os munícipes circularem pela cidade sem que estejam sujeitos a insolação directa. O plano prevê também, mas de forma hierárquica inferior, uma rede viária. A ideia é que a malha e o espaço verde se sobreponham a todas as infra-estruturas. A seguir vêm as infra-estruturas viárias e as demais. Nós entendemos por bem aproveitar aquelas são um modelo de cidade com pequenos satélites, mas uma cidade integrada e que cresce no sentido do desenvolvimento dos seus eixos principais.

E isso não vai criar mais pressão automóvel sobre o território, como temos o afunilamento quase eterno da Boa Vista, por exemplo?

Não, porque o que se expande, crescimento linear da cidade no sentido dos eixos, principalmente a parte baixa, que é o centro, se ele cresce para o

Sambizanga, se expande o centro, cada vez mais se vai desafogar o núcleo. Quando se definir a cidade não como satélites mas com o crescimento homogéneo em função dos eixos, garante-se que em cada urna das áreas do território você encontra os serviços de que precisa, sem ter que ir ao centro da cidade. Os serviços que hoje existem apenas no centro da cidade amanhã você vão encontrar no Cazenga, por exemplo. A diferença poderá estar na arquitectura, eventualmente, apenas. E o actual centro poderá ter mais valor histórico, cultural e turístico e não tanto na prestação de serviços.

E para preservar o está feito, ou parte do que está feito, a expansão viária pressupõe viadutos e túneis?

Estamos na fase de definição de eixos, depois virá o plano de pormenor das infra-estruturas. E este vai definir o que será feito em túnel, com a sobreposição de vias, o tipo de nó. A secção para a implementação da linha de transporte do metro... neste momento vamos apenas definir eixos. Uma das críticas que se faz às novas construções, falando em arquitectura, é que não são pensadas de forma ecologicamente, ou ambientalmente económicas. Estas coisas também se prevêem num Plano Director?

Eu penso que não é exactamente Plano Director que define os traços arquitectónicos dos edifícios, mas sim o Regulamento Geral das Edificações Urbanas que deve definir as tipologias e a forma como os técnicos devem abordar a arquitectura do meio em que vivem, para enquadrar o ambiente, para enquadrar uma série de situações que são ligadas à circunscrição em que a obra é executada. É diferente fazer um edifício de serviços ou de habitação para um território localizado na Noruega, na Cidade de Oslo, de um edifício para aqui para a cidade de Luanda.

É diferente construir um edifício mesmo para a cidade do Lubango que um para a cidade de Luanda. São essas nuances arquitectónicas que é preciso considerar nos regulamentos das construções urbanas para que quando os arquitectos projectarem a instituição que faz a gestão desse dossier possa regular e orientar os técnicos sobre a forma como devem apresentar os seus projectos e como eles devem, ou não e quando devem, ou não, licenciá-los.

Na próxima semana, quando for apresentar o Plano Director, quer na Assembleia da república, quer na FIL, em que é que espera surpreender?

Eu não sei se irei surpreender, e nem sei se a ideia é surpreender as pessoas.

Mas traz novidades?

A novidade é o Plano Director como tal, é a proposta base. Mas a nossa ideia não é surpreender, é satisfazer os anseios da população, não temos a intenção de surpreender, temos a intenção de corresponder às expectativas. Temos a intenção de chegar e receber das pessoas palavras de conforto e de incentivo para continuar nesta direcção porque as pessoas se revêm naquilo que nós ...

E traz inovações?

Não quer dizer. Mas neste tipo de trabalho envolvem-se meios tecnológicos avançados. O satélite terá estado presente, é inevitável, quais foram as grandes dores de cabeça?

Tivemos de trabalhar com o Ortofotomapas, com o sistema SIG, Sistema Integrado de Informação Geográfica ... Enfim, o cadastramento da população, o levantamento sociológico da população do território para identificar os espaços de maior significado simbólico para a população, quer do ponto de vista cultural, quer político ou histórico, em algumas situações era uma rua, as vezes era uma casa, as vezes era um edifício institucional... como o caso do Campo do Areias, o Sete e Meio, enfim, várias ruas que têm algum significado para os munícipes no território e em que pode-se até não manter mas garantir que aquela rua continue com o mesmo nome. Não foi fácil fazer o levantamento e colocar no plano de peças a manter.

Teve o concurso de alguma universidade angolana neste trabalho?

Convidámos as universidades a darem as suas contribuições quando fizemos as apresentações públicas, algumas deram contribuições. A Faculdade de Ciências colabora connosco na questão das águas salobras do Rangel... temos alguma contribuição das universidades. E esperamos mais contribuições.

Qual é a área de trabalho?

Tem cerca de cinquenta e quatro quilómetros quadrados. Depois ainda vem a fiscalização, que é outro problema.

Nós contratamos a empresa Surbana não apenas para a elaboração do Plano Director, como também para a elaboração do plano de infra-estruturas e depois contratamos o plano de implementação e gestão, porque não é suficiente planear e construir mas é preciso saber como vai fazer a gestão. E o grande forte desta empresa, que faz a gestão de Singapura, é exactamente a gestão. Sabe-se o que é a Singapura e nós quisemos trabalhar com grandes

referências a nível mundial, para não cairmos em repercussões menos dignas para a nossa população. Quisemos alguém com credenciais reconhecidas mundialmente e assim salvaguardar os interesses e direitos da nossa população.

6.10 Aquilo (Kifica- Benfica) não foi alvo de um plano urbanístico, não foi alvo de um plano director

O País

19 de Outubro de 2012

E nesta parte da construção de infra-estruturas urbanas não teremos casos como o do Kifica, Benfica, por exemplo, onde boa parte da classe média foi encaminhada, com lotes demarcados, tipologia e volumetria das casas, tudo como deve ser, mas continua sem asfalto, sem água, sem electricidade ...

Aquilo não foi alvo de um plano urbanístico' não foi alvo de um Plano Director...

Mas chamou-se de construção dirigida Chamava-se de construção dirigida, mas quem dirigiu?

E as tais regras?

Quem dirigiu, quem loteou? Aquilo é uma área que até hoje, que eu saiba, é uma Reserva Fundiária do Estado, mas que foi alvo de invasão. As pessoas construíram e na sua maioria são pessoas que não têm direito de Superfície, não têm licença de Obras. Então é algo que está feito com alguma irregularidade. Há aí um processo legal que é preciso ajustar.

Tanto que, deve estar. recordado, houve uma altura em que o Governo Provincial promoveu o cadastramento daquelas famílias que estão a habitar e que estão a construir naquela área, para tentar, de alguma forma, controlar o que se estava ai a passar. Mas eu penso que nós, no nosso projecto, não iremos ter este problema, porque uma vez definido o Plano director e estando ele a vigorar como lei, nós passaremos imediatamente, e já começamos, a contratar planos de urbanização que vão garantir o desenvolvimento regular, controlado e bem orientado, pelo estado, em função das normas urbanísticas que o Plano Director definir. Ai não teremos estes riscos.

6.11 Nada será de borla, nem para o Estado, nem para o cidadão

O País

19 de Outubro de 2012

"Quando o Estado se propõe expropriar um determinado imóvel, a Lei é muito clara, a indemnização deve ser justa. E neste caso, quando o Estado investe num determinado bem público, deve receber do cidadão a sua contribuição"

Nos casos em que se impuser a reconversão e transferência de pessoas para outras habitações, em altura, por exemplo, a pergunta inevitável é: quem é que vai pagar?

Cada caso será um caso. Digamos que você tem uma casa, construída por si, na qual despendeu esforço financeiro e que pode ser avaliado pelas nossas equipas e, de alguma forma, servir de termo comparativo com aquilo que você, em princípio, vai receber no edifício que nós construímos. Estabelece-se esta relação comparativa, se o bem imobiliário que você tem apresenta, em termos de avaliação, um valor superior ao que você irá receber da nossa parte, você terá um acréscimo. Nós teremos que reforçar a indemnização. Se for o contrário, será você, enquanto município, a pagar, durante o resto da sua vida, o diferencial para o valor equilibrado do imóvel que nós vamos disponibilizar.

Nada será de borla, nem para o Estado, nem para o cidadão. Será uma relação de mútua compensação. Quando o Estado se propõe expropriar um determinado imóvel, a Lei é muito clara, a indemnização deve ser justa. E neste caso, quando o Estado investe num determinado bem público, deve receber do cidadão a sua contribuição.

Acabou de fazer tocar algumas campanhas de promotores imobiliários, quer para habitação, quer para comércio, escritórios ou indústria, ao saberem que, eventualmente, no próximo ano entra em vigor o Plano director. Se ele já tiver os seus projectos aprovados e estiver atrasado na execução, ou no início da execução, poderá ter que refazer tudo, se não estiver em conformidade com o Plano director?

Sim. Todos os projectos que se pretendam executar naquele território terão que respeitar o Plano Director. A partir do momento em que ele for ratificado e passar a vigorar como Lei, o seu regulamento, deverá ser respeitado. A primeira entidade a respeitar é o próprio Estado. Porque se o Plano Director diz que aqui passa uma rua com o perfil A, ou B, o próprio Estado tem que construir aquela rua com aquele perfil. E depois o cidadão é

obrigado a construir dentro do lote dimensionado pelo Estado e com o uso definido pelo Estado. Se o Estado definiu que aqui é para uso habitacional e você vem colocar uma fábrica, você vai criar um problema, não só para si, mas para toda uma comunidade. Se o Estado definiu que aqui devem ser construídas habitações unifamiliares você não vem para erguer um prédio de sete ou oito pisos. Você vai ser direccionado para a área onde estão definidos ou previstos os prédios de sete ou oito andares. É isto que deverá ocorrer. Se eventualmente um promotor imobiliário tinha o plano de construir numa determinada área um determinado projecto e que não coincide com aquilo que define o Plano Director, ele deverá ser reverá ser redireccionado.

Mas eu penso que não terá nada a perder, só terá a ganhar.

E vai ter muita gente a bater-lhe a porta?

Isso será bom. Quanto mais gente aparecer a bater a porta melhor para nós, porque mais rapidamente o projecto se vai desenvolver. Também não pode ficar no ar a ideia de que - Ok, existe um Gabinete de Requalificação, ou de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga e este gabinete é que vai fazer tudo. O Estado vai fazer a sua parte, que são as infra-estruturas, os equipamentos sociais e vai colocar à disposição dos promotores imobiliários e da comunidade em geral, a possibilidade de as pessoas investirem em lotes destinados a promoção imobiliária e desenvolverem os seus respectivos projectos. Claro está que naquilo que tem a ver com a habitação social, na sua maioria, terá o controlo do Estado, ao nível de preços, etc., mas o resto, para média e alta renda será colocado à disposição dos promotores imobiliários, eles irão decidir como gerir os territórios ...

6.12 A Cidade do kilamba com militantes do "M"

Angolense

19 de Outubro de 2012

O slogan "Crescer Mais e Distribuir melhor" que dominou à campanha do MPLA durante às eleições de 31 de Agosto está mais virado para os militantes desta formação política.

Segundo uma nota da oposição extra parlamentar que o Angolense teve acesso, 80 por cento das pessoas que já beneficiaram das casas na centralidade do Kilamba, são militantes do partido no poder e os critérios de acesso não são transparentes.

De acordo com a nota, a nível das empresas às pessoas abrangidas para terem acesso às casas, são dos comités de especialidades.

"É um lema para os militantes do MPLA e não para o povo", diz a nota criticando a discriminação grosseira a grande parte dos profissionais da imprensa privada.

No sábado passado, a Delta Mobiliária fez sair um anúncio no Jornal de Angola, contendo uma lista com os nomes de profissionais da comunicação social que foram convocados para os seus escritórios para receberem às chaves dos imóveis. "Porque que não incluem mais jornalistas?", interroga-se a nota da oposição que viemos citando.

Até a pouco tempo, a repartição dos imóveis da cidade do Kilamba estava a ser inicialmente distribuída, num número limitado, apenas para funcionários de ministérios e suas respectivas estruturas estatais.

O acesso para o sector privado teria ficado para uma segunda fase.

As casas deverão ser adquiridas por via do sistema de renda resolúvel para um período de 30 anos.

As modalidades T3A, custarão 603, 29 USO/Mês com juros a 3%.

Inaugurada em 2011 pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a cidade do Kilamba, que até Dezembro deste ano terá mais 218 edifícios concluídos, correspondentes a seis mil 130 apartamentos da primeira fase da sua implementação.

Segundo estimativas, as habitações poderão beneficiar mais de 40 mil pessoas. A zona vai ser entregue com oito jardins-de-infância, 78 lojas, quatro escolas primárias e duas secundárias.

Até Dezembro de 2012 estará concluída toda a primeira fase com a entrega de um total de 20 mil e dois apartamentos que vão ser habitados por cerca de 120 mil pessoas.

A segunda fase do projecto prevê a construção de 40 mil edifícios, enquanto a terceira e últimos mais 20 mil apartamentos, para uns 500 mil beneficiários. Localizada a 20 quilómetros a sul do centro da capital, a circunscricção é um "gigante" urbano com 24 jardins-de-infância, 17 escolas entre primárias e secundárias, áreas de lazer e desportiva, hotelaria e restauração, zonas reservadas para o comércio, vias primárias e secundárias.

O acesso à nova centralidade está facilitado pela primeira circular de Luanda, uma via com duas faixas

de rodagem em cada sentido e separador central que poderá dar lugar a mais faixas de rodagem no futuro.

6.13 O grande dilema dos habitantes

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

A idéia de se criarem centralidades na província de Luanda tem permitido o crescimento da capital angolana, embora nem sempre as autoridades pensem na instalação de infra-estruturas sanitárias.

Aborda-se esta questão ao se analisar o estado dos Zangos 1,2,3 e 4, onde há de tudo, quer dizer, lojas comerciais, de venda de pneus, armazéns para o comércio de cimento, bancos comerciais diversos, mas o essencial foi esquecido: Farmácias.

Se se imagillar a extensão dos 4 Zangos, dir-se-á que eles constituem já uma centralidade a respeitar, dado o aglomerado de habitantes que já atinge os dois milhões e meio, número superior ao do município do Cazenga que tem, neste momento, um milhão e meio de moradores, contra os dois milhões antes da transferência de gente para os Zangas, no município de Viana.

E é admirável que não se nota a presença de farmácias e centros médicos para servirem as populações em caso de necessidade.

As duas únicas farmácias existentes (privadas), onde as pessoas podem recorrer, estão uma no Zango 3, e outra, no Zango 4. Elas vendem apenas analgésicos, antipiréticos, fármacos para diarreia e tosse, bem como material para a esterilização, o que tem beneficiado os moradores.

De resto, estão longe de satisfazer, na totalidade, os habitantes locais, pois são iniciativas privadas sem intervenção das autoridades sanitárias do País.

Aliás, indaga-se por que razão o Ministério da Saúde se escusa a criar, nos Zangas, hospitais de referência ou centros de saúde e instalar farmácias em todos os bairros, quando se sabe que a sua ausência, principalmente à noite, é um dilema insuperável, quer pela distância do centro da capital, quer pela impossibilidade de deslocação, pela inexistência de transportes públicos.

Vê-se que toda a gente tem interesse em viver nos Zangas, deixando os prédios da capital mais comparados a caixas de fósforo e onde a convivência entre vizinhos é nula e o subir de escadas, por falta de elevadores, é um martírio.

Daí a preferência por habitações e estas localizam-se nos Zangos, nomeadamente o 4, por ter ruas asfaltadas e água canalizada nas residências.

A instalação de unidades hospitalares deveria merecer a primazia, tanto a nível do pessoal médico como de farmácias, com preços bonificados, porque a população dos Zangos é de poucos recursos, na sua maioria .

Ao lado das farmácias inexistentes, está, igualmente, a ausência de autocarros TCUL, tanto de dia como de noite, exceptuando-se a estrada de Calumbo, onde os seus autocarros se revezam três vezes por dia.

Sem farmácias, sem hospitais de referência, sem centros de saúde e sem meios de transporte, como podem os moradores manter a saúde se esta tem a ver com condições psíquicas, físicas, materiais e financeiras, o "pacote" para se viver condignamente?

Pode afirmar-se que a criação de farmácias é da responsabilidade de privados, mas, na sua ausência, não poderia o Ministério da Saúde intervir e colmatar a situação?

Zangos acolhem gente de diversas latitudes

De que vale mandar sem poder, sem capacidade de intervenção, vivendo apenas pelo cargo sem relevância na sociedade?

É o que se nota das autoridades sanitárias de Luanda, para quem os Zangos estão fora do âmbito sanitário, afinal, para lá foram pessoas que saíram de zonas de risco da capital, portanto, de pouca importância.

Mas, não é assim, pois, hoje, os Zangos acolhem gente de todos os níveis, incluindo estrangeiros que escolherem essas centralidades para a sua actividade comercial.

São precisos investimentos avultados se se quiser que os Zangos sejam centralidades de referência na capital, uma vez que os terrenos à sua volta podem ser utilizados para a instalação de diversas infra-estruturas, tanto de saúde como de outra índole.

Como se pode ver, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está longe dos Zangos, dado

que os principais serviços estão ausentes e, nisto, inclui-se o fornecimento de energia, aos solavancos e o abastecimento de água, a conta-gotas.

Muitos pretextos são evocados por fraco trabalho a nível da água e da luz eléctrica, mas as populações estão distantes desses porquês. Afinal, o importante é ter serviços disponíveis a toda a hora ..

Periquitante, é mesmo a inexistência de farmácias e, enquanto estas não forem disseminadas pelos Zangos, a saúde dos moradores continuará precária e um dilema insolúvel, pela falta de interesse de quem de direito ...

6.14 Projecto imobiliário concluído em Junho

Jornal de Angola

24 de Outubro de 2012

Em declarações à imprensa no final da assinatura de um contrato com a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), José Leitão disse que o empreendimento está avaliado em 651 milhões de dólares e vai empregar mais de cinco mil pessoas.

José Leitão sublinhou que as obras estão em fase avançada. Foram erguidas numa área de 390 mil metros quadrados: "vamos ter neste espaço um dos maiores projectos imobiliários de Angola e de toda a África que vai servir uma população de cinco milhões de habitantes".

O contrato de investimento, que foi subscrito pelo administrador da ANIP para área de Estatística, Património e Administração, Luís Domingos, e José Leitão, presidente do conselho de administração do Grupo Gema, é composto por quatro grandes blocos.

Hotel de cinco estrelas

O primeiro tem um hotel de cinco estrelas denominado "Hotel Vip Grand Luanda", com heliporto, 300 quartos duplos, 70 suítes e área para lazer. O segundo bloco tem um edifício denominado "Luanda Shopping" com três pisos, 208 lojas, supermercado, dez salas de cinema e estacionamento para 1.581 veículos.

O terceiro bloco, "Garden Tower", tem duas torres de 21 andares para escritórios e vão constituir o principal centro comercial de Luanda, com uma área de estacionamento para 470 veículos.

O Empreendimento Comandante Jika tem um bloco residencial denominado "Alvalade Residence", com duas torres de 25 andares e 136 apartamentos que fazem parte de um condomínio fechado.

A presidente da Agência Nacional para Investimento Privado (ANIP), Maria Luísa Perdigão Abrantes, manifestou a sua satisfação com o volume de contratos rubricados em menos de 45 dias. De acordo com a presidente da Agência Nacional para o Investimento Privado, em pouco menos de dois meses, a ANIP

rubricou contratos de investimento avaliados em mais de 500 milhões de dólares. Os contratos assinados incluem sectores da indústria, construção civil e comércio. Contratos de investimento rubricados pela ANIP têm sido aplicados na instalação de fábricas de materiais de construção na Zona Económica Especial Luanda-Bengo.

6.15 Construção de casas nos municípios

Jornal de Angola

24 de Outubro de 2012

Os projectos de âmbito provincial inseridos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) para 2013 estão avaliados em 9,1 mil milhões de Kwanzas, sendo 1.4 mil milhões para a continuação da construção dos 200 fogos habitacionais por município.

A informação foi dada pelo vice-governador de Benguela para a área Económica e Produtiva, Agostinho Estêvão Felizardo, quando apresentava aos membros do Conselho de Auscultação e Concertação Social o Programa de Investimentos Públicos para o próximo ano.

Agostinho Estêvão Felizardo afirmou que 500 mil milhões de Kwanzas estão reservados para dar seguimento ao Programa Água para Todos na província de Benguela. Informou que os projectos estão distribuídos pelos diferentes sectores da província como equipamentos administrativos, sociais e habitacionais, para além da formação de quadros da Administração.

O município do Cubal é o terceiro pólo de instalação de unidades industriais: "as actividades industriais são orientadas para o consumo local e para a exportação, por meio da projecção da agricultura e da agro-indústria". Destacou igualmente a aposta no desenvolvimento do turismo, sublinhando a importância de existir já uma ferramenta que constitui orientação para as actividades a realizar.

O vice-governador de Benguela considerou "importantes instrumentos" as acções sectoriais que estão previstas no programa de investimentos provincial e as que já decorrem localmente sob a responsabilidade dos órgãos centrais.

Agostinho Estêvão Felizardo admitiu que, na elaboração dos programas, foram determinados limites financeiros, por representarem a capacidade máxima do Estado em realizar despesas em 2013, por causa dos investimentos públicos de âmbito central e provincial.

A reunião extraordinária do Conselho de Auscultação e Concertação Social foi dirigida pelo governador Armando da Cruz Neto, acompanhado dos vice-governadores para a área Política e Social, e Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Eliseu Domingos Epalanga e António Henrique Calengue.

6.16 Sector imobiliário em crescimento

Jornal de Angola

25 de Outubro de 2012

Um fórum sobre o "futuro do mercado imobiliário de Angola" decorreu ontem em Luanda numa organização da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), em parceria com o Grupo Expansão.

No encontro foi feito o ponto da situação do mercado imobiliário em termos da oferta e da procura nos segmentos da habitação, escritórios, comércio e indústria. O objectivo do encontro foi identificar os problemas e encontrar soluções para o ramo imobiliário.

No encontro foi revelado que aprovação de legislação foi de encontro aos projectos da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola. A presidente da associação, Branca do Espírito Santo, disse na conferência que "o mercado imobiliário tem passado por fases, o imobiliário de Angola está em recuperação e é cada vez mais exigente fruto da muita procura. É isto agrada-nos".

Os empresários estrangeiros continuam a considerar Angola um mercado de elevado potencial para investir. Por isso há cada vez mais empresas estrangeiras nas feiras sectoriais em Angola, o que confirma a confiança desses agentes no mercado angolano.

O mercado residencial continua activo. O modelo de negócio da promoção já começou a mudar, com a banca mais exigente e muitas vezes com peritos externos na aprovação dos projectos.

O responsável da Abacus, Paulo Trindade, disse que este é o ano de arranque efectivo do investimento imobiliário institucional com as sociedades gestoras, para começarem a operar efectivamente no mercado. "Hoje os compradores exigem ver o produto final e em determinados segmentos assistimos a um aumento da oferta" disse Paulo Trindade. Uma grande mudança começou a afectar o mercado imobiliário angolano, incluindo promotores, banca e consultores. O mercado deixou de ser de clientes

nacionais passando para os clientes empresariais internacionais, que na sua maioria arrendam os espaços.

As zonas mais procuradas para o arrendamento são Talatona, Camama, Baixa de Luanda, Miramar e Praia do Bispo.

6.17 Com a famosa lista para distribuição das casas do Kilamba, apresentam-se várias leituras

Semanário Continente
26 de Outubro de 2012

Os problemas da habitação são transversais e ocupam um lugar cimeiro na vida da juventude em particular, porque eles anseiam ter o primeiro espaço para juntarem a sua família. O mesmo se passa com os casais adultos, que nunca tiveram tecto próprio mesmo depois de terem uma vida em comunhão que também já deu netos. Logo quando se fala de casas, também anseiam fazer o último desejo em deixar uma habitação condigna para os seus.

Por isso, quando se falou no projecto da nova centralidade do Kilamba, houve pessoas que não dormiram para se registar, quer na própria cidade quer noutros pontos indicados para inscrição, para tentarem adquirir um apartamento, já que a filosofia era inscrever-se e aguardar pela chamada via correio electrónico para formalizarem o contrato.

Conforme estava a ser conduzido o programa, tudo indicava que se estava a esperar pela campanha eleitoral e ela passou e as casas nada.

E para surpresa, aventou-se a hipótese de distribuírem as casas para os funcionários públicos pela modalidade da renda resolúvel e uns poucos tiveram tal sorte, pois há ministérios que num universo de 1000 pedidos, foram contemplados 25 funcionários o que deixou todos boquiabertos, pois não se justificava tal atitude uma vez que para pagar renda, é necessário ter um salário ou emprego que lhe sirva de garantia.

O pior estava por vir. O Jornal de Angola publicou no dia 20 do corrente mês uma lista que convocava cidadãos, que não se inscreveram a lado nenhum, para assinarem contratos para adquirirem os seus apartamentos na Delta Imobiliária. Isto, não seria surpresa se de entre a lista, não houvessem critérios desconexos tais como:

Dos beneficiários, conforme se pode ler na lista, constam músicos, que até onde se sabe, não possuem

outra actividade que os habilita a obrigações impostas pela Imobiliária, que é o pagamento de renda e garantias do salário para o efeito.

Outro aspecto que ninguém entendeu, foi a distribuição afecta à comunicação social que integra rostos da media estatal com a maioria esmagadora, não se sabendo porque os da privada só os que são bem vistos pelo "regime" já que alguns jornais receberam três, outros um e há os que não foram contemplados com nenhum.

Mas a incongruência não acaba por aí, pois há juízos que são proibidos de se fazer, como os que motivam os médicos e outro pessoal não médico das unidades hospitalares públicas, que até fazem por merecer, porque pertencem à função pública, e com serviço directo aos mais carentes deste país, não tiveram tratamento similar aos médicos da Clínica Multiperfil e beneficiários desta classe. Nesta lógica, deixa subjacente por exemplo que os médicos do Américo Boavida, Hospital Esperança, Sanatório de Luanda, Josina Machel, ou outras unidades sanitárias públicas são menos importantes que os primeiros.

Outra leitura que se faz é:

Porquê que o número de médicos habilitados dos mencionados como "outros hospitais" é inferior ao de músicos que participaram na campanha eleitoral?

Outra incoerência, na lista em causa não é visível o capítulo dos professores. Estes, por acaso não ganharam o direito de fazer parte da nova cidade que até possui escolas que seria um bom incentivo à classe docente. Ora, como sempre não faltará quem examine este exercício como uma chamada para puxar a brasa à nossa sardinha ou dor de cotovelo por não termos sido contemplados, não. Não é, porque apesar de termos falta de casa como boa parte das instituições que andam nesta corajosa missão, o que nos move é despertar que isto é um fluxo de tensão, porque frustra as expectativas de muitos que por sinal merecem estar ali e não conseguiram, e por outro atribui vantagens a quem por não ter tal perspectiva, não compreenda o valor que custou a bandeira.

E por fim, vêm-se ali nomes de pessoas que até já tiveram acesso a residências em outros projectos habitacionais do Estado.

6.18 Delta Imobiliária

Semanário Contínente
26 de Outubro de 2012

A lista mais famosa que circula pela cidade e Luanda, ajudou a vender o Jornal de Angola de sábado, 20, que esgotou a tiragem, e os que a viram não deixaram de fazer os seus comentários e até mesmo sublinharam ali onde os interessa. Os contemplados a transformaram na lista mais amada e os que se julgavam no direito de constarem nela pelo seu desempenho nas tarefas públicas, não querem ouvi-la, por não constarem nela e verem os seus sonhos não realizados. Mas o mal de tudo isto é a incoerência da Delta Imobiliária ou de quem a suporta, pois; se houve gente que até madrugou para ter acesso às casas, juntou os papéis apresentou provas de poder pagar, nem uma satisfação recebeu e a DI parte a distribuir as casas aos músicos, jornalista, e outros sujeitos que participaram na campanha. E para perguntar: A quem pertence o Kilamba?

6.19 Governadora tranquiliza população sobre a necessidade de realojamento

Jornal de Angola
27 de Outubro de 2012

No encontro, que foi extensivo à população local, Aldina da Lomba falou da importância económica do projecto na vida da província. A construção do porto de águas profundas implica a transferência da população que habita há décadas na aldeia para outra área a ser requalificada pelo governo da província.

A aldeia de Caio vai ser a primeira a ser requalificada, no âmbito do programa de modernização da cidade de Cabinda, para permitir o realojamento da população e adequá-la às futuras infra-estruturas portuárias, do campus universitário, em construção na área, e do estádio de futebol de Chiazzi.

"Temos rapidamente de encontrar uma solução. Para nós, a aldeia de Caio deve ser já inserida como prioritária e a primeira a ser requalificada, dentro da modernização da cidade de Cabinda" disse Aldina da Lomba. A população vai ser realojada nas imediações do campus universitário.

A governadora, que se fez acompanhar dos membros da equipa técnica multisectorial encarregada de avaliar a situação da transferência da população do Caio, afirmou ser urgente encontrar uma melhor solução que não prejudique a execução do projecto, nem a população. O regedor do Caio, Faustino Vieira

Landazi, elogiou a iniciativa da governadora em se deslocar à aldeia para conversar com a população e realçou o programa de requalificação da localidade, que contempla infraestruturas modernas e casas sociais condignas, como forma de recompensar as famílias locais.

A localidade do Caio Litoral situa-se a 16 quilómetros a norte da cidade de Cabinda, é composta por cinco aldeias - Caio, Chinga, Mbucó e Mbada Nssanvi - e tem 1.403 habitantes. A primeira pedra para a construção do porto de águas profundas no Caio Litoral foi colocada em Agosto pelo Presidente da República e a primeira fase do projecto prevê a construção do cais comercial, de 775 metros, de um cais de apoio e de uma plataforma de 360 metros. Também vai ser construído um quebra-mar, um círculo de giro, a bacia e o acesso rodoviário, com perfil de auto-estrada.

A segunda fase contempla a construção de uma parede do cais comercial, com 1.550 metros, mais uma via de acesso rodoviário e uma bacia. A terceira fase está virada para a instalação de uma parede do cais comercial de 1.925 metros, área para armazenamento de combustível, serviços portuários, canal de acesso, círculo de giro e bacia.

O empreendimento está enquadrado no programa do Executivo de melhoria das condições sociais da população da província de Cabinda. Na altura, o ministro dos Transportes afirmou: "Entre 2015 e 2016, Cabinda vai ter um porto de águas profundas que é um ganho para Angola e vai suportar e estimular o desenvolvimento da província".

O porto de águas profundas vai garantir mil empregos directos a curto prazo e 1.500 a longo prazo, o que constitui um alívio para a estabilização dos preços e a criação de novas oportunidades de negócios.

6.20 Obras de requalificação estão a avançar

Jornal de Angola
27 de Outubro de 2012

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, garantiu ontem que as obras do projecto de requalificação do Sambizanga e Cazenga estão a decorrer a bom ritmo e que não existem dificuldades financeiras.

José Silva, que efectuou uma visita de quase quatro horas aos referidos projectos, constatou com agrado

o progresso das obras. "As questões técnicas não constituem problema de maior", realçou.

Ao todo, 90 por cento das infraestruturas, como a rede eléctrica, de água potável e viária, estão já instaladas no Sambizanga, e vão agora começar a ser erguidas as habitações sociais.

"Quanto ao município do Cazenga, estamos a 45 por cento, porque encontramos dificuldade devido ao centro emissor da Rádio Nacional de Angola. Há conversações salutareias, vamos desactivar as antenas, realojar as famílias que residem nesse perímetro e instalar equipamentos sociais", elucidou, acrescentando que já estão construídos e em fase de conclusão oito prédios.

A administradora do distrito do Sambizanga, Mara Baptista, que acompanhou a visita do ministro José Silva, assegurou que a população está ansiosa por ver a concretização do projecto.

"O projecto é bem-vindo e mostra uma certa clarividência, porque já temos as infra-estrutura quase concluídas, não só para agrado dos que vivem no Sambizanga, mas também para todos os luandenses", referiu.

Tany Narciso, administrador municipal do Cazenga, disse, também, que a expectativa dos munícipes é grande, devido ao facto do projecto ser ambicioso e trazer modernidade.

Os secretários de Estado para as áreas do Urbanismo, Manuel Júnior, para a Habitação, Joaquim Silvestre, o vice-governador de Luanda para a área técnica, António Resende, e técnicos superiores do Ministério acompanharam o ministro nesta visita de campo.

Depois de concluída a visita ao Cazenga, a delegação ministerial reuniu-se à porta fechada com alguns empreiteiros envolvidos na execução do projecto.

6.21 Falta kumbú ao sector imobiliário

Semanário Angolense
27 de Outubro de 2012

A falta de crédito, de promoção imobiliária, habitacional e de um quadro legal que potencia o surgimento de um mercado de arrendamento atrativo para os investidores têm dificultado o bom funcionamento do sector imobiliário, segundo a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA). A entidade defende a criação de um sistema financeiro para habitação, que inclua a bonificação dos juros, visando aquisição e a criação de um fundo de garantias para fomento habitacional.

6.22 Plano de requalificação do Cazenga elaborado com contribuição pública

Jornal de Angola
28 de Outubro de 2012

Os municípios do Cazenga e do Sambizanga, na província de Luanda, começam em breve a ser requalificados com base no plano director projectado de acordo com uma consulta pública, para satisfazer as necessidades das comunidades.

O plano urbanístico, apresentado oficialmente sexta-feira em Luanda na Feira Internacional da Construção, Obras Públicas, Arquitectura e Urbanismo "Projekta By Constroi Angola", foi sustentado com os comentários, impressões, perspectivas e preocupações da comunidade dos dois municípios de Luanda, segundo o director do Gabinete Técnico para a Reconversão Urbana das Localidades, Bento Soito.

Durante a apresentação do plano, cujas obras já tiveram início efectivo em Março de 2011, após ter sido lançada a primeira pedra em 2010, no município do Cazenga, pelo Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, Bento Soito disse que com o processo de reconversão em curso a população vai ver os seus sonhos e anseios realizados.

"As obras vão ao encontro dos anseios da população, uma cidade que seja confortável, aprazível, com zonas economicamente sustentáveis, com condições mais dignas para se viver e com possibilidade de gerar emprego", garantiu Bento Soito. A reconversão, disse, implica alteração completa de uma zona degradada, para um estado renovado, onde são construídas várias infra-estruturas, desde hospitais, centros de saúde, creches, campos de jogos, escolas, institutos, habitação do tipo T3, T4, T5, incluindo casas sociais, de baixa, média e de alta renda, vias rodoviárias, rede de abastecimento de água, de esgotos, drenagens pluviais. Também estão projectadas subestações eléctricas, rede de média e baixa tensão, de iluminação pública, de telecomunicações, estação de tratamento e bombagem de água, espaços verdes e de lazer. Bento Soito garantiu que, numa primeira fase, todas as pessoas que vivem nas áreas definidas para intervenção são as primeiras a obterem uma habitação, num processo que vai ser analisado depois.

Para a concretização da reconversão, numa primeira fase, é feita a urbanização de uma área disponível (sem ocupação) com o objectivo de acomodar a população residente nas áreas circunvizinhas onde o projecto está a ser executado. Este método está a ser

denominado "bola de neve", que se vai configurar num ciclo e vai servir de exemplo para a intervenção noutras localidades.

O arquitecto garantiu que a reconversão prevê a conservação do património dos cidadãos, "mas uma vez este património demolido, o Estado tem que ressarcir e bem este cidadão, como estabelece a lei". Para o arranque do processo de reconversão das zonas indicadas foram feitos vários estudos sociológicos, antropológicos, culturais, de tipografia e de equilíbrio ambiental dos locais.

6.23 Vila Celeste recebe primeiros moradores

Jornal de Angola
29 de Outubro de 2012

Francisco Miguel, um dos beneficiários, disse ao Jornal de Angola estar naturalmente feliz por ter finalmente casa própria, ainda por cima num lugar privilegiado da cidade. Antes, viveu em várias casas alugadas e teve sempre "dificuldades em honrar os compromissos assumidos com os senhorios por não ganhar o suficiente". "Hoje sinto-me um homem realizado porque durmo sossegado, tal como a minha família", afirmou.

Funcionário do protocolo do governo provincial Namibe, pediu aos que não foram beneficiados neste projecto que tenham paciência porque "a sua vez há-de chegar". Para já, apenas quatro famílias vivem na Vila Celeste. A maioria dos beneficiários procede a alterações às casas, procurando dar-lhes um cunho pessoal.

Afinal é a casa da vida deles, aquela com que sempre sonharam. O bairro dispõe de energia eléctrica e de , água corrente e em breve de alguns equipamentos públicos, como zonas verdes e de lazer principalmente as crianças.

Bairro Valódia

As obras de construção de 50 mais de fogos habitacionais - T2, T3 e T5 - iniciadas no ano passado no bairro Valódia, junto ao novo hospital materno-infantil, enquadram-se no Programa de Investimentos Públicos do governo provincial, destinam-se técnicos, responsáveis e quadros técnicos do governo provincial.

O director do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do governo provincial, Pascoal Simões, recordou que para a cidade do Namibe está previsto um projecto social, com 250 mil fogos habitacionais, a serem construídos nas imediações do aeroporto

Yuri Gagarin, e a edificação de outros tantos na zona da Praia Amélia, no âmbito do Programa Nacional de Habitação de iniciativa do Executivo.

No âmbito do Programa de Investimentos Públicos e do programa de combate à pobreza estão em construção mais de 50 fogos habitacionais nos municípios do Camucuí, Virei, Bibala e Tômbwa destinados a quadros de vários sectores sociais e aos residentes naquelas localidades.

Programa Angola Jovem

O Bairro da Juventude, na zona do Saco Mar, a cerca de dez quilómetros da sede da província, projecto lançado pelo Ministério da Juventude e dos Desportos no âmbito do Programa Angola Jovem, que entrou na segunda fase, tem já prontas 192 casas T3 destinadas principalmente a

jovens empreendedores. A segunda fase do projecto, iniciada no ano passado, contempla mais de cem casas que devem estar concluídas em Novembro, disse o chefe de departamento da Juventude da direcção provincial do Namibe.

"O empreiteiro garantiu que até Novembro as casas estão concluídas e que já foi feita a selecção dos jovens que as vão habitar, todos eles de empresas e de organizações desportivas e juvenis", afirmou Victor Ntiamba.

"Os jovens estão assinar os contratos e nos próximos dias entregamos-lhes as chaves", garantiu. Os critérios de selecção dos jovens interessados em adquirir casa no Bairro da Juventude passam sobretudo pela sua inserção nos vários sectores sociais da província, designadamente empresas privadas e organizações juvenis.

Honrar compromissos

Victor Ntyamba pediu aos beneficiários que honrem os compromissos junto do BPC, que é o banco financiador, "para se evitar constrangimentos". O Bairro da Juventude vai dispor de centros de diversão, espaços verdes, lojas dos mais diversos produtos, campos desportivos, escolas e postos médicos.

"As inscrições para as empresas candidatas a desenvolverem projectos naquelas áreas estão abertas", anunciou. "Temos solicitações de Jovens e empresas que querem Instalar vários estabelecimentos no bairro, que foram encaminhados para o governo provincial", referiu e prometeu: "Logo que tenhamos as respostas, os projectos começam a ser desenvolvidos".

O governo da província, recordou, construiu uma creche, pelo que resta agora aos empresários ajudarem a dar mais vida ao bairro que tem já mil habitantes.

O bairro tem energia eléctrica e água potável. Apenas algumas casas construídas na segunda fase ainda não beneficiam destes serviços. "A empresa Omotapalo Construções garante que em breve este problema é solucionado", afirmou o chefe de departamento da Juventude.

6.24 Governo constrói milhares de habitações no Bié

Jornal de Angola
29 de Outubro de 2012

Em entrevista ao Jornal de Angola, o governador provincial disse que o projecto de construção de habitações sociais compreende seis mil fogos no Cuito e mil no Andulo.

Reconduzido pelo Presidente da República ao cargo que ocupa desde Dezembro de 2010, Boavida Neto garantiu que no quadro desse sub-programa está já em curso a construção de 665 fogos, dos quais 481 ficam concluídos até ao final deste ano.

Para complementar este programa, frisou, Boavida Neto, o governo lançou o programa de construção de 200 fogos em sete municípios. Referindo-se à situação das reservas fundiárias e a autoconstrução dirigida, o governador indicou que existem mais de 200 mil hectares disponíveis por município.

Neste momento, acrescentou, estão a ser já utilizados 25 hectares nos municípios onde se desenvolve o programa de construção dos 200 mil fogos. Indicou que o Cuito conta com mais de 1.200 hectares, dos quais 180 estão a ser já utilizados para a construção dos seis mil fogos, e cem para a autoconstrução dirigida.

O Andulo, de acordo com Boavida Neto, conta com 35 mil hectares, onde serão desenvolvidos o programa de construção de mil fogos, com previsão de início no próximo ano. Em relação ao programa de autoconstrução dirigida, frisou, já foram erguidas mais de oito mil residências em toda a província. Disse que a província registou uma melhoria na prestação de serviços à população nos domínios da educação, saúde, energia e água e agricultura, fruto dos dez anos de paz.

Combate à fome

O combate à fome e à pobreza é outra prioridade do governo provincial, que tem como objectivo melhorar as condições de vida das populações, incluindo aquelas que vivem em zonas mais recônditas, segundo o governador.

De acordo com Boavida Neto, foram construídas e reconstruídas escolas, postos de saúde, centros e hospitais municipais, residências para o pessoal administrativo, técnicos de saúde e da educação.

Em termos de energia eléctrica, segundo o governador, o Bié tem uma cobertura de 16 megawatts nas sedes municipais e comunais. Relativamente à água, esclareceu, a província tem uma cobertura de 1.100 metros cúbicos.

O governador Álvaro de Boavida Neto revelou que os cuidados primários de saúde registaram melhorias consideráveis em todos os aspectos, com a construção de novas infra-estruturas sanitárias de nível primário e a restauração das existentes.

De acordo com o governador, o sector passou de 109 unidades sanitárias existentes até 2008 para 141 em 2012, destacando ainda o facto de alguns postos, nas comunas, terem sido convertidos em centros de saúde com capacidade de internamento de 30 camas. A entrada em funcionamento dessas unidades sanitárias, para além de aumentar o número de camas, frisou, permitiu a criação de outros serviços como a obstetria e aumento do número de salas de parto.

Melhoria no ensino

No domínio do ensino primário, de acordo com Boavida Neto, registou-se um crescimento considerável. O governador precisou que em 2002 estavam matriculadas 164.924 crianças, e passados dez anos, a cifra subiu para 517.959.

Em 2002, a província do Bié tinha apenas 645 escolas primárias e, este ano, atingiu o total de 1.457, correspondente a 4.096 salas de aulas. No mesmo período, o número de professores na província passou de 2.506 para 12.629.

Referindo-se ao ensino superior na província, o governador referiu que foi a partir de 2005 que a Universidade Agostinho Neto alargou os seus serviços à província, com duas turmas dos cursos de Psicologia e Matemática, beneficiando 140 estudantes.

Há dois anos entrou em funcionamento a Escola Superior Politécnica, da Universidade José Eduardo dos Santos, que ministra cursos de Enfermagem e

Contabilidade, actualmente com 469 estudantes matriculados.

"O Ensino Superior criou grande satisfação e alargou as perspectivas da população em termos de formação. Com a implementação do curso pós-laboral, os funcionários têm também oportunidade para continuarem a sua formação superior", frisou o governador.

6.25 Sambizanga e Cazenga mudam de imagem em breve

Jornal de Angola
30 de Outubro de 2012

O Executivo gizou um programa, de construção de 200 fogos em todos os municípios do país, cujas obras continuam. Em Luanda, o Presidente José Eduardo dos Santos lançou em 2010 as primeiras pedras para o projecto de requalificação dos municípios do Sambizanga e Cazenga. Sexta-feira passada, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, acompanhado dos seus colaboradores directos, abandonou o gabinete de trabalho e foi ao terreno ver como as coisas andam.

Sambizanga foi o primeiro local a ser "fiscalizado" pelo ministro José Silva. Depois de observar os painéis, José Silva recebeu do engenheiro Hugo de Menezes, um dos responsáveis dos projectos, uma explicação minuciosa de como as obras estão a andar.

O ministro não se ficou pela explicação. Visitou as áreas cujas obras estão a ser efectuadas. E pode assim comprovar que as redes eléctricas, de água potável e viária estão já instaladas na ordem de 90 por cento.

A reportagem do Jornal de Angola soube no local que, brevemente, vão começar a ser erguidas as habitações sociais.

Mara Baptista, administradora interina do distrito do Sambizanga, garantiu que as obras de infra-estruturas estão bem avançadas. "Sambizanga vai mudar a sua imagem. Os populares já começaram a sentir os efeitos do projecto de requalificação. As obras das infra-estruturas estão quase concluídas, o que implica dizer que os munícipes já não vão ter problemas graves de saneamento básico, de electricidade e de água", disse.

A reportagem do Jornal de Angola pode apurar que a metodologia definida para a implementação urbana, tanto no Sambizanga como no Cazenga, consiste na primeira fase, de forma genérica, na urbanização de uma área disponível.

"O projecto prevê retirar os moradores que residem em áreas de risco para as novas urbanizações e posteriormente urbanizar as áreas onde saíram. É um trabalho árduo mas acredito que o Ministério do Urbanismo e Habitação vai conseguir concretizá-lo. Hoje já temos as infra-estruturas básicas montadas, tanto no Sambizanga como no Cazenga. Vamos continuar com os trabalhos", referiu um engenheiro que pediu o anonimato.

O projecto da primeira fase no Sambizanga, realçou, está virado para a promoção da habitação social e construção de edifícios de até quatro pisos.

Sambizanga, realçou, está virado para a promoção da habitação social e construção de edifícios de até quatro pisos.

Alegria

O soba do distrito do Sambizanga, Domingos Lourenço Senguesa, que integrou, também, a visita do ministro do Urbanismo e Habitação, frisou à reportagem do Jornal de Angola que as obras estão a decorrer em bom ritmo mas que se deve acelerar mais.

"A população está alegre e quer ver já tudo pronto. Foi bom ver aqui o ministro. Ele e os outros técnicos devem acompanhar as obras, não só aqui mas em todo o país. A presença do ministro nos dá garantia de que as obras vão acelerar. A população está à espera e orgulhosa de viver numa zona urbana e com muitos serviços", referiu o soba Domingos Senguesa.

Para a autoridade tradicional, a chuva já começou a cair e há populares no Sambizanga que ainda vivem em zonas de risco. "Estou a gostar do trabalho que estão a fazer, mas há ainda pessoas que vivem em zonas que quando chove é problema. Por isso pedimos ao Governo para ver a situação desses nossos", frisou.

Alguns populares ouvidos, também, pela reportagem do Jornal de Angola alinharam no mesmo diapasão. Maria Augusta, 34 anos, costureira de profissão, residente nas barrocas da Boavista e que se deslocou ao local para, também, acompanhar a visita do ministro José Silva e os seus colaboradores directos, disse que "acredito no trabalho do Executivo. As chuvas estão a nos preocupar. Por isso é que queremos ver os trabalhos das obras mais aceleradas". O ministro José Silva garantiu que "as questões técnicas não constituem constrangimento e que não há dificuldades de ordem financeira".

Cazenga

O município do Cazenga foi o segundo local visitado pela delegação ministerial. Tal como procedeu no distrito do Sambizanga, visitou as obras em curso. Também recebeu explicações de como estão a decorrer os trabalhos.

Das explicações que ouviu concluiu que estão a correr bem. "Já foram edificados oito prédios que estão em fase de acabamento. Isto já é bom. Com a retirada das antenas do centro emissor da Rádio Nacional de Angola vamos avançar com as obras das casas e equipamentos sociais. Houve um constrangimento mais foi ultrapassado, por isso é que aqui as obras estão a 45 por cento", referiu.

Para o administrador do município do Cazenga, Tany Narciso, o projecto é uma iniciativa do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, e vai dar, em termos de habitabilidade, uma outra imagem ao município.

"E um trabalho para o bem dos municípios. Sei que projectos idênticos estão a ser desenvolvidos noutras províncias. A presença do ministro José Silva aqui no Cazenga veio dar uma certa alegria, porque temos a certeza que vamos ter uma cidade moderna. Vamos trabalhar em conjunto para o bem das nossas populações", realçou Tany Narciso.

A anciã Eva Joaquim, residente num dos bairros do Cazenga, disse que espera ver concluída a obra o mais rápido possível. "O nosso município vai ficar bonito quando as obras acabarem. E uma alegria para nós, nossos filhos e nossos netos. Estou contente", frisou.

Depois da visita aos projectos, o ministro do Urbanismo e Habitação e a sua comitiva reuniram à porta fechada com alguns empreiteiros envolvidos na execução das obras. A reportagem do Jornal de Angola soube que um dos assuntos abordados tem a ver com os prazos de conclusão das mesmas.

6.26 Sector imobiliário continua a crescer

Jornal Economia e finanças
30 de Outubro de 2012

O relatório imobiliário da Abacus apresentado quarta-feira, em Luanda, revela que, o segmento industrial do ramo imobiliário será aquele com maior espaço de crescimento nos próximos tempos.

Além das emergentes necessidades imobiliárias internas, conforme o relatório, continuarão a existir necessidades de armazenamento, por força das

importações aliadas à quase inexistência de produto Imobiliário industrial/armazenagem oferece uma grande oportunidade de investimento aos promotores.

O documento que vimos citando adianta, por outro lado, que a localização será predominante para o sucesso de qualquer plataforma logística, considerando ainda a dimensão do país, que obriga o investidor a pensar de forma decisiva, em produtos imobiliários interligados com os portos e caminhos-de-ferro.

Assim, o relatório, aponta que a estrutura logística de Angola terá de ser alicerçada em três pontos dos actuais quatro portos marítimos. Contudo, adianta também que a interligação desses portos com os transportes ferroviários será, no futuro, determinante para o desenvolvimento sustentado da economia nacional.

A construção de novas estradas, entre as províncias, é outro dos factores determinantes para este segmento, constatando-se a intenção de entrada de operadores logísticos internacionais.

Actualmente, o imobiliário logístico e de armazenagem está associado, maioritariamente, à indústria petrolífera.

A procura de armazéns está progressivamente a aumentar, particularmente nas zonas de proximidade dos portos. Estes são a porta de entrada de mercadorias no país, mas sofrem de um deficiente funcionamento, o que se pode verificar facilmente através das constantes linhas de barcos atracados ao largo de Luanda.

Em Luanda, além das mencionadas ofertas industriais nas proximidades do porto, destacam-se ainda as zonas de Viana, Benfica, a estrada para Cacucaco e a de Catete, prevendo-se a saída de vários projectos como Viana Logística Park, um na estrada de Catete, o 19, e ainda um outro junto à Refinaria de Luanda, que nas redondezas se deve juntar ao Mulemba idêntico ao de qualquer outro lugar no mundo. Vive do crescimento económico que permite, naturalmente, um aumento das organizações traduzidas num maior número de pessoas e na necessidade de maiores espaços de trabalho. Tem ainda a particularidade de as empresas estarem, deficientemente, instaladas em edifícios adaptados.

O stock do mercado de Luanda, em edifícios após os anos 80, estará estimado para este ano em cerca de um milhão de metros quadrados dos quais cerca de 935 mil metros quadrados ficam em Luanda,

na cidade, e a localidade de Talatona contará aproximadamente com 65 mil metros quadrados.

A zona Prime e preferencial de escritórios em Luanda, situa-se na Baixa e Marginal. Nesta, encontram-se localizados os principais departamentos governamentais, sedes de bancos, seguradoras e sedes de empresas, sobretudo as ligadas ao sector petrolífero.

A avaliação da Abacus explica que começa a existir, neste momento, uma nova localização, no caso a Praia do Bispo, onde se encontram a sede dos bancos Privado do Atlântico e o Caixa Geral Totta. Esta localização tem ainda, por ultrapassar, problemas estruturais, principalmente de esgotos e da rede de electricidade, conforme refere o documento.

Na zona de Talatona, tem-se vindo a assistir à instalação de empresas do sector de comunicações e novas tecnologias, o que aumenta a sua importância estratégica.

Oferta

A Abacus advoga que a entrada de várias multinacionais, algumas líderes mundiais dos sectores de actividade onde actuam, permite afirmar que Angola é um país procurado para investir no imobiliário e isto pode ser um dado importante para os agentes intervenientes no mercado.

Esta procura situa-se a nível das tipologias T1 e T2, essencialmente para arrendamento e por determinados montantes que têm estabelecido nos "Business Plan", variando em função dos sectores de actividade de cada empresa.

Na generalidade dos projectos, conjuga-se a vertente residencial com serviços e comércio, permitindo evitar perdas de tempo nas deslocações para o centro de Luanda, daí a mais-valia que representa a conjugação de duas vertentes, oferecendo a possibilidade de poder-se residir e trabalhar no mesmo condomínio, idealmente com algum comércio associado.

A Abacus considera que a oferta de residências continua desajustada à respectiva procura, dado que se focaliza, maioritariamente, no segmento alto, onde o ritmo de absorção mais moderado.

"E nos edifícios usados que se encontram alguns acertos nos preços, resultantes da falta de maturidade dos proprietários, que não estão preparados para pequenas oscilações procura", lê-se no documento.

6.27 Novas habitações começam a ser edificadas em 2013

Economia & Finanças
30 de Outubro de 2012

Novas habitações sociais começam a ser edificadas a partir de 2013, no distrito do Sambizanga, província de Luanda, no âmbito da segunda fase do projecto de requalificação, cujo programa começou a ser materializado em Novembro do ano passado.

A informação foi avançada à imprensa, em Luanda, pelo director do Gabinete Técnico para a Reconversão Urbana das Localidades, Bento Soyto, durante a apresentação pública do projecto, na Feira Internacional da Construção, Obras Públicas, Arquitectura e Urbanismo (PROJEKTA), que a Feira Internacional de Luanda acolheu.

Na ocasião, Bento Soyto referiu que o distrito vai beneficiar, igualmente, da construção de infra-estruturas sociais como escolas, centros de saúde e esquadras de polícia, tendo assegurado que a primeira fase do projecto, praticamente concluído, consistiu na instalação das estruturas técnicas, nomeadamente arruamentos, esgotos, colocação da instalação eléctrica, água canalizada, telecomunicações, assim como a criação de estações de tratamento de águas residuais e subestações eléctricas.

O projecto de requalificação do Sambizanga visa a construção de casas do tipo T2, T3 e T4.

Garantia

Face ao estado avançado da empreitada, que tem já assegurada em 90 por cento a colocação das redes técnicas de água e de electricidade, incluindo os arruamentos, os responsáveis pela execução do projecto garantem que a sua implementação deve obedecer ao cronograma estabelecido e que não existem dificuldades financeiras, nem tão pouco de outra ordem que servem de impedimento ao progresso da obra.

Após a conclusão da segunda fase (a da construção das primeiras habitações), o projecto de requalificação do Sambizanga prevê instalar em casas condignas as famílias que se encontram a residir em ares consideradas de risco, processo que deve assim dar abertura à requalificação destas áreas que passam a ser desabitadas.

6.28 Imagem real de uma situação cada vez mais caótica

Jornal de Angola

31 de outubro de 2012

Carros colados à traseira de outros, buzinas ensurdecedoras, agressões verbais e motoristas apressados a circularem em sentido contrário, com os perigos que daí advém, são o cenário do trânsito em Luanda, onde a situação piora a cada dia. A solução para o problema parece cada vez mais distante, numa altura em que ainda há estradas secundárias e terciárias em mau estado, embora bastantes delas estejam a ser reabilitadas.

Numa cidade com mais de cinco milhões de habitantes, andar de carro deixou de ser um luxo e transformou-se numa fonte de preocupações para quem viu na compra de uma viatura a solução para os problemas de deslocação.

As principais vias de acesso ao centro da cidade registam engarrafamentos que deixam qualquer pessoa com os nervos à flor da pele. Ontem, por exemplo, quem circulou pela Estrada Hoji- Ya-Henda viveu um dia para esquecer.

O engarrafamento começava na rua de Olivença e prolongava-se até ao largo da Mutamba. Face à ausência de um agente regulador do trânsito, o resultado apenas podia ser o que se verificou, com os automobilistas que circulavam no sentido congolense / Mutamba, principalmente os candongueiros, a criarem quatro faixas paralelas, o que impossibilitou que os carros que vinham em sentido inverso circulassem sem constrangimentos.

No cruzamento entre a avenida Hoji- Ya-Henda e a rua Soba Mandumbe, junto ao local onde se situava o edifício da Direção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), o caos era total.

Todos queriam passar ao mesmo tempo. Ninguém dava prioridade a ninguém. "Mas onde anda a Polícia?", perguntou Miguel da Silva, trabalhador de uma agência bancária na Baixa. Em resposta, David Bernardo, De outro automobilista, respondeu: "Estes agentes de trânsito, quando a situação se complica, fogem à sua responsabilidade". Eugénia dos Santos, ao volante da sua viatura, tentava manter a calma: "é extremamente difícil chegar ao local do trabalho a horas com este te trânsito infernal". Moradora em Viana, Eugénia de disse que acompanha com apreensão a evolução do caos no trânsito em Luanda e que não acredita que o ao Governo Provincial tenha alguma solução mágica para acabar com os eu engarrafamentos.

"Com este trânsito e o comportamento das pessoas, estamos todos doentes, isto está cada dia pior e o Governo Provincial, parece-me, ainda não tem solução para o problema", lamentou.

António Macedo, motorista numa empresa de rent car, referiu que, face a actual situação, aprendeu "a conviver com o constrangimento".

"O problema do trânsito continua o mesmo. Não me resta outra te solução senão acostumar-me a estes congestionamentos e adaptar-me à realidade", declarou, com ar conformado.

Atropelamento

O risco de ser atropelado por um c automobilista apressado está sempre à espreita nas ruas de Luanda. Por isso, andar a pé pelas artérias da capital requer muita atenção e espírito de sobrevivência. Quando menos o peão espera, aparece um automobilista ou motociclista desenfreado que o pode colocar entre a vida e a morte.

O Código da Estrada determina que os automobilistas são obrigados a abrandar nas passagens de peões, quer haja ou não pessoas a atravessar. Do mesmo modo, nas mudanças de direção, à esquerda ou à direita, independentemente da sinalização e mesmo que não exista passeadeira, têm de dar prioridade a quem vai a pé e se disponha a atravessar. Apesar disto, uma das principais causas dos atropelamentos em Luanda é a falta de cumprimento destas duas regras.

Nas ruas Revolução de Outubro, Ho Chi Minh, Cónego Manuel das Neves, Avenida 21 de Janeiro, Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", Deolinda Rodrigues, Estrada da Samba, auto-estrada Benfíca-Cauaco e expresso Cacucaco-Kifangondo, somente para citar estas, é frequente ver automobilistas a circularem a alta velocidade e sem o mínimo respeito pelos peões que, vezes sem conta, também atravessam sem observar as normas de segurança. De qualquer forma, seja de quem for a responsabilidade, o peão é sempre a primeira vítima. Ciente dos cuidados a ter quando ao volante de uma viatura, o automobilista Venceslau Domingos circulava na Avenida 21 de Janeiro, no sentido Rocha Pinto-Aeroporto. Ao aproximar-se de uma passeadeira da travessia, foram surpreendidos por um taxista que por pouco não atropelou mortalmente um deles, José Gomes. "Estes taxistas não respeitam as regras de trânsito. E se ele me matasse? Também o matavam", gritava furioso.

Venceslau Domingos, que da sua viatura assistia impávido a tudo, disse que a má condução em Luanda já deve ser considerada um problema de saúde pública, pois as pessoas perderam o respeito pela vida dos outros e da sua.

"A condução em Luanda deve ser alvo de um estudo aprofundado por parte dos investigadores sociais. Os carros não param, nem se aproximam das passadeiras com peões a atravessar.

As pessoas não dão valor às suas próprias vidas e muito menos às dos outros", afirmou Venceslau Domingos. Depois de passar a toda velocidade pela passadeira sem dar prioridade aos peões, o taxista parou bruscamente para entrarem outros passageiros.

Nesse instante, a reportagem do Jornal de Angola aproximou-se dele para tentar conversar sobre o comportamento que tivera.

Não se quis identificar e a justificação que deu para o procedimento que tinha tido foi que não podia parar na passadeira devido velocidade que levava e com receio do carro que vinha atrás bater no seu. "Por outro lado, o carro que parou para dar prioridade não fez a devida sinalização e por isso quase ia atropelando os peões, que não sabem esperar, acham que os carros devem parar sempre que eles quiserem passar, mas não é assim", argumentou, a querer convencer que tinha razão.

José Domingos Mateus e Joana Maria Mateus perderam há dois anos a filha Alexandra Mateus, de 22, vítima de atropelamento.

Alexandra, recorda o pai, atravessava a Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, na passadeira junto às bombas de combustíveis no Golf II, a caminho de casa, quando foi atropelada por um carro que circulava em excesso de velocidade, cujo condutor ia desatento à presença de peões na passadeira. Infelizmente, a minha filha não resistiu às lesões causadas pelo choque e acabou por morrer já a caminho do hospital.

"É difícil andar a pé em Luanda por os motoristas não respeitarem os peões. Infelizmente perdi a minha filha por falta de prudência de um automobilista", lembrou a Joana Mateus.

Centenas de mortes

Dados da Unidade de Trânsito de Luanda, divulgados recentemente, referem que foram registados, no segundo trimestre deste ano, 1.197 acidentes de

viação, que resultaram em 297 mortos e centenas de feridos.

O desconhecimento do Código de Estrada e de outra legislação rodoviária por parte dos automobilistas são mencionados pela Polícia Nacional como os fatores que mais concorrem para o aumento do número de acidentes rodoviários.

7. TERRA

7.1 Moradores deixam para atrás tempos de grande

Jornal de Angola
04 de Outubro de 2012

As pessoas que residiam junto à vala do Suroca, também conhecido por "Rio Mabuba", foram realojadas no Zango III e reconhecem que ali o perigo estava à espreita. "O que queremos é mais infra-estruturas sociais, como postos médicos, escolas e esquadra policial", afirmaram.

Beto França é um dos que viu a sua casa na Vala do Suroca ser demolida. Em contrapartida, recebeu uma residência com melhores condições de habitabilidade no Zango III. "Estou satisfeito, apesar da distância que separa o Zango III ao centro da cidade. Mas aqui está-se melhor e conseguimos dormir à vontade", disse ao *Jornal de Angola*.

Quem também está contente por ter agora uma casa no Zango é Alfredo Mateus. Os elementos da Coordenação Técnica de realojamento, referiu, estão a compensar os donos de casas na Vala do Suroca.

A título de exemplo, explicou que a sua anterior casa estava bem acabada e, por esta razão recebeu três habitações do tipo T-3.

Sandra da Silva estava sentada junto ao portão da sua nova casa a apreciar a rua. "Quando tomei contacto com as novas habitações, nem estava a acreditar que são minha propriedade. Estou sem palavras e só quero agradecer por nos terem tirado dali e nos meterem neste sítio seguro", salientou, acrescentando que, devido ao tamanho da sua anterior casa, foi contemplada com duas habitações com água corrente e energia eléctrica.

Melhores condições

Todas as pessoas interpeladas pelo *Jornal de Angola* foram unânimes em afirmar que, no Zango III, embora faltem ainda algumas infra-estruturas sociais, como posto médico e escolas, as condições de habitabilidade são boas porque há saneamento básico.

"Aqui não há águas paradas, como na Vala do Suroca, que faziam surgir mosquitos. Algumas fossas, só num mês, enchem duas ou três vezes. Aqui estamos melhor", garantiram. "Alguns moradores estão a receber duas a três casas, de acordo com as dimensões das que tinham", explicou Beto José, para

acrescentar que as condições de que actualmente dispõem são boas "e não se comparam com aquelas a que estávamos submetidos na Vala do Suroca".

Um passado difícil

Os novos inquilinos do Zango III reconheceram que corriam risco de vida, principalmente no período chuvoso, em que água corria pela Vala e chegava, muitas vezes, a transbordar para as casas.

Para eles, os tempos de angústia ficaram para trás. "Quando vivia na Vala do Suroca e começava a chover tinha de correr para casa, por causa dos miúdos, por um lado, e para arranjar um lugar mais seguro para proteger a mobília", realçou Levi Guimarães.

Com alguma tristeza, recordou que, durante a época das chuvas de há dois anos, houve uma criança que, por descuido, caiu na Vala e a água da chuva arrastou-a.

Lá, viu muitas mobílias a serem arrastadas pela correnteza da água e muitas casas a desabarem. "Tenho a certeza que aqui estou bem. A chuva já não volta a ser uma preocupação para nós. Só quero pedir à equipa técnica para desalojar os nossos irmãos que ainda estão a morar em zonas de perigo, como são aquelas que ficam junto às valas", acrescenta Levi Guimarães.

Os novos moradores elogiaram a qualidade do fornecimento da água potável e de energia eléctrica no Zango III, que é abastecido 24 sobre 24 horas, como garantiram ao *Jornal de Angola*.

"Aqui no Zango III damos-nos ao luxo de tomar banho de chuveiro, coisa que não acontecia na Vala do Suroca, nem mesmo nalguns bairros suburbanos de Luanda."

População disposta a sair

Domingos Gonçalves é coordenador do quarteirão três do bairro Óscar Ribas, no Cazenga. Alguns moradores que têm as suas casas junto à Vala do Suroca e que ainda não foram realojados, mostram-se dispostos a abandonar a zona. "É verdade que aqui as condições não são boas e há muitos que estão dispostos a sair desta zona para o Zango", afirmou Domingos Gonçalves, que aconselhou os moradores a aproveitarem esta oportunidade que a Coordenação Técnica para o realojamento está a dar.

Polícia louva os moradores

A Polícia Nacional tem desempenhado um papel relevante na sensibilização, mobilização e acompanhamento dos moradores a serem realojados.

O Comando da 13a Esquadra da Polícia Nacional, afecto à terceira Divisão, Cazenga, louva o comportamento cívico dos moradores da Vala do Suroca durante as demolições e a transferência para o Zango.

O intendente João António Pascoal, comandante da 13a Esquadra, explicou que durante as demolições e transferência, a população se comportou de forma cívica e não se registaram quaisquer casos de vandalismo. Os moradores são notificados a abandonarem as casas e de seguida são transportados para o Zango", referiu.

O comandante espera que este tipo de comportamento seja seguido pelos demais moradores que, no futuro, também vão ser realojados no Zango.

7.2 Não somos contra as demolições

Nova Gazeta

4 de Outubro de 2012

Defender o direito à Habitação e à terra é o exercício diário que a SOS Habitat tem estado a fazer ao longo de 10 anos. O coordenador interino, Rafael Morais, defende que a resolução do problema Habitacional passa por uma política de Estado "concreta, actuante e que vá ao encontro de todos os cidadãos"

Como têm defendido o direito à casa?

Temos servido de ponte entre governados e governantes. Junto das comunidades identificamos os problemas e procuramos reportar aos governantes para a posterior resolução.

Tem resultado?

Infelizmente, muitas vezes somos mal interpretados. Somos tidos como agitadores. Somos uma associação com mais de 200 membros e todos já foram vítimas de injustas demolições. Procuramos sempre juntar as administrações para que as soluções se tornem mais fluídas e claras.

Mas vocês são contra as demolições?

Não. E nunca seremos contra as demolições. O que nós criticamos são as demolições injustas.

Como assim?

O país saiu de uma situação de guerra que durou cerca de três décadas e naturalmente, ao longo desse tempo, as pessoas foram construindo em zonas do Estado ou .inapropriadas. Mas não porque queriam. Não tinham alternativas. Findo o conflito, caso o Estado ache que se deve tirar uma determinada comunidade de alguma zona, deve fazê-lo de forma organizada e respeitando todos os direitos de um ser humano.

E isso pressupõe o quê?

A forma é simples. Desalojar sim, mas como alternativa dá-se uma casa onde um cidadão possa albergar a família. Não é justo que partam a casa do pobre cidadão e pô-lo a viver em tenda. É errado.

E as responsabilidades dos cidadãos?

Não somos a favor da construção em zonas de riscos nem de elementos oportunistas que põem a vida e das famílias em risco. Primeiro, diagnosticamos a situação para tentar compreender as razões que o fizeram ir para aquele local.

E há um diálogo com as comunidades? Exatamente. Não só com as comunidades, também com as administrações. A habitação é um assunto muito bicudo e sensível. Mas a resolução passa necessariamente pelo constante diálogo entre quem governa e quem é governado. Por exemplo, o desalojamento na Samba para o Zango e Panguila não teve nenhum incidente e correu tudo bem porque houve, das duas partes, consenso e diálogo.

Há também cidadãos que, depois de serem alojados, voltam a construir em zonas de risco. Como é que lidam com estas situações?

Estes problemas são muito frequentes e temos estado a defender que, por um lado, é culpa das administrações.

Uma das medidas passa pelo cadastramento. É necessário que se faça um levantamento geral com os nomes e documentos para que não se permita o regresso de pessoas depois de terem sido dadas as casas. Quando tudo é feito à revelia de todos esses processos, aparecem intrusos e aproveitadores.

MENOS BUROCRACIA

Como é que se resolve o problema da habitação?

A resolução passa por uma política de Estado concreta, actuante e que vá ao encontro de todos os cidadãos. É preciso moderação nos preços, maior acessibilidade aos terrenos, menos burocracia e a

construção e distribuição inclusiva de casas sociais. Por exemplo, o governo de Luanda tem sido um dos incentivadores da ocupação ilegal de terrenos. Um cidadão, para requerer um espaço, demora cerca de dois a quatro anos. Ao longo deste período, vê-se obrigado a residir ou a construir em zonas impróprias.

Projetos como a cidade do Kilamba não são uma lufada de ar fresco?

Infelizmente não. Primeiro por ser um projecto polémico e fantasma. Gastou-se muito dinheiro naquela estrutura cujo impacto não se faz sentir. Temos números elevados de indivíduos sem casa e infelizmente a Nova Centralidade do Kilamba não os salvou. Por isso, defendemos uma reestruturação daquela cidade.

Como é que olham para juventude na luta por um tecto?

Temos uma juventude a lutar com toda a legitimidade para conseguir casa. Infelizmente a política habitacional não tem sido actuante nem tão pouco prática. Não temos uma política de renda definida que poderia ajudar. Esperamos que haja sensibilidade deste novo Governo no sentido de se resolver o problema habitacional desta franja da sociedade.

Neste momento estão acompanhar algum caso?

Estamos a fazer o acompanhamento da situação dos moradores do Cambambe - I e II que estão ao relento desde 2002. O ano passado foi garantido que teriam as suas casas e infelizmente nada foi resolvido. Outro caso é a situação dos ex-moradores da ilha (de Luanda) que muitos continuam a viver em tendas no Zango-I.

7.3 Lavradores do município do Quilengues começaram a receber terra para cultivo

Jornal de Agola
07 de Outubro de 2012

Numa primeira fase foram contemplados 24 agricultores, cada um com 500 milhões de kwanzas para o começo da actividade, sobretudo de produção de cereais e de hortícolas. O administrador municipal disse que a entrega de terras a empresários, com financiamento do BDA, é um passo importante no programa de dinamização da produção agrícola de Quilengues.

A cooperativa Aurora Impulo tem, pelo menos, cem associados empenhados na dinamização da produção agrícola no município, afirmou Armando Vieira.

A produção de cereais, referiu, é a prioridade, principalmente de milho, por ser uma das exigências do BDA. Os agricultores do município vão dedicar-se também à plantação de tomate, com a finalidade de o canalizar para a fábrica transformadora da Matala. "A fábrica tem uma grande capacidade de produção e os agricultores locais não são capazes de satisfazerem as necessidades", disse o administrador, que salientou que, por isso, Quilengues pode canalizar parte do que produzir para a Matala.

O projecto de produção agro-pecuária em grande escala na "Aurora Impulo" começou a ser gizado em 2010, com a limpeza das zonas aráveis. Está previsto que para a sua revitalização sejam investidos 50 mil milhões de kwanzas. O investimento na cooperativa Aurora Impulo vai servir não apenas a agricultura, mas também para reactivar as antigas fábricas de curtume, refrigerantes, óleo de palma e vegetal e compotas, bem como a construção de silos. O espaço reservado à produção agrícola tem três mil hectares. Além de cereais vão ser cultivados citrinos, abacaxi, abacate, dendém e soja destinados a matéria-prima para as unidades fabris a instalar na sede do município e na comuna do Impulo. Com estes investimentos são criados, no mínimo, 1.700 postos de trabalho directos. A comuna do Impulo já foi grande produtora de cereais, mas o seu desenvolvimento, como aconteceu em todo o país, foi afectado pela guerra.

A administração dos Quilengues entregou ontem terras a agricultores da cooperativa "Aurora Impulo", que beneficiaram este ano de financiamento do Banco de Desenvolvimento Angola (BDA), no âmbito de um programa de dinamização do sector agrário do município.

Numa primeira fase foram contemplados 24 agricultores, cada um com 500 milhões de kwanzas para o começo da actividade sobretudo de produção de cereais e de hortícolas. O administrador municipal disse que a entrega de terras a empresários, com financiamento do BDA, é um passo importante no programa de dinamização da produção agrícola de Quilengues. A cooperativa Aurora Impulo tem, pelo menos, cem associados empenhados na dinamização da produção agrícola no município, afirmou Armando Vieira.

A produção de cereais, referiu, é a prioridade, principalmente de milho, por ser uma das exigências do BDA. Os agricultores vão dedicar-se também à

plantação de tomate, com a finalidade de o canalizar para a fábrica transformadora da Matala.

"A fábrica tem uma grande capacidade de produção e os agricultores locais não são capazes de satisfazerem as necessidades", disse o administrador, que salientou que, por isso, Quilengues pode canalizar parte do que produzir para a Matala. O projecto de produção agropecuária em grande escala na "Aurora Impulo" começou a ser gizado em 2010, com a limpeza das zonas aráveis.

Está previsto que para a sua revitalização sejam investidos 50 mil milhões de kwanzas.

O investimento na Aurora Impulo vai servir não apenas a agricultura, mas também para reactivar as antigas fábricas de curtume, refrigerantes, óleo de palma e vegetal e compotas, bem como a construção de silos. O espaço reservado à produção agrícola tem três mil hectares. Além de cereais vão ser cultivados citrinos, abacaxi, abacate, dendém e soja destinados a matéria-prima para as unidades fabris a instalar na sede do município e na comuna do Impulo.

Com estes investimentos são criados, no mínimo, 1.700 postos de trabalho directos. A comuna do Impulo já foi grande produtora de cereais, mas o seu desenvolvimento, como aconteceu em todo o país, foi afectado pela guerra que durou mais de 30 anos.

7.4 Famílias de camponeses aumentam área cultivada

Jornal de Angola
19 de Outubro de 2012

O secretário provincial da Associação dos Camponeses de Angola (UNACA) no Kwanza-Norte, João Miguel, afirmou em Ndalatando que a campanha agrícola 2012/213 conta com a participação directa de 75 mil famílias, que prevêem cultivar 96 mil hectares, dos quais cinco mil de forma mecanizada.

João Miguel disse que o processo vai de igual modo envolver cerca de 100 cooperativas e 500 associações de camponeses.

O secretário revelou que o valor da mecanização por hectare ronda entre 25 e 30 mil kwanzas, tendo em conta as condições do terreno.

Os valores em causa incluem trabalhos de charrua, planagem e a disposição da terra em pequenas elevações para a sementeira (o camalhão), vulgarmente conhecido pela população local como "mibanga".

O secretário provincial da Associação dos Camponeses de Angola (UNACA) no Kwanza-Norte frisou que caso haja chuvas com regularidade prevê-se, até finais da campanha, uma produção de dois milhões de toneladas de produtos diversos, ao contrário das mil toneladas colhidas o ano passado, tidas como as piores dos últimos dez anos, devido à estiagem.

João Miguel revelou que, das 500 associações de camponeses existentes na província, 20 já beneficiaram do crédito agrícola, para poderem aumentar a produção, no âmbito do programa do Executivo de combate à pobreza. O secretário da UNACA disse que estão a ser criadas condições para o rápido escoamento dos produtos do campo para a cidade.

7.5 Administrador municipal atento ao plano de ordenamento urbano

Jornal de Angola
19 de Outubro de 2012

O administrador afirmou que o crescimento da população é controlado através de vários instrumentos, entre os quais estão o Regulamento de Concessões de terrenos, a Lei de Ordenamento do Território e seu respectivo regulamento, o Regulamento das Edificações Urbanas e a Lei das Transgressões Administrativas. De acordo com o administrador, José Moreno, a Administração do município de Viana estabeleceu uma base de dados, suportada pelo Sistema de Informação Geográfica, com o objectivo de registar os terrenos, habitações e serviços em zonas urbanas e periurbanas, para uma melhor gestão urbanística.

As autoridades locais, acrescentou, têm tomado medidas para conter e controlar a "grande pressão de ocupação desordenada e anárquica", que ainda se regista no município de Viana.

Auscultação social

O responsável sublinhou que existe uma interacção permanente com as comissões de moradores e com os membros do Conselho de Concertação e Auscultação Social, para que sejam encontradas respostas para os problemas da população. Em relação à política social, a Administração de Viana tem apostado na realização de cursos profissionais de empreendedorismo destinados aos jovens, antigos combatentes, viúvas e órfãos, para que recebam ferramentas que facilitem a gestão de pequenos negócios.

A concessão de micro-créditos a famílias de baixos rendimentos é outra das prioridades, cuja acção social se estende a projectos de construção de um centro infantil comunitário, jardins, bibliotecas e espaços para a prática do desporto. Actualmente, as estradas de Viana recebem obras de reabilitação .

7.6 Funcionários administrativos em falcatura de terrenos

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

Tendo em conta este ciclo vicioso, funcionários administrativos do município de Belas e não só estão a ser acusados de cometer fraudes de terreno a nível da zona referente ao projecto urbanístico "Cemitério Bem-vindo".

Segundo fonte, o projecto urbanístico "Cemitério Bem-vindo", aprovado pelo antigo governador de Luanda, Job Capapinha, em 2007, teve início com o antigo administrador do então município da Samba, José Mayembe, que fez levantamento da área e encaminhou informações produzidas ao Governo Provincial, tendo este autorizado que se fizesse um loteamento na referida área, numa dimensão de 20x30.

Estes espaços visavam suprir a carência habitacional a nível dos funcionários do Governo Provincial de Luanda, da Polícia Nacional, dos Bombeiros, das entidades governamentais e dos cidadãos singulares que necessitassem de espaço para a construção, bem como para os camponeses, no sentido de usufruírem, igualmente, dos benefícios na nova zona urbanística,

visto que era uma área agrícola.

Após o processo de indemnização dos camponeses, foi feita a entrega de documentos, como contratos-promessa, croquis de localização e microlocalização, planos de massa em que era ilustrado o tipo de construção a ser efectuada aos novos titulares.

A fonte revelou que, com a saída do administrador José Mayembe e a entrada de Pedro Fançony, surgiu uma série de problemas.

Acusou que o actual administrador do município da Samba invalidou documentos antes passados pelo seu antecessor.

"O doutor Pedro Fançony alegou que devíamos levar os documentos e que ele deveria passar outros, mas muitos documentos foram rasgados e queimados por ele", denunciou a fonte.

A fonte falou que, "dada a situação, muitas pessoas preferiram deixar o tempo passar. Foi então que o administrador Pedro Fançony e o vice-governador para a Área Técnica da província de Luanda, Bento Soito, começaram por se apropriar de espaços, em detrimento dos reais donos que já tinham sido autorizados. Este projecto era do conhecimento do arquitecto Bento Soito, pois este já tinha o visitado", acusou a fonte.

Entre a lista dos acusados na falcatura de terrenos no projecto "Cemitério Bem-Vindo", segundo a fonte, destacam-se a administradora do município de Belas, Joana Quintas, o responsável do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), Hélder José, o arquitecto Jorge Van-Dúnem, do administrador de Belas, o administrador Adão Malungo e administradora-adjunta, Madalena Manuel, do distrito da Samba.

Foram, igualmente, citados os nomes de outros envolvidos neste escândalo de terrenos, como o do arquitecto Osvaldo, da administração de Belas; o engenheiro Amadeu; o senhor Kahoje, chefe da Fiscalização da Administração de Belas, e o administrador comunal do Benfica, Fernando Pedra.

A administradora do município de Belas, Joana Quintas, é acusada de agitar os camponeses a reocuparem os terrenos já indemnizados e a demolirem os muros construídos, bem como invalidar os documentos do arquitecto José Mayembe, de Pedro Fançony e do administrador Adão Malungo.

Conforme a fonte, o projecto "Cemitério Bem-Vindo" teve o seu arranque no ano de 2007, com o processo de cadastramento dos camponeses. Já em 2008, fez-se a sua distribuição. Em 2009 e 2010, deu-se a continuidade das distribuições e a resolução de algumas situações de litígio, por Pedro Fançony e pelo administrador Adão Malungo.

Revelou, igualmente, que o arquitecto Osvaldo, afecto à Administração de Belas, fez a venda de terrenos de duas funcionárias, alegando ser uma orientação da administração e que esta também diz ser uma orientação vinda do Governo Provincial de Luanda.

Falou que "os mapas onde se encontram as descrições da área do projecto "Cemitério Bem-Vindo" se encontram na posse da Administração de Belas, visto lhe terem sido entregues na passagem de pastas pelo antigo administrador do distrito da Samba, Adão Malungo

7.7 Namibianos ocupam terras

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

Fazendeiros namibianos continuam a invadir, de forma clandestina, o território angolano, nas localidades de Olupale, província do Kuando-Kubango, e Oshimolo, no Cunene, junto à fronteira comum entre os dois países, aproveitando-se da vulnerabilidade do traçado e da ausência dos serviços do Estado naquela região, soube o Factual nesta semana.

Este assunto já tinha sido debatido entre as autoridades angolanas e namibianas, mas a situação prevalece.

Nos últimos tempos, os criadores de gado da Namíbia fixaram-se nessas zonas e vedam espaços de pasto comum, a fim de acondicionar o seu gado.

O mais preocupante é o facto de esses mesmos indivíduos, depois do fim da crise da seca, de regresso para as suas zonas de origem, roubarem o gado dos angolanos que levam, incluindo as suas manadas, para o seu território.

A província do Kuando-Kubango, situada no Sudoeste do País, é limitada a Norte pelas províncias do Bié e do Moxico, a Leste, pela República da Zâmbia, a Sul, pela República da Namíbia, e a Oeste, pelas províncias do Cunene e da Huíla.

7.8 Duas administrações e as suas versões perante os factos

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

Com o objectivo de informar, com verdade e isenção, quanto ao assunto, o Factual procurou ouvir as versões das duas administrações relatadas perante as acusações feitas pela fonte. O Factual deslocou-se no dia 9 de Outubro ao município de Belas, após o contacto, no dia anterior, com a administradora, Joana Quintas.

Questionada se conhecia o projecto "Cemitério Bem-Vindo", a administradora Joana Quintas afirmou que não, alegando que, na passagem de pasta, não foi feita a sua entrega, visto que a área em referência se encontra hoje sobre jurisdição do município de Belas.

Segundo a fonte, os mapas onde se encontram as descrições da área do projecto foram entregues na passagem de pasta que aconteceu sem a presença de Joana Quintas.

Incumbido pela administradora de dar uma explicação, o arquitecto Jorge Van-Dúnem falou que o projecto começou na vigência do administrador Costa Gabriel e, a posterior, passou para os administradores José Mayembe, Pedro Fançony e para o actual, Adão Malungo.

De acordo com Jorge Van-Dúnem, José Mayembe tinha todo o cadastro, quer dos funcionários, quer das individualidades do Estado e não só. Este "dossier" foi passado ao administrador Fançony que geriu as situações até à sua consolidação no período da cessação do seu mandato.

O arquitecto indicou já terem sido distribuídas as parcelas de terras aos novos ocupantes, tanto aos funcionários do Governo Provincial de Luanda como a entidades governamentais e outras individualidades ligadas ao projecto.

Conforme a administradora Joana Quintas, existem problemas de litígio de terrenos, pois espaços têm mais de um proprietário. A mesma falou que só os administradores poderão resolver tal situação.

Relativamente à invalidação dos documentos, a administradora afirmou que nunca invalidou algum documento passado pelos então administradores do extinto município da Samba. Quanto ao afastamento do engenheiro Amadeu, a titular da pasta no município de Belas fez saber que o mesmo trabalhou naquela administração em regime de colaboração. Em contrapartida, a fonte afirma que o então chefe da Área Técnica foi demitido por Joana Quintas, por estar envolvido em situações que poderiam comprometer o Executivo, como o desvio de condutas, desapropriação forçada e venda de terrenos nas zonas do município.

A administradora informou que o seu pelouro tem recebido denúncias sobre a prática ilícita de funcionários e que tem também trabalhado para a apurar a veracidade dos factos.

No que toca à cedência dos terrenos, a administradora de Belas falou que tem sido feita consoante a apresentação da declaração de cedência do espaço e a consulta prévia no mapa cedido pela Administração da Samba (contradizendo as primeiras alegações, nas quais falou que não conhecia os mapas).

Joana Quintas afirmou, por fim, que a culpa por esta situação recai sobre a Administração da Samba, pela

não-cedência do projecto durante o acto da passagem de pasta.

À chegada do Factual, a equipa foi recebida pelo responsável da área de Comunicação e Imagem da Administração, por acaso um jornalista. Posteriormente, a exposição do assunto que levou o Semanário àquela administração foi alvo de um "interrogatório", com o objectivo de se saber algo sobre a nossa fonte.

O acto foi levado a cabo pelo responsável da área de Comunicação e Imagem e pelo arquitecto Jorge Van-Dúnem que se fez passar de jornalista, no sentido de retirar informações, acto que demonstrou a inquietação da administração quanto ao assunto.

Administração da Samba reage à acusação

Depois do município de Belas, o Factual rumou ao distrito da Samba, no município de Luanda, com o objectivo de ouvir as alegações do administrador Adão Malungo, relativamente ao caso projecto "Cemitério Bem-Vindo".

Recebeu a equipa de reportagem o administrador distrital, Adão Malungo, e a sua vice, Madalena Manuel, que, em seguida, prestaram explicações sobre a referida área.

De acordo com o administrador, face à nova divisão administrativa, a área onde se encontra o projecto "Cemitério Bem-Vindo" já não faz parte do extinto município da Samba.

"É difícil perceber o que se passa, concretamente, naquela zona, visto que já não fazemos a gestão daquela área", justificou Adão Malungo.

Adão Malungo informou que, na época em que fazia a gestão da referida área, não existiam tais problemas.

"Nós, quando chegámos em Junho de 2011, encontrámos problemas de terra. Recebemos orientação do então governador José Maria, no sentido de mantermos ordem na problemática de ocupação de terras", referiu o administrador.

Questionado sobre a entrega dos processos durante o acto da passagem de pastas, o responsável do distrito da Samba falou que foram entregues todos os processos das áreas que saíram da jurisdição do distrito, dizendo que a administradora de Belas, Joana Quintas, não se fez presente no acto, enviando outras pessoas.

Adão Malungo fez saber, igualmente, que, "tão logo se fez a entrega do cadastro ao município de Belas,

algumas pessoas se deslocaram àquela municipalidade, no sentido de legalizar os seus lotes.

Administração de Belas devia consultar cadastro

A Administração de Belas devia consultar o cadastro e, caso o nome constasse, passava-se a licença de construção e seriam pagos os emolumentos do Estado, mas temos recebido reclamações de que este procedimento não tem sido contínuo pela mesma, acabando por humilhar os cidadãos que lá se deslocam".

O Factual ficou a saber do administrador que muitas pessoas ligadas ao projecto, no acto das construções, são interpeladas pelos fiscais da Administração de Belas. Quando estas apresentam os documentos passados pelo então administrador Fançony e pelo actual Adão Malungo, são ignorados e dados como falsos.

Questionado sobre a acusação feita pela administradora de Belas, Joana Quintas (a culpa por esta situação recai sobre a administração da Samba), Adão Malungo falou que tal situação surge pela má gestão dos problemas de terra que se fazem sentir a nível daquele município e que a administração quer encontrar culpados para justificar as falhas, empurrando a culpa à da Samba.

Adão Malungo afirmou, igualmente, que o município de Belas, na pessoa de Joana Quintas, não teve a disponibilidade de contactar a Administração da Samba, para se situar sobre a situação que se vivia na área do "Cemitério Bem-Vindo", tendo em conta que camponeses aproveitavam a transacção de gestores, no sentido de criarem problemas, alegando que não foram indemnizados.

Face à não consulta, por parte da Administração de Belas, o administrador distrital da Samba, Adão Malungo, falou revelou que, segundo o que constou dele, a administradora Joana Quintas baixou uma orientação de que os camponeses deviam ocupar os seus espaços, onde já existem pessoas que requereram, a nível do GPL, o direito de superfície. Este facto está a gerar conflitos, acabando em tiroteios.

Segundo a administradora-adjunta do distrito da Samba, Madalena Manuel, muitas das dificuldades pelas quais a Administração de Belas tem passado se deve à má gestão por parte da administradora, visto que, até ao momento, a maioria dos processos das áreas adjudicadas ao município, bem como os do projecto "Cemitério Bem-Vindo", ainda se encontra na administração do distrito da Samba.

"A ausência da administradora Joana Quintas foi decepção"

Adão Malungo revelou, igualmente, ao Semanário que, durante o acta de passagem de pastas, a ausência da administradora Joana Quintas foi uma grande decepção, pois muitos dos segredos administrativos não puderam ser passados.

O administrador afirmou que tal facto lhe levou a morrer em erro, com a entrega dos mapas do projecto "Cemitério Bem-Vindo".

Face à venda ilegal de terrenos a nível de funcionários do município da Samba, antes da nova divisão administrativa, Adão Malungo falou que "este é um assunto que não posso afirmar taxativamente. O negócio de terreno é muito complicado, pois envolve muita gente.

"No trabalho que fizemos, prendemos muitos indivíduos de vários estratos, como funcionários ligados às administrações municipais e ao GPL.

O Factual promete continuar a acompanhar este assunto, com as alegações de individualidades acusadas nesta falcatura de terrenos no projecto "Cemitério Bem-Vindo", como o arquitecto Bento Soito e o antigo administrador, Pedro Fançony.

7.9 Invasores ocupam e espaçam proprietários de terrenos em Viana

Continente

26 de Outubro de 2012

A título de exemplos temos os casos dos cidadãos Bernardo Lourenço, 53 anos, capitão-de-fragata da Marinha de Guerra de Angola, também chefe adjunto da repartição de saúde da mesma instituição, e Victor Fortes, 59 anos, consultor de tecnologia de informação e comunicação, que recentemente foram vítimas de agressão física e tentativa de assassinato por um grupo de indivíduos que pretendiam apossar-se de uma quinta alures no município de Viana, de quem são proprietários há bastante tempo. Tudo começou no passado dia 28 de Agosto do corrente ano, após Bernardo Lourenço e Victor Fortes tomarem conhecimento que às 20 horas do dia anterior, a propriedade dos mesmos e mais quatro quintas vizinhas tinham sido vandalizadas com derrube das vedações. Preocupados com a gravidade do assunto, os dois cidadãos acorreram para o local acompanhados de uma equipa da TPA, para proceder então a reportagem dos acontecimentos que ocorreram no dia anterior.

Mas antes, Bernardo Lourenço e Victor Fortes terão participado o caso à uma das unidades da Polícia de Viana, mas esta não compareceu no local. Enquanto isso, quando os repórteres recolhiam as imagens e faziam o registo dos relatos de alguns populares, naquele mesmo instante foram surpreendidos pelo grupo invasor que era composto de vinte elementos e se faziam transportar numa carrinha Mitsubishi. Alguns deles estavam armados e partiram logo para agressão servindo-se de paus, blocos e outros objectos, tendo violentamente espancado os proprietários da referida quinta, e os dois repórteres também não foram poupados.

A agressão foi bastante brutal, o que lhes causou ferimentos profundos. As viaturas que traziam e o da TPA também foram danificadas, segundo informam os lesados no documento que enviaram à Procuradoria-Geral da República e ao Tribunal Supremo, pedindo auxílio de auto protecção. Entretanto, alguns dias depois da ocorrência dos factos, a Polícia conseguiu deter cerca de 17 elementos pertencentes a referida quadrilha de malfeitores. Mas estes constituíram dois advogados que, passados quarenta dias após terem sido detidos, grande parte deles foram postos em liberdade. As vítimas dizem mesmo que os seus trabalhadores e moradores da quinta terão recebido ameaças afim de abandonarem o lugar, alegadamente por um suposto dono estar a precisar do espaço.

Grupos utilizam o mesmo modo de agir

Uma outra vítima que também está a passar pelas mesmas peripécias protagonizados por esses grupos de malfeitores é Domingos António, 70 anos, antigo Veterano da Pátria. É proprietário de uma parcela de terreno com uma área de dois hectares, desde 1977, no município de Viana.

O espaço está inscrito na direcção provincial do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Luanda e Pescas, sob o n.º 2588/84, onde desenvolvia actividades agrícolas. Com uma história semelhante a outras pessoas, Domingos António também foi surpreendido no passado dia 24 de Julho por um grupo organizado munido de vários instrumentos que demoliu o muro circundante do seu terreno.

Os ditos malfeitores pretendiam retalhar e vender os respectivos talhões do terreno. Participando o caso a unidade do Comando Provincial da Polícia de Luanda, foi orientado a apresentar-se na Divisão de Viana, ao comandante Tito que por sua vez, ordenou o seu sub-comandante, Mateus Lobo e mais três agentes a se deslocarem ao local. Chegados no local, já lá se encontravam dois pedreiros que erguiam uma

casa de um quarto e sala. Foram imediatamente interceptados e apreendidos os materiais pelos agentes, minutos depois apareceram os supostos proprietários da referida obra que foram de igual modo detidos. Mas como já estavam convictos que num instante seriam socorridos pelos seus companheiros, não tardou o grupo foi ao local num total de sessenta elementos e procedeu como têm feito, partindo para a agressão. Entretanto, Domingos António vê a sua integridade física ameaçada assim como dos seus colaboradores e familiares, porque nem mesmo se pode deslocar para o seu terreno porque os tais que se intitulam como proprietários do espaço vigiam-no a par e passo. Segundo a denúncia de alguns populares que têm vindo a presenciar a actuação destes grupos organizados, muitas vezes liderados por pessoas influentes nos círculos de funcionários das administrações municipais e da Polícia Nacional.

Estes se reúnem em vários lugares onde traçam os seus planos e depois partem para as acções. Para isso, os líderes comunicam aos grupos de assalto que são transportados em viaturas híbridas e carrinhas e antes de actuarem se concentram em locais próprios munindo-se com marretas, picaretas, enxadas, catanas e põem em prática as suas acções.

7.10 Reservas Fundiárias do Estado

Jornal de Angola
27 de Outubro de 2012

A província de Luanda tem um problema antigo de difícil solução. Milhões de pessoas fugiram da guerra e encontraram na capital e arredores o porto de abrigo onde salvaram as suas vidas ameaçadas. Costuma dizer-se que em tempo de guerra não se limpam armas. O tempo é pouco para esses preciosismos. Quando a uma cidade chegam, todos os dias, milhares e milhares de pessoas fugidas das suas terras para não serem mortas, ninguém com um mínimo de sensibilidade social levanta problemas a esses refugiados. Foi o que aconteceu. E nasceram milhares de casas precárias, dentro e fora de Luanda.

A paz veio para ficar e aos poucos foi reposta a autoridade do Estado. A capital estava desfigurada pela pressão humana. Os poderes instituídos, desde então tratam os problemas sociais criados a Luanda, com mil cuidados. E ao mesmo tempo, forças ditas da oposição, instigam a mais ocupações ilegais, a mais construções de casebres, à venda anárquica nas ruas, à criação de mercados informais onde não existem as mínimas condições de higiene e segurança.

A reconstrução nacional é de todos e para todos. A reconciliação nacional passa pela normalidade democrática. Ninguém se reconcilia no presente se andarem no ar os fantasmas do passado. Não há verdadeira reconciliação se uma parte dos angolanos persistir em não respeitar a autoridade do Estado e agir como se Angola fosse um país onde vigora a lei da selva.

Os partidos políticos têm neste ponto um papel fundamental porque podem promover a cidadania. Mas a recente campanha eleitoral revelou que algumas forças partidárias estão mais interessadas no poder dos sobas do que na autoridade do Estado. E esta é a posição mais benigna. Porque um líder partidário passou a campanha eleitoral a prometer, de uma forma empolgada, o regresso, ao mesmo local, do Roque Santeiro. A mensagem que ele passou não podia ser mais negativa e os resultados estão à vista. Os mercados onde existem boas condições para vendedores e clientes estão às moscas. Onde há meios de frio, armazéns para guardar os produtos, limpeza e higiene, poucos vendem. Nas ruas, junto ao lixo, todos querem vender. Respondem à mensagem de um líder político que na ânsia de conseguir votos, hipotecou a saúde pública, a formalidade nos negócios, o pagamento de impostos ao Estado, a normalidade democrática.

Vários líderes políticos da oposição insistiram até à náusea, durante a campanha eleitoral, que a "terra é do povo". Para eles, dizer que é o Estado que define a posse da terra, é um escândalo! Em primeiro lugar, com essas acções, espezinharam a Constituição da República, incorrendo numa contradição insanável. Concorriam a um lugar na Assembleia Nacional mas ignoravam a

Lei Fundamental. Hoje é legítimo questionar se esses políticos, que foram eleitos, têm capacidade ética para pertencerem a um órgão de soberania que tem como farol a Constituição da República.

Mas o aspecto mais censurável tem a ver exactamente com a mensagem que faziam passar antes, durante as eleições e seguramente fazem agora: a terra é do povo, ocupem a vossa parcela! Só um político sem qualquer sentido de Estado é capaz de cometer tal dano à democracia. Ou então, eles são sinceros naquilo que defendem e nesse caso estão a excluir-se do Estado de Direito e Democrático.

A especulação imobiliária em Luanda atingiu, em tempos recentes, patamares inacreditáveis. No resto do país também fez o seu caminho. Os preços das casas e dos arrendamentos subiram de tal forma que o comum dos cidadãos ficou impossibilitado de ter acesso à habitação. Ninguém desconhece esta

realidade. O Executivo tomou uma medida sem precedentes no mundo civilizado. Criou reservas fundiárias em todos os municípios. Quando esses terrenos ficaram limpos de minas, começaram a ser infra-estruturados. Logo a seguir arrancou o Programa Nacional de Habitação, ao abrigo do qual foram construídas milhares de habitações. Em todos os municípios há habitação social, casas para a juventude, para funcionários públicos, para antigos militares. Numa legislatura nasceram centenas de milhares de habitações. Surgiram novas centralidades, entre as quais aquela que deve ser o orgulho de todos os angolanos: a Cidade do Kilamba.

Criada uma bolsa pública de terrenos, os especuladores perderam margem de manobra e hoje os preços das casas e dos arrendamentos já estão mais de acordo com a realidade. Mas por responsabilidade directa e exclusiva dos dirigentes partidários que dizem aos cidadãos que "a terra é do povo", na província de Luanda há reservas fundiárias invadidas por milhares de casebres de lata! Os ocupantes desses terrenos estão a cometer crimes, ainda que não tenham consciência disso. Os verdadeiros criminosos são aqueles que andaram a gritar, durante a campanha eleitoral, que "a terra é do povo".

Não podem ser sempre os mesmos a apagar os incêndios ateados pela UNITA ou pelo líder da CASA-CE, pelo PRS e por outros políticos que nem conseguiram concorrer às eleições. Desta vez, o Executivo, o Governo Provincial de Luanda, os agentes da Polícia Nacional, devem exigir que os senhores deputados eleitos que instigaram à ocupação das reservas fundiárias, se apresentem às pessoas que ocuparam os terrenos peçam desculpa por terem enganado os ocupantes e ajudem a repor a ordem e a legalidade. É o mínimo que se exige a quem, conscientemente, instigou os cidadãos a fazerem seu o que pertence a todos: as reservas fundiárias.

7.11 A vida no «Kilamba City» e suas (des)vantagens

Semanário Angolense
27 de Outubro de 2012

Quem não sonha ter uma casa no Kilamba? Eu sonho. Se o leitor ainda não o teve, deve visitar a cidade para acreditar, porque, senão, a cada dia que passa, ficará mais perto de concluir que é mesmo só um sonho irrealizável. Algumas pessoas não se importam, pois adoram viver num sítio em que receberá constantes visitas de familiares. É complicado morar afastado dos outros.

Listas e mais listas são publicadas de cidadãos «sorteados» e aquele que muito precisa de uma residência esfrega os dedos, rói as unhas, transpira, respira fundo, ainda assim, o seu nome não consta. Quando ontem depositou o voto de confiança, de que pelo menos uma casa, das um milhão prometidas, seria sua, hoje, vê-se cada vez mais distante de realizar o seu sonho (e que sonho!).

«Comprar uma casa àquele preço, mais vale comprar o meu terreno e construir nas calmas o meu próprio «kubico». Gasto menos e vivo sem qualquer tipo de chatices», disse, desprezivelmente, um cidadão, considerando que não tem sorte de algum dia vir a conseguir um apartamento no Kilamba. «É luxo na miséria!», acrescentou.

Talvez as pessoas que achem que é luxo na miséria tenham razão, pois, como tudo na vida, o Kilamba tem as suas vantagens e desvantagens. Nem mesmo os cidadãos que ali habitam estão satisfeitos, alguns até já começaram a alterar a construção para se sentirem mais seguros.

Eram, precisamente, 12h e poucos minutos, quando a nossa equipa de reportagem chegava à cidade cujo nome homenageia o primeiro presidente deste país. Entrámos sem qualquer constrangimento, nem sequer fomos interpelados pela equipa de segurança - não muito notória. No percurso, encontramos alguns pedreiros - mais chineses do que angolanos - a darem os últimos (?) retoques e muito pouca gente.

Moradores fazem alterações

Da portaria às residências, percorremos cerca de 4 quilómetros, deixando para atrás o hipermercado Kero, que fica próximo à entrada. Troço completamente sinalizado e, enquanto nos aproximávamos dos edifícios coloridos da cidade, notámos que os jardins mudaram de cor, deixando o verde para dar lugar a um castanho velho - suspeitamos que não têm sido tratados com regularidade, talvez por falta de água.

Algumas pessoas sentadas no lancil, outras de pé, fazem sinal para que alguém «de boa fé» pare o carro e dê uma boleia até à portaria, pois nota-se que estão cansadas de percorrer longas distâncias a pé. Vontade não lhes falta, até porque os mais resistentes caminhavam normalmente, só que o sol abrasador não perdoava.

Antes mesmo de termos começado a nossa conversa com os moradores - para que os achássemos, tivemos um trabalho tremendo, perdemo-nos nas ruas daquela urbe, que, ao contrário do projecto «Nova Vida», não estão enumeradas e sim nomeadas,

homenageando alguns dos heróis nacionais, dentre eles Joaquim Kapango e Imperial Santana.

Depois de muito procurarmos, finalmente, encontramos um prédio habitado, no rés-do-chão alguns serralheiros a procederem a alterações, a afixar mais grades no corredor, porque «os fiscais da cidade e até mesmo os chineses, que fizeram as obras, passaram por lá e disseram ser aconselhável assim proceder.

«É necessário vedar a varanda para precaver possíveis assaltos», disse-nos uma velhota, aproveitando também para desabafar sobre o que ocorreu com sua filha, proprietária da casa. A anciã, que preferiu não revelar o seu nome, contou que o seu rebento está a ser obrigado a comprar um tipo de ferro (difícil de encontrar) para vedar o corredor, tudo porque a administração não está a permitir «carnaval».

Candongueiros fora

Ela, que já havia comprado ferros quadrados, terá de comprar redondos, ao mesmo estilo que se encontra em todos os edifícios da cidade. Os ferros não são vendidos no «Kilamba City», segundo a nossa interlocutora e os serralheiros. Assim sendo, quem quer se sentir seguro, principalmente os que vivem no andar de baixo, terá de «zungar» de loja em loja até encontrar aquele tipo de ferro e contratar alguém para colocá-lo tudo por sua conta.

«Quem sofre de tensão alta, aqui, fica à vontade», fez menção a mais velha, mostrando que está tudo bem, tirando a situação por que estão a passar e a dificuldade em trazer as coisas para casa, principalmente bens alimentares, pois o único sítio que os pode fornecer, o hipermercado Kero, está muito distante e os candongueiros cobram três mil Kwanzas pela viagem.

Assim sendo, passa mal quem se dá ao luxo de fazer compras diárias, a retalho, em vez de mensais, a grosso. Os taxistas apenas ficam parados no hipermercado e, de acordo a mulher, muitos deles não estão autorizados a entrar na urbe, só devem circular na estrada direita do Bita, fora da centralidade.

A vida nesta cidade é bem diferente, evidentemente, dos outros bairros, pois quem ali vive sujeita-se a primar por um comportamento digno, de modo a não prejudicar o seu vizinho, caso contrário, será multado. Tomámos ainda conhecimento de que não se pode fazer qualquer alteração ao «apartamento» sem que a administração local dê o aval.

Dois dos nossos entrevistados queixaram-se da falta de energia e água, um deles mostrou-se entristecido e chamou a administração de burocrática. «Ouvimos

que há geradores para abastecer a cidade em caso de falha, mas nunca vimos a ligarem; não nos é permitido comprar um gerador pessoal; não podemos instalar antena parabólica ou ar condicionado sem autorização da administração, até mesmo fazer qualquer alteraçãozinha interna temos de escrever», disse.

Falta serviço de saúde

«Nem só um «fofandó»?», ironicamente, perguntámos. O nosso entrevistado meneou a cabeça da esquerda para a direita e vice-versa, respondendo em seguida que «serás multado e o valor não é nada baixo - as multas vão até cinquenta mil Kwanzas». Excepto isto, a zona é calma, segundo o nosso interlocutor, não tem problema algum chegar à 1 ou às 2 da manhã.

Embora os repórteres tenham entrado sem qualquer interpelação, o que quer dizer que, até ao momento, quem quiser entrar no «Kilamba City» e «fazer das suas» está à vontade, pois não há quem o impeça. A polícia, que tem uma esquadra fixa no local, aparece às vezes a rondar.

Notámos que, cada prédio, está dotado de uma porta automática, com uma placa numérica, aos quais, depois de totalmente habitados se instalará um código de segurança para abri-la, segundo nos reportou um cidadão que ali reside. Todos os edifícios possuirão códigos diferentes e cada morador terá a obrigação de conhecer o combinação do seu, sob pena de dormir fora ou terá de liga para alguém que esteja dentro para que abra.

Por enquanto, não há razões de queixa quanto à segurança, «talvez seja devido ao pouco fluxo de habitantes, ainda nos sentimos seguros. Deixamos as nossas viaturas parqueadas e não são roubadas», gabou-se Luísa dos Santos, acrescentando que está preocupada por não ver ainda um posto de saúde. Já perguntaram à administração e ninguém lhes adiantou nada. «Apenas há escola, posto policial e um banco. Se calhar vai ser criado com tempo.»

Para ela, é melhor viver ali do que em Viana, de onde vem. Embora tenha transporte pessoal, prevê que futuramente o problema de deficit de meios rolantes no Kilamba vá afectá-la. Sugere, entretanto, que sejam colocados mais autocarros a circular dentro da cidade para facilitar os cidadãos, principalmente quando forem fazer compras.

Nem água vem, nem água vai

Soubemos ainda, de outra entrevistada, que os autocarros apenas entram na cidade das 6 da manhã até às 17 horas e que fora deste horário os motoristas não aceitam circular naquelas paragens. Porquê?

Ninguém sabe. Já reclamaram à administração e esta, obviamente, disse que iria resolver, só que até agora, nem água vem, nem água vai.

Para finalizar, a nossa pequena visita ao «Kilamba City» ficou também marcada com mais queixas de mulheres a respeito da limpeza dos corredores dos prédios, que, segundo estabelece o contrato, fica a cargo da administração, disponibilizar empregados de limpeza diária, mas esses poucas vezes aparecem e quando se fazem presentes, não limpam muita coisa. Os prédios ainda estão sujos.

Este jornal procurou contactar o administrador local, Joaquim Israel, mas este encontrava-se indisponível, pois estava reunido. A secretária, Ana Macedo, gentilmente marcou uma audiência e pediu que voltássemos quarta-feira, 31. Faremos esforço de lá estar e esperamos que não seja em vão, uma vez que, da nossa redacção para aquela cidade, o percurso é longo, e na cidade de

Luanda, temos que contar com os engarrafamentos, o que quer dizer que vamos gastar combustível.

7.12 Moradores assistem temerosos à degradação das moradias

Semanário Angolense
27 de Outubro de 2012

Diferente de um bairro convencional, a urbanização do Zango, como é conhecido aquele aglomerado de prédios, é uma espécie de condomínio gigante. As residências estão intramuros e portões. Segundo informações postas a circular aquando do início das obras, o projecto contempla a construção de 51 edifícios de 15 andares, com 112 apartamentos cada.

Alguns desses edifícios são em concreto (betão) enquanto outros são suportados por uma estrutura metálica. O projecto abarca ainda uma vasta zona de lazer com parque infantil, jardins e praças. A ida dos antigos moradores do Prédio Cuca para tais edifícios terá sido, talvez, a acção de realojamento protagonizado pelo governo mais bem-sucedida, a julgar pelo grau de satisfação. Todavia, nem tudo vai bem.

Volvidos quase dois anos, algumas reclamações vêm surgindo e o clima de incerteza, quanto ao futuro, vai ganhando forma. A Sonangol imobiliária garantiu aos moradores que unificaria as contas de água, luz e gás numa única factura, mas até ao momento aqueles só pagam água, a energia é de graça e o gás butano por conta de cada um.

A distância, para quem trabalha ou estuda no centro da cidade de Luanda, constitui um dos constrangimentos mais visíveis. Para se deslocar à velha cidade, gasta-se entre 800 a 1000 Kwanzas em táxi por dia. Da falta de energia e água não há muito que reclamar, embora nos últimos dias o fornecimento de água esteja a sofrer restrições, conforme conta Eunice Castelo, moradora da Urbanização Zango.

«Mas, ainda assim, estamos melhor que muitos, porque esse é um problema que aflige toda cidade e aqui, nós ainda temos água todos os dias, mas em horários definidos», exulta ela. A nossa interlocutora gaba-se ainda de, comparando com o prédio do Kinaxixi, ali pode desfrutar de uma vasta área de lazer e segurança. É que, há militares da UGP (Unidade da Guarda Presidencial) que garantem a segurança do recinto, mas provavelmente só até os chineses concluírem as obras.

Chineses mandam no Zango

Embora Eunice Castelo se referisse sempre de forma elogiosa à nova moradia, não deixou de admitir que o «Calcanhar de Aquiles» é a qualidade da obra. Ela contou que as fissuras nas paredes multiplicam-se e que é constante ver-se os mosaicos e azulejos soltarem-se. O elevador, algumas vezes funciona, outras, não.

«A canalização não presta, os tubos já estão a ser remendados e os esgotos já estão entupidos. Por enquanto, não sentimos muito isso, porque sempre que temos um problema dessa natureza, falamos com os chineses e eles resolvem. Só não sabemos por quanto tempo vamos ter o socorro deles», acrescenta Manuel Domingos, outro morador com quem falámos.

Segundo informações prestadas a nós, a gestão do Urbanização do Zango está a cargo da Sonangol Imobiliária, porém são os chineses da China Internacional Fund (CFI) que, na prática, mandam.

A limpeza do condomínio já não é o que era antes. As empresas de recolha de lixo que ali funcionam já não aparecem com regularidade. «Nós temos de acumular o lixo em frente ao condomínio por semanas. Anteriormente, todos os dias às 21h, eles faziam a recolha. Tememos que isso contribua para o aumento de doenças. Pelo menos, o aumento de moscas e mosquitos já é um facto. Até baratas já há aqui no 15º andar, reclamou outro habitante da torre Este, que pediu anonimato.

Outrossim, o que lhes faz mesmo muita falta é uma loja, não existe uma sequer. Por exemplo um cartão

de saldo para o telemóvel custa mil Kwanzas, mais cem que no mercado. Se alguém decidir não comprar por considerar caro, terá a vida mais dificultada e poderá pagar mais, uma vez que vai gastar 200 Kwanzas de táxi para chegar ao mercado mais próximo. «Quando estávamos na cidade, para comprar saldo, ir ao banco, à loja era só descer o prédio», lembra Eunice Castelo.

Na Urbanização do Zango, é proibido fazer comércio. Lá, vender e comprar é um exercício feito na clandestinidade, desde produtos alimentares a serviços de cabeleireiro, por exemplo. Tudo é feito nos quartos das residências. Outra proibição é o uso de geradores eléctricos. Ninguém, por mais que queira, tem permissão para colocar em casa esse aparelho.

O uso de fogareiro ou churrasqueira completa a lista de proibições. Mas, como dito por outro morador, que não se quis identificar, com excepção do gerador - a energia não falha tanto -, tudo o resto é ignorado. Vende-se e compra-se, pelo menos, os produtos mais simples e churrascos de fim-de-semana fazem-se à vontade.

7.13 Baixos-Bento Soito

Semanário Angolense
27 de Outubro de 2012

Das duas, uma: ou o homem se enganou ou, na pior das hipóteses, acabou por prestar um mau serviço ao Estado, quando, na semana passada, dizia ao «O País» que o Kifica, um dos bairros do município de Belas, projectado para a classe média, era uma reserva fundiária do Estado e que, por conseguinte, as casas que lá se encontram foram construídas à margem da lei. Admitindo-se que o homem não tenha sido traído pelas suas próprias palavras, por que razão esse mesmo Estado concedeu direitos aos seus moradores, firmando com os eles contratos-promessa? Será por esta razão que o saneamento básico, o asfaltamento das suas artérias, o fornecimento de água e luz, a recolha de lixo, dentre outros serviços, tardam a chegar ao Kifica?

7.14 BD e PP manifestão nas ruas de Benguela

Semanário Angolense
27 de Outubro de 2012

A transferência alegadamente ilegal de um arguido de nacionalidade chinesa, acusado de ter assassinado um vendedor angolano, da penitenciária de Benguela para uma das cadeias de Luanda está no centro de uma

manifestação de protesto que o Bloco Democrático (BD) e o Partido Popular (PP) prevêem realizar, hoje, sábado, 27, na cidade de Benguela.

Sobre os ombros do expatriado Zang Yang pesa a acusação de ter morto, o ano passado, um jovem que em vida atendia pelo nome de Pedro Chiwila Nguli e se dedicava à compra e venda de divisas, vulgo kinguila, na cidade das Acácias Rubras.

Os dirigentes das duas formações políticas já notificaram o Governo Provincial de Benguela (GPB). Contrariamente ao passado, o GPB desta vez não se opôs à manifestação convocada pelas supracitadas formações políticas.

O facto de o GPB não ter impedido a manifestação está a suscitar as mais distintas leituras no seio da sociedade civil benguelense, já que há quem considere que o Executivo liderado por Armando da Cruz Neto esteja a dar sinais de ter entrado num novo ciclo, isto é o de respeito a Constituição vigente e, em particular, a Lei do Direito de Reunião e de Manifestação.

O GPB proibiu, em Fevereiro do ano passado uma manifestação da Organização Não- Governamental (ONG) OMUNGA contra os desalojamentos forçados que, como foi divulgado na altura, tiveram lugar no «Bairro da Graça», no município de Benguela.

Na altura, o GPB argumentou, em comunicado, que no quadro das suas responsabilidades relativas à defesa, ordem, segurança e tranquilidade pública jamais permitiria a manifestação de protesto da OMUNGA e que, se necessário, fosse, usaria todos os meios ao seu alcance para desencorajar a «manifestação».

No dia 10 de Abril do mesmo ano, a OMUNGA voltou à carga, manifestando o interesse de realizar uma marcha contra as demolições e desalojamentos forçados, que tinha como divisa «Não Partam a Minha Casa». O GPB proibira tal iniciativa.

7.15 Ministro esclarece o regime de acesso ao direito de exploração de minérios

Jornal de Angola
29 de Outubro de 2012

Francisco Queiroz, que fez a afirmação ao regressar do Namibe, que visitou durante dois dias, disse que com a aprovação do Código Mineiro "as regras estão muito claras".

Os potenciais investidores, sugeriu, devem aplicar os capitais no sector mineral, pois "há transparência em todo o processo".

A ideia de ser necessário recorrer a "caminhos menos transparentes" para ter acesso aos direitos mineiros, afiançou, faz parte do passado.

Para ter acesso a direitos mineiros, insistiu, não é preciso nenhum contacto privilegiado, bastando-lhe identificar uma área, fazer o requerimento dirigido ao ministro, dar entrada da documentação no Ministério e o assunto é tratado com toda a transparência.

O Ministério, afiançou, garante que todas as intenções de investimento são tratadas com transparência e apoia os investidores.

Parque siderúrgico

O Executivo vai tornar o município da Jamba no maior parque da indústria siderúrgica nacional, com a execução de um projecto ambicioso de transformação do ferro bruto em aço, anunciou o ministro da Geologia e Minas. O objectivo, afirmou Francisco Queiroz, é criar um parque que contribua e impulsione a economia do país, aumente as receitas fiscais e diminua significativamente a importação do ferro e do aço. O projecto de estudos e de prospecção de ferro e de ouro em Cassinga e M'popo, na província da Huíla, criou, até ao momento, revelou, mais de sete mil novos postos de trabalho directos e indirectos.

As minas de Cassinga vão produzir anualmente mais de 20 milhões de toneladas de ferro bruto. Daquela quantidade, sete milhões de toneladas devem ser produzidas em Cassinga Sul, actual Tchamutete, outras tantas em Cassinga Norte e as restantes na reserva fundiária de Cateruca.

O ministro da Geologia e Minas esteve dois dias na província da Huíla e um dia no Namibe, onde avaliou os projectos regionais de exploração mineira.

7.16 Administração faz a distribuição de lotes no Dande

Jornal de Angola
30 de Outubro de 2012

O administrador do Dande disse ontem à Angop que a distribuição de lotes de terreno, que começou a ser feita no muceque Capari II para auto construção dirigida, pode estender-se a outros pontos do município.

Para o muceque Capari II estão destinados 724 lotes, cada um com 20 metros quadrados.

"O nosso propósito é lotear todos os espaços para que cada cidadão tenha um lugar para construir", afirmou o administrador. A ideia, referiu, destina-se a estimular a autoconstrução dirigida, que vai melhorar as condições de vida dos habitantes do município.

7.17 Construções anárquicas preocupam autoridades

Jornal de Angola
31 de Outubro 2012

As construções anárquicas de moradias no perímetro do aeroporto de Malange estão a preocupar a direcção provincial da Empresa Nacional de navegação Aérea (ENANA), disse ontem o director local da instituição afecta ao Ministério dos Transportes.

Manuel Nóbrega referiu que a construção de casas no perímetro do aeroporto, com destaque para a zona do ângulo de descolagem e aterragem, constitui um perigo para as operações aeroportuárias e põe em risco as pessoas que habitam em seu redor.

Moradias demolidas

A invasão do referido espaço está a permitir a circulação de crianças e animais dentro das áreas de aproximação das aeronaves, salientou.

Manuel Nóbrega disse já ter encaminhado esta preocupação para o Governo Provincial e para a Administração Municipal de Malange, para serem encontradas soluções para este problema.

Lamentou, ainda, a atitude de algumas pessoas que insistem na construção ao longo do perímetro aeroportuário, apesar de várias moradias já terem sido demolidas.

Outra preocupação que a ENA-NA enfrenta prende-se com a falta de energia eléctrica da rede pública naquela localidade, o que afecta o funcionamento do aeroporto.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Regras para a recolha do lixo

Nova Gazeta

4 de Outubro de 2012

As pessoas quando chegam ao PT são cadastradas, numa ficha onde é escrito, nome, número de telefone e a quantidade de sacos que trouxe. Com esses dados, quem quer vender lixo tem de abrir uma conta bancária. Quem tiver já uma conta só tem de entregar o número. Três dias depois de entregarem o lixo, é feito o depósito dos valores. Um saco de 50 litros dá 100 kwanzas, quanto mais sacos trouxer a pessoa mais dinheiro ganha.

O posto atende, às vezes, 200 pessoas por dia. Cada uma delas, traz entre três a seis sacos. Fora deste processo, estão as empresas licenciadas na recolha do lixo e que têm um contrato com a Elisal. O lixo que a equipa de recolha deste PT recolhe nas ruas não é contabilizado.

8.2 Lixo por Kwanzas

Nova Gazeta

4 de Outubro de 2012

O governo provincial lançou, em Agosto, o projecto denominado 'Luanda Limpa', que se dispõe a comprar o lixo doméstico.

O arranque aconteceu no Cazenga, na zona do Kalawenda, onde está situado um posto de transferência.

Para a concretização do projecto estão a ser criados, em diversos bairros, postos de transferência onde os munícipes deverão fazer o registo para posterior depósito do lixo que será transferido para o aterro sanitário dos Mulenvos. Todos os dias, muita gente acorre ao local. Um grupo de pessoas para obterem informações, enquanto outras, já informadas, tentam concretizar o negócio.

Como Mariana António, uma das moradoras da zona, que passou por curiosidade. Normalmente, deposita o lixo, mas nunca tinha pensado em vendê-lo. Soube que poderia vender graças às informações dadas pelas vizinhas.

Maria da Conceição Joaquim, vendedora, garante já ter no banco quatro mil kwanzas resultantes da venda do lixo, arrecadados desde que o projecto foi lançado. "Sempre que venho vender sou bem atendida", assegura. Por cada vez que se desloca ao

Posto de Transferência, PT, leva muitos sacos, cujo número "varia de dia para dia". Há dias que leva dez, outros apenas seis, pois "depende muito da motivação que tiver naquele dia". Encontra os resíduos nas residências das vizinhas que não querem vender e ela aproveita.

Por sua vez, Antónia Simão, também vendedora, informada pelas vizinhas, deslocou-se à PT, para se inteirar do funcionamento e abrir o processo para começar a vender.

De início, foi complicado porque não possuía os documentos necessários. Para conseguir recolher o lixo vê-se obrigada a varrer as residências das vizinhas e a "recolher nas ruas".

Agostinho Kyosa, gestor do posto de transferência do Kalawenda, assegura que "o projecto tem tido urna boa adesão".

Feliciano Rainha João, segunda supervisora do posto de transferência, já percebeu que "o lixo começa ser procurado porque os populares não o querem ter em casa e estão preocupados em conservá-lo bem, para posterior comercialização".

"Quando há muitos clientes o nosso trabalho torna-se muito complicado e cansativo", desabafa.

Desde a entrada em vigor do projecto já foram atendidos 321 clientes. O número de registos é permanente.

Normalmente, há mais às segundas e terças-feiras que "são dias com muita concorrência".

Com este entusiasmo, os responsáveis só lamentam ter "maiores dificuldades" porque "Faltam sacos".

NEM TODO LIXO É DINHEIRO

O lixo que se comercializa é apenas doméstico. Os postos de transformação não aceitam pedras, areia, cimento, entulho, carcaças, sucatas, electrodomésticos, líquidos, lixo hospitalar, pilhas, baterias, óleos e materiais de ferrugens. E muito menos lixo industrial. No posto, o lixo é colocado em contentores de sete metros cúbicos que são depois transportados por um camião até ao aterro sanitário.

Dos três postos de transferência, erguidos em Luanda, apenas o de Kalawenda, no Cazenga, está em funcionamento. Os do Kilamba-Kiashi e o do Zango, em Viana, ainda estão a ser equipados.

8.3 ACAPC forma canalizadores

Inforsambila

Nº 54, Outubro de 2012

Associação dos comités de água para o progresso comunitário (ACAPC), está a levar acabo uma acção formativa, na área de canalização para reparação dos chafarizes, em caso de rotura, na comuna do Ngola Kiluanji De acordo com Venâncio Camana, responsável da organização, mais de 12 elementos que foram formados nas áreas de canalização e outros para sensibilização de lavagens das mão para evitar certas doenças através da água corrente.

Segundo disse, esta última área é uma inovação que tem muita adesão da população e que já suscitou o interesse do conselho das igrejas em Angola (CICA). " Por conte deste projecto hoje já temo: os baldes com torneira". O projecto é uma parceria entre a DW e ACAPC.

8.4 Lixo invade casas no da Barra

Inforsambila

Nº 56 outubro de 2012

A situação já se arrasta há muito tempo, o aglomerado do lixo está a aumentar a cada dia, pondo em risco a Saúde de muitos moradores, segundo disse a senhora Antónica.

" A minha casa está a ser invadida pelo lixo a empresa FINA/GDK que estão aqui bem frente têm prometido que vão tirar o lixo mas nunca tiram", conta, salientando que "já escrevemos uma carta direcionada a GDK mais sem sucesso".

Esta senhora assim como outras, mostram-se desesperadas porque a cada dia que passa o lixo vai-se, aproximando as suas portas. A nossa reportagem soube no terreno que a empresa Sonangol distribuidora já visitou o local e fotografou mas até ao fecho desta edição nada mais fez. Marta de Sousa, outra moradora está desapontada e disse que o risco não é apenas com saúde, uma vez que as crianças brincam aí, podem se dar o caso de uma delas cair, desaparecer por causa da profundidade que a vala tem. Estas moradoras pedem, as autoridades competentes que velem pela situação e coloquem um contentor no local.

8.5 Catumbela a fonte que abastece milhões de habitantes

Angolense

5 de Outubro de 2012

O rio Catumbela, manancial escolhido para o conhecido Projecto de Águas de Benguela, que absorveu milhões de dólares norte-americanos, passa pela zona do Alto Catumbela (Ganda), onde se encontra a Companhia de Celulose e Papel de Angola.

É partir deste rio que começa o processo de distribuição para as cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta.

O PAB, implementado pela construtora brasileira Odebrecht, começou com a construção de uma estação de bombeamento de água bruta, a EBAB, que manda a água para a estação de tratamento (ETA), localizada no Luongo. Dados disponíveis indicam que o Projecto beneficia, quase dez anos após o tiro de largada, cerca de dois milhões de habitantes.

Quando se diz que fortes chuvas podem arrastar os resíduos da fábrica para o rio, facilmente se percebe a apreensão nas principais cidades da província, como agora se viu, mas o certo é que tudo não passou de um susto.

Na Companhia de Celulose e Papel de Angola, a 30 quilómetros da sede municipal da Ganda, estão vinte toneladas de produtos químicos mal condicionados, conforme informou o coordenador da Comissão de Gestão, Evaristo Calumbo. «São produtos como enxofre, sulfato de alumínio, resina e cola para papel, guardados em 13 tanques metais, assim como gás altamente tóxico», sublinhou.

8.6 Falta de manutenção das valas de drenagem

O Independente

6 de Outubro de 2012

O Dia Mundial do Habitat é celebrado todos os anos no dia 01 de Outubro, para se refletir sobre o estado das cidades e os direitos dos seres humanos a uma vida digna.

A data, instituída pela Organização das Nações Unidas em Outubro de 1985, é assinalada como objetivo também de enfatizar o mundo sobre a responsabilidade coletivas pelo futuro do habitat humano.

Por esta razão, cidadãos da província de Luanda apelaram na semana finda à manutenção das valas de drenagem para a conservação das cidades, visando o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população.

Falando ao Independente, a propósito da efeméride, vários munícipes mostraram-se preocupados com o lixo que é colocado nas valas, que todos sabem que foram construídas unicamente para o escoamento de águas residuais pluviais. A maioria dos entrevistados concordaram em como se impõe investir na sensibilização contínua para que as pessoas conservem o meio em que vivem e desta forma contribuir para um ambiente saudável.

Para a educadora Conceição Namelela, é importante que as pessoas sejam educadas a conservar o espaço em que vivem com pequenos gestos como limpar à frente de suas casas e colocar o lixo no contentar. O estudante universitário Bento Cabral é de opinião que todos devem contribuir para a conservação das cidades, não apenas o governo, com atos de civismo e respeito dos canais de passagem de águas para o mar da população mundial habitará em áreas urbanas até 2030 sendo que, a cada ano, mais 67 milhões de pessoas passam viverem cidades. Em Outubro de 2008, a diretora do UN-Habitat, Anna Tibaijuka, visitou Angola e reuniu-se com o então vice-ministro do Urbanismo e Ambiente, Pedro da Mota Liz, para uma reflexão à volta do dia mundial.

Por sua vez, a reabilitação da vala de drenagem do Suroca, iniciada em 2007, para a melhoria do sistema de saneamento básico da Lixeira da Boavista no Sambizanga, está concluída, após a aplicação de manilhas de betão na zona da Avenida Ngola Kiluanje e parte da Quinta Avenida.

O vice-presidente da Comissão Administrativa de Luanda para área técnica, Agostinho da Silva, disse acreditar que a conclusão da obra vai contribuir para a melhoria do saneamento básico do Sambizanga, com destaque para as zonas da Lixeira e Boavista, consideradas como as mais críticas na circunscrição em termos de saneamento básico, onde existe um lençol de água.

A fase seguinte, de acordo com o responsável, será a retirada dos resíduos sólidos para a permitir o escoamento das águas. Com uma largura de 3,8 metros de profundidade, a vala foi concebida para ser a céu fechado, a fim de impedir embarços ao trânsito automóvel, pois está entre a Avenida gola Kiluanje e a via expressa Luanda/Cacuaco.

A estrutura começa na Lagoa de São Pedro e termina na Lagoa Velha, também conhecida como Suroca

Velha, nas imediações da Comarca de Luanda (Sambizanga).

Moradores das áreas abordadas, mostraram-se satisfeitos com o acabamento da obra, sublinhando que a vala vai contribuir na melhoria do saneamento básico e imagem do distrito.

Para acabar com os problemas de inundações nas zonas periféricas da cidade de Luanda foi igualmente recuperada a vala da Senado da Câmara com (3.326 metros), enquanto a do Cariango (5.435 metros) e outras de pequena dimensão ao longo das vias em construção.

Em época chuvosa, nos bairros periféricos à cidade de Luanda, par saturação dos solos, a água não é drenada como consequência do débil sistema artificial de escoamento, daí a pertinência da criação de novas valas de drenagem.

8.7 Municípios sem condições criadas

Factual

De 06 a 13 de Outubro de 2012

Hoje, Luanda é uma das províncias a nível nacional que mais sofrem com as consequências da chuva, devido à falta de condições de saneamento básico e técnicos, capaz de fazerem face ao grau de estragos causados pelas enxurradas.

Numa ronda efectuada pelo Factual, foi possível constatar, a nível dos municípios e distritos da província, a ausência de condições de saneamento, bem como de técnicos.

Este facto tem deixado muitos munícipes apreensivos, devido aos problemas causados por várias obras que não são concluídas.

Segundo munícipes, os transtornos são enormes, visto que, muitas vezes, acabam por ficar ilhados. No município do Cazenga, o Pactual visitou comunas e bairros onde constatou a deplorável condições de saneamento a que os residentes estão expostos.

Em vários pontos daquele município, foi possível avistarem-se ruas e avenidas que não oferecem condição de tráfego, dado que a água parada, o lamaçal e os buracos fazem o deplorável panorama que tem, igualmente, contribuído para o aumento dos níveis de diversas enfermidades.

a comuna do Tala-Hady, foi possível constatar as obras de reabilitação das ruas, mas, conforme os residentes, as obras estão a decorrer de forma vagarosa, visto que, a qualquer momento, Luanda pode ser assolada por uma forte enxurrada.

No bairro Kalawenda, a situação é mais preocupante, devido à sua densidade. A par de outros bairros do município, as ruas e avenidas de Kalawenda não possuem sistemas de drenagem das águas plu-Neves Capitão viais, o que tem causado a inundação de residências, de escolas e de centros de saúde.

O tráfego, a nível do bairro Kalawenda, torna-se ainda mais difícil e perigoso, devido às quantidades de água e de buracos que se encontram ao longo das avenidas e ruas, obstruindo as passagens.

Na rua das condutas, os moradores mostram-se impacientes, porque as obras para a requalificação daquela via que dá acesso ao município de Cacuaco e Viana estão paradas.

Eduardo Luís, morador da referida rua, falou ao Pactual que "já estamos decepcionados com a administração local, pois as coisas não correm como eles prometem. o período chuvoso, ficamos sem transportes; as crianças são obrigadas a passarem na lama, praticamente não conseguimos movimentar-nos", declarou o Jovem.

A fonte falou, ao mesmo tempo, que a rua já sofreu trabalhos de reabilitação, mas que nunca terminam.

"Pedimos à Administração Municipal que vele pela nossa situação, pois o período de chuva já começou e as consequências desta são devastadoras. E preciso asfaltar a rua e construir as valas de drenagem, no sentido de evitarmos as inundações que se têm registado", sublinhou o morador.

Municípios manifestam preocupação face ao mau sistema de drenagem O secretário da Comissão de Moradores e responsável da energia a nível do bairro do Kalawenda, Neves Capitão, falou ao Semanário que as condições, a nível do saneamento básico, não são das melhores e que estão a preocupar os moradores.

De acordo com o responsável, existe um programa da administração, no sentido de se fazer um trabalho de requalificação da rua das condutas a nível do bairro Kalawenda.

Enquanto isso, os cidadãos vão continuar a retirar a água de dentro das casas.

Nos municípios de Viana e de Cacuaco, a situação não foge muito da realidade vivida pelos municípios do Cazenga: Bairros, avenidas e ruas não se encontram em condições para suportar fortes cargas de chuva, devido à situação precária do sistema de drenagem.

A ausência de sistema de drenagem das águas das chuvas, bem como o saneamento, fazem parte

da preocupação daqueles municípios.

Para Abílio Januário, morador do município de Viana, a situação que se vive nalguns bairros é lastimável e tende a agudizar-se no período chuvoso, pois várias casas são tomadas pela água.

Abílio falou, igualmente, que "existe a necessidade de as administrações locais criarem projectos para fazer face ao período chuvoso, no sentido de acudir a calamidade que as comunidades têm passado nesta época".

Segundo o antigo ministro do Urbanismo e Reconstrução Nacional, Francisco Fonseca, no âmbito da visita de constatação do andamento das obras em termos de execução física e cumprimento dos prazos, o seu Ministério não realiza projectos paliativos ou para soluções temporárias, mas efectua projectos que garantam soluções definitivas.

Mas, para municípios, tais trabalhos estão a decorrer de forma muito demorada. Conforme estes, Luanda não tem condições para receber fortes quedas de chuva, devido ao seu mau funcionamento do sistema de saneamento básico.

Paulo Júnior, residente em Cacuaco, disse que "não cabe apenas ao Governo Provincial reunir-se com os agentes da protecção civil, da saúde e dos bombeiros, mas também criar mecanismos para que a chuva não cause muitos estragos".

Importa aqui reflectir que, além dos estragos causados, tanto nas vias públicas como em residências, a chuva tem feito mortes, o que exige do Governo Provincial a aprovação de um projecto de requalificação profunda, no que toca ao saneamento básico.

8.8 A fraude da paz, da democracia, das Eleições, da água e da luz

Folha 8

06 de Outubro de 2012

Eis-nos de regresso à civilização das eleições da morte. Estrangeiro quando aqui chegares

provavelmente verás numa lápide: AQUI JAZ-MPLA. Apagões em Luanda, a cidade da morte. Há muitos e muitos anos que há cortes constantes no fornecimento da energia eléctrica, na corrupção não?!

A obcecação pelo poder conduz as populações à loucura da revolta. Os rios não têm água, mas estão cheios de biliões de corruptos dólares que conforme legislado devem ser confiscados para a resolução definitiva do miserável fornecimento de água e luz. Não quero saber se os rios não têm água, se as albufeiras das barragens estão corruptas. Para os incompetentes tudo lhes serve de desculpa tal como Hitler na derrota militar da frente russa na Segunda Guerra Mundial, porque o general Inverno atacou e dizimou as suas tropas.

A nossa dizimação económica e social deve-se a que, onde há muitos generais, há poucas ou nenhuma estratégias?

E às nossas constantes faltas de água e luz, fraudes e miséria sustentável, "Havemos de voltar":

Há governos tão chatos, tão chatos, tão podres, tão podres, que mesmo sabendo que as populações não os querem mais, insistem nos mais variados estratagemas, adiando a saída do poder, onde incluem a fraude eleitoral.

Os eleitores estão surpresos, muito admirados porque votaram contra JAZ-MPLA e ele ganhou ... não pode. Bom, então a CNE martelou nas cabeças dos presidentes dos partidos que impugnaram as eleições, A UNITA, CASA-CE e PRS que é má-fé? Ai é?! Então, milhões de eleitores são má-fé? Tem que se ter muito cuidado com o que se diz, porque milhões de angolanos, a maioria, votaram na oposição para que o Minoritário JAZ-MPLA não lhes envie mais para o túmulo dos casebres reduzidos a pó.

Luanda, o saque e a escravidão na RCA-República da China de Angola.

A venda de Angola à China inclui a energia eléctrica, EE, e toda a Angola. Os chineses têm um interruptor lá na China, e desligam-nos a EE para venderem os seus geradores da mauiua e as suas velas de cera que se desfazem à toa, tal como Angola. Também fazem o mesmo com a água. Mas é que parece mesmo que venderam Angola aos chineses, o que não tem nada de especial, pois se antes já foi vendida a outros, portanto não constitui nada de anormal, o importante é os vende-povos manterem-se no Poder, pois que qualquer canibal compra em troca da manutenção da ditadura e dos escravos para os matadouros humanos. Também não é nada de novo, pelo contrário, é um alerta para que não nos aconteça o mesmo que já antes aconteceu, que não nos venham canibalizar, senão atentem no texto do esconderijo da História, e a propósito, quantos esconderijos horríveis Angola ainda não desvendou ao público? Muitos dos seus protagonistas ainda estão vivos,

quando é que se dispõem a falar com profundidade por exemplo sobre o 27 de Maio? Devido à fraude da luz, quantas e quantas pessoas já faleceram nos hospitais, e crianças? Porquê não revelam esses números ao público?

"Atrocidades praticadas na Segunda Guerra Mundial, que foram mantidas em segredo pelos governos do Japão, Austrália e dos Estados Unidos, começam a ser reveladas por um historiador britânico. Soldados japoneses praticavam o canibalismo com prisioneiros no fim da guerra, nos anos de 1944 e , 1945. De acordo com Antony Beevor, o acontecimento não tinha sido divulgado em respeito as famílias das vítimas. Testemunhas ouvidas pelo historiador indicam que os prisioneiros eram tratados como "gado"; mantidos vivos apenas para serem abatidos. "Não existem dados sobre o número de presos que sofreram esse destino, mas sabe-se que a maioria dos casos ocorreu em Nova Guiné e Bornéu"; diz Beevor. As vítimas eram soldados locais e papuenses, que se recusaram a lutar e prisioneiros australianos, norte-americanos e indianos. Relatório de guerra do governo dos EUA indica que dos 132.134 presos do Japão, 35.756 foram mortos.

Beevor, que reuniu vários documentos para a publicação de um livro, descreve ainda que prisioneiros eram dissecados vivos pelos japoneses.

In izidoroazevedo.blogspot.com .

As eleições perderam-nas como era de esperar e ganharam-nas a defraudar, como só os nossos deuses sabem, isto é para arrasar, na chama que eles teimam em não apagar. Restam as eleições das ruas e nelas levarão, retumbantes derrotas se confirmarão. E na CNE das ruas o voto é seguro, sem fraudes. Esta era é a do aqui JAZ-MPLA?

A solução adequada para acabar de vez com os da oposição radical é prende-los todos, julgá-los, condená-los e nas prisões enjaulá-los.

Os chineses têm um plano estratégico, que é o de instalarem em Luanda de metro a metro um gerador. E fundar a RCA, a capital mundial da poluição e da morte por cancro e por asfixia pulmonar. E em cada casa a sua vela. E também no novo Governo cadavérico de infundáveis anos um governador-geral chinês. Estes gigantescos apagões terão intenção macabra no pós-eleitoral? Um plano obscuro para nos darem cabo das vidas? Nos arruinarem definitivamente? Uma estratégia à Passos Coelho, agora sem passos, e tudo o Passos Coelho nos roubou? Só que pouco falta para que o Passos seja linchado em público. O que também poderá suceder com os nossos arquitectos da paz e da democracia? Há actos

criminosos constantes em Luanda protagonizados com construções anárquicas dos especuladores imobiliários e outros que constroem em todo o lado, não se importando absolutamente nada com o que estiver à sua volta incluindo prédios, e o seu mentor, ou mentores não se condenam por actos de terrorismo? Quantos milhares, milhões de pessoas não estarão já cancerosas pelo consumo do fumo dos geradores e de graves problemas respiratórios, quando a OMS já decretou a não utilização do gásóleo porque causa cancro? (Não serve de desculpa a utilização da gasolina). E porque não se alerta O UNICEF, tantas ONGs não é!, sobre a morte de milhares de crianças neste forno crematório nazi?

E as torres deles sempre bem iluminadas com a EE do petróleo. E esse tal de novo Governo, na prática significa que não o teremos, porque quem habitualmente utiliza a fraude eleitoral nunca conseguirá formar Governo de facto e de jure. Fica como as pilhas chinesas, e tudo o mais que é chinês, utilizam-se e poucas horas depois vão para o lixo, é tudo fraudulento, cheira a fraude eleitoral. Que nos interessam os biliões de dólares do petróleo, se não temos água, EE, e saúde? Só temos miséria galopante.

As torres deles estão sempre muito bem visíveis pela iluminação da nossa esplendorosa miséria. Quando é que se legaliza o partido FRAUDE ELEITORAL? Como é possível este partido concorrer ilegalmente às eleições e delas declarar-se vencedor em todas as províncias da grande fazenda Angola?

É verdade, porque foi anunciado numa daquelas emissoras de rádio que só informam com a verdade, na realidade trata-se de uma gafe, pois a palavra correcta é disformar. Anunciando-se o casamento do século, ou quiçá do milénio, finalmente o enlace decidiu-se a contento de ambas as partes. É que depois de tanto namoro, o Governo não resistindo aos seus encantos casou com a corrupção. Bruto casamento, que casamento mais feliz, anunciou a equipa do comité de especialidade dos corruptos. A lua-de-mel não terá fim?

8.9 Ensino Noctuíno sem aulas

A Capital

06 de outubro de 2012

O problema da falta de electricidade voltou a ser tão gritante na generalidade que} até parece um eclipse regional. Para todos} tudo piorou depois das eleições que o país viveu} como se fosse uma sina delas. Já para os estudantes do período vespertino de algumas escolas} a situação é crónica.

Os alunos estão agastados com a situação, pois receiam que o tempo que estão a perder se repercute nos resultados do ano lectivo. Rosário Lourenço de Azevedo, 18 anos, é aluno da escola Che Guevara, já há dois anos. Informou que desde a retoma das aulas a 10 de Setembro, até ao dia 25 do mesmo mês, nunca tinham tido aulas à sério. O adolescente descreveu a situação actual da sua escola como crítica.

"Ainda não tivemos aulas, por falta de energia", afirmou, acrescentando que, na tentativa de se superar a situação, a direcção da escola orientou os alunos a fazerem uma contribuição de mil kwanzas, para a compra de um gerador.

"Uns já puderam contribuir", mas, segundo Lourenço, nada ainda foi resolvido. A julgar pelo nível que a situação atingiu, prosseguiu, "corremos o risco de sairmos prejudicados no aproveitamento", pois que, não conseguem resolver as provas por falta de matéria que os professores, também, não conseguem dar.

O maior desejo dos estudantes é que a direcção da Escola encontre, a mais cedo possível solução para o problema.

"Saímos de casa com vontade de estudar. Gastamos dinheiro de táxi, por cúmulo, não encontramos condições na escola", deplorou.

Quem também está inconformada com a situação no mesmo estabelecimento de ensino, é a jovem Sandra, aluna da 9ª classe. Contou à nossa reportagem que o problema é antigo.

"Desde que estudo aqui, a falha de energia é constante. Prometem comprar gerador, cobrando mil kwanzas a cada aluno, mas não vemos nada", manifestou.

A principal consequência da falta de iluminação na escola, apontam os adolescentes, é o facto de os professores não serem capazes de cumprir o seu papel.

"Aparecem na escola, porém, não dão aulas", situação que os deixa de mãos atadas no acto das provas.

"Não tenho matéria do segundo trimestre. Nas provas, os professores dizem que temos que recordar os conteúdos da 4ª classe", queixa-se Sandra, e acrescenta que, ainda no decurso do presente ano, já houve uma revolta dos alunos, protestando contra a decisão da direcção de pedir, à cada um deles, uma contribuição de mil kwanzas para a compra do gerador.

Os alunos disseram «NÃO», cientes de que a escola é pública, sendo, no entender deles, obrigação do Estado, criar condições na mesma. "Algumas provas fizeram, mesmo, nas escuras. Pegamos em telefones para alumiar os papeis", revelou.

Contudo, para mitigar a situação, sabe-se que, as provas foram programadas para mais cedo, isto é, com início às 16h:00. Ainda assim, com o atraso de um ou outro professor, começavam tarde.

Terminado pesadelo das provas às escuras, os alunos queixam-se agora de não estarem a ter aulas, por causa da decisão da direcção da escola segundo a qual, as aulas passariam a começar às 16 horas. Contudo, os professores, por sua vez, não aparecem neste horário.

"Nós aparecemos, mas os professores não estão a vir", comentaram.

Piscou e voltou a falhar

Segunda-feira, 01 de Outubro. São 18h45 minutos. Voltamos à escola Che Guevara. Já estava o estabelecimento iluminado, contudo, o cenário era tristonho.

As portas que dão acesso ao interior da escola estão fechadas. Professores ausentes e um número considerável de alunos lá fora, à espera que milagrosamente um professor com vontade de dar aulas apareça.

A realidade é que naquele dia, os alunos pareciam abandonados. O dia era de alegria, porque o que faltava durante muito tempo acabava de se restabelecer, não se sabia por quanto tempo, só que, outro problema estava lá. Ausência dos professores, malgrado eles, desmotivados também pelo longo período de idas e vindas com lições preparadas sem condições para as dar.

Nos rostos dos alunos que chegavam, lia-se ansiedade, ao se depararem com o brilho das lâmpadas da instituição. Programando um dia, raro, de aulas. Outros, nem por isso. Saíam agastados com a situação que já dura muito tempo.

Aos pares ou grupos, simplesmente, lamentavam-se. "Mais um dia sem aulas, dinheiro de táxi gasto em vão, está demais", resmungavam.

"Os professores estavam aqui às 17h00, mas foram-se embora, porque não tinha energia", argumentou uma aluna, sublinhando que a energia só chegara às 18h00.

Já Júlio Noé Namba, 22 anos, disse que a situação actual da escola é muito grave e é uma situação que já dura desde o ano passado. De acordo com ele, os alunos sentem-se prejudicados. Desde que retomaram as aulas, após a realização das provas nunca tiveram aulas.

Inácio Paulino, 21 anos aluno da 8ª classe, é pela primeira vez que estuda nesta instituição. Segundo ele, desde que começou está desanimado, porque na escola falta constantemente energia.

Noé Francisco, 19 anos, aluno da 9ª classe, corrobora com o colega, avançando que o coordenador da escola admitiu que estão com dificuldades por falta de energia, e que cada aluno tinha que contribuir com mil kwanzas.

Francisco e colegas lamentam a situação por sentirem que não estão a ser bem preparados para transitarem para o ensino médio.

"Lá os professores vão dizer somos meninos incapacitados para fazer o médio, porque não estudamos correctamente a 9ª classe", lamentam em simultâneo, apelando a direcção da escola no sentido de darem solução a essa situação.

O que acabávamos de ouvir não era mentira. Trinta minutos depois da nossa retirada, a escola já estava, de novo mergulhada na escuridão. O mesmo drama encontra na escola Ngola Kanini.

Já a Ngola Kiluanje estava iluminada, porém registava-se o aglomerado de alunos fora da escola, em frente ao portão, em pleno horário normal de aulas. Asseguraram-nos apenas que, os alunos estavam lá fora naquele período, por suposta ausência de professores.

Gerador avariou há 10 anos

O A Capital não ficou pela Che Guevara. Terça-feira, 25, a nossa reportagem dirigiu-se, também, ao Instituto Industrial Alda Lara, de onde vêm queixas sobre o mesmo problema, faz tempo.

Quando lá chegamos, até, havia energia. Só que, nos deparamos com um cenário não habitual. O estabelecimento estava, quase, às moscas. Sem alunos nem professores. Solicitadas explicações a algumas pessoas presentes, esclareceram: "nos últimos dias não estamos a estudar. Tivemos que adiar as provas devido à falta de energia", disse Carlos Daniel, 21 anos, estudante da 11ª classe.

"Vim na segunda-feira, na terça-feira, não havia energia. Na quarta-feira, marcaram a reunião", que mudou o horário para um período mais cedo.

"Este é o ano que quase não se terá um bom aproveitamento e o mais crítico" nesta instituição de ensino.

A enfatizar os argumentos dos alunos, esteve um dos seguranças da escola. "Nos últimos dias os alunos nocturnos não têm tido aulas por falta de energia da rede geral. Tem falhado muito. O gerador que a escola possui, já anda avariado há 10 anos", testemunhou, para notar a seguir que a direcção já tentou solucionar o problema do gerador, mas, sem êxitos.

Entretanto, outras fontes escolares, indicam que não são só estas escolas que vivem a "síndrome" da escuridão.

Dão conta de que quem ficou dias sem aulas, por falta de electricidade, foram os alunos das escolas Nzinga Mbandi e Ngola Kanini, avançando, por outro lado que, nesta segunda escola, há dias em que algumas turmas ficam sem aulas, mesmo quando há energia na instituição, alegadamente, por causa de problemas técnicos de electricidade.

8.10 População agitada por presumível contaminação da água

Folha 8

06 de Outubro de 2012

As sobras químicas abandonadas e desprotegidas desde a paralisação da fábrica de papel "Celulose"; localizada no município da Ganda, a sudeste da sede provincial da cidade das Acácias Rubras/Benguela, bem nas barbas do rio Catumbela, foram carregadas pelas erosões da época chuvosa, na última semana ao longo do referido curso de água. Nossos interlocutores contaram a reportagem deste semanário que, o rio Catumbela é das principais fontes de abastecimento de água para as (quatro) 4 cidades do litoral centro: Lobito, Catumbela, Benguela e Baía-Farta. Tal facto, desassossejou grande parte da sociedade na região, tendo já ocorrido ecos e desinformações de mortes aqui e acolá, entre outros cochichos momentâneos durante os dias 2 e 3 do corrente mês.

Populares contactados por este jornal, consideraram tal imputação, pesar sobre o sector da indústria, fundamentalmente por não empenhar investigadores especialistas, desde que a indústria de papéis emperrou, de modo a acautelar desgraças na raça humana. "Foi simplesmente falta de prudência e responsabilidade por parte de especialistas"; disse o cidadão Kanambi Madureira, quando falava da suposta contaminação da água do rio Catumbela,

pelos restos tóxicos (venenosos) da antiga fábrica "Celulose".

O cidadão Kanambi Madureira, criticou ainda como sobreaviso os responsáveis do sector industrial que, depois de a Celulose imobilizar-se em 1980, devia se precaver se realmente os produtos venenosos poderiam prejudicar a saúde da espécie animal ou não. "O que aconteceu no dia 3/10, foi feio; teve de se correr e encerrar torneiras"; comentou.

Álvaro da Costa da Associação para os Direitos Humanos/AJUDA, preferiu dizer que a notícia espantou todo mundo! Surpreendeu muita gente.

A informação chegou tardia! Aquele cidadão, persuadiu que para se evitar incidentes do género, é necessário que as autoridades competentes tomem medidas rigorosas. Para ele, as informações devem ser pontuais e verificadas, pois se fosse verdade 98% da população benguelense estaria afectada. Entretanto, Álvaro que é o secretário-geral da AJUDA, não acredita que alaridos de populares indefesos, sejam meras palavras no deserto e insistiu dizendo que, houve qualquer acontecimento e é preciso que se tranquilize as pessoas.

O coordenador da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela (EASB), Jaime Alberto falando à imprensa local tranquilizou a sociedade que, a água que se está a consumir, nas cidades de Benguela e Lobito, para além de outras não está contaminada. Jaime garantiu aos consumidores na cidade de Benguela que a água é própria para o consumo.

Estão a ser feitas análises de hora em hora e não houve qualquer alteração no sistema.

O responsável da EASB, Jaime Alberto, informou à imprensa local que, sua empresa não é capaz de distribuir água às populações, sem antes ser analisada. Aquele responsável garantiu ainda que, a empresa segue as regras ditadas pela Organização afligida pelo medo da morte, ter o domínio da situação e garante, não houve alterações no sistema de saneamento e distribuição das águas de Benguela, visto que seus serviços são prestados a mais de 4 anos.

8.11 A solução atípica

Folha 8

06 de Outubro de 2012

Falta de luz e de água são os dois grandes problemas que afligem as populações em Luanda após as eleições de 31 de Agosto. São problemas crónicos agravados pela baixa pluviosidade registada este ano e

que segundo um dirigente do MPLA "podem ser minimizados pela utilização de geradores'.

Ah ah ah! Só faltava cá estas. E ainda por cima da parte de um dirigente responsável.

A gente desses bairros diz, «Soubemos que os rios estão a secar agora não sabemos se isso é verdade ou não». Mas Norberto Garcia, secretário para os assuntos políticos e eleitorais do MPLA em Luanda, explica. Dá vontade de rir quando ele diz, sem vontade nenhuma de rir, que a falta de chuva e a seca nos rios são as razões fundamentais da fraca produção de energia eléctrica: "É preciso verificar que o senhor ministro da Energia e Águas deu conta de que estávamos com alguns problemas nas barragens por falta de água infelizmente'.

E pronto, está tudo explicado!

Entretanto, os populares protestam, mas esse destemido dirigente tem resposta a tudo: «A minha casa está já há duas semanas sem luz e na ausência dela ninguém há-de perder a vida», disse ele, sorridente. Acrescentando: "Ninguém vai desaparecer, ninguém vai morrer com isso, a falta de energia pode fazer com que se use a energia alternativa

8.12 Águas do rio Catumbela estão contaminadas

Folha 8

06 de Outubro de 2012

À parte estes escolhos na governação sem bússola, feita ao sabor dos ventos e das modas, ao dia-a-dia e em completo desprezo desses miríficos programas até 2015, 2017, 2025 e mesmo 2050 (?), sobram por ora problemas quase insolúveis que foram deslocados para carteiras que serão abertas por altura das calendas gregas! Luanda não tem água (na Corimba, tirando dois meses de fartura, há mais de dois anos que não há água). Pelo lados da província de Benguela, as sobras dos produtos químicos abandonados e desprotegidas desde a paralisação da fábrica de papel "Celulose"; localizada no Alto Catumbela, município da Ganda, a sudeste da sede provincial da cidade das Acácias Rubras/Benguela, estão a contaminar as águas do rio Catumbela, que, para agravar a situação foram carregadas pelas erosões da época chuvosa, na última semana ao longo do referido curso de água.

O rio Catumbela é das principais fontes de abastecimento de água para as (quatro) 4 cidades do litoral centro: Lobito, Catumbela, Benguela e zona da Baía-Farta.

Pode parecer inacreditável, mas não há água no país africano mais favorecido pela natureza no que toca à sua rede hidrográfica.

Alguns populares do Cazenga, Viana e Kilamba Kiaxi, atiraram-se ao ar em expressivas manifestações de repulsa pela diferença entre os discurso da campanha eleitoral e os que está a acontecer nos dias que correm, quer dizer, na realidade do dia-a-dia.

8.13 Angola a caminho do abismo

Folha 8

06 de Outubro de 2012

A carência de energia eléctrica e água canalizada ou potável nesta época destapa as fragilidades de quem está à frente dos destinos do País, colocando em risco os autóctones que humildemente o apoiaram durante os 37 anos, desde a independência do jugo colonial português, culpado pela pobreza extrema deste torrão africano.

Os angolanos passam por uma situação humilhante, sobretudo os munícipes da Samba que pela falta do precioso líquido (a quase um mês) procuram alternativa nas cacimbas, onde há grandes quantidades de água salobra com cheiro e cor. O autóctone precisa de ser mais respeitado, principalmente quando confia e acredita na gestão de alguém que avocou desconhecer as causas da pobreza, mas tem filhos proprietários de bancos.

-Mano! Afinal a água salobra dá para beber, é só purificar com o produto -certeza depois de ferver durante quinze minutos está pronta a ser consumida explicou Madalena dos Santos -Mandinha uma das várias consumidoras do respectivo líquido na Samba. Nem mesmo a possibilidade de contrair doenças intestinais graves afugenta os residentes daquela zona. Adstrita à província de Luanda, capital de Angola.

Ninguém gostaria de consumir algo impróprio ou prejudicial à saúde, mas por questão de necessidade somos obrigados a fazê-lo, sob todos os riscos': argumentou outra moradora da vereação acima referendada. As cacimbas também servem de socorro para os moradores do Prenda, bairro pertencente ao distrito da Maianga, distrito urbano de Luanda, de acordo com a reforma administrativa da região mais habitada do País. Luanda está sob um apagão jamais visto, nem mesmo na segunda metade da década de 1980 com o recrudescimento da guerra civil travada pelas forças militarizadas governamentais (FAPLA) e da UNITA (FALA). Naquele período sombrio da história contemporânea de Angola, a guerra servia de justificação das constantes faltas de energia eléctrica e

água. Todos acreditavam nas desculpas esfarrapadas dos governantes.

Para os angolanos, a guerra era o causador dos cortes no fornecimento de electricidade e água canalizada porque constantemente os meios de informação (Rádio, TV e Imprensa) anunciavam actos de sabotagem perpetrados pelas forças rebeldes lideradas por Jonas Malheiro Savimbi, presidente fundador da UNITA, morto em combate, nas matas do Lucusse, província do Moxico, a 22 de Fevereiro de 2002. Tudo mentira!

Com o fim do conflito armado, os angolanos pensaram que o Governo de José Eduardo dos Santos começaria por resolver os principais problemas do País porque a paz traria novos horizontes. Ledo engano!

Qual resolver o problema do povo qual quê?! A prioridade é o surgimento de ' novos-ricos, condomínios e prédios luxuosos que custam os olhos da cara, como se diz na gíria. Passados dez anos, a situação continua estacionária ou melhor piorou, já ninguém acredita na desculpa esfarrapada das autoridades governamentais porque o causador da desgraça na República de Angola já morreu, mas as dificuldades da vida estarreceram. Para o espanto dos angolanos, hoje a desculpa do Executivo liderado por José Eduardo dos Santos é a falta de chuva. Grande lata! Só mesmo um "nabo" aceitaria tal desculpa. Depois da morte de Jonas Savimbi, o "Arquitecto da Paz" tem pela frente a natureza. Veremos com que arma contará JES a fim de vencer o novo contendor, o julgador de todos os erros. Resta saber qual será o posicionamento dos bajuladores do sistema.

Não há mentira que prevaleça para sempre, diz o velho ditado ambaquista. A chuva também é "democrática".

Como o autóctone aceita sem curvas, nem rodeios que a problemática da electricidade é resultante do baixo caudal do rio Kwanza, agora a desculpa da falta de água na cidade de Luanda deve-se também ao mesmo problema. Este é o preço dos resultados das eleições gerais de 31 de Agosto de 2012 Força Angola.

8.14 Governo incompetente não consegue fornecer energia e água ao povo

Folha 8

06 de Outubro de 2012

Durante as eleições a imprensa estatal fez passar a publicidade de "Angola faz"; faz e até ao paraíso. Eram estradas, camiões, autocarros, Saúde, luz e energia. Em muitas zonas depois de 4 anos de escuridão surgiu a luz e a promessa de assim continuar a ser "ad eternum".

Na precipitação de satisfazer toda a gente sem meios para tal, nas zonas sem água rebentaram as tubagens, mas o fundamental era ter a água que reduzia o custo das compras do precioso líquido e de alguma forma era sinal positivo para o regime.

Como exemplo paradigmático da vigarice, autêntica vigarice governamental, só vamos dar um exemplo.

Há vários, mas só damos um, porque chega e sobra para ver qual é o nível mental que tem esta pobre gente que nos desgoverna: no Gove, perto do Huambo, foi inaugurada uma barragem que ainda hoje não está operacional. Porquê? Simplesmente porque ela foi inaugurada antes de estar acabada!...

Foram tempos de ilusão. E depois da deposição do voto, com batota grossa, veio a realidade e tudo agora é escuridão. Até no BUE que dava dinheiro para empreendimentos, acabou o dinheiro e com ele a publicidade.

Quanto ao dinheiro, esse ficou maioritariamente na casa grande: MPLA.

O país está seco, mas o governo engorda nos gastos.

O país está a atravessar uma das maiores secas dos últimos anos com 10 das 18 províncias em estado vermelho.

Velhos, mulheres e crianças são os segmentos mais vulneráveis. Mas o governo diz não ter fundos suficientes para acudir à situação.

As ONG's internacionais apelam a uma maior intervenção governamental, mas este mostra-se insensível e, como que a provocar biló, aumenta os gastos governamentais com mais membros que seria necessário e, com estes, as respectivas mordomias, que vão constituir um sério peso aos contribuintes. Para dar um exemplo simples, no sector da educação o regime criou, para tartar de um mesmo pelouro, três ministérios, mas fundamentalmente, para

acomodar pessoas do que resolver o problema da Educação e do Ensino. Para que serve num tempo de crise, um ministério da Educação, um ministério do Ensino Superior e ainda um outro da Ciência e Tecnologia, senão para acomodar parentes e amigos.

8.15 Os lamentos do Mwangolé

Folha 8

06 de Outubro de 2012

O angolano que não se conformam e querem explicações dos responsáveis da existência do lamaçal em que eles se encontram, exigem que o actual governo demissione imediatamente.

É que, mesmo tendo sido investido esta semana, já governa desde 2008 e não fez quase nada de bom.

Se tu comprares um gerador e supormos que milhões de angolanos como tu vão comprar esse aparelho, quando no século XXI não ter energia a dar ao povo já é uma vergonha grande para qualquer governo, a primeira pergunta é: mas que raio de governo é este? No século XXI vejo mulheres a acarretar água, e há 40 anos que as vejo, sempre a acarretar água num país que é dos mais ricos do mundo em rios? Que raio de governo é este? E vejo gente (meia dúzia de gente) a comprar relógios a quase um milhão de euros e a outra gente a viver com menos de dois dólares por dia, ••• mas ••• mas que raio de governo é este? Quim, nós estamos completamente entregues à bicharada. E atenção! A bicharada em questão não é só angolana, é universal!

8.16 Luanda está sem água há vários dias

Jornal de Angola

6 de Outubro de 2012

Os problemas de abastecimento de água a Luanda agudizaram -se nos últimos dias, o que obriga os consumidores a estarem sujeitos a comprá-la a preços exorbitantes. A situação ganha contornos complicados para os luandenses, uma vez que a Empresa Provincial de Aguas de Luanda (EPAL) parece não ter um horizonte temporal para o restabelecimento da normalidade.

Nas ruas da capital angolana a presença de pessoas com bacias à cabeça e bidões nas mãos a circularem de um lado para outro está a tornar-se banal.

Em quase todos os bairros de Luanda as pessoas estão a usar água imprópria para as limpezas, enquanto outros estão a tomar banho com água

mineral para evitar doenças. "A situação da falta de água é mesmo crítica, já para não falar na falta de energia eléctrica, que é outro problema que estamos a enfrentar", lamenta Neide, moradora na Samba, que já começa a vislumbrar tempos difíceis nos próximos dias.

Pitú José, morador no bairro do Prenda, diz que a falta de água está a ser aproveitada por pessoas oportunistas para vender o bidão de água de 25 litros a cem kwanzas.

"É muito caro, porque quando está a correr água nos chafarizes nós compramos cada bidão a dez kwanzas", afirma Pitú José, cuja rotina é agora procurar água pelos bairros de Luanda.

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, explicou que a carência no abastecimento de água à cidade de Luanda se deve ao baixo nível do caudal do rio Kwanza e aos cortes de energia nas estações de bombagem e de tratamento de água.

Em declarações ao Jornal de Angola, explicou que o baixo nível do caudal do rio Kwanza tem afectado a produção de energia na barragem de Capanda, o que tem provocado restrições no fornecimento de electricidade às estações de Bombagem e de Tratamento que abastecem a Cidade de Luanda. "As Estações de Bombagem e de Tratamento de Agua têm grupos de geradores, mas essas infra-estruturas funcionam com maior eficácia no abastecimento de água para a cidade de Luanda com a energia da rede pública", afirmou. Por isso, mal seja restabelecido o fornecimento de energia eléctrica, a EPAL vai voltar a abastecer, normalmente, os consumidores.

"Prevíamos retomar o abastecimento normal, ainda na sexta-feira, mas como quinta-feira houve mais um corte de energia, não foi possível, mas estamos a trabalhar para resolver essa situação", garantiu. Com a carência no abastecimento de água, ficaram afectados os consumidores dos Bairros Prenda, Alvalade, Cassenda, 14 de Abril, Marçal, Mártires de Kifangondo, Cassequel, Terra Nova, Neves Bendinha, Palanca, Golf I e II, Sapú II, Calemba, Samba, Praia do Bispo, Cidade Alta, Calemba II, Ruas Amílcar Cabral e I Congresso do MPLA.

A rede de Distribuição da EPAL conta com 214 trabalhadores, entre operadores, técnicos e engenheiros. Em função da actual situação, a rede de distribuição tem um piquete à disposição dos consumidores 24 horas por dia para os esclarecer sobre os problemas verificados no abastecimento de água à cidade de Luanda.

O garimpo ilegal de água tem causado enormes prejuízos à EPAL, que por dia perde cerca de nove milhões de kwanzas, com o desvio de cem milhões de litros de água. Para conter esses prejuízos, explica Domingos Paciência, a EPAL tem realizado, em parceria com a Polícia Nacional e os Serviços de Fiscalização do Governo Provincial, um grande trabalho para estancar o garimpo.

A distribuição de água a Luanda é feita por diferentes níveis de pressão que correspondem às diversas altitudes de aglomeração. A cidade recebe a água proveniente dos rios Bengo, pelo corredor do Kifangondo, e pelo rio Kwanza, pela zona Sul de Luanda. A água destes rios é transportada até às estações de tratamento, onde, nos laboratórios, são injectados os reagentes de sulfato de alumínio e cloro gasoso, que servem para corrigir o estado de turvação da água e eliminar os microrganismos. Daí, a água é enviada, através de condutas adutoras, para as residências através dos Centros de Distribuição.

Aos dez Centros de Distribuição de Água já existentes, vão juntar-se, brevemente, mais três, para abastecer o bairro Benfica, num projecto que visa a ligação de 700 mil residências. A empreitada está a cargo de uma empresa chinesa.

8.17 Aldeias do município de Calandula passam a ter acesso a água potável

Jornal de Angola
8 de Outubro de 2012

Cerca de quatro mil aldeões do sector da Quibanga e das aldeias do Quimbamba e Muhongo, no município de Calandula, passaram na sexta-feira a ter acesso à água, graças à Inauguração de sistemas manuais de captação.

A instalação destas manivelas, disse o administrador de Calandula, Manuel Campo, surge no seguimento da orientação do Chefe do Executivo angolano, de levar água a todas as aldeias do país, até ao ano 2017, através do Programa "Água Para Todos".

Nos próximos dias, garantiu Manuel Campo, outras sete manivelas entram em funcionamento nas zonas consideradas críticas, como por exemplo Mutumbua e Quicangica, onde os rios ficam muito distantes das aldeias. O administrador de Calandula pediu aos aldeões para cuidarem deste bem que vai facilitar a vida da população, com realce para as donas de casa que, depois de regressarem das lavras, precisam de água para a confecção das refeições.

Para o soba do sector da Quibanga, Alberto Ganga, a entrada em funcionamento destas manivelas marca o fim do sofrimento, sobretudo das mulheres que percorriam cerca de seis quilómetros em busca de água potável. Outra melhoria que este bem traz é, nas palavras da autoridade tradicional, diminuir as doenças diarreicas agudas nas crianças, que advêm do consumo de água não potável.

Depois da construção do posto médico, já em funcionamento com um enfermeiro, e agora a manivela, Alberto Ganga levou ao administrador de Calandula a preocupação da falta de escolas e professores para os cerca de 300 alunos das 2ª, 3ª e 4ª classes que estão sem estudar.

Manuel Campo garantiu que dentro em breve a administração local vai solucionar a questão com a construção de escolas e aproveitar o próximo concurso de professores. O posto médico que foi inaugurado no mês de Setembro, está a atender dez a 20 pacientes por dia, disse ao Jornal de Angola o enfermeiro José Armando. Doenças diarreicas agudas e respiratórias são os casos mais frequentes naquela unidade sanitária, disse José Armando, que acredita que, com a presença da manivela que vai permitir o consumo de água potável, vai diminuir o número de doentes.

8.18 Falta de energia e água em Luanda fica resolvida até ao final deste ano

Jornal de Angola
09 de Outubro de 2012

Carlos José Neves disse que os sucessivos cortes de energia têm um impacto negativo na população. "O Instituto Meteorológico prevê que, a partir de 25 de Outubro, as chuvas vão cair com regularidade e, nessa altura, esperamos retomar o fornecimento de energia sem nenhum problema", acrescentou Carlos José Neves.

O presidente do conselho de administração da ENE informou que é impossível determinar uma data para solucionar definitivamente o problema, uma vez que as chuvas têm de ser frequentes, "mas até Novembro ou Dezembro tudo volta à normalidade".

Carlos José Neves disse que uma das causas nas restrições na cidade de Luanda é o baixo nível dos caudais na albufeira de Capanda, por isso a central hidroeléctrica não está a funcionar a cem por cento da sua capacidade: "Capanda tem uma potência de 520 megawatts. O baixo nível de água na albufeira da

barragem faz com que funcione apenas com um grupo de 86 megawatts".

Centrais térmicas

Questionado sobre a construção de centrais térmicas para suprir as necessidades da população, Carlos José Neves afirmou que na zona do Benfica já entrou em funcionamento uma central térmica com uma capacidade de 40 megawatts, que alimenta algumas zonas sob tutela da Edel: Lar do Patriota e Ramiros.

"É uma central que entrou em funcionamento para melhorar o fornecimento e reduzir as restrições. Outras centrais entram em funcionamento até Dezembro "o que permite injectar na rede de Luanda 255 megawatts, o que minimiza as restrições no fornecimento de energia", destacou Carlos José Neves.

O presidente do conselho de administração da EDEL, Hélder Adão, explicou que a empresa está a viver um momento difícil face ao défice na oferta de energia: "temos zonas ainda sem abastecimento de energia eléctrica, devido à baixa produção".

Hélder Adão disse que "antes da crise actual a oferta não cobria a procura, por isso o Executivo vai até 2017 aumentar a produção para resolver o problema energético".

O programa do Executivo prevê a construção de várias infra-estruturas e novos aproveitamentos hidroeléctricos como a central de ciclo combinado do Soyo, além da electrificação das sedes municipais.

Hélder Adão reconhece que a distribuição de energia é caracterizada por uma grande irregularidade no fornecimento. Por isso foi elaborado um programa de restrição, que tem sido difícil cumprir na íntegra. Porque além do défice, o sistema é instável e afecta a produção de água pela EPAL.

"Há centrais térmicas na cidade de Luanda em funcionamento que vão alimentar apenas zonas específicas até resolvermos esta situação energética", destacou Hélder Adão.

O presidente do conselho de administração da EPAL, Leonídio Ceita, informou que a falta de água tem a ver com os sistemáticos cortes de energia que ocorrem na cidade de Luanda: "criámos um gabinete de risco, que, nos últimos dias, tem coordenado com a EDEL a disponibilidade de energia às instalações da EPAL para termos esta situação resolvida".

Leonídio Ceita informou que as restrições acontecem sem aviso prévio, mas o abastecimento começa todos os dias das quatro da manhã até às 12h00, período

em que as estações vão bombear água para os centros de distribuição, que a fazem chegar aos consumidores: "escolhemos este período porque é quando as crianças vão para a escola e os pais vão trabalhar".

O presidente do conselho de administração da EPAL garantiu que com a entrada em funcionamento do sistema eléctrico, o sistema de fornecimento de água volta à normalidade.

E apelou à população para racionar água porque a distribuição está dependente da energia.

8.19 Mais uma rede de distribuição fica concluída no próximo ano

Jornal de Angola

09 de Outubro de 2012

A nova rede de distribuição de água potável do Cunje, iniciada em Abril, está concluída no primeiro trimestre de 2013, disse, à Angop, o responsável provincial do sector.

Abel Guerra afirmou que as obras se centram agora na construção do sistema de captação e tratamento que "devem estar prontas antes do início das grandes chuvadas" e que está em fase de conclusão a instalação de 32 chafarizes nos bairros periféricos da comuna e de duas mil ligações domiciliárias.

A curto prazo, garantiu, a comuna dispõe de um sistema de distribuição de água mais moderno capaz de satisfazer necessidades da maior parte da população.

A comuna do Cunje, a mais povoada da província do Bié, tem cerca de 40 mil habitantes, que se dedicam fundamentalmente à agricultura de subsistência.

8.20 Governo garante resolver problemas no abastecimento de água e energia

Jornal de Angola

09 de Outubro de 2012

O Governo da Província de Luanda vai apoiar as acções do Executivo para melhorar gradualmente o abastecimento de água e energia eléctrica à população, garantiu ontem o governador Bento Bento.

Ao discursar na cerimónia da sua apresentação aos funcionários do Governo Provincial, autoridades tradicionais e religiosas, para o novo mandato, Bento

Bento referiu que as dificuldades no fornecimento de água e de energia eléctrica exigem dos funcionários destes sectores "total empenho".

O Governo Provincial vai apoiar a execução do programa de impacto social de Luanda, intensificar o combate à pobreza, o programa de investimentos públicos, melhorar a gestão dos hospitais municipais, postos médicos e os centros escolares.

O governador anunciou um novo modelo de contrato com as empresas operadores de limpeza, baseado num sistema de área limpa e uma rigorosa fiscalização.

Vendas nas ruas

Bento Bento anunciou também que o Governo Provincial vai estancar a venda anárquica que se regista nas ruas e estradas de Luanda .

As autoridades provinciais pretendem registar todos os vendedores ambulantes e atribuir-lhes identificações correspondentes, para depois serem distribuídos pelos novos mercados em construção.

Bento Bento garantiu que vai melhorar a gestão e ocupação dos solos e acabar a ocupação anárquica de terrenos, melhorar a gestão dos centros urbanos, acelerar a conclusão da construção de novos mercados municipais, em obediência às orientações do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Consta igualmente do programa do Governo Provincial desenvolver um amplo diálogo com a sociedade, prestar mais atenção no reforço dos sectores técnicos, comunitários e sociais, das administrações municipais, comunais, distritais e das cidades.

Bento Bento garantiu que vai se dar cumprimento às orientações do Executivo, prestando uma atenção especial às políticas sociais dirigidas às pessoas singulares e famílias que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade.

O governador anunciou que o programa "Luanda Limpa" vai ser expandido para todos os municípios, para permitir mais limpeza nos bairros.

Bento Bento apontou ainda a dinamização, "com urgência", do programa de habitação social, devido à existência de famílias que ainda vivem em tendas.

Relativamente ao combate aos crimes, o Governo Provincial de Luanda vai trabalhar com o Comando Provincial da Polícia Nacional para encontrar mecanismos eficazes de combate à marginalidade, como a construção de esquadras municipais, distritais, comunais e de bairros.

8.21 Projecto de água e saneamento apoiado por Portugal e Espanha

Jornal de Angola

12 de Outubro de 2012

A administração do distrito urbano do Kilamba Kiaxi e a empresa Águas de Portugal apresentaram, ontem, o plano director municipal do sector das águas e saneamento. O programa enquadra-se no âmbito do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e foi financiado pela Espanha.

O projecto resulta da cooperação entre o Executivo, a ONU e o governo espanhol, com o intuito de contribuir para melhorar o acesso ao abastecimento de água e saneamento nas províncias do Moxico e Luanda, no âmbito do fundo, para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O município do kilamba kiaxi, com mais de 200 mil habitantes, alimenta e gere o banco de dados sobre água e saneamento criado pela Direcção Nacional de Abastecimento de Agua e Saneamento do Ministério de Energia e Água.

Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento foram formados funcionários municipais em metodologias e ferramentas de planeamento.

O administrador adjunto do Kilamba Kiaxi, Sebastião Erasmo, disse que o projecto vem acabar com as grandes dificuldades que o município atravessa nas áreas de saneamento básico e águas.

"Esperamos que os problemas sejam resolvidos e que a carência das populações diminua. A nossa intenção é salvaguardar os interesses das nossas comunidades", reforçou.

O representante da embaixada de Espanha, Gonçalo Ruiz, disse que o programa custou oito milhões de dólares e também abrange outras províncias como Malange, Huambo e Bié. Para além do saneamento e água são apoiadas por Espanha outras actividades como educação e saúde.

"Espanha apoia estes projectos por Angola ser um país em desenvolvimento e trabalha nas áreas da saúde, educação, construção há mais de 20 anos"

Durante a cerimónia foram apresentados os parâmetros usados pela administração do Kilamba Kiaxi para dar vida a este projecto. O coordenador, Daniel Monde, referiu que foram feitos trabalhos de pesquisa nas escolas, residências e hospitais.

Daniel Monde frisou que a planificação é um passo fundamental no processo e é um esforço satisfatório por parte da Administração Municipal do kilamba kiaxi.

"O acesso à água e saneamento é um elemento essencial para a promoção do bem-estar e para a melhoria da saúde pública das populações. Reduzir o consumo de água contaminada, que expõe as populações a doenças, assume-se como um factor decisivo na diminuição da mortalidade infantil e um dos pilares de combate à pobreza", afirmou o coordenador Daniel Monde.

"Pretendemos que cada habitante consuma 70 litros de água potável por dia nas zonas urbanas e 30 nas zonas rurais e queremos criar programas de aproveitamento das águas residuais", disse Daniel Monde.

Participaram na cerimónia representantes das administrações do Cacuaco, Luanda, Cazenga, autoridades tradicionais e religiosas.

8.22 Quem nos acode?

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

Em vários bairros da cidade, os moradores estão a sofrer com o problema da falta de água e luz eléctrica que os afecta há mais de um mês. Nos bairros Rocha Pinto, Samba e Prenda, os que têm possibilidades financeiras recorrem aos tanques de alguns vizinhos para comprar água. Quem não tem, depende da boa vontade alheia e mendigam quem lhes arranje, pelo menos, 20 litros de água, que têm de chegar para uma família inteira. Os moradores apelam a uma resolução urgente, porque não é possível aguentar esta situação durante muito mais tempo.

A Empresa de Abastecimento de Água de Luanda (EPAL) informou, em comunicado divulgado na última sexta-feira, dia 5, que o estado actual do rio Kwanza tem afectado a produção de energia, a partir da barragem de Capanda, o que fez com que as estações de bombagem de Kasseque e de tratamento de água da região de Kikuxi estivessem sem energia, mas ainda não indicou uma data para a reposição do normal fornecimento de água.

O Novo Jornal constatou na manhã desta segunda-feira, dia 8, que a realidade dos moradores destas zonas tem sido muito difícil por causa das constantes faltas de água e luz, que se agravaram nos últimos dias.

Os moradores com poucos recursos estão à beira do desespero, pois, à medida que o tempo passa, os vizinhos proprietários dos tanques onde adquirem água vão aumentando o preço, alegando que há uma maior procura. Nem todos podem comprar e quem dispõe de recursos suficientes apenas tem como alternativa recorrer aos vizinhos para tentarem obter uma doação, o que nem sempre conseguem.

Um bidon de 20 litros em alguns bairros custa 100 kz, noutros o preço dispara para os 300 kz. Estes valores, segundo os moradores ouvidos pela nossa reportagem, estão além das possibilidades do cidadão comum, atendendo ao custo de vida que está muito mais alto do que aquilo que auferem.

A nossa reportagem começou no bairro do Prenda. Às 6h00 da manhã já se viam muitas pessoas a circular pelas ruas com as mãos carregadas de bibons, de 20 ou 25 litros, de cor amarela, e baldes à cabeça. Os carros de mão também são usados por quem acarreta mais de dois bidões de água. O cenário que se observa é de muita procura e grande correria. Num dos tanques, localizado na rua eng^o Francisco Sande Lemos, observámos uma enorme fila. Cada um que chegava juntava-se ao cordão de gente, aguentando pacientemente até chegar a sua vez para encher um, dois, três ou quatro bidons de água.

A determinada altura, a tensão sobe entre os que aguardavam. Duas jovens chegaram a agredir-se fisicamente, após uma briga por causa da hora de chegada. "Eu cheguei primeiro, queres me ultrapassar? Estás a pensar que sou burra, ou quê? A situação está mal para todos, sabes a que horas é que tive que sair de casa para estar aqui?", questionou Ana Santos.

Interpelada pelo Novo Jornal, a jovem disse que teve de acordar às 5h00, porque sexta-feira já tinha faltado ao serviço por não ter roupa limpa, nem água para tomar banho. "Morar numa casa sem saber como tomar banho, lavar a louça, trabalhar e até fazer a comida é muito difícil", lamentou a moradora, salientando que estava a pagar 100 kwanzas por cada bidon de 20 litros.

Rosa Gonçalves relatou que no domingo para ela, a filha e o marido poderem ir à igreja tiveram que tomar banho com apenas uma garrafa de água mineral, de um litro e meio, que comprou na cantina. "Nos meus lados, é difícil encontrar água nos tanques. Os poucos que existem, os donos já não estão a aceitar vender, porque também têm receio de vender e ficarem sem água para eles", contou.

Teresa Maria teve que se deslocar do Prenda ao Cazenga para poder acarretar quatro bidons de água.

"Pedi uma boleia e tive que ir à Cuca pedir água a casa do colega de um irmão que tem um tanque de água", frisou, salientando que não sabe o que seria se o irmão não tivesse uma viatura para transportar água, porque estava sem dinheiro para comprá-la.

A nossa entrevistada conta que, nos últimos dias, tem sido tão difícil tomar banho que para não ficar sem lavar o corpo aproveita a água do banho do bebé, de um ano, para poder ir para o serviço limpa.

No bairro da Samba, enquanto passávamos pela rua direita, apurámos que os moradores aproveitavam fora água do quintal de uma empresa, com uma mangueira de cor azul. A bicha de moradores, tal como no Prenda, também era grande, chegava até à beira da estrada.

Já no Rocha Pinto, a situação é ainda mais difícil, porque um bidon de 20 litros custava 300 kz. "Aonde é que vamos parar com esta vida. Eu estou desempregada, meu marido ganha 400 usd, aonde é que vamos conseguir dinheiro para comprar água a estes preços, se nem para comida chega?", questionou Celma de Sousa.

8.23 Populares “choram” por falta de água em Luanda

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

Já lá vai um mês desde que a cidade de Luanda está sem fornecimento de água potável. Uma das causas é o baixo caudal que se nota no rio kwanza e também a falta de energia eléctrica no centro de distribuição da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), como assumiu o porta-voz da empresa pública.

Como alternativa, crianças, senhoras e homens são vistos a acarretar água de um lado para o outro, quer em carros de mão, quer em baldes e bidons à cabeça, para garantir que a água chegue aos seus lares.

Dona Antonica dos Santos, de 45 anos, moradora no bairro Rangel lamenta que o desenvolvimento não chegue à sua porta, obrigando as pessoas a recuar no tempo. "Desde 1975, que andamos a transportar baldes na cabeça e hoje estamos na mesma situação, quer dizer, continuamos a sofrer. Meu filho, é inadmissível num país com tantos rios, continuarmos com problemas de distribuição de água potável. Se os governantes não estão a dar conta que devem governar bem, então, que se demitam", exortou.

Para a mulher, as desculpas são sempre as mesmas, mas já não colhem.

Emília Gaspar, moradora do bairro do Golfe 1, subzona 15, nas imediações do bar da mamã Gorda, queixa-se dos elevados gastos que tem com água. Há um mês não chegam mil kwanzas para ter água em casa.

Antes do corte no fornecimento, Emília gastava por dia 200 kwanzas. A mulher contou que a falta do precioso líquido tem criado transtornos a muitas famílias, porque a procura é muita e a oferta é pouca, o que faz disparar os preços.

"Quem está a ganhar com a nossa vida são os jovens que andam de moto de três rodas. Transportam bidons de 20 litros e cobram 100 kwanzas por cada bidon, que antes vendiam ao preço de 20 kwanzas".

Emília recordou que a falta prolongada de água na cidade capital acontecia apenas no tempo da guerra. "Agora, que são passados 10 anos de paz, isto não se justifica. Antes, eram os inimigos do povo angolano que sabotavam as condutas e agora? É a falha de chuva? Isto não colhe, pelo menos arranjem outra mentira", disse.

Os moradores da área do Avó Kumbi percorrem 200 quilómetros em busca do precioso líquido, no vizinho kassequel do buraco, e outros vão até ao Benfica.

Pedro Peterson diz que encontrou água na zona do kassequel do buraco e teve de pagar 100 kwanzas por um bidon de 20 litros, que transportou num carro de mão.

"Meu cota, água potável está igual a um diamante. Até os trabalhadores que acarretam água nos bairros estão a cobrar caro e nem sempre aparecem. Isto significa que vamos ter de aguentar mais algum tempo com esta situação", lamentou.

Alberto Nguimbe, motorista de um camião cisterna que vende água em qualquer ponto da cidade de Luanda, encontrava-se na girafa de kifangondo a abastecer a sua viatura, de marca volvo, com capacidade para transportar 14 mil litros, quando falou com o Novo Jornal. O seu destino era o Kikolo.

"Levar água para a Samba nesta altura custa 16 mil kwanzas e para a vila de Cacucaco cobramos 8 mil kwanzas. O preço é em função da distância", explicou

Há outros factores que pesam na factura. Cada camião com cisterna tem o seu preço, varia consoante a marca do carro e a sua capacidade. Por um camião de marca volvo, Scania ou golfe worker, com capacidade de 14 a 15 mil litros, paga 800 kwanzas. O motorista garantiu à nossa reportagem

que faz quatro a cinco viagens por dia, mas há vezes em que faz mais. "Depende do engarrafamento", esclareceu. O negócio, enquanto os cortes no fornecimento de água às populações se mantiverem, corre de feição.

8.24 CASA-CE indignada com a falta de água e energia na capital

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

A Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), terceira força política do país, criticou segunda-feira a falta de energia eléctrica e água na capital angolana, considerando que se trata de um "assunto de Estado".

Em conferência de imprensa, o líder da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, manifestou a "profunda indignação" desta força política "por esta situação que está a afectar a vida de milhões de pessoas, particularmente as populações mais pobres".

A CASA-CE, tendo em conta o "nível dramático" que a situação atingiu, considerou tratar-se de "um assunto de Estado" já que a sua resolução "claramente extravasa as competências das empresas públicas EDEL, EPAL, ENE e até mesmo o ministério de tutela".

"A CASA-CE lembra que Angola tem à sua disposição condições climáticas ideais para a opção por energias renováveis, tais como a eólica e a solar", sublinhou Abel Chivukuvuku. Segundo o líder da terceira força política mais votada nas eleições gerais de 31 de Agosto (6,00%), a governação implica "previsão, antecipação e programação, por isso não é aceitável que fenómenos naturais comuns sejam utilizados hoje como "desculpa para a incompetência do Governo". "Há Estados que, comparativamente, têm menos recursos hídricos e conseguem com competência e boa governação providenciar água e luz eléctrica aos seus povos", frisou Chivukuvuku.

Há mais de duas semanas que o fornecimento de energia eléctrica à capital angolana está a ser feito com restrições, registando-se períodos de cortes de mais de 48 horas, devido ao baixo nível da albufeira da barragem hidroeléctrica de Capanda. Relativamente ao fornecimento de água, a Empresa Pública de Águas (EPAL) informou aos consumidores que os cortes de energia nos dias 29 e 30 de Setembro afectaram a distribuição para alguns bairros de Luanda.

Em comunicado divulgado na sexta-feira, a EPAL referiu que o estado actual do rio Kwanza tem afectado a produção de energia a partir da barragem de Kapanda, o que fez com que as estações de bombagem de Kasseque e de tratamento de água da região de Kikuxi estivesse algumas horas sem energia, implicando a necessidade de recuperação de níveis e posterior arranque.

A nota acrescenta que como consequência foram afectados os consumidores dos bairros Prenda, Alvalade, Cassenda, Mártires de Kifangondo, Cassequel, Terra Nova, Popular, Palanca, Golf I e II, Calemba, Praia do Bispo, Cidade Alta, Calemba II, Ruas Amílcar Cabral, Sapu II, 1º Congresso e alguns fontenários do Calemba II e bairro 14 de Abril.

A EPAL, sem indicar uma data para a reposição do normal fornecimento de água, informou que "esforços estão a ser feitos para o equilíbrio e melhoramento da quantidade e qualidade de água a distribuir".

8.25 EDEL "corta" água à EPAL

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, esclareceu ao Novo Jornal que a falta de água na cidade de Luanda é provocada pela fraca queda pluviométrica (chuva) na região de Capanda, que tem como consequência a descida do nível do caudal do rio kwanza.

Segundo Domingos Paciência, isto reflecte-se na produção e captação, que dá origem aos sucessivos cortes de energia eléctrica. "O abastecimento à população é feito de forma alternada e em função da zona de influência dos centros de distribuição, no período compreendido das 6h00 às 14 horas".

Aquele responsável adiantou ao Novo Jornal que tudo o que se passa em Capanda está relacionado com o baixo caudal do rio kwanza. "Isto criou alguma complicação ao nosso sistema de distribuição, porque ficámos privados de energia eléctrica. Como a energia é uma das fontes de funcionamento do nosso equipamento electromecânico, os cortes também nos afectaram", esclareceu.

Domingos Paciência admite que existem fontes alternativas, mas isso geraria "elevados custos, quer em termos de combustíveis, assim como de lubrificantes", que é necessário pagar.

"Há um compromisso da EDEL em encaminhar energia com poucas restrições aos nossos centros de

distribuição", garantiu, mas isso não está a acontecer, com reflexos no abastecimento de água. Assegurou que esta situação só terá fim em Dezembro deste ano. Até lá a EPAL distribui água potável à cidade de forma alternada.

8.26 Não se vive de promessas

O País

12 de Outubro de 2012

A Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), terceira força política do país, diz não ter motivos para alimentar expectativas sobre a mensagem que o Chefe de Estado deverá fazer diante dos deputados por altura do início da terceira legislatura angolana, na próxima segunda-feira, em Luanda.

Em declarações a O PAÍS, o líder desta agremiação política, Abel Chivukuvuku, manteve a mesma postura, quando, há cerca de um mês, afirmou que não estava obrigado a felicitar o candidato eleito do MPLA, o que se veio traduzir na sua ausência do acto de investidura do Presidente da República. "Será mais um discurso cheio de promessas. Não vale a pena esperar muito desse pronunciamento porque não terá nada de novo", previu Chivukuvuku.

O político proferiu estas palavras depois de ter lido para os jornalistas um comunicado no qual criticou a falta de energia eléctrica e água no país e particularmente em Luanda, tendo "exigido explicações" e um "pedido de desculpas" aos cidadãos por parte do Governo pelo sucedido.

A falta constante desses bens constitui para o político um "assunto de Estado, que está a afectar milhões de pessoas, particularmente as populações mais pobres".

Abel Chivukuvuku manifestou a "profunda indignação" do seu partido devido ao que descreveu como "nível dramático" que a situação atingiu. No entender do líder da CASA-CE, "o tão propalado crescimento económico já não consegue esconder a incapacidade e a incompetência do governo do MPLA em providenciar os serviços básicos à população que pelo nível dramático que assumiu deve ser considerada um assunto de Estado uma vez que claramente extravasa as competências das empresas públicas EDEL, EPAL, ENE e até mesmo o ministério de tutela". Abel Chivukuvuku disse que "a governação implica previsão, antecipação e programação", afirmando não ser, por esta razão, aceitável "que fenómenos naturais comuns sejam utilizados hoje como desculpa para a incompetência do Governo". O líder da terceira força com maior representação parlamentar argumentou que "Angola

tem à sua disposição condições climáticas ideais para a opção por energias renováveis, tais como a eólica e a solar". "Há Estados que, comparativamente, têm menos recursos hídricos e conseguem, com competência e boa governação, providenciar água e luz eléctrica aos seus povos", frisou Chivukuvuku.

O fornecimento de energia eléctrica à capital angolana agravou-se nas últimas duas semanas havendo restrições ou cortes de mais de 48 horas, particularmente nas zonas suburbanas. A Empresa Nacional de Energia (ENE) alega baixo nível da albufeira da barragem hidroeléctrica de Capanda ..

Por seu turno, a Empresa Pública de Águas (EPAL) informou aos consumidores que o estado actual do rio Kwanza tem afectado a produção de energia a partir da barragem de Capanda.

8.27 PR deverá esclarecer crise de água e energia

O País

12 de Outubro de 2012

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, discursa pela terceira vez consecutiva na Assembleia Nacional para resumir ao eleitorado o estado da Nação na abertura de mais um ano legislativo, com a particularidade, neste caso, de conferir alguma pompa à abertura da III Legislatura do parlamento angolano.

O actual quadro de dificuldades sociais vividas por largas franjas da população, com realce para as grandes cidades, onde escasseiam bens essenciais como energia e água, deverá ter um peso maior na alocução de José Eduardo dos Santos à nação. A questão, de tão preocupante, suscitou a intervenção pública do partido CASA-CE, cujos dirigentes sugeriram mesmo um pedido de desculpas, conferindo-lhe um toque político e assunto de Estado.

Ante o clima de uma certa saturação do eleitorado com estas penalizações, o chefe do Executivo ver-se-á na contingência de desmistificar algumas respostas que amiúde são ouvidas de responsáveis do sector da energia e águas, nomeadamente aquelas que articulam a falta destes dois bens preciosos com o baixo caudal dos rios.

Como deixou entender em Outubro do ano findo, na mesma casa das leis, o programa "Água para todos" já tinha beneficiado pouco menos de milhão e meio de cidadãos com a subida do consumo de 67 para 101 litros por dia de 2008 a 2011, o que era representativo

de uma subida de 51 por cento na taxa de consumo de água potável.

Apesar desta "boa nova" avançada o ano passado, o chefe do Executivo foi explícito em admitir que ainda havia muita coisa a fazer, ainda que existissem projectos de média e grande envergadura. "Mas não existe por enquanto uma carteira nacional de projectos estruturantes que resolvam satisfatoriamente o problema da água", disse o presidente da República que reputou de bem melhor a situação no domínio energético.

Diante desta constatação, também deixou claro que era urgente a preparação e aprovação de um "Plano Nacional de Águas" que diferenciasse o uso deste recurso nos múltiplos fins, para que fosse possível aprovar os projectos estruturantes.

Energia lusco-fusco

Não obstante o reconhecimento de situação melhor no sector de energia do que no das águas, a actualidade se traduz numa situação caótica no fornecimento de energia eléctrica só à cidade de Luanda, como exemplo.

José Eduardo dos Santos manifestou mesmo algum optimismo quanto à redução a um nível zero do défice de energia eléctrica. Disse na ocasião que estava em curso a reabilitação das barragens do Cove, Mabubas, Lomaum e Cambambe com a conclusão dos trabalhos prevista para este ano, 2012.

A entrada em funcionamento destes sistemas geradores de potência deveria adicionar ao sistema eléctrico nacional cerca de 300 megawatts de energia eléctrica. Tanto quanto, os cidadãos podem querer ouvir são as reais causas que impedem estas barragens de gerar a energia de que a população necessita, quando alguns destes empreendimentos foram vistos ser inaugurados no passado mês de Agosto.

Reputa-se de grande relevância a correcção pontual ali onde há constrangimentos para que a "Agenda 2025", a grande fonte inspiradora do programa eleitoral e de governação do MPLA, siga o seu curso normal até às metas propostas. Com investimento de 17 biliões de dólares no sistema de geração e transporte de energia, é suposto resolver-se na prática todos os problemas do sector em cinco anos, quando Angola passar a produzir 5 mil megawatts de electricidade e interligar os vários subsistemas eléctricos.

8.28 Mugimbos agitam políticos

Angolense

12 de Outubro de 2012

Que a cidade natal Luanda depara-se com problemas de fornecimento de luz e abastecimento de água) todos sabem. Mas que alguns políticos e comentaristas reagem) à esta situação com base em mugimbos e informações não recolhidas de qualquer maneira é um dado novo contudo é a conclusão a que chegou o porta-voz da EPAL Domingos Paciência.

Esta apreciação surge na sequência dos recentes pronunciamentos feitos pelo Presidente da Convergência Ampla de Salvação Nacional (CASA-C E), Abel Epalanga Chivukuvuku, que considerou inaceitável o silêncio dos governantes angolanos ante à carência de água e luz.

Em conferência de imprensa, Chivukuvuku exigiu o governo no sentido de pedir desculpas ao povo de Luanda por esta falha.

No que pareceu um momento para certos partidos da oposição tirarem proveito, Abel falou mesmo de irresponsabilidade por parte das autoridades.

Para o Partido de Renovação Social (PRS), o problema "está na incapacidade dos governantes resolverem os problemas da população. No entanto, considera ser muito cedo qualificar este problema como preâmbulo dos incumprimentos das promessas eleitorais. "Só depois de 100 dias, é que devemos fazer um julgamento certo sobre desempenho do Executivo", avisou.

Durante os esclarecimentos prestados à alguns órgãos de comunicação social, aconselhou os comentaristas "que não têm uma informação detalhada deste fenómeno natural" no sentido de passarem uma informação didática de formas a que as pessoas entendam o que se passa na realidade. "Havendo uma informação distorcida, acabamos também por distorcer não só os adultos, mas também os mais pequeninos em idade escolar que qualquer dia têm que fazer uma redação", afirmou.

É necessário que as pessoas batam as portas das empresas ou dos responsáveis que gerem as empresas para que possam ter uma informação detalhada, porque existem pessoas que a partir de uma informação gerada na internet ou dos mugimbos, querem fazer comentários. Não é assim que funciona.

"Temos uma EPAL aberta para quem queira visitar, para quem quiser tirar uma dúvida", garantiu, para depois sublinhar que a especulação "não fica muito

bem", porque quando alguém é adulto trabalha com base em especulações, "está mentir-se a si próprio e, com certeza, "está a mentir também o próximo". Foi mais longe e disse mesmo que um país faz-se com homens e livros; e se queremos passar uma informação didáctica, temos de falar com base nos factos e com base nos argumentos, falando com especialistas e aqueles que entendem da matéria.

Referindo-se aos motivos que estão na base das falhas no processo de captação, produção e distribuição de água, Domingos Paciência disse que os luandenses podem constatar que as razões avançadas pela empresa de distribuição do precioso líquido são simplesmente verdadeiras. "É obra da natureza", justificou.

"A EPAL é uma empresa idónea onde encontramos um universo de pessoas ligadas ao ramo de engenharia, psicólogos e outras pessoas de várias áreas do saber; e que fazem um grande esforço para poder servir a população sem distinção de raça, religião ou política", afirmou.

Assegurou não ser necessário ir à Capanda para se saber o que se passa. Na rota à Muxima, mais precisamente na localidade de Cabala, os pilares do ponto do rio Kwanza, apresentam marcações do nível normal da água e a marca atual que está bastante baixo, entende-se com facilidade que o nível de água está baixo.

O apoio dos bombeiros

"Queremos agradecer o corpo nacional de bombeiros que de uma forma solidária está a apoiar-nos com quatro cisternas", foi desta maneira que Domingos Paciência, começou por manifestar a sua satisfação por este apoio, alertando aos consumidores para que racionalizem o consumo de água.

8.29 EPAL vai dar água por fases

Angolense

12 de Outubro 2012-11-30

O abastecimento de água, por enquanto, está ser feito de uma forma alternada nas zonas de influência aí onde cada centro de distribuição tem a sua área para distribuir.

O horário estabelecido pela EPAL é das 6 às 12 horas. "Mas pode ultrapassar uma ou duas horas a mais", admitiu o porta-voz.

Como é da praxe, avançou Domingos Paciência, temos zonas pontuais onde fazemos esta distribuição. Mas este programa não é taxativo. Se a água não chegar até ao seu bairro, explicou, é em função das

poucas horas de serviço, "mas quando a conduta estiver em carga poderá chegar aos pontos mais longínquos". Daí que, neste Sábado começa a distribuição em todos pontos da cidade capital, já que, devido aos problemas de energia eléctrica, entraram em funcionamento vários grupos de geradores.

Para garantir o seu funcionamento, os hospitais estão a ser abastecidos através de cisternas durante o período noturno.

Os camiões cisternas também entraram em acção nos bairros em expansão, fornecendo água tratada para, segundo a EPAL, "se evitar o surto de cólera e doenças de origem hídricas". Porque ainda não se sabe quando o caudal do rio Kuanza vai subir, pretende-se aumentar o número de cisternas, num total de cinco de formas a garantir a rapidez no abastecimento do precioso líquido.

As unidades hospitalares contempladas na primeira fase são o Beiral, Augusto Gangula, Maternidade Lucrecia Paim, Hospital Militar Central, Capalanga, Hospital Municipal de Viana, Hospitais dos Queimados, Sanatório, do Prenda, Josina Machel, Maternidade Ana Paula, Centro ortopédico e Hospital Mãe Jacinta Paulina, de Viana.

Entretanto, apesar do problema de abastecimento de água em Luanda, o que está levar muitos habitantes a consumirem água imprópria, as autoridades não registam casos de cólera.

8.30 Bento Bento

Agora

13 de Outubro de 2012

O governador de Luanda, reconduzido a este cargo disse recentemente que tudo fará ao seu alcance para devolver aos luandenses melhores condições de habitabilidade. A maior cidade do país enfrenta nos últimos dias sérios problemas de energia eléctrica e a água é ainda uma miragem em muitos cantos da metrópole.

Porém, Bento Bento revelou que não daria costas a estas e outras 'makas' que ensombram o 'modus vi vendi' da população. Nesta urbe, onde reside pouco mais de metade da população angolana, o saneamento básico é um 'deus nos acuda' e quando chove então, pioram os embaraços quer para o 'Zé povinho' quer para as autoridades que, vêem gorados os seus esforços em investimentos que acabam por ir água abaixo. Mas a tudo isso, o edil da capital não quer dar espaço e vai daí prometer lutar com todas as forças para contornar os escolhos existentes. É mais uma frente a que se propôs. Veremos se ganha!

8.31 Luanda «as escuras»

O Independente

13 e Outubro de 2012

Em algumas periferias da cidade de Luanda, os cortes de luz pouco ou nada dizem, aos seus moradores. Porque, na realidade, nunca tiveram a luz da rede pública como fonte principal.

Nos últimos dias, as consequências decorrentes dos incêndios derivados dos geradores e velas abandonadas já são conhecidas, mas ainda assim, nos vários locais de grandes aglomerados populacionais, tais como escolas, mercados, igrejas deveriam ser recordadas as medidas de esclarecimento a propósito.

É que, com a febre consumista ligada a actual situação vigente, em Luanda, o uso de meios alternativos sem o cumprimento das regras exigidas pelos bombeiros, via de regra, propício à ocorrência de numerosos incêndios, com as consequências que se conhecem: perda de numerosas vidas humanas - idosos e crianças, sobretudo - não obstante os apelos repetidos das autoridades, bombeiros, principalmente, para a observância de normas elementares de proteção contra incêndio.

Com as insuficiências no fornecimento de energia, muitos cidadãos instalam geradores em casa, com graves consequências para a saúde devido à inalação do monóxido de carbono.

Persiste também o hábito de muitas famílias passarem as noites com as velas acesas nos aposentos, apesar da ocorrência de incêndios, que quase sempre causam danos materiais e humanos.

O argumento usado por muitas pessoas sobre o uso de geradores no interior das residências para "evitar assaltos" não serve quando comparado com o elevado número de mortes causadas pelos incêndios.

Entretanto, o mau manuseamento de geradores eléctricos e velas pela população em Luanda, mercê das constantes falhas no fornecimento de energia eléctrica, está na origem dos vários incêndios, que têm estado a ceifar vidas humanas e prejuízos materiais avultados.

Por vezes, membros de uma mesma família são surpreendidos por incêndio causado ou por gerador ou por uma vela enquanto dormem e acabam por perder a vida. Esse é um quadro que tende a acentuar-se com realce para os bairros periféricos, daí a necessidade e pertinência de medidas de prevenção.

Conselhos úteis

A sala do grupo gerador deve ser adequadamente ventilada para se evitar a concentração de gases do escape ou de combustível inflamável e não servir para fins de armazenamento de outros produtos inflamáveis.

De todo modo, a sala do gerador não deve ser classificado como local perigoso somente por causa do combustível do motor, pois entidades entendidas na matéria geralmente classificam o grupo gerador como uma aplicação de baixo calor quando usado por breves períodos, mesmo que a temperatura dos gases de escape exceda 538 graus centígrados.

Em locais onde a temperatura dos gases de escape exceda 538 graus centígrados, alguns motores diesel e a maioria dos motores a gás podem ser classificados como aplicações de alto calor e podem requerer sistemas de escape classificados para operação a 760 graus centígrados.

As autoridades locais podem especificar a quantidade, o tipo e os tamanhos de extintores de incêndio portáteis aprovados e exigidos para a sala do gerador.

Nos edifícios, os sistemas de combustível líquido são limitados, mas pode haver restrições muito mais apertadas quanto à quantidade de combustível a armazenar dentro de um edifício. Além disso, podem ser feitas exceções para permitir o uso de quantidades maiores de combustível na sala do grupo gerador, especialmente se a sala foi projetada adequadamente com sistemas de proteção contra incêndio. Os tanques de combustíveis localizados no interior de edifícios e acima do andar mais baixo ou do porão devem ser protegidos por um dique de acordo com normas adequadas.

A presença de equipas de especialistas serve, assim, para prevenir eventuais falhas técnicas, passíveis de causar curtos circuitos.

Para além de zonas com ventilação suficiente, os geradores devem ser colocados por cima de uma base de betão, sobre uma cortiça ou borracha que amortece para evitar a vibração do aparelho.

O grupo gerador deve ser testado periodicamente conforme recomendado, com pelo menos 30 por cento de carga até atingir temperaturas estáveis de operação. Ele também deve ser operado próximo da carga plena pelo menos uma vez por ano, para evitar a acumulação de combustível no sistema de escape.

Também são recorrentes os apelos dos bombeiros para que moradores de edifícios de vários andares recorram a especialistas para a montagem de um

único gerador, que deve ser colocado numa área segura, instalando-se uma central para que o abastecimento seja feito de forma ordenada e sem derrame de elevadas quantidades de combustível.

8.32 Lixeira transformada em parque

Jornal de Angola
13 de Outubro de 2012

Um espaço com 1.200 toneladas de lixo, no bairro do Cantintom, em Luanda, foi ontem transformado em parque de estacionamento, que vai servir o Balcão Único do Empreendedor e da Cozinha Comunitária.

A Brigada Técnica, afecta ao distrito urbano da Maianga, fez a recolha dos resíduos sólidos durante o mês de Setembro, tendo em conta a construção dos dois empreendimentos.

O chefe da Brigada, Júlio Raimundo, referiu que retiraram também do local 440 toneladas de terra vermelha obsoleta e fizeram o nivelamento da mesma, para permitir a instalação da cozinha comunitária ..

Júlio Raimundo disse ainda que, além deste trabalho, a Brigada Técnica tem efectuado a terraplanagem de algumas vias para melhorar a circulação automóvel a nível dos bairros.

8.33 Falta de água e energia condiciona clima económico

Semanário Factual
13 á 20 de Outubro de 2012

O clima económico em Angola manteve-se desfavorável ao longo dos seis primeiros meses de 2012.

Os dados obtidos no 2º trimestre do ano em curso apontam que o seu indicador de clima económico manteve a estabilidade iniciada no período homólogo de 2011, mas, conseqüentemente, permanece abaixo da média.

Destaca-se que, no sector da indústria transformadora, a confiança dos empresários aumentou em relação ao trimestre homólogo de 2011.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) avança que a indústria transformadora, "apesar do desfavorecimento da conjuntura no sector e da estabilidade do indicador em relação ao período anterior, a confiança dos empresários aumentou em

relação ao trimestre homólogo" e frisa que aumentaram as limitações no sector, do qual se destaca a falta de água, de energia, de mão-de-obra especializada e as dificuldades financeiras, bem como o elevado absentismo do pessoal ao serviço, o excesso de burocracia e de matérias-primas.

No sector da construção, "os empresários continuam a mostrar otimismo, não obstante a conjuntura continue desfavorável, pois o indicador evoluiu, positivamente, em sete trimestres consecutivos".

De acordo com o boletim de Conjuntura Económica do 2º trimestre, publicado pelo INE, o otimismo no sector deveu-se, essencialmente, às boas perspectivas de actividade e emprego em relação ao trimestre de Julho a Setembro do ano em curso.

Entre as limitações na construção, sobressaem, na opinião dos empresários, "a insuficiência da procura e as dificuldades na obtenção de crédito bancário" e o nível elevado da taxa de juro e o alto grau de absentismo da mão-de-obra.

No comércio, aumentou o constrangimento das empresas no exercício da sua actividade, mas as limitações centram-se nas dificuldades em encontrar pessoal com a formação apropriada, o excesso de burocracia e regulamentações estatais. Ficou ainda afectada pelo absentismo da mão-de-obra.

A conjuntura no sector dos Transportes é favorável, assim como no Turismo, enquanto a indústria extrativa registou uma conjuntura económica desfavorável. Constrangimentos estruturais persistem na economia e que os próximos trimestres de 2012 podem apresentar um cenário menos optimista em comparação aos trimestres anteriores, porquanto, no terceiro trimestre de 2012, se agudizaram os problemas relacionados com a falta de energia e água que deverá contribuir, negativamente, para o clima económico, tanto no terceiro quanto no quarto trimestre de 2012.

Isto quer dizer que o sector da Indústria Transformadora poderá ressentir ainda mais os constrangimentos na produção e no conseqüente efeito sobre as perspectivas de emprego.

8.34 Consumo de água subterrânea é alternativo

Semanário Factual
15 á 20 de Outubro de 2012

Há duas semanas que água potável deixou de jorrar nas torneiras do bairro Bitá Sapu, no município de Viana, devido à falta de energia, fornecida pela

barragem de Kapanda, pelo baixo Caudal da Albufeira, o que leva os moradores a consumirem água subterrânea, como alternativa, constatou, esta semana, o Factual.

O Semanário esteve no município de Viana e constatou que os moradores do Bita Sapu/Quilómetro 12 consomem água imprópria, pela escassez do precioso líquido, o que transtorna a saúde dos seus habitantes.

De acordo com moradores, o consumo de água subterrânea está a servir de alternativa pela carência que se regista em todas as partes do município, servindo para a lavagem de bens domésticos e para beber depois de a ferver.

Gabriela Matos, de 37 anos de idade, é mãe de seis filhos e considera a falta de água uma realidade assustadora, que afecta, quase na sua totalidade, a capital, Luanda. Informações da EPAL referem que a distribuição de água para os moradores de Viana e não só passará a ser feita de forma alternada, para Colmatar a falta que a cidade regista há cerca de duas semanas, no período entre as seis da manhã e o meio-dia, sendo prioritários os hospitais e outras instituições.

Os moradores clamam por socorro, temendo que a água subterrânea traga enfermidades que ponham em causa o fraco orçamento familiar.

8.35 Comité de apoio avalia programas

Jornal de Angola

19 de Outubro de 2012

O Comité de Pilotagem do Projecto de Apoio Institucional ao Desenvolvimento do Sector de Água e Saneamento em Angola analisou ontem, em Luanda, em reunião ordinária, as acções desenvolvidas para melhorar as condições do sector.

De acordo com o comunicado de imprensa distribuído no final da reunião, a execução de projectos do sector das águas e saneamento básico pode contribuir para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos domínios da água e do saneamento em Angola.

As actividades desenvolvidas pelo sector serviram para qualificar recursos humanos das instituições públicas, de modo a providenciar níveis de serviços adequados às necessidades da população, melhorar as condições de saneamento das áreas rurais.

Das acções a serem desenvolvidas consta a melhoria da qualidade da água para consumo doméstico e reforçar a gestão do abastecimento nas zonas rurais.

Os projectos do sector têm o apoio financeiro de 17 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Segundo o documento, existe um contrato de assistência técnica para apoiar a Direcção de Abastecimento de Águas e Saneamento (DNAAS).

8.36 Abastecimento de luz e água está a melhorar em Luanda

Jornal de Angola

19 de Outubro de 2012

O presidente do conselho de administração da EPAL, Leonídio Ceitas, afirmou que com as melhorias que Luanda vai conhecer no abastecimento de energia, também o abastecimento de água à cidade vai melhorar.

A central de Cassaque vai permitir a bombagem permanente de água para fornecer a zona da Maianga, Museu das Forças Armadas, Ingombotas, Alvalade, Prenda, Samba e Benfica.

Para a parte sul da cidade, frisou Leonídio Ceitas, o abastecimento de água, não vai ser tão rápido, devido a problemas na montagem do equipamento: "mas tudo está a ser feito, para uma solução rápida".

Leonídio Ceitas afirmou que um dos problemas que a EPAL enfrenta é a perda de grande quantidade de água, causada pelas empresas que estão situadas ao longo do canal do Kikuxi e das crianças que fazem do canal piscina.

As centrais térmicas que entram em funcionamento a partir do mês de Dezembro, o mais tardar, vão funcionar como fontes alternativas, enquanto se aguarda pelo aumento do nível da albufeira da central hidroeléctrica de Capanda.

Estão em final de montagem de equipamentos a central térmica do Morro Bento, com uma potência de 40 Mw, que vai abastecer as áreas adjacentes e as zonas do Rocha Pinto, Samba e uma parte do município de Belas.

A central térmica do Benfica, com uma potência de 40 Mw, vai abastecer as áreas adjacentes do Benfica até ao Ramiros. Uma parte do Benfica já beneficia de abastecimento de energia eléctrica através de uma central térmica que trabalha provisoriamente.

A subestação da Filda vai servir para abastecer os bairros Palanca, Cazenga e Terra Nova. A central térmica de Cassaque, com uma potência de 40 Mw, abastece uma parte de Viana e principalmente, a central de bombagem de água do Cassaque.

O ministro da Energia e Águas, João baptista Borges, e o governador da província de Luanda, Bento Bento, visitaram todas as centrais em obras.

8.37 E repõe água aos soluços

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

O porta-voz da Empresa Pública de Água de Luanda, Domingos Paciência, em entrevista ao Novo Jornal, esclareceu que a empresa tem 10 centros de distribuição de água e seis estações e a falta de energia eléctrica tem criado muitos constrangimentos na distribuição.

"Neste percurso, as coisas vão ficar equilibradas e vão ficar resolvidas definitivamente em Dezembro do ano em curso", garantiu, adiantando que a EPAL já começou a repor o abastecimento de água potável em alguns bairros da cidade capital.

"Nós vamos acompanhar a evolução de Kapanda. E o que é que se passa nesta hidroeléctrica? Até a EDEL solucionar o caso, podemos criar uma alteração do quadro em função da bombagem de água, caso não haja nenhuma estrangulação por falta de luz eléctrica".

A EPAL está abastecer, com camiões cisterna, os hospitais do Prenda, Sanatório, Beiral, Hospital Militar Principal, maternidade Lucrecia Paim, Mãe Jacinta Paulino, Josina Machel, maternidade Ana Paula e Centro Ortopédico..

8.38 Comuna com dificuldade em abastecer a população

Jornal de Angola

19 de Outubro de 2012

O administrador da comuna de Quiquiamba, município do Bolongongo, província do Kwanza-Norte, Hélder Kamuendidi Bengui, manifestou-se quarta-feira preocupado com o abastecimento de água potável, agravado pela falta de um programa de investimento para a resolução do problema a curto prazo.

Hélder Bengui disse à Angop que a situação dá origem a um aumento de doenças pelo facto da população consumir água dos rios e cacimbas.

O responsável disse que a população da comuna de Quiquiamba aguarda há vários anos a construção de centros de captação, tratamento e distribuição de água.

Com uma população estimada em cerca de 1.830 habitantes, a comuna de Quiquiamba dista 67 quilómetros da sede municipal de Bolongongo, segundo o administrador Hélder Kamuendidi Bengui.

Na região, acrescentou, têm sido realizadas várias acções de impacto social, para melhorar o nível de vida da população.

O administrador referiu que, das obras que têm sido efectuadas, destaque para a reabilitação e construção de centros médicos, postos de saúde e salas de aula, para melhorar a assistência à população e inserir mais crianças no sistema normal de ensino e aprendizagem.

8.39 EPAL “seca” moradores

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

No bairro do Cawelege, que na língua nacional Umbundu significa frio, situado no Futungo de Belas, os moradores reclamam que há dois meses não são abastecidos pela Empresa Pública de Águas de Luanda. A empresa reage e garante, através do seu porta-voz, que já estão a distribuir água potável em alguns bairros de Luanda.

Heldimira de Oliveira, moradora na zona, disse ao Novo Jornal que já vai a caminho de dois meses que a água potável não jorra nas torneiras do bairro. "Nós temos fontenários, só que não corre água neles. Há vezes em que correm algumas gotas no fontenário, mas não chega a 40 minutos e a água deixa de sair nas torneiras".

A nossa entrevistada nota que neste bairro só duas casas têm água canalizada. Os moradores das restantes têm de ir ao fontenário ou a casa daqueles que têm tanques de água. Segundo Heldimira de Oliveira, com a falha de água os residentes estão a acarretar água para a banheira. Só que o bidon de 20 litros, que antes pagavam a 10 kwanzas, custa hoje entre a 100 a 150 kwanzas.

O mais velho Pedro Francisco dos Santos, antigo militar das Forças Populares de Libertação de Angola (FAPLA), é vizinho do fontenário, mas essa

proximidade não lhe traz grande alegria nos dias de hoje.

O homem anda descontente com a EPAL, porque há dois meses que no fontenário não jorra água potável. O Novo Jornal encontrou-o com uma mangueira de água ligada ao fontenário, que se dirigia ao seu tanque à espera. "Meu, filho olha para o tanque, está seco. Estou à espera de água, desde a semana passada, mas esses homens da EPAL estão a nos fintar. Embora digam que a água está a sair por zonas, aqui só por gotas. Continuamos à espera", lamentou.

Pedro Francisco dos Santos, que só vive da venda de água, porque desde que foi desmobilizado ainda não beneficia da pensão de reforma como antigo militar, vê a sua situação agravar-se. "A água, quando vem, só sai durante 40 e não chega para encher os nossos recipientes", justifica.

O Novo Jornal contactou o presidente da comissão de moradores, João Pinto da Silva, que esclareceu que não existe água canalizada nesta zona, embora a tubagem de água passe no bairro. "Há um programa, a nível do governo provincial, para a legalização da água domiciliar e estamos à espera que esse programa chegue o mais rápido possível. As populações continuam a reclamar, porque ninguém sabe quando é que a água vira no Cawelee", informou. Aquele responsável acrescentou que a população está a receber água através camiões cisternas. Outros recorrem aos fontenários, que são apenas quatro, para um universo populacional de 7.304 moradores.

Para ele, os fontenários não são a solução para resolver o problema. Apenas a ligação domiciliária poria fim ao tormento que as populações passam para ter água.

Para adquirir água, a população tem de ir procurar camiões cisternas na zona do Benfica e, segundo o presidente deste bairro, fica muito caro e nem todos têm essa disponibilidade financeira.

8.40 Administração acusada de desviar água dos chafarizes

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

A acusação vem dos moradores dos bairros Boa Esperança e Balumuka, em virtude de constatarem, nas três últimas semanas, o desvio do canal de água para as residências e empresas particulares.

Conforme moradores ouvidos pelo Factual, a Administração Comunal do Kikolo, em conluio com a do bairro Boa Esperança, resolveu desviar a água

dos chafarizes para vender a terceiros, por falta de salários.

Os moradores do bairro Boa Esperança, reunidos na tarde de terça-feira, 9, resolveram manifestar-se diante da administração do bairro, sita nas proximidades da escola n.º 8015, a fim de ver restabelecida a água para mais de 12 mil famílias residentes.

O grupo, composto maioritariamente por mulheres dos 15 aos 40 anos de idade, marchou até às portas de acesso à Administração Comunal, interrogaram o administrador, que respondia por Domingos, e exigiram água para todos e, no caso contrário, levaria surra das mulheres e o problema chegaria à Administração Municipal de Cacucaco.

Juliana Pedro, de 40 anos de idade, uma das manifestantes, afirmou ser irresponsabilidade dos administradores não atenderem aos problemas dos cidadãos, e o pior acontece quando cometem gafes desta natureza. "Estamos saturadas e precisamos de alimentar os nossos filhos", rematou Juliana Pedro.

Depois de dois dias de manifestação, sem resposta prática, as mulheres decidiram-se a perfurar uma das tubagens de água da EPAL, localizada na estrada terciária do bairro Boa Esperança, que dá acesso à vila de Cacucaco. A tubagem estava canalizada com os principais fontenários de água que abasteciam aos moradores daquela circunscrição.

Nesta via terciária, cem mulheres juntaram-se por estar sequiosas de água potável e, ao romperem a tubagem, notaram que a água vinha turva, mas, nem com este facto, elas abandonaram o local, servindo-se daquela fonte de consumo durante as duas semanas findas.

Fonte da Administração Comunal do Kikolo assegurou ao Factual não corresponderem à verdade as acusações que pesam sobre a sua instituição, porque ela está engajada em assegurar o reabastecimento regular do precioso líquido aos moradores", garantiu.

Os moradores da comuna do Kikolo estão privados do abastecimento de água há 24 dias.

8.41 Milhares de habitantes com mais água potável

Jornal de Angola

21 de Outubro de 2012

Mais de cinco mil habitantes da regedoria do Bendo, no município do Puri, passaram a consumir água

potável desde quarta-feira, graças à inauguração de dois sistemas de abastecimento.

O fornecimento é feito a partir de um reservatório, que bombeia a água para 12 fontanários e quatro lavandarias, construídas naquela localidade da província do Uíge.

O vice-governador do Uíge para sector económico e produtivo, Carlos Samba, que presidiu à cerimónia de inauguração, garantiu que o Governo vai continuar a trabalhar para melhorar as condições de vida

dos habitantes da província. Para isso, o responsável provincial espera a participação de todos os habitantes da regedoria, no sentido de concretizar as acções preconizadas pelas autoridades.

O administrador do Puri, António Sequeira, afirmou ao Jornal de Angola que, além dos sistemas de abastecimento de água do Bendo, também, foram erguidos, noutras localidades do município. Empreendimentos de impacto social, como escolas, hospital municipal, centros e postos de saúde, residências para funcionários e instalações para o funcionamento dos diversos sectores que compõem a A administração.

8.42 Mais aterros sanitários construídos no Cazengo

Jornal de Angola
21 de Outubro de 2012

Até Dezembro vão ser construídos 60 aterros sanitários destinados a 13 bairros do município do Cazengo graças a um acordo entre o governo provincial do Kwanza-Norte e a empresa SHS.

A responsável técnica da empresa disse que os bairros do Tala Hady, Chegue Vara, Sassa um e dois, Quilembequeta, Cás, Pedreira, Lixeira de Cima e de Baixo, Banga, Ndalatando, 28 de Agosto e São Filipe foram os escolhidos por serem os mais necessitados.

A empresa trabalha neste momento em casos de desnutrição, de doenças diarreicas, respiratórias agudas e do sono e de saúde materno-infantil.

ASHS tem 60 agentes comunitários. Cada um é responsável por 150 famílias, que deve visitar semanalmente, no âmbito de um programa de acções de prevenção de doenças e de promoção da saúde.

Melissa Mota afirmou que os supervisores de campo e os agentes comunitários de saúde desenvolvem, em sessões educativas e em visitas domiciliares,

acções de sensibilização sobre medidas preventivas das principais doenças transmitidas por falta de saneamento básico e salientam a importância de se dar um destino adequado ao lixo. Em um ano de actividade da empresa SHS, referiu, 29 famílias construíram latrinas em casa. O número, lamentou, é ainda muito pequeno e por isso foi pedido aos agentes comunitários que continuem a estimular a construção de sanitas.

Melissa Mota disse que 58,1 da famílias registadas têm latrinas nos locais de residência e que destas 36,33 as instalaram a distâncias inferiores a 15 metros das fontes de água. O objectivo, sublinhou, é diminuir a hipótese da contaminação das fontes de águas. O número reduzido de latrinas nos bairros que vão beneficiar de aterros sanitários, referiu, deve-se não apenas a hábitos, mas a restrições financeiras e à complexidade dos lençóis de água.

8.43 Fundo de Desenvolvimento concedeu verbas para água

Jornal de Angola
21 de Outubro de 2012

O Fundo Europeu de Desenvolvimento disponibilizou 17 milhões de euros para o desenvolvimento do sector de água e saneamento em Angola. O facto foi anunciado na quinta-feira durante a segunda reunião ordinária daquele órgão, que decorreu numa das unidades hoteleiras de Luanda.

Um comunicado distribuído à imprensa refere que a verba serviu para executar os projectos que visam qualificar os recursos humanos das instituições do sector das águas, de modo a providenciar os níveis de serviços adequados às necessidades da população, melhorar as condições de saneamento das zonas mais desfavorecidas.

De acordo com o comunicado, o projecto visa igualmente melhorar a qualidade da água doméstica e reforçar a gestão do abastecimento de água nas zonas rurais no âmbito do processo de descentralização.

Para levar a bom porto o projecto, foram celebrados contratos de assistência técnica para apoiar a Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento e de contribuição com o Fundo das Nações Unidas para Infância UNICEF, orçamentos e programas com o Ministério do Ambiente para financiamento do projecto-piloto.

Carlos da Silva Eloy, director da Unidade Técnica Administrativa para Africa, Caraíbas e Pacífico da

União Europeia disse que passados três anos da assinatura da convenção de financiamento do projecto, os trabalhos decorrem a bom ritmo. Quanto ao apoio a prestar ao Ministério do Ambiente, Carlos da Silva Eloy afirmou que está numa fase importante.

Miguel Varela, representante da União Europeia em Angola, disse na ocasião, que é importante que

os projectos tenham resultados satisfatórios. O comité de pilotagem do projecto supervisiona as operações com vista a assegurar que sejam desempenhadas em conformidade com estipulado na Convenção de Financiamento e documento contratuais.

Participaram do encontro representantes dos ministérios da Energia e Águas, do Ambiente, do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, da União Europeia, UNICEF e do Banco Africano do Desenvolvimento.

8.44 Baixo nível de nascentes na Huíla condiciona fornecimento de água

Jornal de Angola

21 de Outubro de 2012

O fornecimento de água no Lubango é feito, desde há cerca de um mês, com restrições devido ao baixo nível das nascentes da Tundavala e da nossa Senhora do Monte causado pela falta de chuvas.

O director provincial de Energia e Águas lembrou que este ano a Huíla registou estiagens em Março, Abril e Maio e o atraso no início da chuva em Setembro, o que causou o baixo caudal daquelas nascentes.

"Há três épocas chuvosas sucessivas que a recarga dos níveis freáticos de águas não é suficiente, o que prejudica a distribuição de água", disse o director.

Abel da Costa afirmou que a situação tende a melhorar nos próximos dias por a chuva já ter começado a cair no Lubango e noutros municípios, o que vai ajudar a repor os níveis freáticos.

O director também anunciou a abertura em breve de dois furos de grande capacidade para injectar água na conduta e abastecer a cidade do Lubango mesmo sem chover.

Nova conduta

A conclusão do sistema de distribuição de água à cidade do Lubango, disse que a primeira fase, orçada em 11,45 mil milhões de kwanzas, contempla

projectos de planeamento, instalação de condutas adutoras, nova rede com 1.500 ligações, formação de pessoal técnico e aquisição de equipamentos.

Até agora, referiu Abel da Costa, foram reabilitados 21 quilómetros da conduta adutora estruturante, 16 da secundária e 15 de rede de distribuição no centro da cidade. Também foi instalada a primeira Estação de Tratamento de Água da cidade e promovida a formação do pessoal técnico responsável pela manutenção da nova rede.

Na sequência das novas ligações aos domicílios, alguns habitantes da cidade do Lubango já consomem água potável proveniente da conduta da Tundavala. Com a conclusão das obras, referiu, a capacidade de captação e de reserva de água aumenta de quatro mil para 60 metros cúbicos. Para os próximos meses está previsto construir seis reservatórios de água com capacidade de 60.750 metros cúbicos contra os quatro mil metros cúbicos existentes.

8.45 Consumo de água potável reduz doenças em Chivaulo

Jornal de Angola

26 de Outubro de 2012

As doenças originadas pelo consumo de água não tratada na comuna de Chivaulo, município no Andulo, registaram uma queda considerável desde que foi instalado um sistema de abastecimento, garantiu o regedor local, Justino Sandombela.

O sistema é composto por um tanque de 45 mililitros cúbicos e está constituído por três chafarizes, igual número de lavandarias públicas, e 55 ligações domiciliárias. Executado pelo Governo Provincial do Bié, custou mais de 32 milhões de kwanzas

O regedor considerou que o programa "Água para Todos", em curso em toda a província do Bié, está a ajudar, em grande medida, que várias doenças, como as diarreicas e a sarna, diminuam muito.

A autoridade tradicional assegurou ainda que os Programas Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza estão a contribuir para a rápida melhoria da qualidade de vida das populações do meio rural.

A comuna de Chivaulo fica a 39 quilómetros da sede municipal do Andulo e tem 32 aldeias, 16 ombalas e duas regedorias. Possui uma população estimada em mais de 81 mil habitantes, que se dedica essencialmente à agricultura de subsistência.

8.46 O Descontentamento do Chimbicado

Novo Jornal

26 de Outubro de 2012

Coordenador da comissão de moradores do bairro Chimbicado, município de Belas em Luanda, José Neto, disse estar cansado das garantias vindas da Administração Municipal no que toca à colocação de energia eléctrica na sua área de jurisdição.

"Então as pessoas vêm aqui, fazem levantamento de dados, prometem pôr luz e nunca mais voltam. Isso cansa, eu já sou mais velho, não fica bem os moradores me chamarem de mentiroso", desabafou, tendo informado que a corrente eléctrica não está muito longe dessa zona.

Aliás, o velho de 77 anos, que se considera fundador do bairro que coordena, por alegadamente ter nascido aí, classificou o Chimbicado como a 'ilha da escuridão', tendo justificado esse atributo com o facto de estarem rodeados por subúrbios eletrificados.

"Nós nos perguntamos sempre o que é que se passa nesta ilha, porque aqui atrás está o projecto Jardins do Éden, ali à frente o 15 de Fevereiro, lá em cima, o Simione e aí na entrada, o Camama, todos têm energia, disse, gesticulando compulsivamente para indicar a direção dos bairros limítrofes, ao ponto de não ter conseguido controlar o derrube de alguns utensílios e papeis, que se encontravam por cima da sua humilde secretária.

De acordo com o também presidente do sector quatro, como é conhecida essa área, as negociações começaram antes de 2008 e nunca foram feitas sem a presença de dirigentes municipais e comunais.

"No tempo do administrador municipal do Kilamba Kiaxi, José Correia, já estivemos reunidos muitas vezes com os membros da Empresa de Distribuição de Eletricidade de Luanda (EDEL) e até eu sugeri para os moradores fazerem uma contribuição, a fim de se construir a cabine eléctrica, mas o administrador me disse para não se preocupar, porque o povo não tinha de pagar nada", contou José Neto, desconfiando ser por essa razão que, até à data desta reportagem, a energia não chegou aí.

A falta de água é outro problema que preocupa o responsável máximo do bairro Chimbicado.

Acerca do precioso líquido, o mais velho disse já ter ouvido um dia por via da rádio que a Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL) tinha construído fontanários na sua localidade' noticia que

o deixou chateado, ao ponto de ter ido questionar os responsáveis da empresa sobre as falsas alegações.

"Eu fui lá e perguntei ao engenheiro Augusto em qual parte do Chimbicato a EPAL tinha construído muitos chafarizes e ele ainda tentou me dizer que eu não estava atualizado. Foi aí que tive de lhe dizer que estava a falar com o coordenador do bairro", lembrou, adiantando que esses tempos já não são para mentir mais o povo.

Documentos à mesa

Para demonstrar que não estava a defender causas perdidas, o coordenador do Chimbicado aproveitou a ocasião da entrada do seu secretário, para lhe pedir que exibisse todos os documentos referentes a pedidos de intervenção das administrações cessante e actual, no concernente àquilo que eles já apelidaram de «maka da luz». Sem hesitação, o segundo homem da coordenação do bairro localizou imediatamente as escrituras, tendo-as disponibilizado para a equipa de reportagem de O País, que verificou o ficheiro, donde os responsáveis da localidade evidenciaram uma carta dirigida ao Presidente do Conselho de Administração (PCA) da EDEL.

A missiva datada de 21 de Novembro de 2011 solicitava ao PCA da Empresa de Distribuição de Eletricidade um reengajamento, no sentido de proceder a instalação dos Postes de Transformação, vulgo PT's, cabinas e extensões de postes de energia eléctrica em toda a dimensão do bairro, conforme se pôde ler na mesma, que só mereceu a resposta da EDEL a 31 de Janeiro de 2012.

"Reportando-nos sobre o assunto, apraz- nos informar que, de momento não será possível atender a vossa solicitação, por falta de infraestruturas. Porém, esforços estão a ser feitos para a execução de projetos, que visam atender a necessidade de eletrificação da zona", refere a carta de resposta da EDEL registada com o código 14/CD-S/EDEL-EP/11, sob a chancela do director José Carlos Bravo da Rosa.

O veredicto do documento que acusa a recepção da carta da comissão de moradores do Chimbicato apenas a 10 de Janeiro do ano em curso, deixou os solicitantes e seus vizinhos ainda mais desesperados, uma vez que já conviviam com promessas do género desde 2007, segundo disseram a este jornal o coordenador e o secretário da área.

Por causa disso, os responsáveis da coordenação, em colaboração com os do Comité de Acção do Partido MPLA local, popularmente conhecido como CAP-306, envidaram esforço de endereçar outra carta à

administradora do município de Belas, Joaquina Quintas, a 18 de Setembro último, começando por solicitar água no bairro.

José Neto referiu-se ainda sobre uma recente reunião da sua equipa com o pelouro da actual administradora do município de Belas, Joana Quintas, de quem disse ter ouvido também alegações de incerteza.

"Senhor Neto, o que nós devemos fazer é só esperar", recordou as palavras de sua superior hierárquica, questionando-se se deviam esperar até quando. Acrescentou repetindo que ele e o seu povo estavam cansados de tanto esperar.

8.47 Gota no oceano

O País

26 de Outubro de 2012

Quando abordado para explicar as modalidades que fizeram chegar a energia em sua casa, localizada num corredor do bairro Chimbicado, José Fernandes considerou a sua e a condição de muitos como uma gota no oceano.

"Nós temos luz, mas sentimo-nos mal, porque a maior parte dos moradores do bairro não têm", solidarizou-se, adiantando que, até hoje, não entendeu as políticas que envolvem o seu contrato.

Reclamou dizendo que não foi colocado em sua casa um contador para controlar o consumo da energia, de modo a ditar com exatidão as contas mensais a pagar.

"Homens com uniforme da EDEL vieram pedir-nos cópias do Bilhete de Identidade e nos cadastraram", disse o residente do Quarteirão seis, tendo recordado que a última vez que pagou a mensalidade, fê-lo com mil e 250 Kwanzas.

A maior parte dos moradores optou por geradores eléctricos, a fim de evitar a escuridão total da zona.

Manuel da Costa é um desses residentes. Ele apelou, de forma lacónica, às autoridades de direito para fazerem o esforço de eletrificar o Chimbicado.

"Eu não vejo nenhum problema, porque a energia está aí próximo no Jardins do Éden", desafogou, fazendo fé de que a sua expectativa não seja para toda a vida.

8.48 Pânico nos chafarizes

Jornal Agora

27 de Outubro de 2012

Várias mulheres correm o risco de serem violadas, sequestradas, ou mesmo assaltadas, no bairro 11 de Novembro, no Cazenga.

Os moradores, na sua maioria donas de casa, acordam à madrugada para conseguir água nos chafarizes para o consumo, acabando muitas vezes por se depararem com os assaltantes.

Miguel Matos, isolador do chafariz 409, no sector 9, localizado na 'Gota D'água', adjacente ao mercado dos Kwanzas disse ao AGORA que acorda à 6 horas para atender as mulheres.

"Quando acordo, já encontro uma enorme fila de bidões das senhoras que acordam cedo, ocupando lugares para serem as primeiras atendidas, porque muitas delas levam no chafariz mais de 10 bidões de

20 litros, e nem sempre os conseguem levar a casa", indicou, acrescentando que "à madrugada surgem invariavelmente grupos de jovens armados, ameaçando as senhoras".

O ancião Miguel tem apelado aos moradores a não acordarem à madrugada para evitar os riscos.

Margarida Natália (Nati), residente no mesmo bairro, revelou que acorda sempre às 3h para conseguir o precioso líquido, tendo sido já surpreendida pelos assaltantes. "À última vez apareceram sete jovens com arma de fogo em punho e mandaram-nos tirar a roupa, mas não nos violaram. Fugimos e abandonamos os recipientes", contou.

A carência de água tem provocado um enorme corre-corre no casco urbano e na periferia. "Nos chafarizes onde por vezes jorra água tem havido mesmo empurrões", referiu Natália, acrescentando que já houve um caso de violação na Petrangol.

Os moradores querem um maior envolvimento da polícia para patrulhar o bairro.

8.49 Distribuídos filtros de água na Terra Branca

Jornal de Angola

27 de Outubro de 2012

Os moradores do bairro Terra Branca, Funda, receberam 240 filtros da Fundação Sol que vão ajudar

a reduzir as doenças provocadas pelo consumo de água contaminada.

Técnicos da instituição explicaram aos moradores a forma de utilizarem os filtros que permitem que a água turva e com micróbios passe a potável.

Maria Garcia, uma das beneficiárias, disse à Angop que o projecto vai ajudar a sua família a não continuar a contrair doenças causadas pela água do rio e das cacimbas.

O representante da Fundação Sol, José Carlos, afirmou que a doação se insere num projecto-piloto de âmbito nacional destinado às comunidades que ainda não têm acesso à água canalizada.

A administradora municipal do Cacuaco, Rosa dos Santos, enalteceu o gesto da Fundação Sol que, salientou, vai ajudar a reduzir as doenças resultantes do consumo de água não tratada.

A Fundação Sol, criada pelo Banco Sol, dedica-se a acções de carácter social, cultural, desportivo, educacional e de investigação nas comunidades.

Em Luanda, a renovação da rede de distribuição de água potável vai levar o líquido a mais moradias da capital do país.

8.50 Governador provincial do Zaire garante melhoria na distribuição

Jornal de Angola
29 de Outubro de 2012

O governador do Zaire, Joanes André, apontou o melhoramento no abastecimento de energia eléctrica e água potável, construção de estradas, residências, e outras infra-estruturas básicas como as grandes prioridades no sentido de garantir o bem-estar dos cidadãos do município do Soyo.

José Joanes André, que falava no último fim-de-semana às populações daquele município, quando cumpria a sua primeira visita de trabalho àquela localidade após a sua nomeação, disse que não vai defraudar os anseios dos habitantes locais.

Para o êxito dos projectos sociais na região, Joanes André disse contar com a ajuda de todos os cidadãos, no sentido de, em conjunto, resolverem os problemas.

"As preocupações e sugestões constantes na mensagem dos jovens do Soyo, enquadram-se naquilo que fui mandatado para resolver pelo Presidente da República", disse o governador, para

quem os principais problemas do povo devem ser resolvidos de forma "rápida, enérgica e segura".

José Joanes André disse que para solução dos problemas de energia eléctrica e água potável na província espera trabalhar com todas as sensibilidades da sociedade, salientando que já encetou contactos com o Ministério da Energia e Águas para o efeito. Anunciou, a propósito, a construção de uma barragem hidroeléctrica no município do Soyo, para abastecer inclusive a cidade de Mbanza Congo. Os trabalhos técnicos do projecto estão em fase bastante avançada.

Sublinhou que o projecto referente à produção e fornecimento de água potável está em execução, e contempla a construção de redes técnicas, nomeadamente, a tubagem, cabos eléctricos, redes de esgotos para águas residuais e pluviais, linhas telefónicas e vias de circulação. Numa primeira fase o projecto está a ser executado nos municípios de Mbanza Congo, Soyo e N'zeto.

Joanes André adiantou que para os municípios de Nóqui, Cuimba e Tomboco estão a ser realizados estudos para posterior implantação de infra-estruturas destinadas ao fornecimento de água potável.

O governador do Zaire garante ainda trabalhar na reabilitação e construção das vias secundárias e terciárias do município do Soyo, com vista a facilitar a mobilidade de pessoas e bens na região.

A conclusão da estrada nacional entre Caxito (Bengo) e N'zeto (Zaire) consta também entre as prioridades do governo do Zaire, e também está contemplada no programa de investimentos públicos para 2013.

O governador garante que ao longo deste quinquénio será concluída a ligação por estrada entre Luanda, Mbanza Congo e o Soyo. Numa mensagem dirigida ao novo governador provincial, a juventude do município do Soyo solicitou especial atenção à formação académica e técnico-profissional, habitação, hospitais, escolas, locais de lazer, entre outras infra-estruturas sociais.

José Joanes André manteve no município do Soyo encontros com as autoridades tradicionais, religiosas, e visitou empreendimentos sociais e económicos.

8.5I Aberto aterro sanitário

Jornal de Angola

30 e Outubro de 2012

O primeiro aterro sanitário comunitário, de um total de 60 a serem construídos a nível do município do Cazengo, ficou, na sexta-feira, à disposição dos habitantes do bairro Sassal, em dalatando.

A abertura do aterro faz parte de um programa de promoção da saúde comunitária, que está a ser incrementado pela empresa Soluções em Saúde SHS, em parceria com a direcção provincial do sector.

Apesar da construção ficar situada a uma 100 metros da zona habitada, a coordenadora do projecto, Melissa Mota, garantiu terem sido observados todos os cuidados inerentes ao meio ambiente, evitando assim a proliferação de determinados vectores que afectam a saúde pública.

O objectivo, segundo explicou, é contribuir para pôr fim aos focos de lixo e à proliferação de doenças.

Melissa Mota salientou que, no âmbito desta iniciativa, existem ainda outras acções destinadas a melhorar o saneamento básico no município de Cazengo. Em função disso, há um ano que está a ser feito um trabalho de esclarecimento e sensibilização da população relativamente ao tratamento adequado a dar aos resíduos sólidos.

A apresentação aos beneficiários do referido entulho marca o início da construção, até Dezembro, de 60 aterros sanitários comunitários em 13 bairros da cidade de Ndalatando. A concepção do projecto, que

Conta ainda com a parceria da administração municipal do Cazengo, tem em vista a preservação do ambiente, uma vez que as infra-estruturas são construídas em espaços completamente impermeabilizados, com sistema de drenagem dos líquidos produzidos pela decomposição dos resíduos.

O programa é assegurado por 56 agentes comunitários e vai ser extensivo, gradualmente, aos restantes nove municípios da província do Kwanza-Norte.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Diretora do Minfamtu diz que o caso é preocupante

Continente

05 de Outubro de 2012

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher (Minfamtu), mostra-se consternada com os constantes actos de violência que se tem registado na capital do país.

De acordo a sua directora, Antónia Ferreira Marcelino, há muito tempo que Luanda não regista casos consecutivos de violência. O acto de homicídio do jovem Jorge Cruz "Tucho" surge num momento em que parecia que as "famílias estavam entrosadas e que acatavam alguns conselhos que o Minfamtu e outras instituições têm estado a passar na sociedade", disse Antónia Marcelino.

Desta feita, adiantou que a instituição que dirige vai continuar a trabalhar, intensificando os encontros e palestras no seio das famílias. Para a responsável, o diálogo é bastante importante e aconselhou aos os filhos e acompanhá-los passo país para que conversem mais com passo.

9.2 Assassinatos por encomenda nos pacotes partidocratas

Folha 8

06 de Outubro de 2012

Pelos vistos, a presente legislatura não podia começar de pior. Juntam-se à palhaçada já tradicional de chutos e pontapés à lei angolana, os já tradicionais cortes sistemáticos de luz e água, agora agravados por já não ser necessário fingir que temos esses bens essenciais à nossa disposição, uma vez que a monstruosa e enganadora propaganda "emepolida" acabou, com uma já esperada adjunção automática de repressão policial sobre zungueiras, com alguns episódios inesperados pelo meio, como foi o caso do assassinato frio do jovem Jorge Valério, "Tucho" e um outro caso de violação múltipla de uma jovem com direito a um voo sem retorno do sétimo andar para o sétimo céu. Depois tivemos direito a outros casos de extrema violência. A cidade do Lubango encontra-se agitada com um crime idêntico, uma vez que a professora de nome Jaqueline foi raptada no passado dia 15 de Agosto, ficando quase dois meses

desaparecida. No seguimento de várias investigações, ficou-se a saber que a sua viatura fora vendida por um colega identificado por "Cláudio" que já está preso. E na passada quarta-feira, 4 de Outubro, o detido «confessou ter assassinado a professora e tê-la enterrado no perímetro da escola onde ambos davam aulas. O cadáver foi imediatamente removido pela Polícia Nacional com sinais de ter sido toda cortejada. A malograda professora Jaqueline, tinha 32 anos de idade e deixa dois filhos».

Nestas andanças, também desapareceu há mais de duas semanas a jornalista e docente universitária Miloca Pereira. Jornalista e muito mais que isso, pois Miloca Pereira é uma líder, no senso mais alargado do termo. Está envolvida de alguma forma no actual xadrez político da Guiné Bissau e resolutamente em solidariedade, ao que parece aos novos inquilinos de Bissau, sendo o seu marido, ou companheiro na vida, um dos membros da junta militar. A sua opinião sobre o presidente da República deposto resume-se a uma palavra pouco abonatória para o mesmo que não convém repetir aqui.

Para fazer aqui um aparte, pode-se dizer que Miloca Pereira quase era presidenciável na Guiné e já várias vezes tinha recusado postos ministeriais que lhe foram propostos por ex-presidentes da República desse país. Miloca é uma senhora, com classe, e é de temer que lhe tivesse acontecido o pior. Por isso mesmo, só por ter classe. Eliminar intelectuais que primam pela verticalidade é uma das mais sinistras tradições do modo de governar no nosso continente, inclusive em Angola. E nos dias de hoje.

O grande desastre angolano

Estamos em crer que, o que acontece é que estamos todos a acordar do entorpecimento provocado pela massiva propaganda do MPLA, como comentou Maurílio Muele no Facebook,

«O que se está a passar é apenas a dura realidade social angolana resultado de uma governação desastrosa, incapaz de perceber, por exemplo que os luandenses não precisam da nova Baía de Luanda, se no dia-a-dia não têm água nem luz, os esgotos estouram e ninguém se preocupa e a recolha de lixo ainda é irregular (. ..) O que se está a passar é portanto a afirmação de uma realidade que não se pode esconder com a propaganda».

O pior de tudo é que não há garantias nenhuma que esse modelo de governação se vá alterar nos próximos cinco anos, por isso, iremos assistir ao surgimento de mais castelos erguidos sob propaganda, enquanto o lado social da coisa permanecerá intocável, isto é, ignorado, esquecido daí

crescendo a desigualdade social e, por arrasto, a exclusão social. Meu Deus, como quero estar enganado ... »

Eis em que clima de entusiasmo pela vitória do "M" andamos. O desalento das populações é tanto que chega e sobra par contagiar muito boa gente com responsabilidades governativas. E há, de facto, muitas e "boas" razões para que isso seja assim, a pontos de se falar em adiar para 2015 as eleições autárquicas que deviam ser realizadas em 2014.

Para ... pura e simplesmente, modificá-la em exclusivo proveito do regime JES/MPLA.

Essa decisão das autoridades angolanas foi reflexo da necessidade de dar tempo para emendar a Constituição, com incidência para o artigo 107º que determina que a Comissão Nacional Eleitoral deve ser independente do Executivo. O regime JES/MPLA, distraído, deixou passar e, pelos vistos, não gostou.

A emenda do artigo 107º, pelo que nos foi informado, está programada, mas só pode ser modificada em 2015, altura em que a Constituição em vigor, dita "atípica" pelos seus mentores, completará cinco anos, data limite da proibição da sua alteração. As autoridades prevêem igualmente proceder à revisão da Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais (LOEG) antes de avançar para as eleições autárquicas. E, claro está, tudo isto quer dizer que vamos de mal para pior e o que de menos mal se possa augurar é que não venha a acontecer um levantamento sangrento e mortes, e mais injustiça e desprezo a juntar à que já assolam os povos de Angola.

9.3 Jovens apanhados com material bélico

Folha 8

06 de Outubro de 2012

A detenção daqueles cidadãos acusados de marginais foi resultado da "micro-operação e busca dirigida, realizada pela Polícia Nacional adstrito ao Comando da Província do Bengo que ocorreu no passado Sábado, 29 de Setembro de 2012.

Na sequência, a Polícia Nacional deteve mais de 20 cidadãos membros de vários grupos de marginais tais como os "Bi Rodas"; "Os Bons de Tudo"; "os Bombas" e "os Provocados": Os membros dos referidos grupos são tidos em Caxito como altamente perigosos e, refira-se, esta equipa de "delinquentes" era constituída por 19 indivíduos cada grupo.

Durante a micro-operação a Polícia apanhou com os supostos meliantes duas armas de fogo, sendo uma pistola de marca jericho e uma caçadeira de fabrico artesanal, um carregador de AKM, três projecteis de RPG-7, doze munições diversas, um gerador eléctrico, 21 grades de gasosa, nove mil Kwanzas e oito gramas de estupefacientes (liamba).

Aqueles marginais praticavam violações e diversas actividades fora da lei.

Refira-se ainda que durante este período, o Comando da Polícia do Bengo registou, no quadro do desarmamento da população civil, a entrega voluntária de um projectil de RPG-7 e recolha coerciva de duas armas de fogo, das quais uma de tipo caçadeira de fabrico artesanal, uma pistola, nos municípios do Pango Aluquém e Bula Atumba.

Reacção dos populares

Face à detenção dos mesmos, os munícipes daquela circunscrição mostraram-se satisfeitos porque, segundo os mesmos, os grupos "BI Rodas" e os "Bons de Tudo" eram muito perigosos, "assim que foram presos ainda vamos conseguir dormir"; disse Florença dos Santos, munícipe daquela zona, já Geraldo Adão é de opinião que o Caxito foi uma zona calma "só que o surgimento de jovens de Luanda trouxe essas situações, é triste, mas a verdade é essa, os miúdos de Luanda é quem trouxeram essas bandidagens"; terminou o mesmo que foi desmentido por Carla Bento que diz ser de Luanda e mais; "os meus irmão também de Luanda estão aqui mas não têm esses comportamentos, um é professor outro é pedreiro e não mexem nada de ninguém"; contou a Carla Bento.

9.4 Suspeitos de crimes detidos pela Polícia

Jornal de Angola

07 de Outubro de 2012

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional deteve, numa operação denominada "Cacuaco Seguro", 25 supostos criminosos, alguns dos quais considerados "altamente perigosos", disse, à Angop, o comandante da corporação naquele município ..

Os detidos, afirmou o superintendente António Ribeiro, são suspeitos de crimes de homicídio voluntário, roubo de viaturas, motorizadas e violações sexuais.

Também são suspeitos de assaltos na via pública e a casas e ocupação ilegal de reservas fundiárias do Estado. Alguns dos detidos, referiu, estavam sob

investigação criminal e outros foram detidos em flagrante delito.

Durante a operação foram apreendidas seis viaturas roubadas, 13 motorizadas, 11 armas de fogo de diverso calibre e artigos diversos.

9.5 Polícia vê ``lorotas``

Angolense

12 de Outubro de 2012

Segundo um funcionário da referida instituição escolar, que não quis identificar-se, além dos alunos, os professores e demais funcionários também sentiram-se mal no local, e precisava-se de água, uma situação agravada pela falta do líquido precioso na cidade capital.

Aquele funcionário revelou que, os encarregados de educação ao aperceberem-se do que tinha sucedido, prometeram retirar os seus educandos, caso o mesmo voltasse a acontecer.

No local, gerou-se uma grande confusão, sobretudo, devido aos nervos à flor da pele por parte dos pais dos alunos, que a todo custo gostariam obter informações sobre o estado de saúde dos seus filhos.

Segundo um aluno, tudo começou às 11 horas da manhã, e o mau estar, abundância de calor e falta de oxigénio, durou mais de uma hora. "Tentei sair mas não consegui. Sentia que tudo estava escuro e desmaiei", recordou o pequeno, tendo afirmado de seguida: "tenho medo de voltar a escola porque ainda não me sinto bem".

A tentativa de ouvir o director da referida escola não resultou em nada, pois fomos informados que tinha se ausentado da instituição para uma reunião sobre o sucedido. Além da referida escola, há também relatos de ocorrência de desmaios em algumas instituições de ensino da capital, como por exemplo, a escola Boa Esperança, segundo noticiou a Rádio Despertar.

a mesmo, segundo sabe este jornal, terá alegadamente acontecido na semana antepassada na província de Malanje, onde um grupo de excursionistas da Igreja Adventista do Sétimo Dia desfalceu depois de um acampamento fora da cidade da Palanca Negra Gigante.

Afinal é ou não fome Resposta esfarrapada da Polícia

O segundo comandante da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, quando falava em conferência de imprensa sobre os desmaios, na altura, lembre-se, afirmou que os casos de desmaios eram resultantes da falta de

alimentação ao sair de casa ou de "chinguilamento", dirigindo-se, neste caso, as igrejas.

Por sua vez, Presidente da República, José Eduardo dos Santos, preocupado com a situação, criou uma comissão multisectorial para estudar o fenómeno e se encontrar uma saída para o problema.

No entanto, os resultados desta investigação continuam nas calendas gregas, numa altura em que a sociedade pede explicações da polícia e outros organismos do Estado para que determinem as causas e os seus culpados.

A comissão em causa tinha como missão avaliar o fenómeno dos desmaios, bem como os mecanismos para normalizar a situação, responder às ocorrências e dar instruções aos responsáveis das escolas.

. O comunicado, referiu-se também, na altura, a mobilização de especialistas em medicina, psicologia clínica, psiquiatria e outras áreas do conhecimento para se investigar as causas e apoiar os docentes dos estabelecimentos de ensino e, ainda, interagir com os órgãos de comunicação social para se evitar este alarme público.

A referida comissão estava sobre a batuta do ministro do Interior e era também composta pelos ministros da Educação, Saúde, Ambiente, Assistência e Reinserção Social e outros. Paulo de Almeida reconheceu, na altura, que a situação tem criado "um certo pânico e agitação social", sobretudo, nas camadas estudantis, entre os 11 e 22 anos, que se manifesta como desmaios coletivos nos estabelecimentos escolares, afetando principalmente pessoas do sexo feminino.

As amostras enviadas para laboratórios de Portugal com vista a detectar as causas de centenas de desmaios ocorridos, desde Abril, em escolas de Angola, não conseguiram até hoje esclarecer o tipo de produto tóxico.

No decorrer das investigações, de acordo com aquele comandante, foram detidas algumas pessoas, que não ultrapassam a dezena, devido ao uso de gás lacrimogéneo, denominado Aerossol anti-agressivo/70, em forma de bisnaga, em duas escolas de Luanda.

Contudo, depois das detenções, os desmaios continuaram e, segundo Paulo de Almeida, foi por "alegadas inalações de substâncias tóxicas", tendo chegado ao conhecimento da polícia 91 casos, na altura, cujos sintomas são o mal-estar, fraqueza, deficiências respiratórias, vômitos e desmaios. Refira-se que, o "fenómeno" foi-se alastrando às escolas de Cabinda, Cunene, Namibe, Malange, Huila, Huambo e Lunda Sul, tendo o caso sido

desvendado nesta última, onde a causa do problema que afectou mais de 60 crianças foi alegadamente o uso de uma planta natural, causadora de irritações.

Segundo um balanço divulgado, mais de 800 pessoas já desmaiaram por alegada inalação de substâncias tóxicas nas províncias de Luanda, Cabinda, Cunene, Huíla e Namibe. Depois de tantas explicações, algumas das quais descabidas, a verdade, porém, os desmaios estão aí de volta, aliás, diga-se de passagem que os desmaios ou desfalecimentos nunca deixaram de existir.

Perante o quadro "negro", sem alarmismo, é preciso que se leve a sério o caso dos desmaios ou fomes, porque para os pais está a ser inseguro mandar o filho para a escola e não saber o que vai acontecer com o mesmo durante as aulas.

Para alguns cidadãos que falaram esta semana para o Parlamento Público, um programa da Rádio Despertar, onde o ouvinte é convidado a analisar um assunto "quente" do quotidiano, a polícia está a assinar um "certificado de incompetência" pelo facto de até aqui não conseguir determinar os mentores pelos desmaios no país.

9.6 Mais de 300 cidadãos detidos

O País

12 de Outubro de 2012

Trezentos e 46 cidadãos foram detidos, de Janeiro a Setembro deste ano, no país, por exercício ilegal da actividade médica e de enfermagem, soube quarta-feira a Angop de fonte policial.

Segundo o inspector da Polícia Económica, Cristiano Francisco, pelos crimes, estes cidadãos incorrerem na pena de um a dois anos de prisão, previsto no Artigo 236º do código penal, que penaliza o exercício ilegal de função pública ou profissão titulada.

"Grande parte destes indivíduos faziam -se passar por falsos médicos ou enfermeiros, pondo em risco vidas humanas", a exemplo de um cidadão que efectuava cirurgias num posto de saúde, no município do Sambizanga, em Luanda.

Acrescentou que a Polícia Económica apreendeu, no mesmo período, 16 mil 630 quilogramas de medicamentos diversos avaliados em perto de nove biliões de kwanzas.

A maior quantidade de medicamentos foi apreendida nos mercados informais e em posse de vendedores ambulantes.

Dos lotes também constavam medicamentos deteriorados postos à venda em algumas instituições.

Cristiano Francisco fez saber que a Polícia continua a fiscalizar se os utentes de farmácias estão a respeitar o comunicado da Inspeção-geral da saúde, que proíbe a venda da Vitamina C do lote 0008 por decomposição.

Entretanto, a Polícia alerta a população no sentido de denunciar possíveis falsos médicos ou enfermeiros a partir dos terminais telefónicos 914041033/041049 ou ainda através do endereço electrónico www.policiaeconomica.gv.a0

9.7 “Vou te matá!”

O País

12 de Outubro de 2012

Há sempre um quê de insegurança nas ruas angolanas, não apenas as de Luanda, porque o crime tem vários rostos e as "justificações" mais "absurdas". E não apenas nas ruas, a insegurança está também instalada entre paredes de famílias, quer as mais agarradas a crenças sem sentido como as mais poderosas, algumas com poder financeiro chegado de rompante, e que fazem da arrogância um cartão de visitas para o novo status que ostentam. E os crimes sucedem-se, chocando a sociedade vezes sem conta.

Para os analistas, olhando superficialmente para o assunto, a falta de iluminação pública está entre as mais importantes para o cometimento de crimes. Isso se olharmos para a delinquência' para o roubo, para os assaltos e violações, mas não explica tudo. Para o superintendente Divaldo Martins, "há uma relevância significativa e um valor preventivo na iluminação dos espaços. Por um lado, as pessoas sentem-se mais seguras a andar onde há luz e os delinquentes com maiores dificuldades de executar o crime num local iluminado e movimentado". E continua: "Mas estamos a falar de que crimes? Do crime espontâneo, aquele realizado sem preparação, aproveitando a oportunidade. Nem a luz evitaria crimes como o que vitimou "Tucho" Valério ou do jovem que atirou a rapariga do sétimo andar depois de a violar, muito menos do jovem que matou a namorada por não querer abortar. Nestes há uma falta de luz interior, um apagamento das suas consciências, uma diminuição, momentânea ou permanente, dos seus factores internos de controlo, induzida por uma escuridão social".

Desde pequenos

É corrente nas escolas registarem -se lutas entre crianças. Algumas delas com uma violência

inesperada. E se não bastassem os gargalos de garrafas, as facas e pedras, vem a linguagem que ilustra o perigo do descontrolo. Não raro, se ouve um deles a ameaçar com um "vou te matá". Uma expressão demasiado pesada para crianças e adolescentes, mas também um sinal da convivência com a violência que ocupa os dias de muita gente, ao ponto de se banalizar a agressão e a morte. O pior, diz um professor, é "a tendência da criação de grupos de colegas, mas que actuam fora do perímetro escolar, e os pais a leste de tudo".

Crime e desemprego

Por outro lado, o desemprego não explica todos os crimes. Segundo Divaldo Martins, os chamados crimes de colarinho branco são em regra cometidos por pessoas normalmente bem empregadas. Da mesma forma, o desemprego, a pobreza e todas as outras muletas explicativas do crime, não justificam as violações, as agressões, os homicídios".

Os bancos angolanos, por exemplo, são vítimas de roubos praticados -por funcionários, portanto, gente empregada. O PAÍS soube de um caso em que um funcionário de uma agência bancária roubou o salário de uma colega que estava na pasta dela, três mil dólares. A busca pelo dinheiro fácil poderá então ter muitas outras explicações que não o desemprego apenas.

9.8 Corrente pró-vida

O País

12 de Outubro de 2012

Tudo começou com a morte brutal de um jovem mal saído da adolescência, curtos 20 anos e toda uma vida pela frente truncada. Jorge Valério Coelho da Cruz, Tucho para os mais íntimos e Jay Jay no ambiente da música alternativa que faz heróis populares à velocidade de um post nas redes sociais.

Uma história rocambolesca, digna dos melhores achados da literatura underground criada para exaltar os gozos obscuros da mente, o sangue, a dor, a mutilação, a capacidade humana de infligir sofrimento ao seu semelhante.

Desinteligências absurdas, que terão começado com insultos menores, ganharam a expressão de um sequestro inopinado que acabou com uma violenta agressão seguida de morte do jovem de, apenas 20 anos, tendo como atacantes outros rapazes da sua geração. Ao estilo das máfias Jorge Valério (Tucho): assassinado mais sinistras e impiedosas, onde a honra é sempre lavada com o sangue das vítimas.

Jorge Valério desapareceu da circulação, foi mantido em local secreto pelos seus algozes, sofreu torturas horríveis, até os olhos lhe foram arrancados, depois de regado com gasolina o seu corpo moldado em ginásios. Rituais macabros que deixaram a sociedade em estado de choque e desencadearam a onda de indignação que depois se transformou em vontade espontânea de sair à rua para condenar a violência em todas as suas formas de manifestação.

A mobilização foi rápida, prática, sem grandes arengas nem sequer necessidade de tutelas políticas, o factor que, habitualmente, mais omnipresente está para agitar paixões e movimentar as massas entre nós. Usaram-se de modo profuso as redes sociais, as mesmas onde a indignação e a revolta dos cidadãos - jovens em grande maioria - se tinham manifestado primeiro. Um jovem estava transformado num símbolo de inconformismo de toda uma geração e os sentimentos desaguararam no que se intuiu desde o primeiro momento como saída inevitável: a marcha de milhares para um 'basta' ruidoso ao crescendo de violência!

O relato

17 horas de sábado, no calendário 6 de Outubro. No alto, a armação de cores para o mágico pôr-do-sol dos trópicos, a arrepiante beleza de que se sente a falta quando o astro rei se perde nas profundezas do oceano, numa das mais perfeitas ilusões ópticas com que nos brinda a mãe Natureza. Cá em baixo, em silêncio, os que assistem ao espectáculo cromático quase encontram razões para se perguntarem se vale a pena todo esse esplendor quando a cidade, com o crepúsculo e depois a noite, se vai entregar aos odiosos fantasmas de sempre, escondendo corpos insepultos e violentados nos becos e labirintos dominados por marginais indiferentes ao valor da vida?

Mas a marcha faz-se. Aliás, é exactamente para impedir que se desvirtue a magia e o encanto do pôr-do-sol de cada dia e se nos retire o direito a cá andarmos que todos se enfileiram, tomam o calçado reabilitado e partem em direcção à Ilha do Cabo, esmagados pela dor da perda uns, entusiasmados com a simples adesão outros, ensimesmados nas suas reflexões outros ainda. À frente, em passo firme e determinado, segue uma figura velha conhecida dos luandenses, um sacerdote. Não há nem políticos nem governantes, muito menos militares. É quase uma marcha de família aberta a vizinhos. O homem da batina branca sofre. Parente do Tucho, o jovem assassinado. Proferirá dentro em breve, na Ilha, uma oração de catarse. Cônego Apolónio Graciano. De repente, transformado no rosto da marcha, que com o cair da noite chega à avenida Murtala Mohamed.

Os jovens, muitos milhares, concentram-se na areia, num improvisado recinto varrido pela brisa do mar. Acendem-se velas e algumas lágrimas escorrem em rostos carregados de emoção e sentimentos de pesar.

9.9 Jovens exigem mais justiça

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

Com o Objectivo de consciencializar as famílias e a juventude para a mudança de conduta face aos crimes violentos, milhares de pessoas, maioritariamente jovens universitários, participaram sábado, dia 6, em Luanda, numa marcha contra a violência.

Durante a marcha, baptizada com o slogan «Basta de Violência», foram empunhados cartazes com várias mensagens, a apelar ao fim da violência e contra a impunidade. "Queremos Justiça", "Estamos unidos pelo direito à vida sem violência", "Pisa a Violência", "Não à violência", "É preciso agir, mudar é possível", "A violência começa quando acaba o amor ao próximo", "Não seja o próximo, faça a diferença", "Proteja as crianças contra a violência", "Vamos consolidar a paz, harmonia, no país e ser o exemplo da sociedade" e "Angola faz-se com amor, paz e justiça", foram algumas das palavras de ordem que animaram esta iniciativa.

A manifestação juntou pessoas que perderam familiares, vítimas de assassinato, que aproveitaram para alertar a sociedade para uma Angola em paz, onde todos possam viver com segurança, praticando o amor ao próximo.

A digressão começou na rua 4 de Fevereiro, no Porto de Luanda, e terminou na Avenida Murtala Mohammed, em frente ao Wimpy, na Ilha do Cabo, onde foram acesas velas em memória de todos quantos foram mortos por assassinato. Foi ainda realizada uma oração conjunta.

O padre Apolónio Graciano marchou como voluntário e louvou a iniciativa dos jovens, assegurando que a violência está a tomar "proporções desagradáveis" no ciclo das famílias, dizendo basta de violência e de todos os crimes que mancham a alma angolana.

O cônego, em declarações ao Novo Jornal, justificou ainda a sua presença no local, alegando que vem de uma família que também foi vítima de maus-tratos. "Este facto extravasa o que é normal. Estou aqui para me solidarizar com a minha família, com a juventude e com todos os que passaram por momentos 'de injustiça. Hoje, apela-se para a justiça. Que haja mais

amor e alegria entre nós e o sentido do bem comum", afirmou, evidenciando que cada ser humano

é um potencial assassino, por ter a paixão, um sentimento que, quando levado ao extremo, pode levar a cometer qualquer crime.

9.10 A delinquência juvenil

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

A União dos Escritores Angolanos realiza no dia 17 de Outubro de 2012, às 17horas, na sede desta Instituição (sita no largo das escolas), a tradicional *maka* à quarta-feira com o tema: "A Delinquência Juvenil em Luanda e no País".

A apresentação será feita pela Dra. Maria Luzia Nunes Dumbo, licenciada em Serviço Social. Pós-graduada em Mediação Multicultural. Pós-graduada em Criminologia, Pós-graduada em Intervenção Socio-jurídica com Crianças e Jovens em Risco, e Mestre em Serviço Social e Política Social.

"O problema da delinquência juvenil tem-se configurado como um assunto prioritário para as sociedades contemporâneas. Já muito foi escrito sobre a delinquência juvenil das possíveis causas, das famílias a que estes jovens pertencem, bem como dos crimes e contextos em que os mesmos ocorrem. No entanto, principalmente para a nossa realidade angolana, pouco se tem ouvido destes jovens. Invertendo esta tendência, Maria Luzia Nunes Dumbo, com a sua pesquisa, procurou perceber junto deles as concepções que têm sobre a delinquência juvenil. Através das representações, mais do que das respostas dos jovens, a autora conseguiu identificar múltiplas interrogações no questionamento sobre aquilo que os menores e jovens em conflito com a lei em Luanda concebem como sendo um acto delituoso. Nesta obra a autora apresenta-nos ainda os quadros de vida que caracterizam a maior parte dos jovens luandenses em conflito com a lei, pautados por situações de pobreza, exclusão social e desestruturação familiar.

A actividade está aberta a todos os escritores, professores, investigadores, estudantes e ao público em geral.

9.11 Violência na manifestação

Novo Jornal

12 de Outubro de 2012

A MANIFESTAÇÃO de repúdio aos actos de vandalismo e à violência, realizada em Luanda, ficou marcada por cenas de violência, logo no início da marcha, que visaram membros de um grupo que quis participar nesta iniciativa.

Centenas de participantes assistiram ao episódio de intolerância, que pareceu inconveniente e contraditório com o slogan em destaque «Basta à Violência», que motivou a marcha realizada após a morte violenta do estudante universitário Jorge Valério, de 20 anos, mais conhecido por «Tucho» ou «Jay Jay», torturado e asfixiado até à morte na zona da Sapú,

Solidários com a causa, alguns jovens conhecidos como «centraleiros», nome dado devido ao blogue que têm na internet, dirigiram-se à manifestação. Entre eles, constam Luaty Beirão, Mário Domingos, Manuel Luamba, Adão Ramos e Mbanza.

Os mesmos garantiram no seu blogue que a recepção que tiveram não foi das mais agradáveis: "Fomos ao local da concentração por nos sensibilizarmos com a sua motivação e por uma questão de coerência com o que temos vindo a defender".

A reportagem do Novo Jornal constatou que, enquanto se aguardava pelo começo da marcha, ocorreu algo inesperado. Os jovens «centraleiros» viram-se cercados por indivíduos civis com atitudes desafiantes a exigirem que abandonassem o local, alertando que não se tratava de uma marcha com pendor político.

Segundo os membros deste grupo, um daqueles elementos, baptizado de "Sinfo", terá recebido os cartazes que estavam com o centraleiro Adão Ramos e, em seguida, perguntou-lhe se queria reagir.

O mesmo terá respondido negativamente, o que motivou provocações que foram constatadas por todos os que estavam no local.

O grupo viu os seus cartazes rasgados e foi alvo de empurrões, dirigidos maioritariamente a Luaty Beirão, sugerindo que os mesmos abandonassem a marcha.

9.12 Violência provoca manifestação na capital

Agora

13 de Outubro de 2012

Quatro assassinatos considerados pela opinião pública como os mais brutais de sempre foram registados nos últimos dias nas cidades de Luanda, Huíla e Huambo

O assunto mobilizou recentemente a população da capital do país a realizar uma vigília para protestar contra a violência que cresce todos os dias.

Em Luanda, o assunto foi precipitado com o assassinato do jovem 'Tucho', a quem foram arrancadas as vistas e o seu corpo queimado. Dados divulgados pela Polícia, referem que os seus justiça.

Por seu turno, no Lubango, uma professora que em vida funcionava na escola 27 de Março foi espartilhada até à morte por um colega e atirada num poço próximo da escola em que leccionava. Dados avançados à comunicação social dão conta que a professora Jaqueline Tupuepo foi raptada no pretérito dia 15 de Agosto, ficando quase dois meses desaparecida, mas ficou-se a saber que a sua viatura tinha sido vendida pelo autor do crime, que era seu colega, identificado por Cláudio Simão José Ndala.

"Após investigações chegou-se à conclusão de que tratava-se do autor de crime de homicídio qualificado e o mesmo ajudou a localizar o corpo que se encontrava submerso num poço de água", esclareceu o agente da polícia após a exumação do cadáver da malograda professora.

No Huambo uma adolescente de 16 anos foi morta nesta segunda-feira, no município do Ukuma, pela sua mãe por suposto furto de 20 mil kwanzas.

A suposta assassina já se encontra detida e a aguardar por julgamento pelo acto cometido.

Analistas consideram necessário o envolvimento das autoridades e de sectores sociais, visando diminuir o grau de violência que grassa o país nos últimos tempos.

O psicólogo Januário Mussambo, citado pela VOA referiu que a marcha pode elevar a sensibilidades dos luandenses, mas aconselhou aos outros sectores do país para se empenharem na luta contra violência.

"A vigília pode realmente sensibilizar a sociedade, fazendo com que as pessoas tenham oportunidade de partilhar as suas experiências. Esta iniciativa tem

igualmente sentido pedagógico, sendo necessário que os políticos participem na luta", concluiu.

9.13 Sementes da violência

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

Não são de agora os problemas de insegurança na cidade de Luanda. Não são de agora as descrições de crimes horripilantes. O que é um facto novo é que houve finalmente uma grande manifestação contra a violência. E as pessoas que deram o corpo ao manifesto, em grande parte, não foram as dos bairros, aquelas que sabem o que é viver uma vida cujos movimentos são condicionados pelos fora-da-lei que impõem o recolher obrigatório mal a noite cai. Foram as pessoas do centro da cidade, uma elite, que vive em sítios que, apesar dos pesares, ainda são policiados.

Aspecto curioso no carácter dos que se fizeram à rua foi a procura de equilíbrio entre a denúncia de um fenómeno, a violência, que toca a todos, e o temor em identificar a semente da violência. Ou seja, que a saída à rua não fosse vista como uma manifestação contra o poder, mas simplesmente como uma chamada de alerta. Contra os desígnios dos organizadores, segundo a narração de Luaty Beirão, não houve como evitar que se gritassem os nomes de Cassule e Kamuliengue, ou que os "centraleiros", à convite dos organizadores da manifestação, tivessem lugar de honra, à cabeça do cortejo (mais para os proteger da violência, a mesma violência de que eles têm sido vítimas nas várias manifestações que organizaram, pois, os mesmos "caenxes" também se fizeram representar na manifestação).

Portanto, o que acho interessante é que a manifestação contra a violência acabou por abarcar as duas formas de violência que os organizadores da manifestação tentaram desassociar. Não é de agora que viver em Luanda vem com a constatação de que se pode morrer com um tiro disparado por um assaltante por causa de um telemóvel. E não é de agora, tampouco, que se critica um sistema de justiça disfuncional sem capacidade para trazer à justiça os supostos criminosos.

Sair à rua, assim, ainda que muitos dos manifestantes o ignorem, ou não o queiram admitir, é mostrar que afinal só existe um tipo de violência: a violência política que alimenta a criminalidade. As milícias que andaram a atacar os manifestantes, durante às manifestações, muitas vezes em casa dos próprios manifestantes antes que estes se fizessem à rua, lembram-me coisas que andei a observar no Roque

Santeiro, em 2008, durante o tempo em que aí fiz parte da minha pesquisa de campo. A segurança do Roque Santeiro era "feita por milícias, formadas por jovens, à civil, armados com metralhadoras AKM, mesmo em frente dos agentes da polícia, que tinham um modesto posto no interior do mercado; mas que não tinham a responsabilidade de garantir a segurança dos vendedores e dos seus bens.

Esta cumplicidade entre milícias e agentes da PN foi recentemente denunciada. É difícil provar, por exemplo, que agentes da PN tenham exercido violência directa sobre os jovens que

lideraram as manifestações contra o governo. Mas o que ninguém pode desmentir, é que actos de violência perpetrados pelas milícias foram presenciados por agentes da PN. Foi isso que aconteceu, por exemplo, quando Filomeno Vieira Lopes foi agredido nas imediações do Hospital Militar em Março do ano em curso.

Mas isso não é problema de agentes da PN, como indivíduos, alguns dos quais a exercer o seu trabalho com brio e profissionalismo. É um problema institucional, que tem, em parte, a sua origem na nossa história recente, na forma como as questões de segurança foram determinadas pela relação entre desmilitarização, democratização, e o imperativo da criação de uma economia de mercado. Perto das eleições de 1992, desmantelava-se o estado social, desmantelava-se o exército, criavam-se as primeiras empresas, muitas das quais de segurança. Altas patentes das forças da ordem criavam as suas empresas de segurança, contribuindo para que se criasse a ideia de que, tal como a saúde, a educação, os gastos com a segurança tinham de ser transferidos do estado para a sociedade.

Andar pelas ruas de Luanda, de dia ou de noite, e contemplar os verdadeiros exércitos de segurança privada, faz pensar se a PN terá mesmo abandonado a sua função social que é velar pela segurança dos cidadãos e pelo património.

O que esta violência tem de político é a ideia do vazio. É um vazio de desresponsabilização. Os níveis de criminalidade são altos, o que dá a ideia de caos, de que as coisas estão fora do controlo; de que as forças da ordem nada podem fazer. Se um cidadão é assaltado na rua, ou se é espancado, ou se mulheres são violadas, a mensagem que se quer fazer passar é que as forças da ordem nada têm a ver com isso. Pode tratar-se de um crime privado, de um ajuste de conta. Isso cria o tal vazio para as situações em que, por exemplo, quando dois cidadãos desaparecem (coincidentemente quando se preparam para aderir a

uma manifestação contra o governo) haja espaço para a tal desresponsabilização.

O que a manifestação destes jovens mostrou, com todos os defeitos, é que os luandenses acordaram finalmente para a empatia. Porque as pessoas sentem-se unidas na sua vulnerabilidade. E o facto desta demonstração ter levado à rua os sectores mais alienados da sociedade, a elite, devia fazer subir um frio pela espinha do governo. É gente que sente que pode fazer qualquer coisa, que ficar em casa não é a solução, e que ir à rua, dar a cara, é o princípio de qualquer mudança.

9.14 Registados novos casos de violência doméstica

Jornal de Angola

19 de Outubro de 2012

A direcção provincial da Família e Promoção da Mulher registou no Bengo, durante o terceiro trimestre do ano em curso, 68 casos de violência doméstica, contra 53 em igual período do ano transacto.

A informação foi avançada quarta-feira, ao Jornal de Angola, pela chefe do departamento de administração e finanças da Direcção Provincial do Bengo da Família e Promoção da Mulher (DIFAMU), Madalena Garcia.

Madalena Garcia disse que dos casos registados constam chantagens, ofensas morais e corporais, desalojamento, incumprimento de mesada, adultério, abandono do lar, separação e ameaça de morte.

A responsável disse que para redução dos casos de violência doméstica na região a direcção tem realizado palestras de sensibilização, seminários, assim como encontros de solidariedade com seropositivos e vítimas de violência doméstica, para esclarecer temas relacionados com os problemas sociais.

Madalena Garcia sublinhou que tudo tem sido possível graças ao centro de aconselhamento, que constitui um lugar de atendimento de casos de violência e de aconselhamento às famílias no que diz respeito à resolução de conflitos.

No que concerne ao micro-crédito, segundo a responsável da DIFAMU, 110 processos já estão no Balcão Único do Empreendedor (BUE) para o seu devido tratamento. Madalena Garcia disse também que a direcção enfrenta dificuldades no que toca a meio de transporte, a fim de facilitar a deslocação aos municípios para a realização das actividades.

9.15 Menores protagonizam violência urbana

O Independente

20 de Outubro de 2012

Essa triste realidade traz para a ordem do dia a necessidade de se prestar uma maior atenção à educação das crianças, tanto na escola como no seio familiar e social.

Preocupados com a situação, vários sectores da sociedade estão a movimentar-se para ajudar a fazer retroceder a tendência dos menores à criminalidade. E tudo começa, naturalmente, pela tentativa de compreender o fenómeno, captando as suas causas e dinâmicas, para chegar aos meios de resolução.

Na última quarta-feira, muito a propósito, a União dos Escritores Angolanos promoveu um debate sobre "A delinquência juvenil em Luanda e no país". A ocasião serviu para Maria Luzia Nunes Dumbo, mestre em Serviço Social, apresentar os resultados da pesquisa que fez junto dos jovens luandenses, de modo a perceber a concepção dos mesmos relativamente a delinquência juvenil.

Segundo a estudiosa, das respostas dos jovens conseguiu identificar múltiplas interrogações no questionamento sobre aquilo que os menores e jovens em conflito com a lei em Luanda concebem como sendo um acto delituoso.

A oradora fez questão de apresentar quadros de vida que caracterizam a maioria dos jovens luandenses em conflito com a lei, marcados por situações de pobreza, exclusão social e desestruturação familiar.

Maria Dumbo foi contundente nas suas conclusões. "O espírito consumista, associado à decadência da ética e do civismo, justifica os níveis de delinquência juvenil em Luanda", referiu a docente universitária, apontando o dedo à ferida.

O estudo da académica, vertido em 200 páginas, é o culminar de um ciclo de entrevistas efectuadas no Centro de Observação de Menores (Julgado de Menores), durante os anos 2008 e 2009. A investigadora tentava perceber, junto dos cidadãos menores de idade detidos naquela instituição, as motivações dos crimes por eles perpetrados.

De acordo com Maria Dumbo, os jovens entrevistados, basicamente, denotavam enormes carências afectivas. Não encontrando amor e afecto nos respectivos lares, os menores procuravam preencher as suas necessidades afectivas e emocionais na rua, no seio dos grupos em que se inseriam.

"Cada grupo tem um símbolo, uma referência, um contexto e uma forma de pensar própria. Uns destacam-se pelas roupas, outros pelas atitudes radicais ou ainda por uma certa rebeldia. É assim que nasce um delinquente", afirmou a docente universitária, em declarações à Angop.

A pesquisadora foi mais longe e não poupou críticas à sociedade em geral. "A nossa sociedade está estruturada de tal forma que facilita a criação de criminosos. A nossa sociedade é bastante consumista.

E estes menores fazem parte deste ciclo e quem não tem condições para satisfazer as necessidades por meios legais recorre mais facilmente ao crime", enfatizou.

De acordo com a fonte, o nível de afectividade na família deve ser levado em consideração, ao analisar a delinquência juvenil, pois "não se deve confundir afectividade com a capacidade de satisfazer uma necessidade material".

Na vertente psicológica da sua análise, a mestre em Serviço Social chamou a atenção para o facto de que "abordar este problema com o adolescente e transmitir-lhe as suas inquietações, enquanto pai ou educador, pode ser muito difícil". E explica porquê: "Difícil porque não se sabe à partida se o adolescente irá aceitar livremente a sua opinião ou se a irá recusar. No caso de a recusar, pode, eventualmente, originar conflitos familiares".

A crónica falta de atenção

O psicólogo Firmino Clementino pôs igualmente a tónica na falta de acompanhamento e na questão da não transmissão de valores exemplares por parte dos pais e tutores. Considerou que a falta de acompanhamento e apoio dos pais no crescimento dos menores é um dos factores motivadores do mau comportamento de muitos jovens.

Realçou que, hoje, os pais e outros membros adultos das famílias raramente estão disponíveis a lidar com as crianças e os jovens, no sentido de avaliarem os seus comportamentos e necessidades, deixando-os assim à sua sorte.

"Este tipo de comportamento dos adultos faz com que as crianças e jovens aprendam na rua a maneira de ser e estar, tornando-se, na maior parte das vezes, violentos e integrantes de grupos criminosos", asseverou.

Apontou que, actualmente, os menores precisam de atenção, para que cresçam com responsabilidade, e devem ser educados a lidar com conteúdos que correspondam à sua idade.

Encorajou os pais a aconselharem os filhos a não ouvirem música feita para adultos e a não acederem a sites da Internet que em nada contribuam para o seu progresso.

Para o psicólogo, tendo em conta as cenas de vandalismo provocadas por muitos jovens, especialmente em Luanda, devem ser promovidos muitos mais debates sobre o assunto, através dos meios de comunicação social. Referiu que os professores devem incentivar, cada vez mais, os alunos a cultivarem o amor ao próximo.

"As famílias muitas vezes enfrentam diversos dilemas, mas também não têm a cultura de os resolver com a solicitação dos préstimos de especialistas, como por exemplo psicólogos, os quais podem ajudar a resolver ou minimizar as questões que afectam o núcleo fundamental da sociedade", salientou.

A preparação que falta à Polícia

Raúl da Silva, jurista, disse a este semanário que a Polícia Nacional precisa de adequar os seus meios e forças para o combate à delinquência juvenil.

Mais do que as acções repressivas, "é preciso que se ponha o acento na prevenção. E quando a repressão for necessária, não se deve perder de vista o aspecto da reeducação do menor".

Pelo que se sabe, o país está carente de instituições especializadas na recuperação social do menor em confronto com a lei. As poucas existentes, dado o seu deficiente funcionamento, que começa nas condições de habitabilidade e alimentação inadequadas à ausência de psicólogos, educadores sociais e outros profissionais especializados, acabam por incutir no menor a vontade reiterada de cometer actos ilícitos.

Redes de protecção à criança

No meio do quadro assustador, entretanto, também vão chegando algumas boas novas, a dar conta de que, afinal, nem tudo está perdido. A sociedade reage.

O município da Catumbela, província de Benguela, conta, desde a última quarta-feira, com uma Rede de Protecção da Criança. Trata-se, por definição, de uma instituição multisectorial encarregue de zelar e acompanhar a aplicação das políticas inerentes ao sadio desenvolvimento dos petizes.

A criação da instituição foi antecedida pela realização de um seminário destinado a responsáveis da administração local, sociedade civil e entidades tradicionais. Todos foram chamados a ajudar o

Estado na aplicação dos 11 Compromissos Sobre a Criança.

Luís Uno Gonzaga, administrador adjunto da Catumbela, solicitou aos presentes para que, com o seu saber, se dediquem cada vez mais à análise e abordagem das questões que dizem respeito às crianças.

O responsável provincial de Benguela do Instituto Nacional da Criança, Ricardo Loureiro, considerou a "Rede da Criança" um "espaço de união, que visa congregar esforços tendentes a realização de acções inerentes aos direitos da criança".

A Rede de Protecção à Criança é um espaço de concertação e união de sinergias, onde cada sector envolvido pode e deve desenvolver as acções da sua área, sempre num quadro que visa a melhoria e salvaguarda dos direitos da criança. Uma das principais missões da Rede é o combate à violência contra a criança e o trabalho infantil.

Os seminário dotou os participantes de conhecimentos sobre "O papel do INAC na criação e expansão das Redes de Protecção à Criança, sua importância na divulgação e promoção dos instrumentos nacionais e internacionais afins", "Conceito de Rede, seus objectivos, estrutura e mecanismos de coordenação e articulação", e o "Conceito de violência, manifestações e consequências".

A Rede de Protecção à Criança da Catumbela é a décima criada na província de Benguela.

9.16 Lançada semana juvenil para combate à violência

Jornal de Angola
21 de Outubro de 2012

A JMPLA lançou a Semana Juvenil de Combate à Violência e ao Excesso de Consumo de Álcool e Drogas. O secretário para o associativismo da JMPLA, Nuno Carnaval, disse que o projecto é nacional e visa a recolha de contribuições para ajudar o Executivo na solução dos problemas.

"Este fenómeno está a atingir proporções alarmantes, por isso reunimos a juventude para colher contributos e ajudarmos o Executivo a estancar este mal, que não escolhe a classe social", disse.

O secretário para o associativismo da JMPLA disse que vai trabalhar no sentido de inculcar nos jovens o amor ao próximo e garantir que todos participem na construção de uma sociedade mais justa. "Não é um processo fácil, mas é possível, com a

mobilização de toda juventude. Cada um deve ser interlocutor directo nas suas ruas, bairros e comunidades e nas famílias para ajudar a diminuir a delinquência juvenil", apelou Nuno Carnaval.

O também deputado entende que juventude deve dar o seu contributo para o desenvolvimento do país: preciso identificar as causas da violência e darmos a nossa contribuição para diminuir estes fenómenos que afectam principalmente a juventude". Nuno Carnaval reconheceu que "o uso excessivo das drogas e o consumo de álcool têm destruído várias famílias", disse.

O secretário para o associativismo da JMPLA justificou o lançamento da semana de reflexão sobre a violência, com a intenção de mobilizar toda a juventude independentemente das suas ideologias, na busca de uma solução.

9.17 Espiral de crime violentos

Diário Global
26 de Outubro de 2012

A espiral de crimes violentos é crescente. Dir-se-ia, a criminalidade à brasileira violenta soma e segue, com armas brancas ou de fogo.

Hoje por hoje, crimes cada vez mais violentos sucedem-se em catadupa: jovens assaltam à mão armada; pai mata filho ou tio viola sobrinha. A sociedade angolana, recentemente, foi tomada de choque pela notícia que veio do Kwanza-Norte, de que, no Golungo Alto, uma mãe matou a sua filha.

Insista-se: a espiral de violência criminal sobe em catadupa, como resultado do actual contexto social. Se o primeiro caso configura um assunto de delinquência juvenil, assalto à mão armada, já os restantes têm a ver com algo muito mais sub-reptício, pois se registam no seio das próprias famílias.

O novo ministro do Interior, Ângelo Veiga, prometeu um combate "enérgico e implacável" para os crimes violentos. Garantiu desencorajar o crime com armas de fogo, sustentando a conjugação de esforços atinentes.

Nestes termos, se para os casos de assaltos à mão armada a repressão policial poderá resultar, para a sua contenção de imediato, já os criminais de violência doméstica e familiares outras medidas deverão ser "conjugadas" para contê-los, fazendo apelo ao concurso de psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e demais especialistas na matéria, disponíveis no mercado do combate ao "sindicato do crime", cujas ferramentas de trabalho são armas de fogo.

O desarmamento dos civis tem que ser mais cerrado, bem como o controlo das armas nas arrecadações! Em ambos os casos - violência armada e intrafamiliar da profunda crise social em que estamos mergulhados até ao pescoço, onde até falta luz para vê-los passar à calada da noite, em busca das suas presas e armados até aos dentes, sem que a investida policial chegue a tempo e horas! Sem falar que, vezes sem conta, o 113 não desperta, nem reage a contento dos necessitados, reclamantes da urgência do socorro do patrulheiro, conforme atestam diversos relatos.

Na verdade, a violência armada nas ruas ou nos quintais e arrombamentos de residências ganha terreno, à noite, sobretudo à madrugada, senão mesmo em plena luz do dia. A violência criminal também dispara no seio familiar entre parentes próximos.

As medidas de políticas públicas deverão ser adoptadas para conter este tipo de crimes comuns, criando-se empregos, para a geração de rendimentos para as famílias saírem da extrema pobreza, algumas das quais só têm uma refeição diária, bem como se devem oferecer aos jovens oportunidades para aprender a pescar, ao invés de se lhes dar o peixe", como reza o ditado chinês.

Os jovens têm de ter oportunidades para usufruir de formação profissional e postos de trabalho no sector produtivo, para que se ocupem, em ordem a proverem-se a si e aos seus ente queridos, e para que se esqueçam do horror dessa vida perigosa, que atinge muitos jovens drogados e entregues ao álcool precocemente, por falta de expectativas de vida. Reprimir é função policial, mas, mais do que isso, é importante criar oportunidades para que os adolescentes e jovens vencidos e convencidos pelos

"the best e c" se transformem não em "ervas daninhas" a serem extirpadas a ferro e fogo, em definitivo, mas que se lhe abram as portas da

Ocupação da instrução e formação profissional, para que sejam elementos úteis à sociedade, para que contribuam arduamente não só para o crescimento económico do país hoje, mas para o seu desenvolvimento sustentável futuro, tanto a médio como a longo prazo.

No fundo no fundo, um investimento multifacetado neste sentido reclama-se! O retorno está aí à vida de todos, através da (re) integração social dos mais vulneráveis, sobretudo dos adolescentes e jovens desamparados, os principais fornecedores de braços para o numeroso "exército" de desempregados.

O aviso à navegação no sentido da aposta constante na repressão policial em resposta eficaz e efectiva à criminalidade, mas, sobretudo, na reeducação e recuperação dos delinquentes já foi dado pelo novo titular da pasta do Interior.

9.18 Pânico nos chafarizes

Jornal Agora

27 de Outubro de 2012

Várias mulheres correm o risco de serem violadas, sequestradas, ou mesmo assaltadas, no bairro 11 de Novembro, no Cazenga.

Os moradores, na sua maioria donas de casa, acordam à madrugada para conseguir água nos chafarizes para o consumo, acabando muitas vezes por se depararem com os assaltantes.

Miguel Matos, isolador do chafariz 409, no sector 9, localizado na 'Gota D'água', adjacente ao mercado dos Kwanzas disse ao AGORA que acorda à 6 horas para atender as mulheres.

"Quando acordo, já encontro uma enorme fila de bidões das senhoras que acordam cedo, ocupando lugares para serem as primeiras atendidas, porque muitas delas levam no chafariz mais de 10 bidões de

20 litros, e nem sempre os conseguem levar a casa", indicou, acrescentando que "à madrugada surgem invariavelmente grupos de jovens armados, ameaçando as senhoras".

O ancião Miguel tem apelado aos moradores a não acordarem à madrugada para evitar os riscos.

Margarida Natália (Nati), residente no mesmo bairro, revelou que acorda sempre às 3h para conseguir o precioso líquido, tendo sido já surpreendida pelos assaltantes. "À última vez apareceram sete jovens com arma de fogo em punho e mandaram-nos tirar a roupa, mas não nos violaram. Fugimos e abandonamos os recipientes", contou.

A carência de água tem provocado um enorme corre-corre no casco urbano e na periferia. "Nos chafarizes onde por vezes jorra água tem havido mesmo empurrões", referiu Natália, acrescentando que já houve um caso de violação na Petrangol.

Os moradores querem um maior envolvimento da polícia para patrulhar o bairro.

10. AMBIENTE

10.1 Moradores deixam para atrás tempos de grande sofrimento

Jornal de Angola

04 de Outubro de 2012

As pessoas que residiam junto à vala do Suroca, também conhecido por "Rio Mabuba", foram realojadas no Zango III e reconhecem que ali o perigo estava à espreita. "O que queremos é mais infra-estruturas sociais, como postos médicos, escolas e esquadra policial", afirmaram.

Beto França é um dos que viu a sua casa na Vala do Suroca ser demolida. Em contrapartida, recebeu uma residência com melhores condições de habitabilidade no Zango III. "Estou satisfeito, apesar da distância que separa o Zango III ao centro da cidade. Mas aqui está-se melhor e conseguimos dormir à vontade", disse ao Jornal de Angola.

Quem também está contente por ter agora uma casa no Zango é Alfredo Mateus. Os elementos da Coordenação Técnica de realojamento, referiu, estão a compensar os donos de casas na Vala do Suroca.

A título de exemplo, explicou que a sua anterior casa estava bem acabada e, por esta razão recebeu três habitações do tipo T-3.

Sandra da Silva estava sentada junto ao portão da sua nova casa a apreciar a rua. "Quando tomei contacto com as novas habitações, nem estava a acreditar que são minha propriedade. Estou sem palavras e só quero agradecer por nos terem tirado dali e nos meterem neste sítio seguro", salientou, acrescentando que, devido ao tamanho da sua anterior casa, foi contemplada com duas habitações com água corrente e energia eléctrica.

Melhores condições

Todas as pessoas interpeladas pelo Jornal de Angola foram unânimes em afirmar que, no Zango III, embora falem ainda algumas infra-estruturas sociais, como posto médico e escolas, as condições de habitabilidade são boas porque há saneamento básico.

"Aqui não há águas paradas, como na Vala do Suroca, que faziam surgir mosquitos. Algumas fossas, só num mês, enchem duas ou três vezes. Aqui estamos melhor", garantiram. "Alguns moradores estão a receber duas a três casas, de acordo com as dimensões das que tinham", explicou Beto José, para

acrescentar que as condições de que actualmente dispõem são boas "e não se comparam com aquelas a que estávamos submetidos na Vala do Suroca".

Um passado difícil

Os novos inquilinos do Zango III reconheceram que corriam risco de vida, principalmente no período chuvoso, em que água corria pela Vala e chegava, muitas vezes, a transbordar para as casas.

Para eles, os tempos de angústia ficaram para trás. "Quando vivia na Vala do Suroca e começava a chover tinha de correr para casa, por causa dos miúdos, por um lado, e para arranjar um lugar mais seguro para proteger a mobília", realçou Levi Guimarães.

Com alguma tristeza, recordou que, durante a época das chuvas de há dois anos, houve uma criança que, por descuido, caiu na Vala e a água da chuva arrastou-a.

Lá, viu muitas mobílias a serem arrastadas pela correnteza da água e muitas casas a desabarem. "Tenho a certeza que aqui estou bem. A chuva já não volta a ser uma preocupação para nós. Só quero pedir à equipa técnica para desalojar os nossos irmãos que ainda estão a morar em zonas de perigo, como são aquelas que ficam junto às valas", acrescenta Levi Guimarães.

Os novos moradores elogiaram a qualidade do fornecimento da água potável e de energia eléctrica no Zango III, que é abastecido 24 sobre 24 horas, como garantiram ao Jornal de Angola.

"Aqui no Zango III damos-nos ao luxo de tomar banho de chuveiro, coisa que não acontecia na Vala do Suroca, nem mesmo nalguns bairros suburbanos de Luanda."

População disposta a sair

Domingos Gonçalves é coordenador do quarteirão três do bairro Óscar Ribas, no Cazenga. Alguns moradores que têm as suas casas junto à Vala do Suroca e que ainda não foram realojados, mostram-se dispostos a abandonar a zona. "É verdade que aqui as condições não são boas e há muitos que estão dispostos a sair desta zona para o Zango", afirmou Domingos Gonçalves, que aconselhou os moradores a aproveitarem esta oportunidade que a Coordenação Técnica para o realojamento está a dar.

Polícia louva os moradores

A Polícia Nacional tem desempenhado um papel relevante na sensibilização, mobilização e acompanhamento dos moradores a serem realojados.

O Comando da 13a Esquadra da Polícia Nacional, afecto à terceira Divisão, Cazenga, louva o comportamento cívico dos moradores da Vala do Suroca durante as demolições e a transferência para o Zango.

O intendente João António Pascoal, comandante da 13a Esquadra, explicou que durante as demolições e transferência, a população se comportou de forma cívica e não se registaram quaisquer casos de vandalismo. Os moradores são notificados a abandonarem as casas e de seguida são transportados para o Zango", referiu.

O comandante espera que este tipo de comportamento seja seguido pelos demais moradores que, no futuro, também vão ser realojados no Zango.

10.2 Êxito da campanha agrícola depende das chuvas

Jornal de Angola
6 de Outubro de 2012

A campanha agrícola 2012/2013 está prestes a começar e a província de Malange conjuga esforços para atingir este ano os níveis de produção que, no ano passado, foram sugados pela estiagem. Camponeses e técnicos da direcção provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Instituto de desenvolvimento Agrário (IDA) reúnem estratégias, mas a última palavra ainda depende da chuva.

A época agrícola passada teve resultados aquém do previsto porque choveu pouco na região de Malange, sobretudo na parte sul da província, em particular no município de Cambundi Catembo. A falta de chuvas associou-se a virose que afectou os campos de mandioca, com graves consequências. A praga alastrou-se um pouco por toda a província, o que preocupa os agricultores e o Governo Provincial.

Só em Cambundi Catembo, a praga afectou cerca de três mil hectares de mandioca no ano passado, depois de, na campanha de 2009/2010, ter atingido cerca de 70 por cento da produção deste tubérculo em toda a província de Malange, de acordo com dados do IDA. A mandioca é a principal fonte de alimentação da população local e da região norte do país, na generalidade.

Mas o que sobra em Malange é vontade de trabalhar, como refere António Barroso, um camponês da Cangandala que, aos 30 anos, reúne experiência suficiente para saber que só a trabalhar em conjunto se conseguem bons resultados, quando estes dependem em muito das condições naturais.

"Nós aqui cultivamos ginguba, milho e feijão. Estamos a aguardar que o IDA nos forneça as sementes e, tão logo haja chuva, começamos a nossa actividade", disse o camponês, que é membro de uma associação local.

Tudo a postos

Na campanha agrícola que se avizinha, o Governo Provincial projecta apoiar 172 mil famílias, distribuídas por 978 Associações de camponeses e 98 cooperativas agrícolas. O director provincial do IDA, Isidro Manuel, assegurou ao Jornal de Angola que existem em stock 60 toneladas de sementes de milho, das 100 previstas, e 50 toneladas de fertilizantes. Para reforçar a campanha agrícola, estão a chegar 2.500 catanas que vão ser distribuídas aos camponeses. O engenheiro garantiu ainda a chegada para breve de dez toneladas de sementes de feijão e cinco de arroz.

"Esperamos que este ano a situação não seja como a do ano passado, que foi marcada pela ausência das chuvas", disse Isidro Manuel, para quem Malange ainda tem esperança que, a partir deste mês., as chuvas comecem a cair com a habitual regularidade.

No ano passado, lamentou, os cereais foram muito afectados pela falta de chuvas nos meses de Novembro e Dezembro. Por causa da estiagem, a região sul de Malange ficou afectada pela virose da mandioca. Este ano, a seca alastrou-se aos municípios de Malange, Caculama e Cangandala, o que "começa já a constituir uma preocupação para as entidades governamentais locais".

Isidro Manuel pediu calma aos agricultores, pois o IDA vai tomar as medidas achadas convenientes para ultrapassar a situação, embora as sementeiras afectadas pela pragas tenham de ser substituídas.

UNACA defende mecanização

O representante da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA) em Malange, Inácio Manuel diz que a saída para a agricultura província está na modernização dos métodos de cultivo.

"Pedimos que o Governo reforce a questão das sementes, inputs agrícolas e tractores para a preparação

10.3 Municípios sem condições criadas

Factual

De 06 a 13 de Outubro de 2012

Hoje, Luanda é uma das províncias a nível nacional que mais sofrem com as consequências da chuva, devido à falta de condições de saneamento básico e técnicos, capaz de fazerem face ao grau de estragos causados pelas enxurradas.

Numa ronda efectuada pelo Factual, foi possível constatar, a nível dos municípios e distritos da província, a ausência de condições de saneamento, bem como de técnicos.

Este facto tem deixado muitos munícipes apreensivos, devido aos problemas causados por várias obras que não são concluídas.

Segundo munícipes, os transtornos são enormes, visto que, muitas vezes, acabam por ficar ilhados. No município do Cazenga, o Pactual visitou comunas e bairros onde constatou a deplorável condições de saneamento a que os residentes estão expostos.

Em vários pontos daquele município, foi possível avistarem-se ruas e avenidas que não oferecem condição de tráfego, dado que a água parada, o lamaçal e os buracos fazem o deplorável panorama que tem, igualmente, contribuído para o aumento dos níveis de diversas enfermidades.

a comuna do Tala-Hady, foi possível constatar as obras de reabilitação das ruas, mas, conforme os residentes, as obras estão a decorrer de forma vagarosa, visto que, a qualquer momento, Luanda pode ser assolada por uma forte enxurrada.

No bairro Kalawenda, a situação é mais preocupante, devido à sua densidade. A par de outros bairros do município, as ruas e avenidas de Kalawenda não possuem sistemas de drenagem das águas plu-Neves Capitão vias, o que tem causado a inundação de residências, de escolas e de centros de saúde.

O tráfego, a nível do bairro Kalawenda, torna-se ainda mais difícil e perigoso, devido às quantidades de água e de buracos que se encontram ao longo das avenidas e ruas, obstruindo as passagens.

Na rua das condutas, os moradores mostram-se impacientes, porque as obras para a requalificação daquela via que dá acesso ao município de Cacuaco e Viana estão paradas.

Eduardo Luís, morador da referida rua, falou ao Pactual que "já estamos decepcionados com a

administração local, pois as coisas não correm como eles prometem. o período chuvoso, ficamos sem transportes; as crianças são obrigadas a passarem na lama, praticamente não conseguimos movimentar-nos", declarou o Jovem.

A fonte falou, ao mesmo tempo, que a rua já sofreu trabalhos de reabilitação, mas que nunca terminam.

"Pedimos à Administração Municipal que vele pela nossa situação, pois o período de chuva já começou e as consequências desta são devastadoras. E preciso asfaltar a rua e construir as valas de drenagem, no sentido de evitarmos as inundações que se têm registado", sublinhou o morador.

Munícipes manifestam preocupação face ao mau sistema de drenagem O secretário da Comissão de Moradores e responsável da energia a nível do bairro do Kalawenda, Neves Capitão, falou ao Semanário que as condições, a nível do saneamento básico, não são das melhores e que estão a preocupar os moradores.

De acordo com o responsável, existe um programa da administração, no sentido de se fazer um trabalho de requalificação da rua das condutas a nível do bairro Kalawenda.

Enquanto isso, os cidadãos vão continuar a retirar a água de dentro das casas.

Nos municípios de Viana e de Cacuaco, a situação não foge muito da realidade vivida pelos munícipes do Cazenga: Bairros, avenidas e ruas não se encontram em condições para suportar fortes cargas de chuva, devido à situação precária do sistema de drenagem.

A ausência de sistema de drenagem das águas das chuvas, bem como o saneamento, fazem parte

da preocupação daqueles munícipes.

Para Abílio Januário, morador do município de Viana, a situação que se vive nalguns bairros é lastimável e tende a agudizar-se no período chuvoso, pois várias casas são tomadas pela água.

Abílio falou, igualmente, que "existe a necessidade de as administrações locais criarem projectos para fazer face ao período chuvoso, no sentido de acudir a calamidade que as comunidades têm passado nesta época".

Segundo o antigo ministro do Urbanismo e Reconstrução Nacional, Francisco Fonseca, no âmbito da visita de constatação do andamento das obras em termos de execução física e cumprimento

dos prazos, o seu Ministério não realiza projectos paliativos ou para soluções temporárias, mas efectua projectos que garantam soluções definitivas.

Mas, para municípios, tais trabalhos estão a decorrer de forma muito demorada. Conforme estes, Luanda não tem condições para receber fortes quedas de chuva, devido ao seu mau funcionamento do sistema de saneamento básico.

Paulo Júnior, residente em Cacuaco, disse que "não cabe apenas ao Governo Provincial reunir-se com os agentes da protecção civil, da saúde e dos bombeiros, mas também criar mecanismos para que

a chuva não cause muitos estragos".

Importa aqui reflectir que, além dos estragos causados, tanto nas vias públicas como em residências, a chuva tem feito mortes, o que exige do Governo Provincial a aprovação de um projecto de requalificação profunda, no que toca ao saneamento básico.

10.4 Fátima Jardim visita Huambo

Jornal de Angola
11 de Outubro de 2012

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, está desde a manhã de ontem na cidade do Huambo, para se inteirar do funcionamento do sector e apresentar o Programa da Casa Ecológica.

Após a sua chegada ao Huambo, a ministra Fátima Jardim foi recebida pelo vice-governador cessante para a área de infra-estruturas, José Paulo Kai, e pelo reitor da Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), Cristóvão Simões.

De acordo com o programa, a titular da pasta do Ambiente, durante a sua estada no Huambo, visita as obras de requalificação da Estufa Fria e outras ligadas ao Ambiente, o aterro sanitário de Catenhenha, o segundo maior no país, e o Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC).

Fátima Jardim tem ainda um encontro com os funcionários do sector, numa altura em que a cidade concorre à conquista do título de capital ecológica do país.

10.5 Produção de carvão e lenha provoca abate indiscriminado de árvores

Novo Jornal
12 de Outubro de 2012

Paulo João vive há dez anos da venda do carvão. Para além de produtor, claro está, é também consumidor. Está consciente dos efeitos nocivos da acção no equilíbrio ecológico, que decorre da produção do carvão através do abate de árvores.

Faz mal ao ambiente, mas não tenho alternativas", desabafou, afirmando a seguir que a falta de emprego e a infertilidade dos solos nos arredores de Cacula (a cerca de 120 quilómetros da capital provincial, Lubango) atira-o para esta forma de sustentar a família.

O nosso interlocutor explicou ao NJ o exercício que precisa fazer para ter o produto à disposição da clientela. Para ter sete a oito sacos de carvão exposto para venda, Paulo João precisa de abater entre oito a dez árvores nas zonas montanhosas do interior do município onde precisa de percorrer cerca de dez quilómetros para atingir a zona de exploração.

Minguito, outro produtor de carvão, diz que foi naquela actividade que encontrou o sustento da família e que um corte no seu negócio "seria como tirar a própria vida", desabafou. Questionado se sabia de que não re-plantando estaria a esgotar o recurso que hoje serve de sustento, Minguito respondeu que estava consciente, mas que não sabe "onde buscar plantas para o efeito".

IDF afirma que a situação é preocupante

A brigada provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) da Huíla, revela que a situação da exploração desenfreada do carvão e da lenha tomou níveis alarmantes e exige uma intervenção concertada e mais acentuada nas zonas de exploração, admitiu o responsável da instituição Dumbo Cangopito.

Os municípios de Cacula, Quilengues, Quipungo, Humpata, Chibia e arredores do Lubango são os mais afectados pelo fenómeno, disse o responsável, que ainda assim afirmou que a débil fiscalização decorrente da falta de meios humanos e de trabalho, assim como a sensibilização junto das comunidades para uma exploração racional e sustentada está a evitar danos maiores.

A actividade de fiscalização faz-se sentir apenas em nove dos catorze municípios, lamentou Cangopito,

que se queixou também do facto de os fiscais não disporem por exemplo de meios de transporte para percorrer as vastas extensões de cada circunscrição. "Cada município é uma especificidade", acrescentou. Cangopito salientou a colaboração das administrações municipais por ter tornado possível, nalguns casos, a actividade fiscalizadora.

Dumbo Cangopito explicou ainda que os indicadores actuais relativamente à exploração indiscriminada dos recursos florestais para a produção da lenha e do carvão são negativos. E

chama a atenção que, se não forem redefinidas as políticas de conservação da natureza, "a tendência é para a situação se agravar, ano após ano, com consequências incalculáveis num futuro breve", alertou.

O responsável do IDF defende a sensibilização "de toda a sociedade", para que todos se possam envolver na conservação das florestas. "O problema - afirmou - é uma realidade palpável e as entidades de direito devem potenciar as brigadas de fiscalização com meios à altura de travar a invasão à flora", atira Dumbo Cangopito.

Ainda há zonas intactas

Ao contrário das zonas referidas, outras podem ser tidas como o orgulho da província em termos de conservação do acervo florestal. É o caso da parte leste e nordeste da região, nomeadamente os municípios da Jamba e Chipindo, afirmou o responsável do IDF.

"Estas apresentam o manto florestal, quase intacto", disse Gomes Cangopito, que reconheceu que apesar de haver sinais de exploração, o estado florestal da região é motivo de orgulho por apresentar um aspecto agradável mesmo à primeira vista.

10.6 Chuvas desalojam famílias

Jornal de Angola

13 de Outubro de 2012

As fortes chuvas que se abateram sobre a sede comunal do Dando, município de Nharea, província do Bié, nos últimos dias, desalojaram 250 famílias dos bairros Mussumba, Terra Nova, Popular, Praia Azul e Manguxi.

O administrador comunal adjunto do Dando, António Maurício, disse que pelo menos 85 casas erguidas com adobe e pau-a-pique e cobertas de capim foram afectadas.

António Maurício disse que as autoridades procedem ao levantamento exacto dos danos causados pelas chuvas e todos os esforços estão a ser feitos para apoiar os sinistrados.

As chuvas, disse o administrador, caíram acompanhadas de ventos fortes que destruíram igualmente várias árvores e pequenos estabelecimentos comerciais a nível da localidade.

Enquanto as autoridades administrativas trabalham para apurar o número exacto de casas destruídas, António Maurício aconselhou a população a não construir em zonas de risco para se evitem acidentes.

Firmino Chandenguele, um dos desalojados, disse ao *Jornal de Angola* que a chuva destruiu o tecto da sua casa e levou todos os seus haveres. "A situação está cada vez mais complicada, uma vez que muitas famílias perderam todos os bens", afirmou Firmino Chandenguele.

A comuna do Dando situa-se a 75 quilómetros da Nharea, possuindo duas ombalas e 57 aldeias. A localidade tem uma população estimada em 6.785 habitantes.

10.7 Falta de chuvas & falta de energia

O Independente

13 de Outubro de 2012

Os problemas de abastecimento de água a Luanda agudizaram-se nos últimos dias, o que obriga os consumidores a estarem sujeitos a comprá-la a preços exorbitantes.

A situação ganha contornos complicados para os luandenses, uma vez que a Empresa Provincial de águas de Luanda (EPAL) parece não ter um horizonte temporal para o restabelecimento da normalidade. Nas ruas da capital angolana a presença de pessoas com bacias à cabeça e bidões nas mãos a circularem de um lado para outro está a tomar-se banal.

Em quase todos os bairros de Luanda as pessoas estão a usar água imprópria para a limpeza, enquanto outros estão a tornar banho com água mineral para evitar possíveis doenças. "A situação da falta de água é mesmo crítica, já para não falar na falta de energia eléctrica, que é outro problema que estamos a enfrentar", lamenta a cidadã de nome Neide, moradora na Samba, que já começa a vislumbrar tempos difíceis nos próximos dias.

Pitú José, morador no bairro do Prenda, diz que a falta de água está a ser aproveitada por pessoas

oportunistas para vender os bidões de água de 25 litros a cem kwanzas.

"É muito caro, porque quando está a correr água nos chafarizes nós compramos cada bidóm a dez kwanzas", afirma o cidadão Pitú, cuja rotina é agora procurar água pelos bairros de Luanda. O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, explicou que a carência no abastecimento de água à cidade de Luanda se deve ao baixo nível do caudal do rio Kwanza e aos cortes de energia nas estações de bombagem e de tratamento de água.

Em declarações ao Jornal de Angola, o porta voz da EPAL, explicou que o baixo nível do caudal do rio Kwanza tem afetado a produção de energia na barragem de Capanda, o que tem provocado restrições no fornecimento de electricidade às estações de Bombagem e de Tratamento que abastecem a cidade de Luanda.

"As Estações de Bombagem e de Tratamento de Água têm grupos de geradores, mas essas infra-estruturas funcionam com maior eficácia no abastecimento de água para a cidade de Luanda com a energia da rede pública", afirmou. Por isso, mal seja restabelecido o fornecimento de energia eléctrica, a EPAL vai voltar a abastecer, normalmente, os seus consumidores.

A situação ganha contornos complicados para os luandenses, uma vez que a Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) parece não ter um horizonte temporal para o restabelecimento da normalidade.

E o que falar da EDEL?

Quanto a electricidade a partir da EDEL é outro problema que estamos a enfrentar", lamenta Solange, moradora no bairro Prenda, que já começa a vislumbrar de igual modo tempos difíceis nos próximos dias.

Face a situação, Leonídio Ceita, um dos responsáveis da EPAL, frisou que "criámos um gabinete de risco, que, nos últimos dias, tem coordenado com a EDEL para a disponibilidade de energia às instalações da EPAL para termos esta situação resolvida".

Corno disse as restrições acontecem sem aviso prévio, mas o abastecimento começa todos os dias das quatro da manhã até às 12h00, período em que as estações vão bombear água para os centros de distribuição, que a fazem chegar aos consumidores: "escolhemos este período porque é quando as crianças vão para a escola e os pais vão trabalhar".

O presidente do conselho de administração da EPAL garantiu que com a entrada em funcionamento do sistema eléctrico, o sistema de fornecimento de água volta à normalidade.

Em quase todos os bairros de Luanda as pessoas estão a usar água imprópria para a limpeza, enquanto outros estão a tomar banho com água mineral para evitar possíveis doenças. A situação da falta de água é mesmo crítica, já para não falar na falta de energia eléctrica, que é outro problema que estamos a enfrentar" E apelou à população para racionalizar água porque a distribuição está dependente da energia eléctrica.

O presidente do conselho de administração da Empresa Nacional de Electricidade (ENE), Carlos José Neves, informou que as restrições no fornecimento de energia à capital terminam quando as chuvas começarem a cair com as quantidades desejadas e com a devida regularidade.

Carlos José Neves responsável pelo INAMET, disse que os sucessivos cortes de energia têm um impacto negativo para a população, devido ao crescimento do índice de criminalidade.

"O Instituto Meteorológico prevê que, a partir de 25 de Outubro, as chuvas vão cair com regularidade e, nessa altura, esperamos que o fornecimento de energia eléctrica seja retomado sem nenhum problema", acrescentou Carlos José Neves. De acordo com o presidente do conselho de administração da ENE é impossível determinar uma data para solucionar definitivamente o problema, uma vez que as chuvas têm de ser frequentes, "mas até Novembro ou Dezembro tudo voltará à normalidade".

Carlos José Neves disse que uma das causas nas restrições de água na cidade de Luanda é o baixo nível dos caudais na albufeira de Capanda, por isso a central hidroeléctrica não está a funcionar a cem por cento da sua capacidade." Capanda tem uma potência de 520 megawatts.

O baixo nível de água na albufeira da barragem faz com que funcione apenas com um grupo de 86 megawatts".

Para fazer face a situação o Executivo orientou a construção de centrais térmicas para suprir as necessidades da população, estando já em curso entrada em funcionamento uma na zona do Benfica com uma capacidade de 40 megawatts, que alimenta algumas zonas sob tutela da Edel: Lar do Patriota e Ramiros.

"É uma central que entrou em funcionamento para melhorar o fornecimento e reduzir as restrições. Outras centrais entram em funcionamento até Dezembro" o que permite injectar na rede de Luanda 255 megawatts, o que minimiza as restrições no fornecimento de energia", destacou Carlos José Neves.

Por sua vez, o presidente do conselho de administração da EDEL, Hélder Adão, explicou que a empresa está a viver um momento difícil face ao défice na oferta de energia: "temos zonas ainda sem abastecimento de energia eléctrica, devido à baixa produção".

Hélder Adão disse que "antes da crise actual ao ferto não cobria a procura, por isso o Executivo vai até 2017 aumentar a produção para resolver o problema energético".

O programa do Executivo prevê a construção de várias infra-estruturas e novos aproveitamentos hidrelétricos como a central de ciclo combinado do Soyo, além da electrificação das sedes municipais. Hélder Adão reconhece que a distribuição de energia é caracterizada por uma grande irregularidade no fornecimento.

Por isso foi elaborado um programa de restrição, que tem sido difícil cumprir na íntegra. Porque além do défice, o sistema é instável e afecta a produção de água pela EPAL. "Há centrais térmicas na cidade de Luanda em funcionamento que vão alimentar apenas zonas específicas até resolvermos esta situação energética", destacou Hélder Adão.

Entretanto uma equipa de reportagem do Independente esteve em certa zonas das vilas do Dondo e Cambambe onde constatamos que a situação é bastante crítica face ao baixo caudal do rio. Estamos em presença de uma catástrofe ecológica, caso não haja chuva neste período, o que vai prejudicar o abastecimento de água às populações, bem como para a rega das culturas agrícolas".

E necessário um trabalho com as estruturas centrais do Ministério da Energia e Águas no sentido de se encontrar uma solução não só para Luanda, mas também para as populações residentes ao longo do rio.

Na nossa opinião a primeira medida para se estancar a crise de água é a construção de comportas para a reserva no período noturno e se abrir durante o período da manhã.

10.8 Fome ameaça populações na Huíla

Agora

13 de Outubro de 2012

Populações de alguns municípios da província da Huíla, com realce para o município dos Gambos, estão a viver profunda crise de falta de alimentos, segundo denúncia do vigário Jonas Pacheco, afecto à Sé Catedral do Lubango. De acordo com essa entidade que prestou declarações à VOA, há focos de fome em quase toda a província da Huíla, que tem vitimado inúmeras pessoas desfavorecidas. O vigário considera que, "é preciso socorrer urgentemente os afetados, sobretudo no município dos Gambos, mas também acudir as zonas leste e norte da província, onde as populações estão a passar mal".

Essa informação foi confirmada pelo líder da associação dos criadores tradicionais de gado nos Gambos, João Fernando Tchihetekei, apesar de não apontar casos de morte. A partir da zona da Taka, disse, povoada essencialmente pelas etnias Muhakahona, mas também no Simo, habitado por Mukubais, em Pokolo, Panguelo e Tchiku, porque essas populações estão a enfrentar profundas carências alimentares.

A VOA não conseguiu obter nenhum pronunciamento das autoridades locais sobre o assunto mas, fontes contactadas pelo Agora confirmaram que a questão está a ser analisada com muita profundidade, tendo em conta que, é consequência do período de estiagem que parte considerável do país está a viver, logo, a questão não deve ser vista de forma isolada, mas no contexto nacional, que exige a intervenção do Executivo.

Não caíram chuvas suficientes na época passada e mesmo agora, há muitas regiões que continuam ainda a sofrer de estiagem. Os rios baixaram os seus caudais, e a falta água tanto para as necessidades básicas das populações, como para a agricultura e para o abeberamento do gado está a causar grandes transtornos. A situação pode ser considerada como de "emergência", que nos próximos tempos não chover.

A estiagem ou períodos de seca em Angola são, mais ou menos cíclicas e acontecem em períodos de dez anos. De acordo com dados divulgados pelo governo angolano, em 2008 a situação de défice alimentar em cereais já era de 812 mil toneladas (que correspondia a 54%), no trigo e no arroz, mas a província da Huíla apresentava profundas melhorias nos níveis de produção agrícola, com cerca de 300 toneladas de milho / ano produzidas só no município da Matala,

após a recuperação de 43 quilómetros do seu canal geral de irrigação.

Essa intervenção permitiu a entrada em funcionamento de 345 irrigadores e a implantação de novos sistemas de rede, que permitiram um alargamento das áreas agrícolas para uma área de 855 hectares, que em face dos caudal baixo do rio, está a comprometer seriamente os esforços do sector agro-industrial para aumento da oferta de produção do campo.

O perímetro irrigado da Matala, localizado a 180 quilómetros do Lubango, é uma das áreas agrícolas mais expressivas da província da Huíla, e de acordo com indicadores económicos dos últimos anos, já produziu, em apenas três meses, 61 toneladas de cereais e hortícolas diversos.

Recordamos que a Huíla é uma província do sul de Angola, tem cerca de 1500 mil habitantes e 79 022 km² e é constituída por 14 municípios: Caconda, Cacula, Caluquembe, Chiange, Chibia, Chicomba, Chipindo, Cuvango, Humpata, Jamba, Lubango, Matala, Quilengues e Quipungo.

10.9 Centro de protecção do ecossistema está em construção na cidade Huambo

Economia & Finanças
16 de Outubro de 2012

As obras de construção do Centro de Ecologia Tropical Á! Alterações Climáticas (CETAC), cujo estatuto orgânico foi aprovado recentemente, pelo Conselho de Ministros, estão em fase avançada, com conclusão prevista para o final do ano em curso. O empreendimento de iniciativa do Executivo angolano está a ser erguido no recinto da estufa fria, na cidade do Huambo.

A estrutura, com a categoria de "excelência", será a instituição angolana com a missão de incentivar a criação de estações de investigação científica para o estudo do meio ambiente.

Atribuições

Com a criação deste centro, o Executivo angolano reconhece a necessidade de reforçar o asseguramento da protecção dos ecossistemas sensíveis e vulneráveis e das espécies da fauna e flora endémicas raras e ameaçadas de extinção, além do apoio da dinamização de estudos técnicos e científicos sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais renováveis.

Entre várias atribuições, de acordo com o seu estatuto, o Cetac desenvolverá investigações aplicadas, no sentido de assegurar a qualidade ambiental e uma melhor gestão da água, bem como a realização de estudos sobre a qualidade do ambiente e dos ecossistemas aquáticos.

A infra-estrutura vai também interagir com várias universidades na formação e capacitação a vários níveis, inclusive na pós-graduação, apoiando o desenvolvimento de parcerias úteis para a formação de quadros especializados, proporcionar actividades de investigação aplicada nas áreas das ciências do ambiente e da ecologia tropical, além de outras que atendam não apenas aos interesses académicos, mas também aos das comunidades e do desenvolvimento sustentável.

O centro de ecologia tropical e alterações climáticas compreenderá serviços ligados à gestão de ecossistemas, alterações climáticas, laboratório de qualidade ambiental e normação de solos, gestão sustentável de terras, repartição patrimonial, financeira, de recursos humanos e secretariado.

10.10 Chevron aposta na protecção da biodiversidade marinha

Economia & Finanças
16 de Outubro de 2012

A companhia petrolífera norte-americana, Cabinda Gulf Oil Company (Chevron), através do seu departamento de saúde, ambiente e segurança industrial, está a implementar a norma de procedimentos operativos, no quadro do projecto "Vida Selvagem de Malongo".

A norma proíbe qualquer perturbação, alimentação, captura, morte ou ferimento de animais selvagens. Essas medidas, incluindo a de fornecer informações sobre onde obter ajuda caso seja encontrado um animal ferido, abrange as comunidades locais, organizações não governamentais, assim como os funcionários desta empresa petrolífera, para contribuírem na protecção da biodiversidade.

Mediante a planificação de fóruns realizados duas vezes por ano (de seis em seis meses), período em que partilham experiências sobre as melhores práticas de protecção da biodiversidade. Os eventos têm vindo a explorar oportunidades de parcerias no domínio da protecção ambiental e esforços de conservação das espécies e do seu habitat.

As operações de petróleo e gás podem afectar a biodiversidade, uma situação que os tem obrigado a

esforços para continuarem a integrar esta matéria no seu sistema de gestão de Excelência Operacional (OE).

Em relação à protecção dos mamíferos marinhos, outra iniciativa da companhia, a Chevron tem feito a monitorização destas espécies. Sobretudo durante as operações sísmicas.

Objectivo

Activa tem por objectivo minimizar as perturbações de ruídos no seio dos animais no perímetro das zonas de operações. O processo consiste numa contínua procura destas espécies antes do início das operações e no estabelecimento de uma zona de exclusão que permita o afastamento dos mesmos da área de uma dada operação, ainda que isso implique a interrupção momentânea das operações petrolíferas.

Esse trabalho tem permitido a aquisição de um maior conhecimento sobre a abundância e o estado dos mamíferos marinhos, especialmente da baleia-de-rosa (*Megaptera novaeangliae*, espécie ameaçada de extinção) ao longo da costa angolana.

Efectua-se a monitorização de mamíferos marinhos nas campanhas de monitorização ambiental da qualidade da água e dos sedimentos de fundo do mar.

No âmbito dos compromissos assumidos, a Chevron, em Angola, entre vários projectos, aposta na protecção dos mangais. Sendo uma das principais produtoras de petróleo em Angola, a companhia continua empenhada a investir em importantes projectos de energia destinados a aumentar a produção de petróleo e a conservar o gás natural.

10.11 Restrições no fornecimento de energia

Jornal de Angola
17 de Outubro de 2012

O baixo nível da água na albufeira da barragem hidroeléctrica de Capanda continua na origem das restrições no fornecimento de energia eléctrica a cidades abastecidas pela gigantesca unidade de produção de electricidade, construída após a independência de Angola.

A cidade de Malange, em cuja província se encontra instalada a barragem, é uma das regiões afectadas com a baixa produção de energia em Capanda.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o director provincial da Empresa Nacional de Electricidade (ENE),

Manuel Bernardo, disse que as dificuldades no abastecimento de energia eléctrica ocorrem em Malange, Luanda, Kwanza-Norte, KwanzaSul, Uíge e Bengo.

O gestor informou que as causas para as falhas constantes estão ligadas à ausência de chuvas nos últimos meses em regiões como Malange, Bié e Huambo.

Manuel Bernardo informou que, por causa do nível baixo da água na albufeira da barragem de Capanda, três dos quatro grupos geradores estão paralisados, o que está a criar dificuldades no fornecimento de energia eléctrica.

De acordo com Manuel Bernardo, o nível da água baixou de 950 metros cúbicos para 918 há duas semanas. "Este nível permite apenas o funcionamento de um grupo gerador com 84 mega watts, o que representa 17 por cento da sua capacidade instalada", disse Manuel Bernardo.

Em situação normal, disse, o volume de água acumulada é de 4.612 milhões de metros cúbicos, o que garante o normal funcionamento dos quatro grupos geradores.

A vida da população

Enquanto a situação não normaliza, a vida da população na cidade de Malange conhece momentos difíceis. Os geradores são as alternativas encontradas para colmatar a falta de energia na província.

Emília Domingos, proprietária de uma câmara frigorífica, disse a este jornal que a situação está a causar muitos prejuízos ao seu negócio. "Tive de vender o peixe a baixo preço porque corria o risco de se estragar", lamentou Emília Domingos.

Para José Ribeiro, serralheiro de profissão, a situação é crítica por não conseguir trabalhar. "Tenho muitas obras para entregar e, no fim do mês, tenho que pagar aos seis trabalhadores que tenho", disse o operário, que está a fazer contas à vida para poder comprar um gerador semi-industrial.

As chuvas que caíram nos últimos dias nas províncias de Malange e Bié permitiram o aumento do volume de água para 920.82 metros cúbicos contra os 918 de há duas semanas na albufeira de Capanda.

A informação foi avançada pelo responsável pela subestação eléctrica, Adão Francisco, que admitiu o regresso ao trabalho dos quatro grupos geradores dentro de três meses.

Novo produto

A Empresa nacional de Electricidade (ENE) está a introduzir, desde o mês passado, na zona urbana da cidade de Malange, o sistema de pagamento pré-pago do consumo de energia. Manuel Bernardo informou que já foram instalados mais de mil contadores dos dez mil programados pela Empresa Nacional de Electricidade. O projecto vai abranger todos os consumidores do casco urbano de Malange, incluindo os clientes com dívidas.

A entrada do novo serviço vai permitir um melhor controlo no fornecimento de energia eléctrica, além de incutir no consumidor a cultura da racionalização da energia e permitir que famílias com poucos recursos financeiros possam consumir energia dentro das suas possibilidades.

Os cartões de recarga dos contadores pré-pagos são comercializados entre 500 e 5000 kwanzas na direcção provincial da ENE e nas agências de pagamento.

Manuel Bernardo anunciou ainda a expansão da rede eléctrica nas sedes municipais dos 14 municípios da província de Malange. O alargamento da rede só vai ser possível quando for aumentado o transformador de potência da barragem de Capanda de 20 para 80 mega watts.

Receitas arrecadadas

O director da ENE em Malange informou que, entre Janeiro e Setembro, a empresa arrecadou 73,5 milhões de kwanzas resultantes das cobranças do consumo pós-pago de energia e da venda de cartões pré-pagos. Manuel Bernardo destacou o facto de a ENE em Malange ter empregado muitos jovens nas novas agências de pagamento de energia eléctrica.

"Muitos jovens tiveram a oportunidade de ter o seu primeiro emprego", disse o director da ENE.

O gestor anunciou para breve a abertura, no bairro do Ritondo, de mais uma agência de pagamento, para encurtar a distância dos municípios e levar os serviços junto da população. A província de Malange tem a funcionar cinco agências de pagamento e 23 mil clientes.

10.12 António Gimbi apela a cautela para reduzir danos

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

Baseando-se nas previsões, cujos indicadores apontam para chuvas acima da média, o comandante do SNPCB, comissário António Gimbe, advertiu que o país deve ter capacidade para conviver com a chuva, até porque ela é necessária .

A população deve ter mais cautela para que se registem menos danos, quer em vidas humanas, quer em perdas de património, conforme experiência dos anos anteriores. António Gimbe referiu igualmente que o nível de preparação, em respostas que têm sido criado, corresponde às orientações da Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC), através de planos de contingência e da mobilização de recursos e meios, e prevê o alerta e envolvimento da população na preservação dos seus bens e da sua vida .

"Há um trabalho de preparação em algumas províncias que temos vindo a realizar, como a retirada de pessoas que residiam em zonas de riscos, mas que foi pouco publicitado. A perspectiva que a comissão tem agendado é que há e continuarão a existir mais seminários, ao nível das administrações municipais, para as populações estarem esclarecidas sobre a prevenção. A título de exemplo, ao nível de Luanda, a Samba já beneficiou", explicou o oficial superior, assegurando que a sensibilização é o principal trabalho a desenvolver.

A grande prioridade da CNPC, que ainda tem um nível de eficiência baixo, passa pela mobilização para que as comunidades tenham uma cultura de prevenção dos riscos que colocam em perigo a sua vida e demais bens.

A respeito da época, que também não tem sido salutar para os banhistas, o primeiro homem dos Bombeiros assegurou que é uma preocupação da instituição que dirige e do governo, no âmbito dos serviços que prestam à população, como a protecção da vida e seguranças dos banhistas.

"Está em curso um programa de desenvolvimento e segurança às praias, denominado PSP, que conseguiu preparar vários nadadores e salvadores, equipados com alguns equipamentos de prestação de serviços. A segunda fase vai abranger as demais províncias do país", disse, aconselhando os cidadãos a respeitarem as normas de convivência social com sol, praias, saúde e segurança.

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros tem até ao momento mobilizados mais de sete mil efectivos para atender a população nesta época chuvosa.

O comandante nacional assegurou que, para além do efectivo preparado, o corpo de bombeiros conta com o apoio de parceiros directos e indirectos. "Sempre que houver necessidade de se mobilizar mais parceiros para acudir a determinadas situações fazemos. Não trabalhamos sozinhos, pois esta actividade é desenvolvida de forma conjunta e acarreta muitos esforços", finalizou.

10.13 Luanda e os transtornos da chuva

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

Yolanda Manuel, funcionária pública

Esta época é meio problemática. Já lá vão quase três meses desde que entrámos na época chuvosa e quase não têm caído as gotas milagrosas. Para além dos problemas energéticos que a falta de chuva causa, há também os constrangimentos no sector agrícola.

Os transtornos das chuvas são os que acabei de mencionar. Se não chover, todos os cidadãos acabam por ficar sujeitos à seca e aos problemas que ela origina. Se não houver produção agrícola, por exemplo, os produtos não chegam até ao consumidor, logo, haverá alguma dificuldade para adquiri-los e incluí-los na nossa dieta alimentar. E há outros constrangimentos, pois muitas pessoas vivem da comercialização dos produtos do campo, logo, caso se verifique uma fraca produção, essas famílias ficam sem meios de sustentabilidade. Acredito que o executivo está a trabalhar no sentido de reabilitar determinadas infraestruturas para que o impacto negativo das chuvas seja minimizado.

Muito já foi feito, nomeadamente, na reestruturação de estradas secundárias e terciárias e, principalmente, nos bairros onde a acção das chuvas era mais prejudicial. Luanda está a crescer cada vez mais, hoje temos uma cidade que melhora a olhos vistos nos diversos sectores de actividade.

António Adolfo Pereira, estudante

As chuvas impedem-me de realizar muitas coisas, nomeadamente, no meu trabalho e na deslocação para a escola. Pretendo às vezes fazer outras actividades que me vejo impedido de executar.

No distrito do Sambizanga, onde resido, quando chove há enormes transtornos, pois fica muito alaga-

do e há muita lama nas ruas. Para voltar à normalidade é necessário passar cerca de dois meses sem chover.

Tal como as chuvas não trazem apenas benefícios para os que vivem no campo, aqui, na minha zona, são bem visíveis os estragos que este fenómeno causa. As doenças, como o paludismo, a malária e a cólera têm tendência a aparecer com maior frequência.

Os hospitais acabam por estar lotados e os medicamentos ficam bastante caros, o que obriga as pessoas a comprar os mosquiteiros para prevenção deste tipo de males. Apesar de tudo, há diversos projectos que estão a ser realizados para melhorar cada vez mais o saneamento básico da capital, de forma a contribuir para um melhor escoamento da água das chuvas.

Márcio João Inácio, trabalhador

Desde que nasci, nunca vi um nível elevado de preparação da cidade de Luanda, quer na questão do escoamento das águas provenientes das chuvas, quer nas vias principais e secundárias das zonas periféricas e urbanas da cidade.

O meu bairro é uma zona periférica e tenho a certeza que não está preparado para receber este bem da natureza, não porque não gostemos de chuva, mas porque os estragos afogam os moradores das zonas não urbanas.

A lama e a falta de casas em condições de habitabilidade rurais ou não urbanas têm criado várias dificuldades aos moradores destas zonas.

Os quintais, na minha e noutras áreas periféricas de Luanda, ficam alagados, fazendo com que muitas famílias não durmam durante a noite a retirarem água das suas residências.

Para sair da minha casa para o serviço é preciso fazer um exercício muito complicado, pois encontramos as paragens lotadas e, em muitos casos, a única alternativa tem sido caminhar a pé até ao centro da cidade.

Para melhoria da situação deixo o meu apelo ao governo provincial no sentido de rever a rede de transportes públicos e melhorar os esgotos nas vias principais, caso nos bairros não seja uma prioridade.

Sebastião Miranda, desempregado

As chuvas acarretam muitos estragos para cidade de Luanda, pois muitas zonas, senão mesmo toda a cidade, não estão preparadas para receber a

quantidade de água que trazem. O desalojamento das famílias é outro problema que as chuvas trazem. E, como consequência, notamos pessoas a viver ao relento e em tendas. Muitos cidadãos ao construíram as suas residências não medem o local para as colocar, o que origina a construção em zonas consideradas de risco, por serem de fácil deslizamento. As pessoas deveriam ter muito cuidado ao comprar terrenos, pois aconselha-se espaços planos e sem ravinas para as casas.

Por outro lado, aconselho a velar mais pela prevenção de acidentes causados pelas chuvas. O governo de Luanda deveria cuidar mais de sensibilizar a população, pois todos nós sentimos os efeitos negativos deste fenómeno. Ouvimos constantemente que no interior do país a chuva está já a cair com muita intensidade, causando mesmo vítimas mortais. Uns morrem electrocutados por descargas eléctricas e outros acabam gravemente feridos. Os estudantes nocturnos são outros dos lesados nesta época, pois a falta de táxi quer para ir, como para regressar, faz parte dos desafios que têm de enfrentar.

Os taxistas aproveitam para esticar o preço, dificultando o sucesso escolar àqueles que dependem dos pais para estudar. Esperamos rápidos reparos da situação por parte do governo provincial, bem como da associação dos taxistas de Luanda para acautelar possíveis especulações.

10.14 Chuvas e vento destroem casas

Jornal de Angola

19 de Outubro de 2012

A chuva que tem caído na província do Huambo, acompanhada de forte vento, destruiu 157 casas no Chinjenje, a maioria nos bairros Santa Fé, Valódia e Cachiquela, declarou quarta-feira, à Angop, o administrador municipal.

Mateus Sanjala disse que a chuva também destruiu parcialmente três escolas comunitárias, o jango dos sobas, o comité de acção do MPLA e uma capela da Igreja das aldeias de Cachiquela e Vaio dia.

O número de casas destruídas, preveniu, pode aumentar nas próximas horas, pois a comissão criada pela administração municipal para fazer o balanço da destruição provocada pela intempérie ainda não terminou o trabalho.

10.15 Moradores das ravinas solicitam apoio rápido ao governo central

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

Os gritos de socorro continuam no bairro Boa Esperança II, vulgo Balumuca, devido às ravinas que ameaçam os moradores. Para além de um atentado à saúde pública, pelo lixo que se acumula nas encostas, estas valas colocam a vidas das populações em perigo, durante a época chuvosa.

As ravinas, que começaram a aprofundar-se nos anos 80, durante a fundação do bairro que possui quatro quilómetros de superfície, são a principal ameaça a uma população estimada de 60 mil habitantes, distribuídos por 12 sectores e 48 mil famílias para 12 mil casas. A zona em perigo faz fronteira com os bairros Dala Mulemba, Ngangula, Boa Esperança Central e, a oeste, com o oceano Atlântico, onde começa o calvário de quem quer ver a sua vida melhorada.

De acordo com uma fonte daquela administração municipal, desde a existência da zona, as ravinas já desalojaram mais de 500 famílias, tendo aumentado significativamente esse número durante as enxurradas de Janeiro de 2007. Nessa altura, houve famílias que ficaram ao relento até os dias de hoje.

O mais grave é que são várias as crianças que desfrutam das baixas para praticarem algumas brincadeiras, o que não é salutar nos dias que se aproximam.

Pedro Sanguito, morador do Balumuca, disse que a zona em que reside é de risco e que os moradores precisam do apoio do governo central para encontrarem rápidas respostas para a solução do problema. "Quando um governo se preocupa apenas com a população no momento das eleições e das chuvas é de lamentar. Deveria haver maior sensibilização para se atenuarem os riscos de se perderem constantemente vidas inocentes", salientou Sanguito.

Muitos moradores estão a ser forçados a abandonar as casas para não serem vítimas do desalojamento forçado pelas chuvas.

A promessa de terreno e moradias, feita pelo coordenador do bairro, o senhor Montanha, faz com que muitos moradores não abandonem a zona, o que origina o abandono das suas casas que se encontram em zonas com maior probabilidade de deslizamento, arrendando outra nalguns quilómetros depois.

"Sem as casas, eu não saio daqui, pois não tenho mais para onde ir", desabafou uma senhora de 51 anos de idade, mãe de 10 filhos, que arrendou uma casa de um quarto e uma sala.

A falta de vontade política dos responsáveis do poder local para solucionar este fenómeno é apontado como a principal causa destes acidentes.

10.16 Chuva pode duplicar os estragos

Novo Jornal

19 de Outubro de 2012

Os moradores da cidade capital estão preocupados com o perigo que a chuva trará nesta época do ano. Zonas como Cacucaco, Sambizanga, Rangel, Cazenga e Viana são as que mais preocupações suscitam no que se refere à mitigação das consequências das enxurradas e outros desastres naturais causados pelas águas das chuvas.

A cidade capital, para além de ser a menor província do país, com uma área de 24.651m², tem sido, com efeito, uma das mais críticas após as enxurradas.

A falta de esgotos nalgumas vias principais e secundárias da cidade é outra das várias inquietações que os cidadãos da capital manifestaram, durante uma ronda realizada pelo Novo Jornal.

Os privilegiados acabam por ser os que residem em zonas montanhosas, ou no centro urbano da cidade. Os moradores das áreas periféricas são, em sentido contrário, os que mais sofrem. Se não ficarem sem os seus haveres, como acontece quando as águas das chuvas invadem as suas casas, têm de enfrentar estradas que se transformam em lagoas, comprometendo as obras de reparação nas vias principais e secundárias da cidade e dificultando o já de si difícil trânsito rodoviário.

A chuva tem também um papel de fiscalizador das obras públicas, como referiram algumas pessoas com quem o Novo Jornal falou, que a caracterizam de "fiscalização divina".

"Quando uma empresa está a construir uma obra numa das zonas de Luanda, não vemos os fiscais do governo provincial para pôr fim às irregularidades. Para sabermos se as infraestruturas estão em condições esperamos apenas pelas chuvas, muitas vezes acompanhadas de ventos fortes, para ditar o verdadeiro resultado da situação", contou o estudante universitário Adolfo Muinga, acrescentando que, após as chuvas, se fica a saber qual a qualidade da obra realizada.

Para Catarina André, moradora no bairro Mabor, no Cazenga, esta época vai trazer, sem sombra de dúvida, enormes prejuízos, bem como grandes benefícios para a população. "Havia reclamações por parte dos camponeses de várias zonas do país, que davam conta da falta deste bem da natureza para o cultivo dos seus produtos. Agora, estou em condições de dizer que nada agrada a todos. É necessário que chova para ajudar os que menos possibilidades têm, nas zonas propensas a inundações poderia chover menos. Mas como não tenho o poder de decisão, aguardamos o que a natureza decidir", frisou.

André Sérgio, morador de Viana, garantiu que o que tem provocado o aumento dos desastres naturais que atingem a população mais carente das periferias é o crescimento desordenado das pequenas cidades - urbanas e as mudanças climáticas que ocorrem nos últimos anos no planeta.

Este morador aclarou ainda que as pessoas escolhem as zonas mais vulneráveis para aí colocarem as suas casas, muitas vezes, feitas de chapa ou pau a pique, ficando bem claro o destino que têm com os deslizamentos, incêndios e outras catástrofes.

Mais chuvoso que o normal

Com o objectivo de prever os parâmetros meteorológicos (precipitação ou temperatura) para os próximos meses, o meteorologista Nfinda Pedro, durante a apresentação da previsão sazonal para os próximos seis meses, anunciou que o último trimestre deste ano será mais chuvoso que o normal em todas as regiões do país, com precipitações na ordem dos 70 a 80 por cento.

A evolução provável da Situação meteorológica apresentada assegura que haverá igualmente a tendência para ocorrerem chuvas normais com maior probabilidade de serem abaixo da média, o que obriga a ter caução e maior atenção a este período por ser quase como a despedida da época.

Nesta base, como se faz habitualmente, os dados da previsão serão actualizados a partir do final do mês de Janeiro, altura em que será possível determinar se ocorrerá seca ou não, estiagem curta ou prolongada, dando-se um diagnóstico mais preciso e conciso.

Esta previsão é uma via disponibilizada aos diferentes utilizadores e à sociedade, em geral, para alertar e auxiliar determinados organismos, como ministérios, forças armadas, bem como órgãos policiais no sentido de poderem tomar decisões perante cheias, secas e outras calamidades naturais.

10.17 Executivo vai travar abate de árvores no município da Caála

Semanário Factual

De 20 a 27 de Outubro de 2012

O ancião Tomás Jamba, que vive no município da Caála, província do Huambo, tem a sensação de que o homem declarou guerra contra as florestas, acrescentando que "estamos a ganhar o deserto. As pessoas cortam, anarquicamente, as árvores para o fabrico de carvão".

Tomás Jamba, capataz na era colonial, defende que a legislação florestal deve ser aplicada, com vista a proteger esse bem comum.

Na sua opinião, cabe à juventude, às mulheres e às crianças angolanas participarem na sensibilização sobre o impacto do desflorestamento e na reposição da população florestal.

"As florestas são o pulmão do Huambo; as florestas são uma fonte de renda. A lenha e carvão são produtos florestais que têm muita procura em todas as épocas do ano, faça sol ou chuva. São indispensáveis na preparação dos alimentos", referiu Tomás Jamba, para quem, neste município, milhares de pessoas têm o fabrico de carvão como seu ganha-pão.

O ambientalista Carlos Vumbi diz que, à semelhança do que acontece com a destruição do ozono, as florestas angolanas correm risco de extinção, devido à acção humana.

"As queimadas descontroladas iniciam em Agosto, só reduzem de intensidade na época chuvosa. Abatem quase todas as árvores que lhes apetecer, independentemente da qualidade e do tamanho. Mais do que nunca, é altura de disciplinar a exploração das florestas, para que o País não fique careca dentro dos próximos tempos", acrescentou.

Para este ambientalista, em princípio, todos os consumidores e beneficiários de produtos florestais têm a obrigação moral de repor as florestas.

"Plantar e repor árvores é um dos desafios que o País inteiro precisa de assumir, tomando em conta os actuais efeitos de mudanças climáticas que ocorrem no mundo", frisou.

Outro ambientalista, João Panzo, diz que, nas últimas décadas, se assiste ao agravamento do processo de desflorestamento e à degradação da floresta, traduzida no facto de contribuírem para cerca de 25 por cento das emissões de dióxido de carbono, o

principal gás responsável pelo aquecimento global e consequentes mudanças climáticas.

"Paradoxalmente, a floresta pode ter impacto positivo na absorção do dióxido de carbono em excesso na atmosfera, principal gás responsável pelo aquecimento global, tornando-a elemento fundamental nas discussões em torno do clima", precisou.

De acordo com o técnico, além da contribuição para o aquecimento global, a destruição e a degradação da floresta têm acarretado impactos ambientais, económicos, sociais e culturais de grande envergadura.

A questão florestal tornou-se, hoje, de importância fundamental, atendendo às profundas alterações a que o Planeta tem vindo a ser sujeito, provocando impactos a nível global e local", considerou.

Na província do Huambo, a degradação da floresta não é assunto da actualidade, ela vem de muito longe.

A paisagem que hoje conhecemos nem sempre foi assim; o presente é resultado dos erros do passado; os erros do passado, quando adicionados aos do presente, acarretarão consequências muito negativas no futuro", criticou.

A finalizar, notou que, no País, se assiste a um processo de transformação e degradação ambiental ao longo dos tempos.

Abate de arvores - Fonte de rendimento para milhares de camponeses

Os exploradores destes recursos dizem que o abate anárquico está relacionado com a pobreza e que a lenha e o carvão são uma fonte de rendimento.

"Há necessidade de se acabar com esta acção, porque, se continuar assim, não haverá, nos próximos tempos, matas para o equilíbrio ecológico", advoga o munícipe Alexandre José.

As populações estão cientes do perigo que constitui a desmatção, e o Executivo vai conceber programas, a fim de que haja outra forma de rendimento, sem prejudicar as matas.

Os habitantes do município do Huambo estão insatisfeitos com a exploração desenfreada dos recursos florestais, nomeadamente o corte de árvores para a produção do carvão vegetal, que ocorre quase em toda a província.

A situação é preocupante na medida em que, por um lado, não está a acontecer o reflorestamento das espécies abatidas e, por outro, a falta de controlo dos produtores do carvão vegetal e dos exploradores da lenha.

"A questão de exploração dos recursos florestais na província preocupa-nos. Não sabemos como e quem controla os produtores do carvão e os que cortam as árvores", afirmou fonte da Administração Municipal.

A desflorestação tem grande impacto na vida diária dos habitantes do Huambo. Muitas árvores já desapareceram das florestas do município de Caála. Estas florestas virgens da província são de grande importância, tanto para a biodiversidade mundial como para o clima.

A floresta, na província do Huambo, tem sofrido, igualmente, impactos sérios e significativos, devido a uma combinação de factores, entre as quais se destacam o corte ilegal e desregrado de espécies madeiras, a exploração de carvão vegetal, a agricultura itinerante, as queimadas florestais, a urbanização e as mudanças climáticas", explica um funcionário do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

A floresta, desde sempre, constituiu fonte de riqueza, tendo em conta a importância socioeconómica e ambiental, particularmente num país como Angola, onde a maioria da população vive nas áreas rurais e depende da floresta para fins habitacionais e alimentares ". acrescentou.

Sensibilizar a população é um dever de todos

As autoridades da província do Huambo estão a sensibilizar a população para evitar o corte anárquico de árvores, no sentido de se preservar o ambiente e o equilíbrio ecológico.

A iniciativa visa advertir e esclarecer as pessoas sobre os prejuízos que o derrube de árvores e a caça furtiva podem causar à flora e à fauna, à reprodução dos animais, bem como à vida humana.

O corte de árvores para o fabrico de carvão atingiu níveis alarmantes, pelo que se tornou necessário chamar atenção dos carvoeiros sobre os perigos que podem surgir desta acção.

As actividades dos fiscais não cobrem toda a extensão da floresta da região, devido à insuficiência de fiscais, de transporte e de outros meios para uma fiscalização satisfatória.

Muitos aldeãos que dependem da prática de fabrico de carvão para o seu sustento desconhecem os

perigos desta actividade ao ambiente, tornando-se necessário adverti-los para se absterem de cortar de modo desenfreado as árvores.

As autoridades locais estudam políticas capazes de facilitar a resolução da problemática da destruição da flora e da fauna da região, sem causar insatisfação e reacções desagradáveis por parte dos aldeãos que dependem da venda de carvão para o sustento das suas famílias.

As autoridades locais dizem que uma das soluções será a indicação de aldeãos ao exercício da prática da agricultura, bem como o recrutamento de alguns deles para fazerem parte do efectivo de guardas florestas.

Lamentam a atitude dos cidadãos que continuam a dedicar-se ao abate indiscriminado de árvores na localidade, atitude que afirma ser prejudicial ao ambiente.

Aconselham, igualmente, os produtores de carvão e comerciantes de madeira, sempre que praticarem o abate de árvores, a reporem as mesmas plantas, para que a situação não se venha a agravar.

O Executivo Provincial encorajou as autoridades administrativas a trabalharem, afincadamente, na protecção dos recursos florestais e hídricos, assim como nalgumas espécies animais em fase de extinção, devido à caça frutífera.

Geografia da Caála

Caála é um município da província do Huambo, tem três mil e 680 quilómetros quadrados e cerca de 373 mil habitantes. O município da Caála localiza-se na parte central da província do Huambo, tendo por limites, a Norte, o municípios da Ekunha, a Este, o município de Huambo, a Sul, o município de Chipindo, e a Oeste, os municípios de Longonjo e de Caconda. É constituído pelas comunas de Caála, Kuima, Kalenga e Katata.

O desenvolvimento da zona iniciou-se com a chegada do caminho-de-ferro, em 1912. Pertenceu, até 1922, à circunscrição do Huambo. Entre 1922 e 1934, pertenceu a circunscrição do Lépi, quando esta foi transferida para a Caála. Em 1956, foi elevada a concelho. Até 1970, designou-se Vila Robert Williams, em homenagem ao magnata britânico, Robert Williams, que impulsionou a construção do Caminho-de-Ferro de Benguela.

A 15 de Junho de 1970, passou à categoria de cidade, passando a designar-se Robert Williams. Voltou à designação original em 1975. Em 2002, no fim do conflito angolano, a Caála albergou um centro de

ajuda humanitária dos Médicos Sem Fronteiras (MSFD).

10.18 Camponeses da Funda apostam no aumento da produção agrícola

O Independente

20 de Outubro de 2012

Os camponeses da comuna da Funda, município de Cacucaco, em Luanda, manifestaram-se dispostos em trabalhar para o aumento da produção agrícola no município. A determi

nação vem expressa na mensagem lida durante o acto de entrega de "inputs" agrícolas, como fertilizantes e material de pesca continental. "Para o reforço da capacidade produtiva visando a melhoria das condições dos camponeses apoio deste género deve repetir-se mais vezes, porque é graças a estes instrumentos agrícolas e piscatórios, que a nossa actividade continuará a contribuir para a segurança alimentar", lê-se na mensagem.

Em declarações à imprensa, o director provincial da agricultura e desenvolvimento rural e pescas, Júlio de Carvalho, disse que os camponeses da Funda vão ter a possibilidade de fazer o processamento do tomate na fábrica localizada em Caxito, província do Bengo. Acrescentou que a direcção provincial de agricultura, desenvolvimento rural e pescas vai aumentar os cursos de superação dos camponeses organizados em cooperativas e associações agrícolas e de pescas, para aproveitar os produtos excedentes por eles produzidos.

Por outro lado, a administradora municipal de Cacucaco, Rosa João Janota Dias dos Santos, disse que a comuna da Funda e o município beneficiam do programa integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza de forma multidisciplinar. O abastecimento de água potável, energia eléctrica, construção de mercados, cozinhas comunitárias, asfaltagem das vias secundárias e terciárias constam do leque das actividades agendas para o desenvolvimento da circunscricção de acordo com a orientação do GPL.

10.19 Baixo nível de nascentes na Huíla condiciona fornecimento de água

Jornal de Angola

21 de Outubro de 2012

O fornecimento de água no Lubango é feito, desde há cerca de Um mês, com restrições devido ao baixo nível das nascentes da Tundavala e da nossa Senhora do Monte causado pela falta de chuvas.

O director provincial de Energia e Águas lembrou que este ano a Huíla registou estiagens em Março, Abril e Maio e o atraso no início da chuva em Setembro, o que causou o baixo caudal daquelas nascentes.

"Há três épocas chuvosas sucessivas que a recarga dos níveis freáticos de águas não é suficiente, o que prejudica a distribuição de água", disse o director.

Abel da Costa afirmou que a situação tende a melhorar nos próximos dias por a chuva já ter começado a cair no Lubango e noutros municípios, o que vai ajudar a repor os níveis freáticos.

O director também anunciou a abertura em breve de dois furos de grande capacidade para injectar água na conduta e abastecer a cidade do Lubango mesmo sem chover.

Nova conduta

A conclusão do sistema de distribuição de água à cidade do Lubango, disse que a primeira fase, orçada em 11,45 mil milhões de kwanzas, contempla projectos de planeamento, instalação de condutas adutoras, nova rede com 1.500 ligações, formação de pessoal técnico e aquisição de equipamentos.

Até agora, referiu Abel da Costa, foram reabilitados 21 quilómetros da conduta adutora estruturante, 16 da secundária e 15 de rede de distribuição no centro da cidade. Também foi instalada a primeira Estação de Tratamento de Água da cidade e promovida a formação do pessoal técnico responsável pela manutenção da nova rede.

Na sequência das novas ligações aos domicílios, alguns habitantes da cidade do Lubango já consomem água potável proveniente da conduta da Tundavala. Com a conclusão das obras, referiu, a capacidade de captação e de reserva de água aumenta de quatro mil para 60 metros cúbicos. Para os próximos meses está previsto construir seis reservatórios de água com capacidade de 60.750 metros cúbicos contra os quatro mil metros cúbicos existentes.

10.20 Chuvas fortes destroem casas no município da Ganda

Jornal de Angola

22 de Outubro de 2012

A chuva forte que, nos últimos dias, atingiu a comuna da Babaera, município da Ganda, destruiu os telhados de 86 casas, constatou, ontem, a Angop.

O secretário adjunto da Administração Municipal da Ganda, António Wahangua, informou que três escolas do ensino primário também ficaram sem a cobertura.

António Wahangua frisou que a destruição do telhado de várias moradias provocou o desalojamento de famílias, algumas das quais acolhidas por familiares e vizinhos.

A vila do Alto Catumbela e a povoação da Chacuma (Babaera) são as áreas mais atingidas, disse António Wahangua.

A Administração Municipal da Ganda está sem meios para acudir aos sinistrados e já solicitou ao Governo Provincial apoio material a fim de minimizar a situação.

O Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil tem estruturas a nível dos municípios para acudirem as vítimas das chuvas.

Em várias regiões do país, já há o registo de chuvas torrenciais, uma realidade que é resultado das previsões do Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET) que previu chuvas fortes a partir deste mês.

10.21 Chuvas fortes destroem casas e infra-estruturas na zona de Dondo

Jornal de Angola

24 de Outubro de 2012

A chuva, acompanhada de ventos fortes, destruiu na comuna de Dando, na província do Bié, 160 casas particulares, sete escolas, o edifício onde funcionava a administração comunal e instalações de instituições religiosas, disse à Angop uma fonte dos Bombeiros.

Uma das escolas tinha sido inaugurada recentemente. A intempérie também destruiu a casa oficial do administrador da comuna de Dando.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, continuava ainda ontem a fazer o levantamento dos danos causados, promete nos próximos dias poder começar a ajudar as vítimas.

A comuna de Dando, Bié, tem mais de oito mil habitantes, na sua maioria camponese

